

ALINE MICHELINI MENONCELLO
RODRIGO GARCIA GARAY
TIAGO DA COSTA GUTERRES
TEMÍSTOCLES CEZAR

PROBLEMAS DE
HISTORIOGRAFIA
ANTIGA E MODERNA

ESTUDOS E DISCUSSÕES EM TEMPOS
DE PANDEMIA

MILFONTES

Problemas de
Historiografia Antiga e
Moderna



Copyright © 2024, Aline Michelini Menoncello, Rodrigo Garcia Garay,

Tiago da Costa Guterres & Temístocles Cezar.

Copyright © 2024, Editora Milfontes.

Av. Eldes Scherrer Souza, 2162, Loja 205AB, Colina de Laranjeiras, Serra, ES, 29167-080

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

comercial@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.^ª. Dr.^ª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.^ª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.^ª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.^ª. Dr.^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.^ª. Dr.^ª. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.^ª. Dr.^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.^ª. Dr.^ª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.^ª. Dr.^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.^ª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.^ª. Dr.^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.^ª. Dr.^ª. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.^ª. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.^ª. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del País Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Miti-diero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (EMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.^ª. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Brito Pereira (UDF) • Prof.^ª. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Aline Michelini Menoncello
Rodrigo Garcia Garay
Tiago da Costa Guterres
Temístocles Cezar
(Organizadores)

Problemas de
Historiografia
Antiga e Moderna

Estudos e discussões em tempos de pandemia



Editora Milfontes
Serra, 2024

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa:

Não citada

Autor:

não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual

Aspectos:

Maria Luiza Fontana Nascimento

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P962p Problemas de historiografia antiga e moderna: *Estudos e discussões em tempos de pandemia*/ Aline Michelini Menoncello, Rodrigo Garcia Garay, Tiago da Costa Guterres, Temístocles Cezar
Serra: Editora Milfontes, 2024.
360 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-5389-093-0

I. Historiografia 2. Modernidade 3. Antiguidade I. Menoncello, Aline Michelini II. Garay, Rodrigo Garcia III. Guterres, iago da Costa IV. Cezar, Temístocles V. Título

CDD 901.02

Sumário

Apresentação.....	7
Tempo em disputa: problemas do tempo na historiografia grega.....	17
<i>Denis Renan Correa</i>	
O tempo histórico como problema historiográfico na atualidade	49
<i>Rodrigo Turin</i>	
A pólis vista da <i>skénē</i> : uma introdução aos valores democráticos gregos.....	73
<i>Mateus Dagios</i>	
O conceito moderno de democracia	93
<i>Nikolay Steffens</i>	
A Ditadura Antiga	125
<i>Tiago da Costa Guterres</i>	
Acerca da Ditadura Moderna: conceito, origens e usos modernos.....	147
<i>Carla Brandalise</i>	
A biografia como problema historiográfico: revisitando as relações entre a biografia e a história na antiguidade.....	175
<i>Lyvia Vasconcelos Baptista</i>	
Biografia: a escrita incontornável, ou um gênero narrativo antigo no mundo moderno	195
<i>Evandro Santos</i>	
A noção de autoria no mundo antigo: história e historiografia.....	209
<i>Tiago da Costa Guterres</i>	
A imaginação histórica no romance do século XXI	249
<i>Felipe Charbel</i>	

O ensino de filosofia no Brasil colonial: entre heranças medievais e novidades modernas	269
<i>Alfredo Storck</i>	
A escravidão moderna como problema historiográfico	307
<i>Rafael de Bivar Marquese</i>	
A história e o gênero como problema historiográfico.....	337
<i>Natalia Pietra Méndez</i>	

Apresentação

Dos antigos aos modernos: releituras em tempos de pandemia

Uma história de reapropriações, cuidadosa quanto às lacunas e atenta aos equívocos, é o oposto de uma corrida – sempre perdida – contra a atualização, onde se tenta modernizar os antigos para disfarçá-los de contemporâneos, ou até mesmo de precursores. Às falsas soluções de atualização ou “presentificação”, deve-se opor uma prática de representação. Pois é apenas a partir de uma distância bem discernida e mapeada da maneira apropriada que pode surgir um questionamento profícuo acerca dos antigos, e da mesma forma (e através do mesmo movimento), acerca de nós mesmos.

(François Hartog)¹

Este livro teve origem em uma disciplina no curso de graduação em História da UFRGS, ocorrida no primeiro semestre de 2021, durante uma das maiores crises sanitárias da humanidade: a pandemia da Covid-19. O seminário, intitulado com o nome da própria cadeira, *Problemas de Historiografia Antiga e Moderna* (inspirada na obra homônima do historiador italiano Arnaldo Momigliano)², teve por objetivo geral reunir um conjunto de pesquisadoras/res, de jovens a seniores, a fim de abordar problemas historiográficos previamente definidos, sob a égide da escrita da história, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Ao longo desse semestre, em exposições orais semanais, de modo remoto, foram tratados, introdutoriamente, os conceitos de *tempo*, *democracia*, *ditadura*, *biografia*, *autoria*, *ficção*, *ensino*, *escravidão* e *gênero*. Essas apresentações foram convertidas em textos e compõem este livro.

1 HARTOG, François. *The Double Fate of the Classics*. *Critical Inquiry*, 35(4), 2009, p. 977. A tradução em português foi publicada como posfácio em: HARTOG, François. “O destino duplo dos estudos clássico”, *Antigos, modernos, selvagens*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, pp. 275-294.

2 MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

Problemas de historiografia antiga e moderna: estudos e discussões em tempos de pandemia trata, portanto, de uma relação clássica. Sobre essa relação podemos afirmar, com certa convicção que se, ao longo da história, os antigos sempre existiram, a presença dos modernos nem sempre foi uma evidência. É essencial a existência dos primeiros para que os segundos possam adquirir uma identidade e fisionomia própria e distintiva. O papel do tempo é crucial nesse processo, já que ele intervém para demarcar a diferença entre o passado e o presente; é por meio dele, ou sob sua influência, que se estabelece o que é considerado moderno ou antigo.³ No entanto, essa dualidade nem sempre foi uma oposição nítida: na Idade Média, o termo “antigo” muitas vezes era equivalente a “tradicional”, indicando simplesmente que algo pertencia a um passado distante ou à antiguidade. Da mesma forma, o “moderno” poderia significar apenas o “recente” ou o “novo”, sem necessariamente implicar uma oposição direta ao antigo.⁴

Dessa maneira, em sociedades rotuladas como “tradicionais”, os conceitos de antiguidade, antigo e velho eram vistos como expressões que guardavam a memória coletiva, símbolos de autoridade e de propriedade. Contudo, ao mesmo tempo em que se valorizava a experiência da velhice, também existia um sentimento de desrespeito ou desconfiança em relação à decrepitude. Nesse contexto, Benveniste salienta a conexão entre *géron* (velho) e o termo sânscrito *jarati* (tornar-se decrepito).⁵ Nesse sentido, em Hesíodo observamos que as Eras do Ouro e da Prata representam períodos de vitalidade, enquanto as Eras do Bronze e dos Heróis são caracterizadas por ignorar a juventude e a maturidade, sendo a Era do Ferro associada à velhice. Dentro das metáforas que descrevem as fases da vida, a palavra “antigo” se insere em uma ambiguidade conceitual que oscila entre a sabedoria e a senilidade.⁶

3 LENCLUD, Gérard. “Traversées dans le temps”, *Annales HSS*, septembre-octobre 2006, 5, p. 1060; ARMOGATHE, Jean-Robert. “Une ancienne querelle”. In. LECOQ, Anne-Marie. *La querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Gallimard, 2001, p. 801.

4 GOFF, Jacques le. “Antique (ancien)/ moderne”. *Histoire et mémoire*, Paris, Gallimard, 1988, pp. 59-60.

5 BENVENISTE, Émile. *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes*. II. Pouvoir, droit, religion. Paris: Minuit, 1969, pp. 48-49.

6 HÉSIODE. *Les travaux et les jours*. Paris: Arléa, 1995, pp. 91-95.

No que se refere à palavra “moderno”, seu uso torna-se mais frequente a partir da queda do Império Romano no século V. Derivada do advérbio “modo”, que se relaciona a “recentemente” – similar a *hodiernus*, que deriva de *hodie* – o adjetivo *modernus*, significando “recente”, gradualmente evolui para expressar o sentido de “agora”, “atual” e “presente”.⁷ A aparição da noção de *modernus* possibilita o estabelecimento de um paralelo com o antigo, desencadeando debates e querelas. Conforme apontado por François Hartog, esses primeiros modernos são reconhecidos como “pessoas do dia”⁸, cuja principal intenção é estabelecer uma fronteira (móvel) com os antigos: a fronteira do presente, do atual. Por outro lado, os modernos subsequentes serão impulsionados pela ideia de futuro.

Ao contrário das polaridades como grego/bárbaro ou cristão/pagão, investigadas por Reinhart Koselleck, o par antigo/moderno não se encaixa facilmente em uma definição territorial (exceto nos âmbitos acadêmicos). Sua dinâmica é profundamente ligada à temporalidade: “ele traduz para uma cultura, uma das formas de sua relação com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, próximo ou distante, de conceder-lhe um lugar sem lhe ceder todo o espaço”.⁹

A historiografia brasileira não foi infensa à disputa entre antigos e modernos. Além de ter que se posicionar em relação aos povos originários (seriam autóctones ou imigrantes; ou ainda “invasores”, como afirmava Francisco Adolfo de Varnhagen¹⁰; ou seriam, enfim, antigos ou modernos?), o uso dos modelos de escrita antigo ou moderno pela historiografia gerou um debate intenso

7 CURTIUS, Ernest Robert. *La littérature européenne et le Moyen Âge latin*. Paris: PUF, 1956, p. 399.

8 HARTOG, François. *Antigos, modernos, selvagens...*, 2021, p. 31.

9 *Idem*. Do mesmo autor ver também: “O confronto com os antigos”. In: HARTOG, François. *Os Antigos, o passado, o presente*. Brasília, UnB, 2003, pp. 113-154.; KOSELLECK, Reinhart. “A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 191-231.

10 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, II, 1857, p. XVI.

no século XIX. Observa-se, por exemplo, que os antigos surgem nas obras dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 no Rio de Janeiro, ora como argumentos de prova ou de autoridade, ora como memória e tradição. Já os modernos, que aparecem com frequência na *Revista do IHGB*, tendem a desaparecer no emaranhado de fontes coligidas e citadas pelos autores, sendo mais reverenciados ou ignorados do que referenciados. Em alguns casos, no entanto, os modernos são um verdadeiro problema a se evitar ou a se contestar, sobretudo quando ameaçam a transmissão memorial da tradição. Os indígenas das Américas surgem com ponto central da tríade, pois congregam em si elementos que podem ser percebidos, notadamente pela historiografia oitocentista, tanto como antigos quanto modernos.¹¹

Finalmente, as querelas entre os defensores dos antigos e dos modernos refletem diferentes visões, em que os primeiros viam apenas decadência nos últimos, enquanto estes últimos clamavam pela igualdade entre as duas eras ou apontavam para os modernos como beneficiários da acumulação de conhecimento e/ou experiência, ou então invocavam a ideia de um progresso qualitativo.¹² Enfim, uma das metas centrais deste livro é a de atualizar essas discussões que, em resumo, representam questionamentos sobre a escrita da história e as experiências temporais.

O livro está organizado da seguinte forma: os dez primeiros capítulos tratam de conceitos dos antigos aos modernos e/ou

11 CEZAR, Temístocles. “Anciens, Modernes et Sauvages, et l’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle. Le cas de l’origine des Tupis”. *Anabases. Traditions et réception de l’Antiquité*, Toulouse, 8, 2008, pp. 43-65.

12 YILMAZ, Levent. *Le temps moderne. Variations sur les Anciens et les contemporains*, Paris, Gallimard, 2004. Sobre a querela fundamentamo-nos, entre as inúmeras referências sobre o tema, em: HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris: Fayard, 1961, pp. 37-56; FUMAROLI, Marc. “Les abeilles et les araignées”. In: LECOQ, Anne-Marie. *La querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 7-218; KRIEGER, Blandine. “La querelle des Anciens et des Modernes et l’histoire philosophique”, *L’histoire à l’Âge classique. II. La défaite de l’érudition*. Paris: PUF, 1996, pp. 269-280; DEJEAN, Joan. *Ancients against Moderns: Culture Wars and the Making of a Fin de Siècle*. Chicago: University of Chicago Press, 1997; BERNIER, M. A. *Parallèle des anciens et des modernes. Rhétorique, histoire et esthétique au siècle des Lumières*. Lévis: LesPresses de l’Université Laval, 2006.

contemporâneos, e os três últimos situam-se na junção da modernidade e da atualidade.

Começamos com o conceito de *tempo*. Denis Renan Correa, em “Tempo em disputa: problemas do tempo na historiografia grega”, demonstra que a historiografia grega se preocupou com alguns dos problemas fundamentais da dimensão e do cômputo do tempo na narrativa de história. Nomes como Heródoto, Tucídides, Hecateu de Mileto e Helânico de Lesbos entram em cena em sua análise, para que, a partir das polêmicas travadas entre eles, seja possível esboçar sua introdução aos problemas do tempo histórico na historiografia grega no século V a.C.

Já Rodrigo Turin, em “O tempo histórico como problema historiográfico na atualidade” sintetiza com acuidade o nosso desafio historiográfico contemporâneo com a paradoxal interrogação: “como produzir um discurso historiográfico sobre a crise, ou mesmo o fim do tempo histórico, quando é justamente essa forma de temporalidade que condicionou, nos últimos 200 anos, o funcionamento da sua representação historiográfica?” Mais do que historicizar o paradoxal debate que já ocorre há pelo menos três décadas, o autor nos oferece uma sofisticada reflexão ao buscar uma saída para sua segunda pergunta, menos extensa e mais complexa – “A partir de qual tempo falar do tempo?”.

Nos terceiro e quarto capítulos, o conceito central é a *democracia*. No capítulo acerca da democracia dos gregos antigos, intitulado “A *pólis* vista da *skéne*: uma introdução aos valores democráticos gregos”, Mateus Dagios vale-se da tragédia para pensar o espaço isonômico e democrático construído pelos atenienses. Não se trata exatamente de uma introdução em seu sentido mais tradicional. Trata-se, antes, de uma reflexão, pela via do teatro, sobre a importância dos valores democráticos gregos, uma experiência que é diferente da que temos na contemporaneidade com essa forma política.

E se nos causa estranhamento a afirmação de que “as instituições hoje tidas por democráticas são herdeiras de um conjunto

de mecanismos e institutos políticos que foram pensados estrategicamente como antídoto àquilo que os autores e atores políticos dos séculos XVII e XVIII concebiam como democracia”, então a leitura do capítulo “O conceito moderno de democracia”, de Nikolay Steffens, torna-se imprescindível. Nele, o autor conduz sua reflexão lendo os dicionários publicados entre o final do século XVII e o período que antecede à Revolução Francesa, bem como, a obras de autores modernos, nos apresentando as características, os valores, os princípios e as formas institucionais por eles forjadas e projetadas.

Em seguida, o conceito de *ditadura* é abordado. E em “A Ditadura Antiga”, Tiago da Costa Guterres traça de modo resumido o percurso da figura do ditador na antiga Roma. São elencados alguns dos principais momentos em que se pode falar de ditadura romana, noção que apresentou variações de sentido entre seu primeiro aparecimento e a época de César.

Neste sentido, e compreendendo que todo conceito político obedece a uma polissemia em função de suas origens, de suas mutações e de seus usos metafóricos no tempo, “Acerca da Ditadura Moderna: conceito, origens e usos modernos”, de Carla Brandalise, nos elucida a complexa história conceitual de “ditadura”.

Biografia é o conceito tratado nos sétimo e oitavo textos deste livro. O título “A biografia como problema historiográfico: revisitando as relações entre a biografia e a história na antiguidade” é bastante esclarecedor quanto ao propósito do capítulo. Nele, Lyvia Vasconcelos Baptista nos revela o quanto essas “bastardas das humanidades”, as biografias, podem ajudar a proporcionar uma apurada consideração sobre o estatuto da História. A autora apresenta importantes discussões historiográficas acerca da biografia antiga, assim como fontes para um estudo do tema.

E em “Biografia: a escrita incontornável, ou Um gênero narrativo antigo no mundo moderno”, Evandro Santos encara o grande desafio de nos expor um complexo panorama, desde o nascimento da modernidade até nós, ao narrar as transformações que

ocorreram com a escrita biográfica, ou melhor, com este gênero incontornável.

Os dois próximos capítulos tratam da *autoria* e da *ficção*. No capítulo “A noção de autoria no mundo antigo: história e historiografia”, Tiago da Costa Guterres propõe uma reflexão resumida sobre a noção de autor no mundo Antigo. Em um primeiro momento, a atenção é voltada para a forma autoral da poesia grega. Em seguida, são os historiadores o motivo de um exame que leva em conta o caráter incontornável do *eu* do investigador na produção e no funcionamento de suas obras.

Por sua vez, Felipe Charbel, em “A imaginação histórica no romance do século XXI”, nos apresenta as principais características textuais que têm renovado este gênero literário a partir do diagnóstico de que, na virada do século XX para o século XXI, os romances de temática histórica passaram a resistir “à ficção” por terem uma forte tendência à referencialidade.

Por fim, os três últimos capítulos abordam importantes problemas historiográficos, o *ensino*, a *escravidão* e o *estudo de gênero*.

Embora não tenham existido universidades no Brasil colonial, não podemos afirmar que a colônia estava totalmente apartada ou ainda que desconhecesse as principais tendências pedagógicas praticadas nos colégios portugueses. É o que nos demonstra Alfredo Storck, em “O ensino de filosofia no Brasil colonial: entre heranças medievais e novidades modernas”, ao nos apresentar o paradigmático caso dos colégios jesuíticos.

“Como enfrentar o problema da escrita da história da escravidão moderna?” – é a pergunta que conduz o estudo de Rafael de Bivar Marquese em seu capítulo “A escravidão moderna como problema historiográfico”. Para respondê-la, primeiramente, o autor nos apresenta os três modelos interpretativos sobre a escravidão, formulados por Moses I. Finley, Orlando Patterson e Joseph C. Miller, apontando as contribuições para a historiografia, bem como, os limites – isto é, a ausência do tempo histórico. E para resolver este impasse e, ainda, refletir sobre a experiência da

escravidão no Brasil, instrumentaliza-se entrecruzando o conceito de *longa duração* de Fernando Braudel com a reflexão de *estruturas históricas* de Reinhart Koselleck.

Feminista e historiadora: é assim que Natália Pietra Mendez se apresenta para nós, suas leitoras e seus leitores. A ordem adjetiva de si não é um mero detalhe, está expressa na escrita de “A história e o gênero como problema historiográfico”: como feminista, posiciona-se ética e politicamente; como historiadora, historiciza os estudos de gênero.

Por fim, agradecemos às/aos autoras/es por abraçarem este projeto desde seu início, às/aos alunas/os e demais participantes do seminário que deu origem ao livro, ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS pelo financiamento do livro e a editora Milfontes pelo interesse na publicação. Um agradecimento especial ao professor e tradutor Rodrigo Garay, que além de atuar como organizador, também se responsabilizou pela revisão geral desta coletânea.

Aline Michelini Menoncello

Rodrigo Garcia Garay

Tiago da Costa Guterres

Temístocles Cezar

Referências

ARMOGATHE, Jean-Robert. “Une anciennequerelle”. In. LECOQ, Anne-Marie. *La querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 801-849.

BENVENISTE, Émile. *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes. II. Pouvoir, droit, religion*. Paris: Minuit, 1969.

BERNIER, M. A. *Parallèle des anciens et des modernes. Rhétorique, histoire et esthétique au siècle des Lumières*. Lévis: LesPresses de l'Université Laval, 2006.

CEZAR, Temístocles. “Anciens, Modernes et Sauvages, et l’écriture de l’histoire au Brésil au XIX e siècle. Le cas de l’origine des Tupis”. *Anabases. Traditions et réception de l’Antiquité*, Toulouse, v. 8, 2008, pp. 43-65. Disponible em: <<https://journals.openedition.org/anabases/110?lang=en>>.

CURTIUS, Ernest Robert. *La littérature européenne et le Moyen Âge latin*. Paris: PUF, 1956.

DEJEAN, Joan. *Ancients against Moderns. Culture Wars and the Making of a Fin de Siècle*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

FUMAROLI, Marc. “Les abeilles et les araignées”. In: LECOQ, Anne-Marie. *La querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 7-218.

GOFF, Jacques le. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1988.

HARTOG, François. “The Double Fate of the Classics”. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 4, 2009, pp. 964–979. Disponible em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1086/599583>>.

HARTOG, François. *Antigos, modernos, selvagens*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

HARTOG, François. *Os Antigos, o passado, o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris: Fayard, 1961.

HÉSIODE. *Les travaux et les jours*. Paris: Arléa, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KRIEGL, Blandine. *L’histoire à l’Âge classique. II. La défaite de l’érudition*. Paris: PUF, 1996.

LENCLUD, Gérard. “Traversées dans le temps”. *Annales HSS*, v. 5, set.-out. 2006, pp. 1053-1084. Disponible em: <<https://www.cairn.info/revue-annales-2006-5-page-1053.htm>>.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d’historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, II, 1857.

YILMAZ, Levent. *Le temps moderne. Variations sur les Anciens et les contemporains*. Paris: Gallimard, 2004.

Tempo em disputa: problemas do tempo na historiografia grega

Denis Renan Correa

Introdução

Tempo é problema. Tal vaga afirmação pode abranger a insolúvel aporia filosófica da experiência do tempo, ou a incontornável noção de história-problema como modelo de investigação histórica, ou ainda a implacável captura de nosso tempo ocioso e produtivo por algoritmos de rede sociais. A historiografia grega, que antecedeu a estas formulações sobre o tempo, dedicou-se a alguns problemas fundamentais da dimensão e do cômputo do tempo na narrativa histórica, pois Heródoto e Tucídides criticaram seus rivais Hecateu de Mileto¹ e Helânico de Lesbos² sobre o que se pode convencionar chamar

1 Hecateu foi precursor da genealogia, da história e da geografia com as obras *Genealogias* e *Circuito da terra*. Para fragmentos ver KOIKE, Katsuzo, *Hecateu de Mileto e a Formação do Pensamento Histórico Grego*. 2013. Tese. (Doutorado em Estudos Clássicos)–Universidade de Coimbra, 2013 e POWNALL, Frances, “Hekataios of Miletos (1)”. In. WORTHINGTON, Ian (Org.), *Brill’s New Jacoby*, Leuven: Brill, 2016. Esta coletânea será abreviada apenas como *BNJ*, seguido do número do autor (1 = Hecateu, 4 = Helânico etc.) e do testemunho (T) ou fragmento (F) correspondente. Por exemplo, para informação sobre a datação de Hecateu, que é um pouco mais velho do que os outros escritores citados, ver POWNALLBNJ 1 T5 e T6.

2 São atribuídas a Helânico dezenas de obras sobre genealogia, cronografia e história. Para fragmentos e comentários ver principalmente POWNALL, F, “Hellanikos of Lesbos (4)”. In. WORTHINGTON, I. (Org.), *BNJ*, Leuven: Brill, 2016. Devido sua longa vida de 85 anos, citada por Luciano de Samósata em um tratado sobre longevidade-

‘tempo histórico’. A partir destas duas polémicas proponho aqui uma introdução aos problemas do tempo histórico na historiografia grega do séc. V AEC.

A trajetória de discussão se dividirá em três etapas. Primeiro, delimita-se um conceito de tempo histórico com base na contribuição de Paul Ricœur e outros estudos sobre noções de tempo e sistemas cronográficos³ na antiguidade, com breve apresentação do projeto da genealogia grega de produzir um rudimento de linha de tempo histórico. A segunda parte aborda as *Histórias* de Heródoto, que destoa das demais obras da época ao não propor uma cronografia e ao produzir uma controvérsia contra o genealogista Hecateu sobre as dimensões do tempo histórico egípcio e grego.⁴ Na terceira etapa, discute-se a contribuição de Helânico à cronografia antiga, hegemônica na sua própria época, mas criticada por Tucídides, que propõe uma cronografia alternativa na *Guerra do Peloponeso*.⁵ Por fim, ensaiam-se algumas conclusões sobre a contribuição destes historiadores aos problemas do tempo histórico, de forma a explorar as possibilidades de diálogo entre estas questões antigas e percepções contemporâneas sobre os mesmos problemas.

O que é o tempo histórico?

Na modernidade o tempo histórico, em sentido simples de um quadro cronológico do passado medível, investigável e narrável pelo conhecimento histórico, é um elemento fundamental da história acadêmica e escolar. Tal noção permite contar histórias na imensidão do tempo passado e mapear esta complexa dimensão humana. Porém, na Grécia clássica este tipo de instrumento

de humana, Helânico foi contemporâneo tanto de Heródoto quanto de Tucídides, ver POWNALL *BNJ* 4 T18.

3 Usa-se o termo *Cronografia* para as técnicas de datação e registro do tempo, tais como calendários ou listas de genealogias ou reinados. *Cronologia*, por sua vez, é a disposição sequencial de eventos, na qual instrumentos cronográficos podem ser usados, mas não necessariamente de forma sistemática.

4 Hdt. 2.142-146.

5 Th. 1.97 e 5.20.

de pensamento não havia sido nem intelectualmente formulado, muito menos socialmente negociado. Portanto, devemos olhar este artefato com estranhamento, e não supor que ele sempre existiu ou que foi um fruto natural de decantação da razão humana. Nosso ponto de partida é a reflexão de Ricœur em *Tempo e Narrativa*, que aborda a solução poética da história para configurar de forma narrativa a experiência aporética do tempo “vivido”.⁶ Não irei aqui tentar resumir tal argumentação; basta manter no horizonte a máxima de que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo”.⁷ No terceiro tomo da obra, Ricœur define tempo histórico enquanto instrumento de pensamento que media o aporético tempo “vivido” da experiência humana com o tempo “universal”, físico e astronômico (dia, noite, mês lunar, ciclo de estações, ano solar).⁸ Tal ponte entre tempo real e tempo discursivo permite ao tempo histórico ser parte fundamental do conhecimento histórico, instrumento de organização cronológica de vários tipos de narrativas. Ricœur enumera três instrumentos desta mediação produzida pelo tempo histórico:

(a) calendários;

(b) sucessão de gerações humanas; e

(c) indícios do passado que resistem no presente. A articulação destes instrumentos na historiografia antiga será parte central de nosso roteiro de análise.

Toda sociedade cristaliza histórias do passado relevantes para sua identidade social e memória cultural,⁹ mas é importante ressaltar que tais narrativas podem encontrar-se fora do tempo

6 RICŒUR, Paul, *Tempo e Narrativa - Tomo I*. Campinas: Papyrus, 1994, especialmente p. 15-131. Para um estudo amplo sobre historiografia grega e Ricœur, ainda que dedique pouca atenção à questão do tempo histórico, ver: SOARES, Martinho T. M., *História e Ficção em Paul Ricœur e Tucídides*. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 2014, pp. 238-251, pp. 457-459, pp. 543-546.

7 RICŒUR, *Tempo e Narrativa - Tomo I...*, p. 85.

8 RICŒUR, Paul, *Tempo e Narrativa - Tomo III*, Campinas: Papyrus, 1997, pp. 179-209.

9 Sobre o conceito de memória cultural ver: ASSMANN, Jan, *Cultural Memory and Early Civilization Writing, Remembrance, and Political Imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

histórico, isto é, no passado lendário de histórias formativas de um povo. No que tange à configuração temporal, essas histórias lendárias costumam ser localizadas de forma muito vaga, pois o que realmente interessa é a sua lembrança socialmente compartilhada. Logo, entre esse passado formativo e o passado recente tende a existir uma lacuna flutuante de esquecimento.¹⁰ Uma das funções do tempo histórico é dividir, medir e narrar esta lacuna. Logo, expressões que podem soar neutras ou objetivas, como “século XIX” ou “século V”, não existem apenas para referenciar um conjunto específico de anos, tampouco significariam algo para a maior parte das pessoas que viveram nestes séculos. Tais expressões têm papel narrativo e contam histórias por si só. O que distingue esses períodos históricos do “tempo bíblico” ou do “tempo de Troia” não é a exatidão com que se pode traçar os anos decorridos, nem a experiência das pessoas que neles viveram, mas o tipo de narrativa que os constitui.

Sobre as discutidas noções de tempo “cíclico/greco-romano” e “linear/judaico-cristão”, Arnaldo Momigliano não poderia ser mais claro: não existem duas noções de tempo separadas e a historiografia grega não apresenta concepção cíclica.¹¹ Astrid Möller e Nino Luraghi consolidaram o argumento de que tais sentidos do tempo se entrelaçam numa mesma sociedade conforme suas diferentes necessidades culturais e sociais.¹² Isso se aplica também às noções de “frio” e “quente”, cunhadas por Claude Lévi-Strauss e retomadas por Jan Assmann.¹³ A memória “fria” é aquela que reforça a similaridade e a continuidade com o passado, normalmente

10 THOMAS, R., “Herodotus’ Histories and the Floating Gap”. In: LURAGHI, N. (Org.), *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*, Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 198-210 e GOBET, Justus, “The Organization of Time in the Histories”. In: BAKKER, E. J.; JONG, J. F.; WEES, H. (Orgs.), *Brill’s Companion to Herodotus*, Leiden: Brill, 2002, pp. 405-411.

11 MOMIGLIANO, Arnaldo, “Time in Ancient Historiography”. *History and Theory*, 6, 6, 1966, pp. 1-23. Para a contribuição nacional restrita à questão tempo linear e cíclico: MARQUES, Juliana B., “O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga”, *Revista de História*, 158, 2008, pp. 43-65.

12 LURAGHI, Nino; MÖLLER, Astrid, “Time in the writing of history: perceptions and structures”, *Storia Della Storiografia*, 28, 1995, pp. 3-15.

13 ASSMANN, *Cultural Memory and Early Civilization...*, pp. 51-68, pp. 163-165.

para fortalecer seu vínculo com a ordem social vigente. Por outro lado, a memória “quente” interioriza a descontinuidade e a diferença, chama atenção às deficiências do presente de forma a poder inspirar mudanças sociais a partir do resgate de um passado perdido, ou de um novo horizonte de progresso. Assmann reforça que nenhum grupo social é inteiramente “frio” ou “quente”, pois toda sociedade conhece diferentes relações com o passado, seja como fundamento de continuidade ou como promotor de ruptura. Hermenêutica profética, literatura da decadência, renascimentos de culturas passadas, e revoluções de um novo horizonte social, são todas formas de narrar o passado que articulam intenções e expectativas no presente. Além disso, estes diversos sentidos do passado e do futuro podem igualmente se desenrolar “fora” ou “dentro” do que se considera tempo histórico.

Antes de examinar como se articulam na historiografia antiga os três instrumentos do tempo histórico elencados por Ricœur, é importante considerar o contexto grego. Por exemplo, quando Ricœur descreve atributos narrativos de calendários – evento fundador, possibilidade de percorrê-los nas duas direções (antes e depois), e conjunto de unidades fixas que medem intervalos – ele naturalmente se refere a calendários cristãos, islâmicos e budistas.¹⁴ Hoje estes sistemas são usados como instrumento cronográfico comum para organizar o quadro cronológico do tempo histórico na maioria das sociedades modernas, mas calendários não eram usados assim na antiguidade. A função central de calendários em qualquer sociedade é configurar uma sequência cíclica de festas e dias sagrados que organizam a vida social, econômica e cultural da comunidade. Tal sequência festiva cria a lembrança ritualizada de eventos relevantes para identidade e memória cultural da sociedade, seja do passado lendário ou do passado histórico.¹⁵ Logo, tal função configurativa do calendário permanece intacta com o desenvolvimento do tempo histórico passível de ser medido e investigado, e a relação entre calendário, cronografia e cronologia

¹⁴ RICEUR, Paul, *Tempo e Narrativa - Tomo III*, Campinas: Papirus, 1997, pp. 179-209.

¹⁵ ASSMANN, *Cultural Memory and Early Civilization...*, pp. 41-45.

histórica é fruto de longo processo e complexas negociações socioculturais.¹⁶

Calendários são pouco relevantes na cronografia e cronologia histórica antiga por um simples motivo: cada cidade-estado dispunha de um, ou mais de um, calendário. Na Atenas clássica havia três: (a) o calendário lunar propriamente dito, (b) o calendário religioso de festivais sagrados, que se orienta pelos mesmos meses do calendário lunar, mas com frequência está em desacordo com este por vários motivos; e (c) o calendário político da prítania, cujo início era o mesmo do sistema lunar (1 do mês Hecatombeu), mas com sequência própria que regia atividades de conselho, assembleia, cargos públicos etc.¹⁷ Dentre esses sistemas, apenas os festivais marcam presença constante na narrativa histórica, mas não necessariamente para situar eventos numa cronologia. Festivais são em si acontecimentos que atuam na sequência de ações narradas, sobretudo devido às tréguas militares que estabelecem. Um célebre exemplo é Hdt. 7.206 que narra que as Festas Carneias em Esparta, e as Festas Olímpicas no restante da Grécia, impediram a chegada de reforços para Leônidas na batalha das Termópilas. A menção de dois festivais diferentes reforça o caráter múltiplo dos calendários, que impede que se tornem um referencial cronográfico pan-helênico. Além disso, tais tréguas sagradas influenciam diretamente a diplomacia de várias formas, e podiam ser manipuladas por interesses políticos. Por exemplo, Th. 5.54 narra que os argivos pararam de contar os dias do mês para ignorar a trégua das Carneias, e assim atacaram Epidauros sozinhos enquanto seus aliados dórios ficaram na fronteira em respeito ao mês sagrado.¹⁸

Ao invés de calendários, os antigos apelaram ao segundo instrumento elencado por Ricœur: a sucessão de gerações.¹⁹ No

16 Para um estudo deste tema no contexto helênico antigo: CLARKE, Katherine, *Making Time for the Past: Local Histories and the Polis*, Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 7-120.

17 *Ibid.*, pp. 21-25.

18 *Ibid.*, pp. 41-45.

19 Esse instrumento remete às listas reais das dinastias da Idade do Bronze (mi-

Grécia Antiga, este instrumento gerou dois gêneros ligados à historiografia: a genealogia e a cronografia. O precursor destes gêneros é o poema *Catálogo das Mulheres* – obra coletiva composta ao longo de séculos, mas atribuída a Hesíodo na antiguidade – que produz um mapa genealógico das linhagens heroicas helênicas do período lendário, ou seja, até a queda de Tróia.²⁰ No séc. VI AEC, Acusilau de Argos,²¹ Ferecides de Atenas²² e Hecateu de Mileto deram continuidade a este projeto de sistematizar genealogias dispersas em diferentes tradições e ciclos épicos. Eles conectavam as linhagens nobres da sua época com os heróis do passado; assim fortaleciam as aspirações sociais da aristocracia. Para que esse sistema genealógico funcionasse como linha de tempo coesa eram necessárias duas operações: retroceder linhagens contemporâneas até heróis e deuses do passado lendário, e sincronizar diferentes genealogias com “pontos fixos”, isto é, eventos paradigmáticos da memória cultural pan-helênica, como a queda de Troia ou o retorno dos Heraclidas.²³

cênicas, egípcias etc.), que visavam projetar uma imagem de continuidade do poder soberano contemporâneo, ver ASSMANN, *Cultural Memory and Early Civilization...*, pp. 51-58, porém o meu foco é apenas na genealogia grega do período arcaico e clássico.

20 Cf. OLIVEIRA PINTO, Juarez C. *O Catálogo das Mulheres hesiódico e o fim da linhagem dos heróis no epos grego arcaico*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas), Universidade de São Paulo, 2020.

21 Acusilau é o mais antigo genealogista grego, mas seus fragmentos seguem Hesíodo com pouca divergência: FOWLER, Robert. “Herodotos and his contemporaries”, *Journal of Hellenic Studies*, 116, 1996, pp. 63-69; BERTELLI, Lucio, “Hecataeus: from genealogy to historiography”. In. LURAGHI, N. (Org.), *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*, Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 89-90; e TOYE, David, “Akousilaos of Argos (2)”. In. WORTHINGTON, I. (Org.), *BNJ*, Leuven: Brill, 2016, F25a, F25b, F27, F34, F37. O foco de Acusilau é a cidade de Argos, que neste período eclipsou sua “mais homérica” rival, Micenas.

22 Há vários homônimos de Ferecides na tradição; logo, desde a antiguidade é difícil identificar osseus fragmentos. De qualquer forma, sua genealogia concentra-se na família ateniense dos Filaidas, rivais dos Alcmeônidas, ver MORISON, W., “Pherekydes of Athens (3)”. In. WORTHINGTON, I. (Org.), *BNJ*, Leuven: Brill, 2016; JONES, N. F., “Antiochos-Pherekydes of Athens (333)”. In. WORTHINGTON, I. (Org.), *BNJ*, Leuven: Brill, 2016 e CONDILO, Camila. “Agonistic intertextuality: Herodotus’ engagement with Hecataeus on genealogies”. *Journal of Ancient History*, 5, 2, 2017, pp. 236-242.

23 Sobre genealogia em geral ver BERTELLI, *Hecataeus...*, pp. 73-83; CORCELLA, Aldo, “The New Genre and Its Boundaries: Poets and Logographers”. In. RENKAKOS, A.; TSAKAMAKIS, A. (Orgs.), *Brill’s Companion to Thucydides*, Leiden: Brill, 2006, pp. 33-39 e CONDILO, C. *Agonistic intertextuality...*, pp. 236-242.

Assim, estes escritores preenchem a lacuna flutuante de esquecimento com a sucessão de gerações aristocráticas, e com isso podiam contar quantas gerações haviam se passado entre a geração de heróis que lutou em Troia e o tempo presente. A julgar pelos poucos fragmentos que dispomos de Acusilau e Ferecides, eles apenas corrigiam inconsistências e preenchem as lacunas das tradições, mas Hecateu inovou de forma decisiva ao discordar de Hesíodo e Homero e ao oferecer versões alternativas com argumentação racional e conjectural.²⁴ Assim, Hecateu não só oferece uma linha de tempo genealógico que torna possível medir e calcular as gerações entre vários eventos do passado heroico e histórico, como assume uma posição crítica diante das tradições que lhe servem de fonte. Não obstante, tal projeto de formulação de um tempo genealógico permanecia, obviamente, um enorme problema: gerações eram acrescentadas ou suprimidas de forma arbitrária na tentativa de preencher lacunas e/ou sincronizar genealogias com eventos relevantes. Havia enorme divergência dos genealogistas entre si e com os diversos ciclos épicos, não apenas na cronologia, mas sobretudo nas inconciliáveis variações das tradições. Os genealogistas acabaram por tornar ainda mais confuso o emaranhado de lendas gregas, talvez por tentar sistematizar um conteúdo cuja origem são performances orais, nas quais o poeta nunca é interrompido por um desagradável escritor que busca sincronias e contradições. É nesse contexto inicial de formulação dos problemas do tempo histórico que Heródoto entra em cena.

Heródoto vai ao Egito contradizer Hecateu.

Ao leitor desavisado, as *Histórias* de Heródoto tendem a soar desconexas e digressivas devido aos constantes deslocamentos narrativos no tempo e no espaço. Além disso, o autor não apresenta um sistema cronográfico para organizar sua cronologia, o que destoa, como veremos, de seus contemporâneos Helânico e Tucídides. As ações são sequenciadas mais na forma de cadeias de

²⁴ Sobre tais inovações: BERTELLI, *Hecataeus...*, pp. 76-94; POWNALL, F., *BNJ* 1 F18, F120 e CONDILO, *Agonistic intertextuality...*, pp. 242-248.

causa e consequência do que em nexos cronológicos. Os pontos de partida tendem a ser os indícios inquiridos; logo há múltiplas linhas de tempo que raramente se entrecruzam devido à diversidade de tradições e informantes.²⁵ Tudo isto remete ao terceiro instrumento elencado por Ricoeur: os indícios do passado começam a atuar na mediação do tempo histórico.

Ainda que criar unidades de tempo passíveis de serem medidas não seja um projeto no qual Heródoto se engaja, isto não significa que ele ignora o tempo histórico. Heródoto cria cadeias sequenciais e causais, sincroniza distância temporal entre alguns eventos, por vezes recita alguma genealogia isolada,²⁶ mas tais referências são esparsas e desconexas. O autor também antecipa algumas técnicas cronográficas, por exemplo: Hdt. 8.51 nomeia o Arconte epônimo, cargo que servia de registro cronográfico em Atenas, quando o rei persa Xerxes invade uma cidade deserta, pois os atenienses e sua frota estavam em Salamina. Este marcador isolado, que antecipa o sistema de Helânico, serve mais para produzir um tom solene a este famoso episódio do que propriamente o situar na cronologia. Heródoto também pontua a estação do ano no qual ocorrem algumas ações militares, o que antecipa Tucídides e concede riqueza narrativa e ordem sequencial de ações militares dentro de um mesmo ano solar.²⁷ Porém, tais referências cronológicas não se amarram em uso sistemático, muitas delas podem soar “particularmente inúteis”.²⁸

25 Sobre narrativa e cronologia em Heródoto Ver MOMIGLIANO, *Time in Ancient Historiography...*, pp. 13–15; LURAGHI; MÖLLER, *Time in the writing of history...*, pp. 12–13; LURAGHI e MÖLLER, “Time in the writing of history [...]”; GOBET, *The Organization...*; BAKKER, E. J., “The syntax of historiē: How Herodotus writes”. In DEWALD, C.; MARINCOLA, J. (Orgs.), *The Cambridge Companion to Herodotus*, Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 93–95.

26 Alguns trechos relevantes sobre genealogia: Hdt. 2.43–50, 2.145, 6.53 e 7.171. Os melhores estudos do tema são os de CONDILO, C., *Genealogy and Textual Authority in Herodotus*. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos), Newnham College, University of Cambridge, 2015, p. 58–97; CONDILO, *Agonistic intertextuality...*, pp. 265–267.

27 STADTER, Philip, “Thucydides as ‘Reader’ of Herodotus”. In FOSTER, E.; LATEINER, D. (Orgs.), *Thucydides and Herodotus*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2012, pp. 44–45.

28 Este é o juízo de HORNBLLOWER, Simon, *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV–V.24*, Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 493. Para uma lista de referências temporais em Heródoto: GOBET, *The Organization...*, pp. 398–399, p. 409.

A principal preocupação temporal de Heródoto é alargar a distância entre passado lendário, no qual se desenrolam as tradições heroicas, e passado recente e humano.²⁹ Pode-se notar aqui a citada lacuna flutuante de esquecimento³⁰, e ao alargar a lacuna entre o tempo heroico e tempo humano Heródoto percorre direção oposta aos genealogistas, cujo esforço consiste em preencher tal lacuna e retrair a distância geracional entre as duas temporalidades. Assim, Heródoto revela uma concepção mais próxima de Homero e Hesíodo, que reforçam a distância dos heróis do passado com os humanos comuns do presente.³¹ Outra contribuição central do autor é a adoção de referências temporais não-gregas: os principais marcos cronológicos da obra são os reinados persas de Ciro a Xerxes, ainda que tal inovação não supra a ausência de cronografia, e pouco ajude na orientação cronológica, pois não há sincronização com sistemas gregos.

Estas duas preocupações de Heródoto com o tempo – alargamento da lacuna flutuante e incorporação de referências não-gregas – tem papel central na sua crítica contra Hecateu. Vejamos, para começar, o seguinte trecho:

No que tange às coisas humanas, todos os sacerdotes egípcios concordam ao dizer: os Egípcios foram os primeiros, dentre todos os humanos, a descobrir o ano, tendo dividido em doze partes as estações. Dizem que descobriram isto a partir dos astros. Ao que me parece, eles conduzem isto de forma mais sábia que os gregos, porque os gregos intercalam um mês antes do terceiro ano, por conta das estações, enquanto os egípcios, tendo doze meses de trinta dias, acrescentam cinco dias a cada ano acima do total, e assim o ciclo de estações deles acontece sempre no mesmo ponto.³²

29 Além daqueles examinados aqui, outros trechos relevantes sobre este aspecto são Hdt. 3.122 e 7.20.

30 Novamente: THOMAS, 'Herodotus'..., pp. 198-210 e GOBET, *The Organization...*, pp. p. 405-411.

31 LURAGHI; MÖLLER, *Time in the writing of history...*, p. 13; GOBET, *The Organization...*, pp. 388-390. A postura de Heródoto pode estar ligada ao fato que os indícios do passado lendário não podem ser inquiridos, a não ser através da mediação de poetas e tradições.

32 Hdt. 2.4.1. Todas as traduções de fontes antigas neste texto são de minha autoria.

Tal afirmação da superioridade dos calendários egípcios em organizar o ciclo das estações³³ integra um amplo elogio aos egípcios ao longo do livro II das *Histórias*.³⁴ Os egípcios são um dos povos mais antigos do mundo,³⁵ “os que mais cultivam a memória dentre todos que eu cheguei a investigar”.³⁶ Isto pode soar como mero elogio de um turista deslumbrado pelas pirâmides, mas Heródoto oferece no livro egípcio a cronologia mais longa e detalhada de toda sua obra: a sucessão dos reis do Egito.³⁷ Nunca um quadro cronológico semelhante é apresentado para o passado grego, que se fragmenta em diversas linhas de tempo devido à multiplicidade de versões e informantes. Não devemos esquecer que são os indícios que governam a cronologia: o enfoque detalhado no tempo histórico egípcio é fruto do inquérito junto aos sacerdotes egípcios,³⁸ cuja reputação de antiguidade, erudição e registros de memória é reforçada ao longo da narrativa. Se retomarmos os três instrumentos de mediação elencados por Ricœur (calendários, sucessão de gerações, e indícios), pode-se perceber que Heródoto aprecia todos esses três elementos do conhecimento egípcio sobre seu passado. O contraste com a desinformação grega sobre seu próprio passado, que será depois o papel encenado por Hecateu, torna-se decisivo na argumentação que começa ao fim deste quadro cronológico das gerações de reis egípcios:

Eles [Egípcios] me mostraram que do primeiro rei até o sacerdote de Hefesto, que foi o último que reinou, há 341 gerações

33 Ainda que Hdt. 2.109 defenda que os gregos aprenderam com os babilônios a dividir o ano em doze partes, é importante salientar que para Heródoto existe um elo perdido entre as culturas egípcias e gregas, um esquecimento que ele tenta sanar a partir de seu inquérito com os egípcios.

34 VANNICELLI, P., “Herodotus’ Egypt and the Foundations of Universal History”. In: LURAGHI, N. (Org.), *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 211-218.

35 Hdt. 2.2-3.

36 Hdt. 2.77.

37 Hdt. 2.99-142.

38 Declino em abordar aqui as questões, a meu ver insolúveis, sobre como Heródoto realizou este inquérito, já que ele, na melhor das hipóteses, tinha conhecimento elementar da língua egípcia. É inegável que ele se baseia em histórias gregas e que seu inquérito foi mediado por informantes e intérpretes gregos.

humanas³⁹, e eles têm um rei e um sumo sacerdote para cada uma destas gerações. De fato, 300 gerações humanas são 10.000 anos, pois há três gerações em 100 anos, e as 41 gerações restantes, depois das 300, somam 1.340 anos. Assim, no espaço no espaço de 11.340 anos diziam não ter existido nenhum deus na forma humana, diziam que nada assim existiu nem antes nem depois dos outros reinados do Egito. Porém, diziam que nesse período o sol ascendeu quatro vezes fora do habitual: duas vezes nasceu no poente, e duas vezes se pôs no nascente; e nada mudou no Egito por conta disso, nem o que provém da terra, nem do rio, nem sobre as doenças, nem sobre os mortos.⁴⁰

A imagem de imobilidade do tempo egípcio – embora Heródoto possa estar *lost in translation* no que tange às oscilações no movimento solar⁴¹ – é condizente com a caracterização de fontes egípcias sobre a dimensão de seu próprio passado.⁴² A seguir, é produzido um contraste entre exatidão egípcia e desinformação grega, esta última encarnada pela figura de Hecateu e sua genealogia:

Quando em Tebas, o escritor Hecateu traçou uma genealogia para si e se vinculou a um deus no décimo sexto ancestral, e os sacerdotes de Zeus fizeram com ele a mesma coisa que comigo, embora eu não tenha traçado uma genealogia para mim mesmo: conduziram-me para dentro do grande templo e mostraram as estátuas de madeira, enumeravam tantas quantas eu disse, pois cada sumo sacerdote coloca ali, em vida, uma estátua idêntica a si mesmo. Os sacerdotes, então, contando e indicando a mim, demonstraram que cada um era filho do próprio pai, percorrendo tudo, desde o morto mais recente até passar por todas as estátuas. A Hecateu, que traçou a genealogia para si e se vinculou a um

39 Hdt. 2.100 menciona que sacerdotes egípcios mantêm o registro de 330 gerações, mas Hdt. 2.142 conta 341 gerações, e Hdt. 2.143 conta 345 estátuas. A oscilação não tem uma explicação clara, mas pode se tratar de diferentes tradições que Heródoto inquiriu, ou então dois momentos diferentes de visita nos templos egípcios. Para discussão destes cálculos: LLOYD, A. B., *Herodotus Book II Commentary 99-192*, Leiden: Brill, 1988, pp. 106-107; BERTELLI, “Hecataeus...”, pp. 91-93; VANNICELLI, “Herodotus’...”, pp. 218-228; MOYER, I. S., “Herodotus and an Egyptian Mirage: The Genealogies of the Theban Priests”, *The Journal of Hellenic Studies*, 122, 2002, pp. 75.

40 Hdt. 2.142.

41 LLOYD, A. B., “Book II”. In: MURRAY, O. MORENO, A. (Orgs.), *A commentary on Herodotus Book I-IV*, Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 344-345.

42 MOYER, *Herodotus and an Egyptian Mirage...*, pp. 80-87; ASSMANN, *Cultural Memory and Early Civilization...*, pp. 51-58.

*deus na décima sexta geração, eles traçaram uma genealogia alternativa a partir desta contagem, não aceitando ser um homem descendente de um deus. Assim traçaram uma genealogia alternativa, afirmando que cada uma das estátuas era um píromis que descendeu de outro píromis, demonstrando que dessas trezentas e quarenta e cinco estátuas cada píromis era descendente de um outro píromis, não tendo qualquer deus ou qualquer herói vinculado a eles. Píromis em língua grega é uma pessoa de origem aristocrática.*⁴³

Tal episódio célebre dispõe de riquíssima fortuna crítica, especialmente sobre se ele realmente ocorreu, ou se é apenas criação de Heródoto.⁴⁴ Aqui não abordarei estas questões,⁴⁵ no que me limito ao problema do tempo histórico. Um primeiro aspecto a notar é a conversão de três gerações em cem anos,⁴⁶ que como defende Lucio Bertelli pode ter origem no próprio Hecateu, pois ao somar dezesseis gerações de sua família o cálculo se aproxima a 550 anos, o que corresponde à fundação mítica de Mileto.⁴⁷ Mesmo que o encontro com os sacerdotes nunca tenha ocorrido, é evidente o objetivo de ridicularizar a obra genealógica de Hecateu e representá-lo como orgulhoso da falsa credencial divina de sua linhagem, refutada pela análise dos indícios das estátuas egípcias. No entanto, isto pouco altera o fato que nesta dramatização os sacerdotes egípcios cumprem o papel de expor o argumento de Heródoto contra Hecateu. Nos trechos seguintes o escopo da polêmica se abre num problema muito mais amplo e mais complexo: a incorporação do conhecimento egípcio exige alargar até mesmo a distância na qual os gregos acreditam que deuses conviveram com humanos. Heródoto admite que houve esse tempo de convívio com os deuses, mas se baseia em indícios egípcios para afirmar

43 Hdt. 2.143.

44 Há quem questione se o episódio tem alguma base na obra de Hecateu, como WEST, Stephanie, “Herodotus’ portrait of Hecataeus.” *Journal of Hellenic Studies*, 111, 1991, p. 144–160.

45 Para minha contribuição ao tema: CORREA, Denis. “Heródoto vs. Hecateu”. In. CORREA, Denis. *Controvérsias na Historiografia Grega: Hecateu, Heródoto, Helânico e Tucídides*. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos). Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 2021, pp. 91-128.

46 Hdt. 2.142.

47 BERTELLI, *Hecataeus...*, pp. 89-94.

que isto ocorreu, no mínimo, há mais de 11 mil anos.⁴⁸ Assim, o alvo deixa de ser apenas Hecateu e sua genealogia, pois toda a dimensão de tempo histórico helênico é questionada, e Heródoto propõe subversão drástica. A argumentação em Hdt. 2.144-146 é longa, complexa e ousada,⁴⁹ no que destaco, por concisão, apenas alguns trechos pertinentes:

[2.145.3] E estas coisas os egípcios afirmam conhecer com exatidão, sempre calculando e registrando os anos [...].

[2.146.1] Então, de ambas as versões que cada um adote aquela que considerar mais persuasiva, pois meu juízo acerca disso já o apresentei [...]. Alguém poderia dizer que também estes outros [Hércules, Dioniso e Pã], tendo sido homens, receberam os nomes dos deuses que vieram antes.

[2.146.2] Para mim é claro que os gregos vieram a conhecer os nomes destes [Hércules, Dioniso e Pã] mais tarde do que os dos outros deuses, e a partir, então, do tempo em que os conheceram, traçam a origem da genealogia deles.

Em suma, Heródoto defende que aqueles que os gregos conhecem sob o nome Hércules, Dioniso e Pã não foram deuses, mas homens que receberam nome de divindades egípcias muito mais antigas. O argumento não apenas destrói as pretensões gregas de traçar uma genealogia até deuses em poucas gerações, mas propõe o redimensionamento do tempo histórico. Tal noção tem ramificações pela obra, especialmente quando Heródoto aponta a origem egípcia de elementos da cultura helênica, como o nome dos deuses,⁵⁰ a geometria,⁵¹ as histórias sobre Tróia,⁵² e até alguns festivais gregos, como as Tesmofórias, são considerados heranças que os egípcios transmitiram aos gregos, por vezes através da mediação dos pelasgos, outro povo autóctone da Grécia.⁵³ Logo, Heródoto

48 Hdt. 2.144.2

49 Outras passagens relevantes sobre são Hdt. 2.43-50 e 6.53-54. Para comentários sobre esta proposta de Heródoto: VANNICELLI, 'Herodotus'..., pp. 228-230; CONDILO, *Agonistic intertextuality*..., pp. 265-270.

50 Hdt., 2.51-53

51 Hdt. 2.109.

52 Hdt., 2.113-116.

53 Hdt., 2.171.

não apenas fundamenta seu argumento em indícios egípcios sobre seu próprio tempo histórico, como preenche a lacuna flutuante de esquecimento: o Egito torna-se o elo perdido entre a Grécia e seu passado esquecido, de forma que o inquerito de Heródoto junto aos sacerdotes egípcios passa a concorrer em veracidade com as tradições gregas sobre seu próprio passado.

Desta forma, Heródoto combina a incorporação de referências não-gregas e o alargamento da lacuna flutuante para redimensionar o tempo histórico helênico. Com base em indícios egípcios, ele destrói a pretensão da genealogia de traçar credenciais divinas de linhagens aristocráticas, e apresenta o problema da incorporação do conhecimento egípcio que força o redimensionamento e a reformulação narrativa do tempo histórico helênico. Cabe salientar que as *Histórias* foram escritas numa época de crescente presença helênica no Egito, o que inclui uma fracassada expedição marítima da Atenas democrática contra o domínio persa na região.⁵⁴ A meu ver, a argumentação de Heródoto é também um alerta: se os gregos desejam interferir no cenário do mediterrâneo oriental, precisam conhecer a cultura e o passado dos egípcios, e reformular sua própria cultura e passado. Século depois, com as conquistas de Alexandre, a dinastia Ptolomaica passou a governar o Egito e iniciou um processo de integração cultural que sobreviveu até mesmo sob hegemonia romana. Tal integração cultural buscou aproximar divindades egípcias e gregas, e adotar escribas e estruturas burocráticas tipicamente egípcias para fundar o famoso *Museion* de Alexandria, que apesar de registrar a memória cultural grega e ser instrumento do poder helenístico na região, não deixa de ter traços egípcios: burocracia escribal, deificação de soberanos etc. Isto, claro, é outra história que Heródoto jamais testemunhou, logo só podemos especular o que ele pensaria desta conjuntura histórica na qual os sábios sacerdotes egípcios se colocam a serviço de senhores gregos para promover e consolidar uma integração cultural greco-egípcia.

54 Th., 1.104-110.

Tucídides vs. Helânico: uma polêmica sobre como narrar o tempo.

A problematização do tempo estrangeiro, tal como proposta por Heródoto, não chegou a arranhar a hegemonia da genealogia como principal problema do tempo histórico helênico. Helânico de Lesbos era apenas mais um genealogista até uma inovação decisiva que fundou a cronografia grega na obra *Sacerdotisas de Hera em Argos*. Os fragmentos do texto demonstram que não se trata de mera lista de nomes, tampouco de mitografia e história local de Argos, e sim de uma sincronização sistemática desta lista de sacerdotes, que remonta ao passado heroico, com genealogias e eventos pan-helênicos (“pontos fixos”) da memória cultural de toda a Grécia,⁵⁵ de forma a ser uma espécie de mapa do tempo histórico grego. Não é certo se Helânico consultou fontes escritas ou se produziu tal lista a partir de inquérito oral, mesmo assim sua contribuição foi muito influente por séculos. A cronografia posterior a Helânico se dedicou a resolver e acrescentar aos inúmeros conflitos cronológicos decorrentes, e o registro da sucessão de sacerdócios de Hera em Argos tentou se impor, sem sucesso, como sistema pan-helênico.⁵⁶

Para compreender o impacto desta inovação basta recorrer ao escritor tardio Dionísio de Halicarnasso – que cita a *Sacerdotisas de Hera em Argos*⁵⁷ quatro séculos após a morte de Helânico – para datar a migração dos Sícelos da Itália para a Sicília da seguinte forma: três gerações antes do saque de Troia e no 26º ano de Alcíone como sacerdotisa em Argos. Logo, este exemplo é perfeito para compreender como o sistema de Helânico expande e detalha o tempo genealógico e facilita a sincronização com eventos relevantes. Porém, não se trata de algo estático, pois novos contextos exigiam novos arranjos: a sincronização da queda de Troia com a

55 PEARSON, L. I., *The Local Historians of Attica*. Philadelphia: American Philological Association, 1942, pp. 1-26; MÖLLER, Astrid, “The Beginning of Chronography: Hellanicus’ Hierēiai”. In. LURAGHI, N. (Org.), *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 242-262; POWNALL, BNJ 4 F74.

56 CLARKE, *Making Time for the Past...*, pp. 57-58.

57 [D. H.], *Antiquitates Romanae* 1.22.1-5 = BNJ4 F79b.

ocupação da Itália possui relevância cultural nova para Dionísio, que viveu sob o Principado de Augusto, do que para Helânico, que morreu muito antes da hegemonia romana. Em outro trecho, Dionísio⁵⁸ cita novamente a *Sacerdotisas de Hera em Argos* na primeira tentativa, antes mesmo de Virgílio, de relacionar Eneias com a fundação de Roma.⁵⁹ Se Dionísio tentou conciliar passado grego e romano, mais tarde cronógrafos cristãos tentaram sincronizar a queda de Troia com o Êxodo bíblico a partir de referências similares, incluso Helânico.⁶⁰

Outra contribuição célebre de Helânico está na obra *Ática*,⁶¹ que fundou a história local ateniense e adotou o sistema cronográfico similar dos Arcontes epônimos, cargos que registravam o tempo político na cidade. Porém, apesar do eloquente sucesso de Helânico na tradição, temos uma voz destoante: Tucídides. No trecho conhecido como *Pentekontaetia*⁶², que aborda os cinquenta anos que antecedem ao conflito principal narrado pela obra, Helânico é o único historiador citado por Tucídides em toda a *Guerra do Peloponeso*. Vejamos como:

Escrevi isto e fiz esta digressão do relato porque todos aqueles antes de mim eram omissos neste tópico: ou compunham sobre os gregos antes das Guerras Persas ou sobre as próprias Guerras Persas. Dentre estes, Helânico abordou-o na sua composição *Ática*, mas brevemente e sem exatidão na cronologia. Ao mesmo tempo, esta digressão contém a exposição da forma como se estabeleceu o domínio dos atenienses.⁶³

58 [D. H.], *Antiquitates Romanae* 1.72.1-2 = BNJ4 F84.

59 MÖLLER, *The Beginning of Chronography...*, pp. 246-248; POWNALL, *BNJ* 5, F84.

60 CLARKE, *Making Time for the Past...*, pp. 81-89.

61 Sobre o debate se a *Ática* é uma cronografia ou uma história local: JOYCE, Christopher, "Was Hellanicus the First Chronicler of Athens?" *Histos*, 3, 1999, pp. 16-17. Joyce não questiona o uso recorrente de arcontes epônimos como cronografia da obra, mas que seu enredo se aproxima mais de mitografia e genealogia. Ver também MÖLLER, *The Beginning of Chronography...*, pp. 249-254.

62 Th. 1.89-118. Ver KALLET, L., "The Pentecontaetia". In: BALOT, R. K.; FORSDYKE, S.; FOSTER, E. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Thucydides*, Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 63-64; e BAKKER, E. J., "Authorial Comments in Thucydides". In: BALOT, R.; FORSDYKE, S.; FOSTER, E. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Thucydides*, 2017, pp. 242-243.

63 Th. 1.97.2.

A passagem gerou espanto e críticas de comentadores antigos e modernos, a começar pelo fato que a *Pentekontaetia* de Tucídides também é breve e sem exatidão na cronologia,⁶⁴ embora o ateniense, de fato, ofereça uma cronografia alternativa nos anos da *Guerra do Peloponeso* em si, porém não para a *Pentekontaetia*. Apesar de recorrer a nexos causais entre eventos, com avanços e retrocessos cronológicos, Tucídides adota um rigoroso sistema sazonal com numeração sistemática de todos os invernos e verões do conflito. O sistema é introduzido em Thuc. 2.1-2:

Começa neste momento a guerra dos atenienses e peloponésios e respectivos aliados, na qual não se encontram, exceto através de arautos, e lutam continuamente. Cada acontecimento é relatado em sequência de verão e inverno. A trégua de trinta anos, após a captura da Eubeia, durou por quatorze anos, mas no décimo quinto ano, no quadragésimo oitavo ano do sacerdócio de Crisís em Argos, Enésias era Éforo em Esparta, Pitodoro tinha ainda dois meses como Arconte dos atenienses, depois do sexto mês da batalha de Potideia e ao mesmo tempo do começo da primavera.

Dionísio de Halicarnasso, além de apreciar a leitura de Helânico, critica expressamente este sistema cronográfico de Tucídides por ser confuso e difícil de seguir.⁶⁵ No séc. XX Wilamowitz-Moellendorff, entre outras autoridades da época, juntaram-se ao coro que denuncia este método sazonal por prejudicar a coesão da obra devido a constantes interrupções para narrar eventos não conectados entre si que se desenrolam em paralelo no mesmo inverno ou verão.⁶⁶ Por outro lado, outros notam que Tucídides produz ritmo narrativo ao sequenciar estações do ano – batalhas no verão, diplomacia no inverno – e concede riqueza pragmática

64 Sobre a inexactidão cronológica da *Pentekontaetia*: GOMME, A. W., *Historical Commentary on Thucydides*, Oxford: Clarendon Press, 1959, p. 362; HORNBLOWER, Simon, *A Commentary on Thucydides - Vol. I Books I-III*, Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 148; HARDING, P., *Androtion and the Atthis*, Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 47-52; HARDING, P., "Local History and Atthidography", In: MARINCOLA, J. (Org.), *A Companion to Greek and Roman Historiography*, Malden and Oxford: Blackwell, 2007, p. 180-188; JOYCE, *Was Hellanicus the First Chronicler of Athens?...*, pp. 2-3, nota 8; e POWNALL, *BNJ* 4 T16.

65 [D. H.] *De Thucydide* 9.

66 Apud ROOD, T., *Thucydides. Narrative and explanation*, Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 111.

e dramática às ações militares. Por exemplo, o sítio em Mitilene começa no início do inverno, ao invés de ao fim do verão,⁶⁷ o que enfatiza a severidade e a escalada do conflito. Em outra passagem os Peloponésios tentam surpreender os Atenenses ao invadir a Ática antes do esperado, especificamente “no início da primavera antes do trigo amadurecer”.⁶⁸ Quinze dias depois, verifica-se que o tiro saiu pela culatra: eles são obrigados a se retirar da Ática, pois o trigo ainda não havia amadurecido e não era possível alimentar as tropas.⁶⁹

Ao fixar o primeiro ano da guerra, Tucídides sincroniza ao todo seis marcadores cronográficos.⁷⁰ Tal exagero de referências parece visar não apenas exatidão, mas conceder solenidade ao estopim do conflito.⁷¹ Três destas referências são magistrados epônimos, duas delas são eventos antecedentes (a trégua dos Trinta anos e a batalha em Potidea) e a última é a estação, a primavera. Porém, a cronografia sazonal de Tucídides padroniza verões de 9 meses (logo, incluem primavera e outono) e invernos de 3 meses, outras estações são citadas em caráter excepcional. O sistema é adotado de forma persistente e minuciosa: todos os verões e invernos são numerados, e ao fim da maioria dos invernos Tucídides se identifica novamente como autor do texto,⁷² o que aproxima seu estilo da crônica. Não parece haver um padrão nos trechos em que

67 Th. 3.18.5.

68 Th. 4.2.1.

69 Th. 4.6.1. Mais discussão sobre aspectos narrativo-temporais em Tucídides: *Ibid.*, p. 118; DEWALD, C., *Thucydides' War Narrative. A structural study*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2005, p. 43-45; CLARKE, *Making Time for the Past...*, p. 92.

70 Th. 2.1-2, citado logo acima.

71 HORNBLLOWER, *A Commentary on Thucydides - Vol. I Books I-III*, pp. 235-236; CLARKE, *Making Time for the Past...*, pp. 90-91.

72 Tucídides registra seu nome ao fim do segundo (2.70.4), terceiro (2.103.2), quarto (3.25.2), quinto (3.88.4), sexto (3.116.3), sétimo (4.51.1), nono (4.135.2), décimo sexto (6.7.4), décimo sétimo (6.93.4), décimo oitavo (7.18.4), décimo nono (8.6.5) e vigésimo (8.60.3) invernos. Ele omite o nome no primeiro (2.47.1), oitavo (4.116.3), décimo (5.24.2), décimo primeiro (5.39.3), décimo segundo (5.51.2), décimo terceiro (5.56.5) e décimo quarto (5.81.2). Ele identifica-se também após a Paz de Nícias (5.26.1), no que abaixo será descrito como “dois segundos prefácios”. Sobre afirmação autoral na historiografia antiga, ver a contribuição de Tiago Guterres neste volume: capítulo 9, intitulado “A noção de autoria no mundo antigo: história e historiografia”.

ele omite seu nome, mas a contagem é implacável até o fim abrupto da obra no vigésimo primeiro verão.

Dos três magistrados epônimos citados em Th. 2.1-2, o Éforo de Esparta⁷³ e o Arconte de Atenas representam as cidades protagonistas da guerra, mas a menção a Crisís, Sacerdotisa de Argos, cidade que participa parcialmente do conflito, denuncia a influência de Helânico.⁷⁴ Outros pesquisadores notam que seria impossível fixar o início da guerra e começar a contar invernos e verões sem sincronizar com o mais consolidado sistema epônimo, e que a referência ao mês do Arcontado ateniense pode ser sinal de crítica a Helânico.⁷⁵ A sacerdotisa Crisís de Argos, que marca o início da guerra, faz um retorno desafortunado no oitavo ano do conflito: após colocar uma lâmpada perto de tecidos, Crisís adormece e causa um incêndio que destrói o templo em Argos; ela foge com medo da reação dos argivos e outra sacerdotisa é nomeada.⁷⁶ O significado da digressão é incerto: outra sincronização ou implícita crítica a Helânico na medida em que a transição do sacerdócio é irregular e ilustra a fragilidade do sistema?⁷⁷

Além disso, há outra crítica direta ao sistema epônimo de Helânico em Th. 5.20.1-3, que analisaremos logo a seguir. Tal criticismo recorrente causa perplexidade diante do prestígio de Helânico enquanto um dos principais cronógrafos gregos, e também

73 Há possibilidade de Tucídides ter consultado também Caronte de Lâmpsaco, que produziu uma lista de Éforos de Esparta. Ver: CLARKE, *Making Time for the Past...*, p. 91; CECCARELLI, Paola, "Charon of Lampsakos (262)". In. WORTHINGTON, I. (Org.), *BNJ*, Leuven: Brill, 2016.

74 Ver POWNALL, *BNJ* 4 T16, F49 e F74. Há quem diga que é uma homenagem ao antecessor, como PORCIANI, Leone, "Thucydides' Predecessors and Contemporaries in Historical Poetry and Prose". In. BALOT, R. K.; FORSDYKE, S.; FOSTER, E. (Orgs.) *The Oxford Handbook of Thucydides*, 2017, p. 556.

75 Especialmente SMART, J. D., "Thucydides and Hellenicus". In. SMART, J. D.; MOXON, I. S.; WOODMAN, A. J. (Orgs.), *Past Perspectives: Studies in Greek and Roman Historical Writing*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 19-36.

76 Th. 4.133. Pausânias (2.17.7 e 3.5.6) acrescenta que depois da fuga, Crisís prostroou-se como suplicante no templo de Atenas Álea na Tégea, e que sua estátua permanecia, na época, em frente às ruínas do incêndio.

77 HORNBLLOWER, *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV-V.24...*, pp. 411-415; HORNBLLOWER, Simon. "Thucydides and the Argives". In. RENGAKOS; TSAKAMAKIS; (Orgs.), *Brill's Companion to Thucydides*, 2006, p. 620; MÖLLER, *The Beginning of Chronography...*, pp. 255, 261.

pela insistência de Tucídides na exatidão cronológica, em contraste com sua pouca preocupação, por exemplo, com topografia e geografia.⁷⁸ No entanto, antes de abordar Th. 5.20.1-3 é preciso pontuar questões pertinentes ao contexto muito complexo no qual o trecho se insere. Desde o final do livro quarto, Tucídides aborda a trégua conhecida como a Paz de Nícias (420-421 AEC em nosso calendário), é justamente na conclusão desse tratado que a polêmica contra Helânico aparece em Th. 5.20.1-3. Na sequência, Th. 5.21-24 narra a rejeição dos aliados peloponésios ao tratado, e que a trégua foi jurada apenas entre atenienses e lacedemônios. Logo, a discussão de Th. 5.20.1-3 envolve os chamados “dois segundos prefácios” da obra,⁷⁹ pois é possível ter a impressão que Tucídides havia encerrado o texto em Th. 5.24 (que concluiu a discussão do tratado), e depois retomado em Th. 5.25 (que argumenta em prol da ineficiência do tratado e continuidade da guerra). Não por acaso, Th. 5.26 soa como um reinício: novamente Tucídides cita seu próprio nome como autor do texto, reintroduz o sistema cronográfico sazonal, e menciona a duração de vinte e seis anos da guerra, que se conclui na derrota de Atenas, episódio que Tucídides jamais viria a narrar devido a interrupção abrupta da obra no vigésimo primeiro verão.⁸⁰ Mas, voltemos à polêmica com Helânico. Seu contexto é a citação integral⁸¹ do tratado da Paz de Nícias,

78 FUNKE, P.; HAAKE, M., “Theaters of War: thucydidean topography”. In. REN-GAKOS; TSAKAMAKIS; (Orgs.), *Brill’s Companion to Thucydides*, 2006, p. 369-384.

79 A formulação é de WESTLAKE, H. D., “The Two Second Prefaces of Thucydides”, *Phoenix*, 26, 1, 1972, pp. 12-17. Westlake afirma que há contradição nos dois prefácios: Th. 5.25.1 afirma que houve paz durante seis anos dez meses, apesar de perturbações geradas por aliados peloponésios, enquanto em Th. 5.26.2 este período não é mais considerado uma paz *de facto*.

80 Sobre o caráter pessoal desse trecho, ver SEBASTIANI, Breno, *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 97-98.

81 Existe longo debate sobre o fato de Tucídides mencionar atipicamente a íntegra de vários tratados nesta fase da guerra (Th. 4.16, 4.118-119, 5.18-19). Trata-se do primeiro uso sistemático de documentos numa narrativa histórica, o que não ocorre em outros momentos da obra, bem como há incongruências entre os tratados e o restante da narrativa. Há duas hipóteses: (a) Tucídides consultou os tratados tardiamente, após escrever a narração das ações, e jamais teve a chance de revisar a obra; (b) Tucídides cita tratados na íntegra para reforçar o argumento de que a guerra é uma só, e demonstrar que os acordos nunca foram cumpridos desde o início. Para discussão: HORNBLLOWER, *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV-V.24...*, pp. 113-119; pp.356-360;

que é datada da seguinte forma em Th. 5.19.1:

Plístolas, Éforo dos lacedemônios, inicia as libações⁸² no quarto dia antes do fim do mês Artemíon, quando Alceu era Arconte dos atenienses, no sexto dia antes do fim do mês Elafebólion.

Logo, o tratado revela que a forma oficial de alcançar exatidão cronográfica é combinar o sistema epônimo com os meses do calendário lunar, como ocorre também em Th. 2.1-2, e deve-se manter isto em mente na discussão a seguir. Por fim, e para complicar ainda mais, os manuscritos de Th. 5.20.1–3 apresentam dificuldades e divergências que geraram muita discussão filológica.⁸³ Proponho aqui uma versão para o português que mantém a ambiguidade do original; assim evito a solução comum de tradutores ao acrescentar palavras para tornar o texto inteligível, no que me limito a referenciar algumas questões em notas. Vejamos, finalmente, Th. 5.20.1–3:

Estas libações [da trégua] ocorreram ao mesmo tempo da passagem do inverno para primavera, imediatamente depois das Dionísias urbanas.⁸⁴ Passaram-se exatos dez anos e mais alguns dias desde a primeira invasão na Ática⁸⁵ e o começo desta guerra. Deve-se calcular

ROOD, *Thucydides. Narrative and explanation...*, pp. 83-108; CLARKE, *Making Time for the Past...*, p. 91.

82 A maioria das traduções interpreta o trecho como “o acordo inicia no Eforato de Plístolas...”, mas opto por versão literal para ressaltar o papel do magistrado; Plístolas neste caso é mais do que uma data.

83 Para discussão filológica ver SHRIMPTON, Gordon, “Time, memory and narrative in Thucydides”, *Storia Della Storiografia*, 28, 1995, pp. 48–53; HORNBLLOWER, *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV-V.24...*, pp. 490-493.

84 Não há motivo claro para oferecer mais um marcador temporal com as festas Dionísias urbanas, mas é relevante que existe defasagem de alguns dias entre a data em Th. 5.19.1 e o fim do festival, no que se configura uma das dificuldades do trecho. Talvez seja um simples desacordo entre o calendário lunar e o calendário de festivais, este último frequentemente alterado por motivos diversos. Para discussão: HORNBLLOWER, *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV-V.24...*, p. 490.

85 *Ibid.*, p. 490-493 defende a exclusão desta frase, pois em Th. 2.2 o estopim da guerra não é a invasão da Ática, mas o ataque em Plateias. Mais uma vez a multiplicidade de calendários e o hábito de intercalar dias entre os meses (ver Hdt. 2.4) torna impossível saber como Tucídides chegou na cifra exata de dez anos e alguns dias. Para SMART, *Thucydides and Hellenicus...*, pp. 19-29 este trecho é uma interpolação que denuncia a invasão da Ática como início “mais popular” da guerra, mas Tucídides prefere o ataque em Plateias (que ocorre no mesmo ano, mas em outro Arcontado) por conta da sua polêmica com Helânico. Esta questão dos dois inícios da guerra será tratada a seguir.

por períodos de tempo,⁸⁶ e não por listas de Arcontes ou de alguma outra magistratura do passado, cujos nomes costumam indicar como contagem mais confiável, mas não é exato que algo calhou de acontecer no começo, no meio ou em qualquer outro período. Pela contagem em verões e invernos, tal qual escrita aqui, tendo como quantidade⁸⁷ a metade de cada ano, encontrará a passagem de dez verões e igualmente dez invernos na primeira guerra.

Há pouca dúvida que a queixa sobre exatidão (*ákríbeia*) é a mesma crítica contra Helânico em Th. 1.97.2. Porém, o desempenho do sistema sazonal também é muito limitado para resolver o problema, pois não permite datar eventos com uma exatidão muito maior do que aquela do sistema epônimo. Astrid Möller reconhece que o sistema sazonal cria mais subdivisões de tempo do que o sistema epônimo,⁸⁸ mas isto significa apenas dividir o ano em duas estações. Como último recurso de um escritor obcecado com exatidão, se este fosse o caso, Tucídides poderia sempre recorrer aos calendários lunares, aliás, como faz o tratado que ele mesmo cita alguns trechos antes. Como afirma Christopher Joyce: *surely Thucydides was not complaining that Hellanikos had failed to clarify whether events occurred in the months of Hekatombaion, Metagetnion or Skirophorion.*⁸⁹ De qualquer forma, não é evidente o que Tucídides entende por exatidão nesta crítica do sistema epônimo de Helânico.

A possibilidade de que existe uma polêmica específica de Tucídides contra Helânico, que se expressa em vários trechos como Th. 1.97.2, 2.1-2, 5.20.1-3, entre outros, foi defendida prin-

86 Como afirma CLARKE, *Making Time for the Past...*, pp. 93-94: *it is indeed not entirely clear what his exhortation that one should calculate katà toús khrónous really means.* Muitos vertem “por divisões naturais do tempo”, devido ao sistema envolver o ciclo de estações, mas prefiro manter a imprecisão original.

87 Ao verter “*tên dýnamín*” como “quantidade” evita-se o contrassenso, notado por HORNBLOWER, *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV-V.24...*, p. 493 que Tucídides entendeu que verão e inverno são duas metades do ano. A meu ver, ele se refere à própria obra: cada ano tem duas metades na cronografia da *Guerra do Peloponeso*; logo, é a quantidade de estações do ano enquanto unidades de tempo na obra.

88 MÖLLER, *The Beginning of Chronography...*, pp. 260-261.

89 JOYCE, *Was Hellanikos the First Chronicler of Athens?...*, p. 12. Note-se que a grafia dos termos transliterados na citação estão conforme o original em inglês.

principalmente por J. D. Smart.⁹⁰ O argumento envolve um trecho de Diodoro Sículo⁹¹ que apresenta a data do estopim da Guerra do Peloponeso na invasão da Ática que ocorreu no Arcontado de Eutidemo, ou seja, no arcontado seguinte ao de Pitodoro referido em Th. 2.2, mas de acordo com o sistema sazonal do próprio Tucídides, ainda no mesmo primeiro verão da guerra. Se a fonte de Diodoro é Helânico, como defende Smart, seria contra esta contagem inexata que Tucídides polemiza, o que torna mais inexplicável ainda que ele mencione em 5.20 a “primeira invasão da Ática” (Arcontado de Eutidemo), e não o ataque em Plateias, como faz no trecho 2.2. Por fim, Smart conclui que a polêmica se deve à predileção de Tucídides por um sistema baseado na natureza (*phýsis*) – o ciclo das estações – do que na convenção (*nómos*) dos magistrados epônimos. Katherine Clarke prefere a ideia de que Tucídides aponta limitações de Helânico em oferecer um método pan-helênico.⁹² Tais explicações são interessantes, mas jamais elaboradas pelo autor antigo, pois Tucídides apenas repete, mais de uma vez, que o seu sistema sazonal é mais exato.

Outra proposta de interpretação, baseada numa tradução inovadora do texto, é a de Gordon Shrimpton, para quem Tucídides se refere à contagem de invernos e verões como recurso que facilita a memorização individual da sequência de ações.⁹³ O sistema epônimo, por sua vez, exigiria a memorização de nomes de magistrados, para que depois as ações fossem mnemonicamente reorganizadas numa cronologia. Logo, a numeração de invernos e verões oferece unidades mais fáceis de gerenciar e estocar na memória do que uma complicada lista com vários nomes. Neste sentido, Shrimpton propõe uma tradução diferente para as duas frases centrais de Th. 5.20.2:

One should calculate rather by seasons and not trust in the numbering off of names of archons in any place (or of honorific titularies) to pro-

90 Como defende especialmente SMART, *Thucydides and Hellenicus...*, que descreve como “obsessivas” as correções que Tucídides faz contra Helânico.

91 [D.S.] 12.38.1.

92 CLARKE, *Making Time for the Past...*, pp. 95-96.

93 SHRIMPTON, *Time, memory and narrative in Thucydides...*, p. 50.

*vide a system of semata to bygone events. For that gives no precision, how a name follows on after ones at the beginning, middle, or other point (in the war).*⁹⁴

A exatidão reivindicada, logo, envolve a memorização da cronologia de eventos enquanto sequência de ações em cadeia, na qual se propõe como ajuda de memória uma cronografia que enumera verões e invernos. Está implícito na argumentação que o sistema de magistrados epônimos não calcula por períodos de tempo (“*katà//toùs//khrónous*”), mas apenas sincroniza eventos com as listas de magistrados. O leitor não memorizaria, através do sistema epônimo, em qual ano da guerra ocorreu a Paz de Nícias, mas sim em qual Arcontado ou Eforato; não por acaso, Th. 5.20.3 sincroniza os dois sistemas. A preocupação com a progressão dos anos da guerra está presente também nos capítulos seguintes: somente após a rejeição do tratado por parte dos aliados peloponésios, e sua conclusão apenas entre atenienses e lacedemônios, é que Th. 5.24.2 declara o fim do décimo inverno da guerra. A seguir, Th. 5.25–26 e os referidos “dois segundos prefácios” dão um novo início à narrativa, o que reforça que a defesa do sistema sazonal em Th. 5.20.1-3 faria parte de uma “conclusão” da obra, que entretanto depois foi retomada, pois as hostilidades não cessaram; a Paz de Nícias, na leitura de Tucídides, nunca foi efetivada.

Em suma, a datação dos anos da guerra orienta todo o trecho entre Th. 5.20 até 5.26. A questão torna-se complexa devido ao argumento de Tucídides, talvez pouco consensual na época, de que os conflitos antes e depois da Paz de Nícias são uma só guerra. Até hoje esta guerra é dividida em dois períodos: o período anterior à Paz de Nícias (431 a 421 AEC) é a chamada “Guerra Arquidâmica”, sendo a Guerra do Peloponeso propriamente dita as hostilidades que ocorreram a partir da expedição ateniense na Sicília até o fim do conflito (415 a 404 AEC). Tucídides argumenta que a Paz de Nícias foi uma falsa trégua de seis anos devido ao

⁹⁴ Ibid., p. 51. Shrimpton verte “*sēmainóntōn*” por *system of semata* em sentido semelhante a um sistema de notação musical, que na antiguidade também é orientado por memorização e não por partituras escritas.

fato de que os termos do tratado nunca foram cumpridos por ambos os lados, enquanto os aliados peloponésios nunca chegaram a aceitar o tratado. Nesta interrupção narrativa Tucídides defende a exatidão do seu sistema sazonal que enumera todos os invernos e verões da guerra, especialmente contra o sistema epônimo, o que remete à crítica contra Helânico em Th. 1.97.2. Tais trechos revelam a preocupação com o problema sobre como narrar com exatidão o tempo histórico, que polemiza diretamente com Helânico, mas pode remeter também à inexistência de cronografia em Heródoto. No entanto, a exatidão de Tucídides não é apenas sobre mapear medidas de tempo, no que poderia recorrer aos meses dos calendários lunares em combinação com o sistema epônimo. Ao narrar que a Paz de Nícias ocorreu “na passagem do décimo inverno para a primavera”, ao invés de “quando era Arconte Alceu no sexto dia antes do fim do mês Elafebólion”, Tucídides atribui aspectos práticos, rítmicos e mnemônicos que visam melhorar a fruição narrativa do texto. Até hoje, dispor em ordem numérica o tempo é a mais exata forma de *narrar* o tempo histórico, ao invés de usar os nomes de soberanos ou sacerdotes que presidem o tempo político.

Considerações finais

Como incorporar diferentes referências de tempo histórico? Como narrar de forma exata o tempo histórico? Estes problemas foram duramente debatidos na historiografia grega. Tucídides contribuiu na elaboração de uma cronografia comum para a narrativa histórica grega, mas sua contribuição teve poucos seguidores, e recebeu críticas de seus leitores antigos e modernos. Porém, a numeração das estações do ano trazia cor, ritmo e ajuda mnemônica à narrativa militar de Tucídides. Este debate culmina, séculos depois, no sistema das Olimpíadas, festival que começa a ser usado na cronografia do tempo histórico grego, e que tornou desnecessário o recurso aos magistrados epônimos, assim como depois a numeração dos anos após o advento de Cristo torna obtuso o sistema das Olimpíadas. Por outro lado, a fusão entre calendáριοe

numeração sequencial dos anos após o advento de Cristo consolidada a cronografia cristã, e soa hoje natural numa paisagem cada vez menos colorida pelas estações do ano, num mundo urbano indiferente aos ciclos da lua e do sol, e no qual agrotóxicos permitem colher frutos da terra em qualquer estação do ano. A numeração dos anos cristãos é hoje tão consensual que não vislumbramos que a forma de descrever o ano no qual este artigo foi escrito poderia não ser um simples “2022”, mas sim um desagradável “quarto e último ano da Presidência Bolsonaro”. Não obstante, mandatos presidenciais ainda são formas relevantes de organizar a cronologia de recortes temáticos de história política.

O problema do tempo histórico debatido por Heródoto, por sua vez, revela uma surpreendente atualidade. A integração de tempos culturalmente estrangeiros entre si permanece um problema relevante numa época em que críticas pós-coloniais apontam para lacunas na memória cultural e no tempo histórico tal como organizado pelas sociedades ocidentais. A historiografia contemporânea tem se confrontado com o problema do eurocentrismo, que elaborou uma história de dominação colonial que não mais responde à complexidade de um mundo com trocas instantâneas de informação que explodem em renovadas narrativas e identidades culturais. Ao incorporar referências não-gregas e confrontá-las com a imagem grega sobre seu próprio passado, Heródoto redimensiona em milhares de anos o tempo histórico grego, reformulado a partir do seu inquérito junto a sacerdotes egípcios. Heródoto convida os gregos a considerar o contexto cultural muito mais amplo do mediterrâneo antigo, e especialmente reconhecer a reputação e antiguidade egípcia na sua própria concepção do passado. De forma semelhante, hoje, assim como no tempo de Heródoto, referências estrangeiras ao tempo histórico ocidental têm a capacidade de subverter e redimensionar essa temporalidade europeia/ocidental e a narrativa que ela expressa.

Porém, a reverência que Heródoto tem pela antiguidade e pelo conhecimento egípcio, que demanda a reformulação do tempo histórico grego, não reverte em nada a dinâmica de poder que

eventualmente colocaria certos gregos como soberanos egípcios. Esta visão está longe de um helenocentrismo restrito, e parece ecoar a integração cultural helenística que se desenvolve a partir do séc. III AEC no Egito. Tal integração entre cultura grega e egípcia pode ter atuado como cavalo de troia da hegemonia grega, que prevaleceu mesmo depois que o Egito foi engolido pelo domínio romano. De forma semelhante, em nosso contexto não é um simples grito voluntarista por um novo tempo histórico que irá, por si só, destruir os grilhões da dominação europeia e colonial. Talvez os antigos nos ajudem a perceber que novos tempos históricos são fruto do seu contexto contemporâneo e sempre respondem à implacável dinâmica de poder que se impõe sobre memórias culturais, identidades sociais e investigações historiográficas.

Referências:

ASSMANN, Jan. *Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance, and Political Imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BAKKER, Egbert J. “Authorial Comments in Thucydides”. In. BALOT, R. K.; FORSDYKE, S.; FOSTER, E. (Orgs.). *The Oxford Handbook of Thucydides*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 239-256.

BAKKER, Egbert J. “The syntax of historiē: How Herodotus writes”. In. DEWALD, C.; MARINCOLA, J. (Orgs.). *The Cambridge Companion to Herodotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 92-102.

BERTELLI, Lucio “Hecataeus: from genealogy to historiography”. In. LURAGHI, N. (Org.). *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 57-94.

CECCARELLI, Paola. “Charon of Lampsakos (262)”. In. WORTHINGTON, I. (Org.). *Brill’s New Jacoby*. Leuven: Brill, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1873-5363_bnj_a262>.

CLARKE, Katherine. *Making Time for the Past: Local Histories and the Polis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CONDILO, Camila *Genealogy and Textual Authority in Herodotus*. Tese (de Doutorado em Estudos Clássicos), Newnham College, University of Cambridge, 2015.

CONDILO, Camila. “ ‘Agonistic intertextuality: Herodotus’ engage-

ment with Hecataeus on genealogies”. *Journal of Ancient History*, 5, 2, 2017, pp. 228-279. Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/jah-2017-0001>>.

CORCELLA, Aldo “The New Genre and Its Boundaries: Poets and Logographers”. In. RENGAKOS, A. (ed.); TSAKAMAKIS, A. (ed.) (Orgs.). *Brill's Companion to Thucydides*. Leiden: Brill, 2006, pp. 33-56.

CORREA, Denis. *Controvérsias na Historiografia Grega: Hecateu, Heródoto, Helânico e Tucídides*. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2021.

DEWALD, Carolyn. *Thucydides' War Narrative. A structural study*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2005.

FOWLER, Robert. “Herodotos and his contemporaries”. *Journal of Hellenic Studies*, 116, 1996, pp. 62-87. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/631956>>.

FUNKE, P.; HAAKE, M. “Theaters of War: thucydidean topography”. In. RENGAKOS, A.; TSAKAMAKIS, A. (Orgs.). *Brill's Companion to Thucydides*. Leiden: Brill, 2006, pp. 369-384.

GOBET, Justus. “The Organization of Time in the Histories”. In. BAKKER, E. J.; JONG, J. F.; WEES, H. (Orgs.). *Brill's Companion to Herodotus*. Leiden: Brill, 2002, pp. 387-412.

GOMME, Arnold W. *Historical Commentary on Thucydides*. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1959.

HARDING, Philip. “Local History and Atthidography”. In. MARINCOLA, J. (Org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden and Oxford: Blackwell, 2007, pp. 180-188.

HARDING, Philip. *Androtion and the Atthis*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

HORNBLOWER, Simon. “Thucydides and the Argives”. In. RENGAKOS, A.; TSAKAMAKIS, A. (Orgs.). *Brill's Companion to Thucydides*. Leiden: Brill, 2006, p. 615-628.

HORNBLOWER, Simon. *A Commentary on Thucydides - Vol. I Books I-III*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

HORNBLOWER, Simon. *A Commentary on Thucydides - Vol. II Books IV-V.24*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

JONES, Nicholas F. “Antiochos-Pherekydes of Athens (333)”. In: WORTHINGTON, I. (Org.). *Brill's New Jacoby*. Leuven: Brill, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1873-5363_bnj_a333>.

JOYCE, Christopher. "Was Hellanikos the First Chronicler of Athens?" *Histos*, 3, 1999, p. 1-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1524/klio.2003.85.1.7>>.

KALLET, Lisa. "The Pentecontaetia". In: BALOT, R. K.; FORSDYKE, S.; FOSTER, E. (Orgs.). *The Oxford Handbook of Thucydides*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 63-80.

KOIKE, Katsuzo, *Hecateu de Mileto e a Formação do Pensamento Histórico Grego*. 2013. Tese. (Doutorado em Estudos Clássicos). Universidade de Coimbra, 2013.

LLOYD, Allan B. "Book II". In: MURRAY, O. MORENO, A. (Orgs.). *A commentary on Herodotus Book I-IV*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 219-378.

LLOYD, Allan B. *Herodotus Book II Commentary 99-192*. Leiden: Brill, 1988.

LURAGHI, Nino; MÖLLER, Astrid. "Time in the writing of history: perceptions and structures". *Storia Della Storiografia*, 28, pp. 3-15, 1995. Disponível em: <<http://www.libraweb.net/articoli.php?chiave=199511502&rivista=115>>.

MARQUES, Juliana B. "O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga". *Revista de História*, 158, pp. 43-65, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i158p43-65>>.

MÖLLER, Astrid. "The Beginning of Chronography: Hellanicus' Hiereiai". In: LURAGHI, N. (Org.). *The Historian's Craft in the Age of Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 241-262.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "Time in Ancient Historiography". *History and Theory*, 6, 6, 1966, p. 1-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2504249>>.

MORISON, William S. "Pherekydes of Athens (3)". In: WORTHINGTON, I. (Org.). *Brill's New Jacoby*. Leuven: Brill, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1873-5363_bnj_a3>.

MOYER, Ian S. "Herodotus and an Egyptian Mirage: The Genealogies of the Theban Priests". *The Journal of Hellenic Studies*, 122, 2002, pp. 70-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3246205>>.

OLIVEIRA PINTO, Juarez C. *O Catálogo das Mulheres hesiódico e o fim da linhagem dos heróis no epos grego arcaico*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas). Universidade de São Paulo, 2020.

PEARSON, Lionel I. *The Local Historians of Attica*. Philadelphia: Ameri-

can Philological Association, 1942.

PORCIANI, Leone. "Thucydides' Predecessors and Contemporaries in Historical Poetry and Prose". In. BALOT, R. K.; FORSDYKE, S.; FOSTER, E. (Orgs.). *The Oxford Handbook of Thucydides*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 551-566.

POWNALL, F. "Hekataios of Miletos (1)". In. WORTHINGTON, I. (Org.). *Brill's New Jacoby*. Leuven: Brill, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1873-5363_bnj_a1>

POWNALL, F. "Hellankos of Lesbos (4)". In. WORTHINGTON, I. (Org.). *Brill's New Jacoby*. Leuven: Brill, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1873-5363_bnj_a4>.

RICCEUR, Paul. *Tempo e Narrativa - Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994.

RICCEUR, Paul. *Tempo e Narrativa - Tomo III*. Campinas: Papirus, 1997.

ROOD, T. *Thucydides. Narrative and explanation*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

SEBASTIANI, Breno B. *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

SHRIMPTON, Gordon. "Time, memory and narrative in Thucydides". *Storia Della Storiografia*, 28, 1995, pp. 47-54. Disponível em: <<http://www.libra-web.net/articoli.php?chiave=199511502&rivista=115>>.

SMART, J. D. "Thucydides and Hellanicus". In. SMART, J. D.; MOXON, I. S.; WOODMAN, A. J. (Orgs.). *Past Perspectives: Studies in Greek and Roman Historical Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 19-36.

SOARES, Martinho T. M. *História e Ficção em Paul Ricœur e Tucídides*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2014.

STADTER, P. "Thucydides as 'Reader' of Herodotus". In. FOSTER, E.; LATEINER, D. (Orgs.). *Thucydides and Herodotus*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2012, pp. 39-66.

THOMAS, R. "Herodotus' Histories and the Floating Gap". In. LURAGHI, N. (Org.). *The Historian's Craft in the Age of Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 198-210.

TOYE, David. "Akousilaos of Argos (2)". In: WORTHINGTON, I. (Org.). *Brill's New Jacoby*. Leuven: Brill, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/1873-5363_bnj_a2>.

VANNICELLI, P. “‘Herodotus’ Egypt and the Foundations of Universal History”. In. LURAGHI, N. (Org.). *The Historian’s Craft in the Age of Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 211-240.

WEST, Stephanie. “‘Herodotus’ portrait of Hecataeus”. *Journal of Hellenic Studies*, 111, 1991, pp. 144-160. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/631892>>.

WESTLAKE, H. D. “The Two Second Prefaces of Thucydides”. *Phoenix*, 26, 1, 1972, pp. 12-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/1087205>>.

O tempo histórico como problema historiográfico na atualidade

Rodrigo Turin

In these troubling times, the urgency to trouble time, to shake it to its core, and to produce collective imaginaries that undo pervasive conceptions of temporality that take progress as inevitable and the past as something that has passed and is no longer with us is something so tangible, so visceral, that it can be felt in our individual and collective bodies.

Karen Barad¹

A abordagem do tempo histórico na atualidade se identifica, em grande medida, com a elaboração de diagnósticos de sua crise, cujos contornos vão da dimensão epistemológica à ontológica, passando ainda pelas implicações políticas e poéticas. Essa situação não deixa de implicar um paradoxo, que consiste em ter que elaborar um discurso minimamente estável ou inteligível sobre a crise de algo que é, ao mesmo tempo, a condição de possibilidade histórica de sua enunciação. Ou seja, como produzir um discurso historiográfico sobre a crise, ou mesmo o fim do tempo histórico, quando é justamente essa forma de temporalidade que condicio-

1 BARAD, Karen. "Troubling time/s and ecologies of nothingness: re-turning, re-membering, and facing the incalculable". In. FRITSCH, Matthias; LYNES, Philippe; WOOD, David (eds.), *Eco-Deconstruction: Derrida and Environmental Philosophy*. New York: Fordham University Press, 2020, p.57.

nou, nos últimos 200 anos, o funcionamento da sua representação historiográfica? A partir de qual tempo falar do tempo? Os debates ocorridos nas últimas três ou quatro décadas podem ser lidos em função desse paradoxo, com os esforços de sua identificação e com as propostas de lidar com ele. Dos diagnósticos do “presentismo” e do “presente lento”, elaborados na passagem do milênio, às proposições atuais de uma “pluri-historicidade”, passando ainda pelas interpelações decoloniais, raciais, de gênero e climáticas, a reflexão sobre as “temporalidades do contemporâneo” implica ter que enfrentar as próprias heranças disciplinares do conhecimento histórico, assim como o esforço de tentar reinventá-las.

Sem pretender esgotar todos os debates, temas e abordagens referentes ao(s) tempo(s) contemporâneo(s) na teoria da história, o presente texto busca apenas apresentar alguns de seus contornos. Para isso, seguiremos três movimentos. No primeiro, realizaremos um breve resgate dos diagnósticos realizados na virada do milênio acerca da crise do futuro, com destaque para a proposta analítica acerca dos “regimes de historicidade” e do “presentismo”. Em seguida, a partir de alguns pontos cegos revelados nessa análise, buscamos destacar as perspectivas teóricas que apontaram para a necessidade de entender o aspecto performático da politização do tempo e, com isso, a sua pluralização. Por fim, sugerimos um modo de lidar com essa pluralidade de tempos, identificando vetores estruturais de temporalização na contemporaneidade e seus diferentes entrelaçamentos, configurando aquilo que sugerimos chamar de “regimes potenciais de historicidade”.

Do “fim da história” às múltiplas historicidades

As décadas de 1980 a 2000 são marcadas por aquilo que Mark Fisher chamou de “o lento cancelamento do futuro”.² Após uma nova onda de reabertura dos possíveis, impulsionada pelas revoltas de 68, pelos processos de descolonização e pela segunda onda dos movimentos feministas, a década de 1980 representou

2 FISCHER, Mark. *Fantasma da minha vida. Escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

o início de uma nova torção no horizonte de expectativas. Ainda que com ritmos diferentes de acordo com as posições e disposições geopolíticas, o avanço do neoliberalismo e do conservadorismo, encarnados nas figuras de Thatcher e Reagan, assim como a crise e derrocada do regime comunista soviético, acabaram por produzir mudanças profundas nas condições de temporalização social, impactando igualmente os modos herdados de representação da historicidade moderna. Nada mais representativo, nesse sentido, do que o famoso diagnóstico do “fim da história”, elaborado por Francis Fukuyama, em artigo de 1989 e, posteriormente, em 1992, no formato de livro.³ Atualizando a leitura kojéviana nada filosofia da história de Hegel, Fukuyama identificava nas democracias liberais capitalistas a forma inescapável do sentido da história. A partir de então, com a derrocada do regime soviético, a temporalização da história daria lugar à sua espacialização, com a consequente globalização daquela forma sociopolítica.

Paralelamente a esse lento cancelamento do futuro, emergiram novos fenômenos e sensibilidades em relação ao tempo. O surgimento de todo um mercado voltado ao “retrô” e ao “vintage” marcava o clima de nostalgia desse tempo sem futuro, para o qual os diferentes passados, mesmo os mais recentes, se tornavam objetos de desejo.⁴ Essa profusão de passados no presente poderia vir acionada de diferentes modos, do mais puro consumo mercadológico ao esforço de recuperar a potência daquilo que justamente se tinha perdido: o horizonte de um futuro. Não por acaso, é nesse período que as políticas de patrimônio também ganham uma nova pujança mundo afora, canalizando institucionalmente esse novo desejo pelo passado, na sua variedade de disposições éticas e políticas. De todo modo, algo profundo parecia estar ocorrendo: as placas tectônicas temporais estavam se movimentando.

Essas mudanças nas formas de temporalização moderna foram percebidas e tematizadas por diferentes autores e a partir de

3 FUKUYAMA, Francis T. *The End of History and the Last Man*. London: Free Press, 2006.

4 REYNOLDS, Simon. *Retromania. Pop Culture's Addiction to its Own Past*. New York: Faber & Faber, 2011.

diferentes linguagens teóricas. Frédéric Jameson, por exemplo, identificou esse processo como uma nova forma do capitalismo.⁵ Em posição inversa ao hegelianismo liberal de Fukuyama, ele identificava na globalização do capitalismo, sob a lógica do capital financeiro – bastante distinto, em termos temporais, do capital industrial –, assim como nos efeitos da descolonização e da sociedade comunicacional, uma insustentável redução da subjetividade e da experiência ao presente imediato. Sincronizados cada vez mais na efemeridade dessa “micro-temporalidade do lucro”, os sujeitos se veriam incapacitados de figurar futuros alternativos à sua condição presente, muito menos aquelas grandes utopias que orientaram a temporalização política moderna.

Um dos diagnósticos, no entanto, que mais produziu efeitos nos modos de interrogar a temporalidade contemporânea, dentro da disciplina histórica, foi produzido por François Hartog, a partir das categorias de “regimes de historicidade” e de “presentismo”. Elaboradas desde o final da década de 1980, em diálogo com a antropologia de Lévi-Strauss e Marshal Sahlins, assim como pela incorporação das análises koselleckianas da experiência histórica, tais categorias se inseriam em um projeto de “historiografia epistemológica” cujo objetivo era tanto diagnosticar as mudanças na experiência temporal, como pensar o impacto dessas mudanças nas condições do fazer historiográfico.⁶ Na mesma medida em que a noção de “regimes de historicidade” era entendida como um instrumento heurístico e comparativo para investigar as diferentes formas sócio-históricas de organização do tempo, assim como suas crises, a categoria de “presentismo” apresentava-se como uma hipótese de leitura do tempo presente.

Tanto o lento cancelamento do futuro ou, como Hartog preferia colocar, o seu novo aspecto “obscuro e ameaçador”, assim

5 JAMESON, Frederic. “The end of temporality”. *Critical inquiry*, vol. 9, n.4, 2003, pp. 695-718.

6 NICOLAZZI, Fernando. “François Hartog e o espelho da história: o outro e o tempo”. In. BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (orgs). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Milfontes, 2019, pp. 121-153.

como os diversos desejos por passado que irrompiam na sociedade, poderiam ser lidos como sinais de uma reestruturação na forma de relacionar as dimensões do passado, do presente e do futuro.⁷ Não podendo ser consideradas isoladamente, essas instâncias temporais se qualificam apenas dentro de um determinado “regime” que as articula; nesse sentido, a atenção do historiador deveria se direcionar à forma como esses novos conteúdos de experiência eram relacionados. Nessa chave, o que se destacava nessa nova relação temporal era a centralidade da dimensão do presente que, como um novo centro de gravidade, parecia atrair e capturar para si as dimensões do passado e do futuro. Nessa mudança, o futuro presentificava-se a partir dos dispositivos da “precaução, da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível”, assim como o passado era refigurado pelo presente em função da “responsabilidade e o dever de memória, a patrimonialização, o imprescritível”.⁸ Com isso, o futurismo da modernidade dava lugar ao presentismo da contemporaneidade.

Uma das questões centrais que Hartog colocava à época do lançamento de seu livro, em 2001, era em que medida essa nova forma de relação temporal, o presentismo, poderia ser vista como um novo regime de historicidade – sedimentando-se, portanto, como uma forma estável e hegemônica de organização do tempo – ou se era, antes, apenas o indício de uma crise, um momento de passagem, caracterizado pela dissolução do regime moderno. Uma resposta mais definitiva a essa questão, naquele momento, ainda se mostrava precipitada, mas Hartog também não deixava de lançar uma hipótese que, ainda que não desenvolvida nesses primeiros trabalhos, se mostraria uma chave de leitura importante para pensar as temporalidades contemporâneas: e se “a dispersão ou simplesmente uma multiplicidade de diferentes regimes de temporalidade fosse um traço constitutivo e distintivo de nosso presente?”⁹

7 HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 250.

8 HARTOG, François. *Regimes de Historicidade...*, p.258.

9 *Ibid.*, p. 249.

Em trabalhos posteriores, a hipótese do presentismo foi sendo retrabalhada e se complexificando, sendo desdobrada inclusive em diferentes tipos ou modulações, como o presentismo dos trabalhadores precarizados, do capital financeiro ou da crise ambiental.¹⁰ De todo modo, mesmo com essa complexificação da categoria, não deixa de haver uma tensão entre o diagnóstico dessa mudança profunda na organização do tempo moderno e a sua redução a uma categoria singular. A amplitude dos exemplos escolhidos por Hartog, do capital financeiro, passando pelas artes e arquitetura, até os impactos do aquecimento climático, resistem a ser acomodados em uma única qualificação temporal, tornando a própria categoria demasiadamente elástica – sua força, mas também sua fraqueza. Mesmo quando, em seus trabalhos mais recentes, Hartog recupera aquela hipótese da multiplicidade temporal do presente, ele acaba por reconvertê-la a uma nova unidade, dirigida agora a um “regime antropocênico de historicidade”.¹¹

Essa tensão entre o diagnóstico de uma crise do regime moderno de historicidade e a identificação da emergência de uma nova singularidade temporal, expressa pelo conceito de presentismo, não deixou de ser percebida e desenvolvida por diferentes autores.¹² Afinal, a crise do regime moderno parecia revelar mais

10 HARTOG, François. “The texture of the present”. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars (Orgs). *Historical understanding. Past, present and future*. London: Blumsbury, 2022, p. 19.

11 HARTOG, François. *Chronos. L'Occident aux prises avec le Temps*. Paris: Gallimard, 2020.

12 Essa crítica a uma singularização temporal também pode ser estendida às importantes análises, aqui não trabalhadas, de autores como Hans Ulrich Gumbrecht acerca do “presente lento” ou “presente amplo”. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente. O tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2015. Para algumas críticas à noção de presentismo, cf.: HANNOUM, Abdelmajid. “What is an order of time?”. *History and Theory*, 47, 2008, pp. 458-471; DELACROIX, Christian. “Généalogie d’une notion”. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (sous la direction de). *Historicités*. Paris: Éditions La Découverte, 2009, pp. 29-45; LORENZ, Chris. “Out of Time? Some Critical Reflections on François Hartog’s Presentism”. In: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (orgs). *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism*. London: Blumsbury, 2019, pp. 23-42; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei Lopes de. “Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital”. *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, 2016, pp. 270-297; TURIN, Rodrigo. “Tempos de transição: aceleração e dessincronização social”. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (Orgs.) *Tempos de transição*. E-book. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, pp. 19-37.

um cenário temporal polifônico do que uma nova sincronização ou singularidade. A noção de patrimônio, por exemplo, em vez de poder ser reduzida à expressão de uma inflação da memória presentista ou a uma forma de apreciação estética destemporalizada, acabava por se mostrar também um campo tenso e fértil de debates e experimentações temporais. Se, por um lado, havia o uso da noção de patrimônio como um artifício de desistoricização presentista da experiência, por outro lado, vários movimentos sociais e políticos apropriavam-se das políticas patrimoniais para realizar uma profunda politização do tempo, abrindo novas figurações entre passado, presente e futuro.¹³ O que estava em jogo, nesses casos, era uma outra concepção da própria temporalidade, entendida cada vez mais em sua dimensão performática.

Políticas do tempo

Essa dimensão performática da temporalidade foi destaca, entre outros, por Chris Lorenz e Berber Bevernage na introdução da importante coletânea *Break Up Time*, de 2013. Para os autores, junto à “virada performática” que então parecia guiar as humanidades, caberia à historiografia criar novas perspectivas a respeito dos modos de experimentar e de narrar o tempo.¹⁴ Nessa chave, as formas de relação entre passado, presente e futuro não apenas ganhavam historicidade – como a categoria de “regimes de historicidade” já apontava – mas também se oferecia um entendimento teórico mais preciso de como essas relações eram produzidas. Longe de ser uma dimensão anterior às ações humanas – “ações que acontecem no tempo” –, a temporalidade deveria ser compreendida como a própria tessitura das ações. O que entendemos como “passado” ou “presente” não pode ser definido de maneira unívoca e puramente abstrata, mas deve ser reconstruído (ou desconstruído) em função das diferentes agências envolvidas. A atenção do historiador deveria se dirigir, assim, às formas de criação perfor-

13 WINTER, Tim. “Beyond Eurocentrism? Heritage conservation and the politics of difference”. *International Journal of Heritage Studies*, 20, 2, 2012, pp. 1-5.

14 LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs). *Breaking up time. Negotiating the borders between present, past and future*. Gottingen: Vandenhoeck&Ruprecht, 2013, p. 11

mativa de passados e presentes. Ou, como afirmou Berber Bevernage, na esteira do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot:

*a passeidade do passado deve ser diferenciada de uma simples “antecedência” cronológica e ser tratada como um conceito relacional dependente de uma noção específica de presente que é em si mesma problemática e não pode jamais ser simplesmente observada ou empiricamente subdeterminada, na melhor das hipóteses.*¹⁵

As distinções e as diferentes formas de relação entre as dimensões temporais do passado, do presente e do futuro deveriam ser entendidas como o resultado de ações sociais e linguísticas, implicando em distintas implicações políticas. Ou seja, definir alguma coisa como passado ou presente, arcaico ou contemporâneo, longe de ser uma ação neutra, significa dotá-la de certa posição e disposição ética e política, cujos valores específicos são definidos pelas dimensões relacionais de uma determinada gramática temporal que se estabelece *in actu*. É nesse sentido que Maria Inés Mudrovic também propôs pensar a noção de “políticas do tempo”: um conjunto de operações que, enquanto sanciona o que é próprio do presente – ou da contemporaneidade – também constrói uma alteridade marcada pela exclusão, pela distância ou pela hierarquia temporais.¹⁶

Exemplos disso são as políticas de memória envolvendo o genocídio das populações indígenas ou referentes ao papel da escravidão nas Américas. Contra a visão de que a violência dessas experiências é algo que pertence a um “passado que passou” – e que, portanto, deve ser visto como distanciado do presente –, movimentos políticos reivindicam outras formas de entendimento da presença desse passado, destacando a impossibilidade de separá-lo daquilo que se experimenta como “presente”. Podemos pensar como um caso emblemático dessas políticas do tempo a reivindicação das populações indígenas na Argentina de que o passado

15 BEVERNAGE, Berber. “A passeidade do Passado”. Reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista.”*Revista de teoria da História*,24,1, 2021, p. 28

16 MUDROVIC, Maria Inés. “Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?”.*ArtCultura*, Uberlândia, 20, 36,jan.-jun. 2018, pp. 7-14.

da colonização fosse incluído em um museu dedicado a lembrar o terrorismo de Estado.¹⁷ Pensado originalmente como política de memória referente às ditaduras do século XX, o museu excluía os atos de violência ocorridos no século XIX contra aquelas populações. O pressuposto dessa escolha estava ancorado em uma distinção entre o que já era entendido como um “passado distante” – o século XIX – daquilo que ainda seria um “passado presente”: o trauma das torturas e desaparecimentos das ditaduras. Ao reivindicar a inclusão daquela violência do Estado, as populações indígenas estavam contestando a própria definição da passividade do passado hegemônica na sociedade argentina, inclusive aquela incorporada pela historiografia acadêmica. Ou seja, aquilo que era entendido como algo distante, um passado que passou, mostrava-se para os povos indígenas como algo que constituía profundamente a sua experiência do presente. Como afirmou Maria da Glória de Oliveira, essas “demandas de reparação colocam em questão o pressuposto de uma temporalidade histórica irreversível, que produz efeitos de distância, bem como de inalterabilidade do passado”.¹⁸

Há, assim, diferentes embates temporais que constituem a nossa contemporaneidade, protagonizadas por diferentes agentes e por posições e disposições políticas diversas. O tempo deixa de ser o simples palco da política para se tornar, ele próprio, um dos temas fundamentais da disputa política. Com isso, noções caras à disciplina histórica, como “distanciamento” e “imparcialidade”, passam a ser essencialmente problematizadas, uma vez que as enunciações dos historiadores a respeito do que é passado ou presente também não deixam de se inserir – e de ter implicações – nessas politizações do tempo. A separação clara entre um “passado histórico” e um “passado prático” perde a evidência, deixando de

17 RUFER, Mario. “La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas postcoloniales”. *Memoria Social*, Bogotá/Colombia, 14, 28, enero-junio 2010, p. 11-31; AVILA, Arthur Lima de. “Povoando o passado com fantasmas: feridas históricas, passados presentes e políticas do tempo de uma disciplina”. *Expedições*, 7, 2, ago.-dez., 2016, pp. 189-209.

18 OLIVEIRA, Maria da Glória. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo, *Caminhos da História*, 27, 2, jul.-dez., 2022, p. 72.

ser um pressuposto para se tornar uma relação a ser continuamente negociada e problematizada. É isso que levou alguns autores a identificar a necessidade de um “giro ético-político” na historiografia contemporânea, por mais que a própria noção de “giro” ainda possa implicar certa noção singular da temporalidade disciplinar.¹⁹ De todo modo, a problematização da temporalidade que esses questionamentos trazem não deixa de reverberar na sua própria condição de enunciação. Falar do tempo contemporâneo é, necessariamente, também situar-se nesse tempo, reconhecendo seus limites, suas possibilidades, suas implicações políticas.

Essas interrogações também implicam enfrentara própria formação do cânone historiográfico, seus pressupostos, assim como os mecanismos de hierarquização e de exclusão da disciplinarização do conhecimento histórico. Afinal, não é possível problematizar devidamente o tempo histórico na atualidade sem problematizar, simultaneamente, o tempo da própria disciplina. Esse tempo disciplinar é definido, em grande medida, pelos seus mecanismos institucionais de reprodução, por seus protocolos de investigação e por sua forma de escrita, estabelecendo aquilo que é legítimo e o que é ilegítimo, nobre ou vulgar e, de maneira mais profunda, o que é visível e o que é invisível. O fato de que a disciplina histórica foi institucionalizada sob os constrangimentos sociais e geopolíticos da modernidade capitalista, privilegiando a perspectiva eurocêntrica, branca e patriarcal, implicou a restrição dos sujeitos autorizados, assim como a naturalização de um tempo e de determinado *ethos* profissional, marcado por valores como objetividade, neutralidade e distanciamento.²⁰

19 RANGEL, Marcelo de Mello. “The urgency of the ethical: the ethical-political turn in the theory of history and in the history of historiography”. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, 13, 25, jul.-dez.,2019,pp. 27-46.

20 PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. “Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 10, 24, 2018,pp. 88-114; OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia, *História da Historiografia*,11, 28,2018, pp. 104-140; AVILA, Arthur. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica, *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, 18, 2018,pp. 35-49; KOSTECZKA, Luiz Alexandre. “Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, 13, 34, set.-dez.2020,pp. 231-269.

Questões como os silêncios estruturais dos arquivos – que re-produzem a violência de experiências do passado, como a escravidão–, as divisões cronológicas que enquadravam as experiências em unidades epocais singulares, as especialidades temáticas que condicionavam as agendas de pesquisa – e aquilo que, portanto, era visível e invisível à representação historiográfica –, tudo isso deixa de ser pressuposto da prática disciplinar, tornando-se questões que obrigam a um esforço de reimaginação das formas de representar o tempo.²¹ Não se trata, assim, de um simples acréscimo às especialidades já existentes, mas de uma mudança da própria forma e do tempo disciplinar, implicando “uma crítica aos usos do tempo que se mantém como medida taxonômica soberana da experiência histórica e ferramenta de hierarquização e de naturalização de todas as formas políticas de opressão”.²² Portanto, se a disciplina histórica foi uma das tecnologias a partir das quais o tempo histórico moderno foi erigido e figurado, sincronizando os indivíduos, contestar e problematizar esse tempo na atualidade implica enfrentar essa herança, assim como buscar novos espaços e formas de indiscipliná-lo.

Uma das consequências práticas disso, como já ressaltamos, é que tematizar as diferentes formas de temporalidade que conformam nossa atualidade sempre deve implicar a tematização simultânea do tempo de onde está se enunciando. Ou seja, o diagnóstico de uma multi-temporalidade das experiências contemporâneas se desdobra na consciência da impossibilidade de uma perspectiva analítica totalizadora e singular sobre elas. A interrogação dos diferentes vetores atuais de temporalização– como a tecnologia, a mudança climática e o neoliberalismo –é ela própria atravessada pela multiplicidade dos tempos de enunciação, conformando uma dimensão relacional e plural entre objeto e forma na representação histórica.

21 PEREIRA, Allan. “Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, 14, 36, maio-ago., 2021, pp. 481-508; ASSUNÇÃO, Marcelo Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael. “É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 41, 88, 2021, pp. 229-252

22 OLIVEIRA, Maria da Glória. *Quando será o decolonial?...*, p. 61.

Vetores de temporalização na contemporaneidade

Partindo desse estado de interrogações sobre a temporalidade contemporânea e das condições disciplinares de suas enunciações, cabe agora apontar – ainda que de modo sintético – o que talvez sejam hoje os principais vetores de temporalização que coexistem e se cruzam em nossa atualidade. Antes de tudo, é necessário mais uma vez reforçar a condição atual de uma multiplicidade de temporalizações que dificulta ou mesmo impede aquele gesto de singularização conceitual, típica do conceito moderno de história.²³ Mas como entender essa multiplicidade sem que ela se dissolva em um aglomerado disforme e caótico de forças? A partir de quais critérios definir esses tempos? Se há na sociedade atual uma variedade imensa de formas de experiência e, portanto, de formas de temporalização, isso não significa dizer que não existam forças estruturais que promovem alguma forma de (res)sincronização desses diversos tempos.

Em trabalhos recentes, Zoltan Simon identificou dois vetores que estariam alterando profundamente a nossa forma de temporalização e nossa consciência histórica: a tecnologia e a mudança climática.²⁴ Questões como uma possível sexta extinção em massa, a alteração do sistema climático do planeta, o trans-humanismo, a Inteligência Artificial, a colonização interplanetária, entre outras, se colocariam hoje como limites intransponíveis à consciência histórica moderna, tornando obsoletos seus principais pressupostos. Se o tempo histórico moderno se assentava na dimensão processual de toda mudança, assim como nas distinções entre natureza e história, entre humanos e não humanos, ou, ainda, na relação ontológica entre historicidade e mortalidade, com as novas perspectivas abertas pelos avanços tecnológicos e pelo horizonte de uma catástrofe climática, aqueles fundamentos per-

23 JORDHEIM, Helge. "Multiple times and the work of synchronization". *History and Theory*, 53, dez., 2014, pp. 498-518.

24 SIMON, Zoltán Boldizsár. *History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century*. London: Bloomsbury, 2019; SIMON, Zoltán Boldizsár. *The Epochal Event: Transformations in the Entangled Human, Technological, and Natural Worlds*. Cham: Palgrave, 2020.

dem muito de seu sentido, cobrando novos rearranjos conceituais e filosóficos. Com as expectativas que se colocam hoje a partir do trans-humanismo, por exemplo, como a possibilidade de a consciência romper com os condicionamentos biológicos, abre-se uma profundidade temporal sem precedentes, não restrita à finitude corporal. Do mesmo modo, os efeitos da mudança climática e a discussão acerca do Antropoceno, entendido como uma nova era geológica, trazem outras relações entre história e natureza: a história se tornando uma força geológica e a natureza – cada vez mais acelerada – se tornando um agente histórico. Com isso, aqueles dois vetores – tecnologia e mudança climática – estariam produzindo um hiato cada vez maior entre a capacidade de imaginação histórica herdada e as novas experiências que estão emergindo.

O reconhecimento de que estaríamos vivendo uma série de mudanças sem precedentes, inatingíveis a partir dos conceitos forjados na tradição histórica moderna, levaria ao diagnóstico de uma ruptura profunda entre passado e presente. Como afirma Simon, “desde algum momento próximo ao final da Segunda Guerra Mundial, nós temos vivido em um período como aquele entre 1750 e 1850, a que Koselleck se refere pelo nome *Sattelzeit*”.²⁵ Ao recorrer à ruptura que deu origem à Modernidade, seguindo a leitura kosellekiana, Simon busca destacar a dimensão “epocal” das mudanças temporais na atualidade. Na medida em que as experiências climáticas e tecnológicas criam realidades antes não existentes, a linguagem do passado é esvaziada de sentido e torna-se necessária a emergência de toda uma nova conceituação do mundo e da história. É nesse sentido que Simon e Marek Tamm propuseram um novo conceito substancial de história, marcado por três características fortes:

- a) uma história multiespécies;
- b) multiescalar; e
- c) descontínua.²⁶

25 SIMON, Zoltán B. “A transformação do tempo histórico. Temporalidades processual e eventual”. *Revista de teoria da História*, 24, 1, 2021, p. 152.

26 TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. “More-than-Human History: Phi-

Ou seja, uma história que inclua a natureza como agente histórico, que seja capaz de trabalhar com escalas tão distintas como a local, a planetária e, no limite, a interplanetária; e, por fim, que reconheça o caráter sem precedentes dessa nova ordem de realidade, não a domesticando com a gramática da temporalidade moderna.

Esse tipo de proposta de um novo conceito de história, no entanto, por mais que seja sagaz em abarcar dimensões importantes das novas condições de temporalização, ainda acaba por não enfrentar devidamente aquele paradoxo anteriormente enunciado: a partir de qual tempo falar do tempo? Qualificar a natureza das mudanças atuais como sem precedentes, marcando uma ruptura ontológica com o que veio antes (na medida em que cria uma nova ordem do real), implica naturalizar, totalizar e homogeneizar uma ordem real anterior, que lhe serve de referência. É esse pressuposto, no entanto, que precisa ser problematizado. Afinal, o conceito moderno de história, mesmo que tenha buscado e conseguido, em grande parte, colonizar o mundo com sua temporalidade, tornando-se hegemônico, não deixou de assumir características diferentes em distintas regiões, assim como coexistiu com outros regimes de historicidade resistentes, que teriam perspectivas diversas a respeito das mudanças nas temporalizações contemporâneas. As sociedades ameríndias, por exemplo: como elas narram e concebem essas mudanças atuais? Afinal, essas sociedades já viveram outro fim do mundo, já estão imersas em um tempo da catástrofe há séculos, vendo o seu mundo ser continuamente devastado por tecnologias inéditas.²⁷ Mais do que como novidades sem precedentes, portanto, talvez essas mudanças fossem vistas como uma estrutura de repetição inscrita no próprio tempo capitalista.²⁸

losophy of History at the Time of the Anthropocene". In. KUUKKANEN, Jouni-Matti (Ed.). *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. London: Bloomsbury, 2020, pp.198-215.

27 KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

28 KRENAK, Ailton. "O eterno retorno do encontro". In. Novaes, Aduvaldo (org.), *A Outra Margem do Ocidente*, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999, pp.23-31.

E, nesse ponto, seria importante reformular a proposta de descrição dos vetores de temporalização da contemporaneidade, junto às diferentes perspectivas ontológicas que os habitam e que são por eles afetadas. Um dos vetores de temporalização mais evidentes na atualidade é, justamente, aquele não mencionado por Simon e Tamm: o próprio capitalismo e, mais especificamente, em sua forma neoliberal. Os tempos dos trabalhadores, das mulheres, dos povos indígenas, dos ribeirinhos e quilombolas, da política institucional, dos movimentos negros, nenhum deles escapa e deixa de ser afetado pelo tempo estrutural do capitalismo – ainda que também nenhum deles possa ser reduzido apenas a esse tempo.²⁹ A questão, portanto, é tentar identificar os mecanismos através dos quais o capitalismo, em suas formas históricas, se constitui como uma força de sincronização daqueles diferentes tempos, assim como entender de que modos aqueles tempos também absorvem ou contestam esse movimento de sincronização. Há, assim, um vetor estrutural de temporalização que se cruza com outras escalas e forças temporais, cujos resultados e efeitos abrem possibilidades distintas – inclusive para sua representação.

O mesmo pode ser dito a respeito do tempo estrutural da catástrofe climática e da tecnologia, que se entrecruzam com o tempo do capitalismo neoliberal, assim como com as temporalidades cotidianas, conformando diferentes realidades. Se o foco recai, por exemplo, na atuação de corporações do Vale do Silício, a relação entre mudança climática, tecnologia e capitalismo assume uma forma particular, constituindo um modelo próprio de temporalização.³⁰ Nessa forma, características como inovação, empreendedorismo, trans-humanismo, aceleracionismo e geoengenharia poderiam ser destacadas como estruturantes de um modo

29 TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie Edições, 2019.

30 BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. “Growth unlimited: the idea of infinite growth from fossil capitalism to green capitalism”. In: SCHMELZER, Matthias; BORÓWY, Iris (orgs). *History of the future of economic growth: historical roots of current debates on sustainable degrowth*. New York: Routledge, 2017, pp.52-68; BIRCH, Ken; LEVIDOW, Les; PAPAIONNOU, Theo. “Sustainable Capital? The Neoliberalization of Nature and Knowledge in the European ‘Knowledge-based Bio-economy’”. *Sustainability*, 2, 2010, pp. 2898-2918.

de orientar as transformações na experiência contemporânea. As propostas atuais de “transição energética”, mercado de carbono, ecomodernismo, colonização planetária, entre outras, inserem-se assim como uma das linhas de fuga possíveis da elaboração de uma nova historicidade planetária.

Se, ao contrário, o foco recai nos povos originários que habitam a Amazônia ou nos trabalhadores precarizados do Sul Global, os efeitos do entrelaçamento entre tecnologia, mudança climática e capitalismo ganham outras conotações temporais. Nesse caso, não apenas a noção de “sem precedentes” é relativizada, já que muitas camadas dessas experiências são entendidas como estruturas de repetição histórica, como também os modos de apropriação da tecnologia e a figuração de outras relações entre humanos e não humanos implicam modos de resistência e de temporalização alternativos. Aqui, abrem-se as possibilidades de historicidades localizadas, plurais e anti-sistêmicas, seja com as alianças que os povos indígenas conseguem estabelecer por meio de novas ferramentas tecnológicas, buscando garantir suas autonomias e territorialidades; seja na formação de novas organizações de trabalhadores, por meio da busca de uma soberania algorítmica, visando escapar do controle e da exploração das grandes plataformas tecnológicas geridas por corporações globais.³¹

Nesses entrecruzamentos dos vetores de temporalização, as relações entre passado, presente e futuro podem assumir formas muito distintas, não podendo ser singularizadas e homogeneizadas sob a dimensão de uma nova categoria epocal e de um novo conceito de história. O mais importante, de todo modo, é seguir esses cruzamentos assimétricos de temporalidades, descrevendo seus funcionamentos e suas implicações, com atenção especial à dimensão da performatividade, às suas diferentes espacialidades, suas linguagens, assim como às diferentes materialidades por meio

31 AGUILAR, Alejandra. “O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios”. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, v. 11, n. 2, 2018; GROHMANN, Rafael. “Cooperativismo de plataforma como alternativa à plataformação do trabalho”. *Revista Rosa*, 1, 4, 2021.

das quais ocorrem. E isso implica, ao final, também reconhecer o modo como as diferentes perspectivas inseridas nesses entrecruzamentos figuram sua própria experiência temporal, seus diferentes mundos.

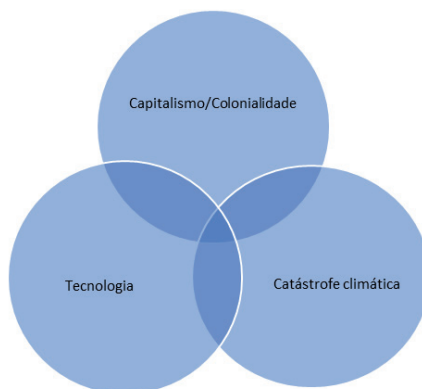


Figura I - Vetores de temporalização e seus entrecruzamentos. Fonte: próprio autor

Um caso específico, mas emblemático, desses cruzamentos entre os diferentes vetores de temporalização e a impossibilidade de sua totalização pode ser identificado na própria pluralidade de nomenclaturas envolvendo a catástrofe climática. *Antropoceno*, *Plantationoceno*, *Capitaloceno*, *Negroceno*, *Tecnoceno*, *intrusão de Gaia*, *Chthuluceno* – todas essas nomeações implicam diferentes dimensões e distintas formas de narrativa a respeito da mudança climática e de suas relações com a tecnologia e com o capitalismo.³² A categoria Antropoceno, a mais conhecida, foi formulada por Paul Crutzen, em 2000, logo ganhando uma importância científica e pública mundial. Designando uma nova era geológica, marcada pelo efeito sistêmico da ação humana no planeta, o Antropoceno implica hoje o agenciamento de uma série de disciplinas científicas, de instituições estatais e supra-es-

32 TURIN, Rodrigo. “A “catástrofe cósmica” do presente. Alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea”. In. MULLER, Angélica; IE-GELSKI, Francine (orgs). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2022, pp. 141-163.

tatais, assim como toda uma linguagem que lhe dá visibilidade e sentido.³³ Se a categoria já se apresenta hoje como praticamente inescapável, ela também se mostra bastante limitada e problemática em abarcar a complexidade dos fenômenos envolvidos. O pressuposto de uma agência universal, figurada na Humanidade (*Antropos*), acaba por encobrir as diferentes responsabilidades históricas pela mudança climática, assim como as assimetrias estruturais envolvendo aqueles que sofrem seus efeitos. Nesse sentido, termos como *Capitaloceno* ou *Plantantioceno*, cada um a seu modo, vêm oferecer outros quadros de inteligibilidade, destacando seja a dimensão sistêmica do capital na exploração e degradação da natureza, seja o aspecto estrutural da colonialidade na conformação de um modo moderno de habitar o planeta.³⁴ Se a classificação científica oficial do Antropoceno tem trabalhado com a década de 1950 como seu início histórico, os demais termos recuam para temporalidades mais amplas, envolvendo períodos como a colonização das Américas ou a Revolução Industrial, implicando diferentes relações causais, agências e prognósticos de ação futura.

Cada um desses termos, de todo modo, opera com planos de historicidade diferentes, assim como representa formas de conceitualização e de visualização distintas, cada uma com suas implicações políticas. Se a catástrofe climática representa um vetor estrutural de temporalização na atualidade, seu sentido e a própria forma como ela vai ser experimentada dependem dos modos como ela será (e está sendo) atravessada pelos outros dois vetores: o capitalismo e a tecnologia. Aquelas diferentes categorizações para se referir à mudança climática são expressões disso. Se não vivemos mais sob as condições de historicidade herdadas do passado, ainda

33 STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH Lisa; GAFFNEY Owen; LUDWIG Cornella. "The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration". *The Anthropocene Review*; 2, 1, 2015, pp. 1-18; ZALASIEWICZ, Jan (org.). *The anthropocene as a geological time unit: a guide to the scientific evidence and current debate*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019; CHARBONNIER, Pierre. A genealogy of Anthropocene. The end of risk and limits. *Annales*, 72, 2, 2017, pp. 199-224.

34 MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015; FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial. Pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

não sabemos também qual será, em definitivo, a nova condição de historicidade com a qual teremos que lidar, nem quais serão as novas linguagens a partir das quais essa nova condição será elaborada. O que o entrelaçamento dos vetores de temporalização permite visualizar, na atualidade, são diferentes possibilidades emergentes e em contínua disputa.

Nesse sentido, mais do que apenas propor um novo conceito totalizante de história, torna-se fundamental investigar a emergência do que podemos chamar de diferentes “regimes potenciais de historicidade” no mundo contemporâneo. Se a noção de “presentismo” se mostrou insuficiente para apontar a complexidade das formas de temporalização na atualidade, servindo antes como um diagnóstico de crise do tempo moderno, a categoria de “regimes de historicidade” ainda se revela um instrumento útil para ajudar a aprofundar e desdobrar esse diagnóstico, visualizando formas emergentes de historicidade no presente. Através do mapeamento de novos conceitos, de suas redes semânticas e de novos modos de narrativa, é possível identificar tendências de temporalização já mais ou menos estruturadas, mas ainda não sedimentadas, que buscam dar forma aos desafios da experiência contemporânea.

Esses regimes emergentes são marcados tanto por movimentos centrípetos, em direção a uma singularidade planetária, como por movimentos centrífugos, apontando para uma pluralização das formas de historicidade. Nesse sentido, essas mudanças podem resultar tanto na configuração de uma inédita soberania planetária, convergindo com um novo conceito singular de história, ou, então, ao contrário, em uma dispersão de historicidades locais, recusando a repetição do gesto moderno de singularização da experiência histórica. De todo modo, considerando que não há um lugar neutro a partir do qual propor uma nova noção de história, a cartografia desses regimes potenciais de historicidade pode servir como um instrumento crítico para melhor trabalhar a relação entre diagnósticos do tempo e o reconhecimento de suas perspectivas intrínsecas. Portanto, mais do que entender o An-

tropoceno como um novo e singular regime de historicidade – o “regime antropocênico”, tal como sugerido por Chakrabarty– caberia entender a mudança climática como a emergência de uma nova condição de historicidade, que abre, por sua vez, diferentes regimes potenciais de historicidade.³⁵

O que parece claro, ao final, pelo menos para o momento, é que a totalização das experiências do tempo na atualidade sob uma única categoria se mostra bastante frágil e problemática, uma vez que ela ainda se abre a diversas potencialidades. Se vivemos em um período semelhante ao *Sattelzeit* koselleckiano, caracterizado como uma brecha temporal entre algo que *não é mais* e algo que *não é ainda*, é fundamental entender que a própria figuração do que *era* e do que *será* vai depender de qual nova ordem do tempo irá emergir e sob qual gramática temporal será elaborada. Ou seja, será a estabilização de um novo regime de historicidade (ou, então, de novos regimes de historicidades) que definirá novas relações entre passado, presente e futuro; e, nesse mesmo movimento, condicionará como aquilo que chamamos de “Modernidade” ou “Contemporaneidade” será narrado e temporalizado. Não há, assim, o pressuposto de uma ordem real anterior (totalizante e homogênea) independente do tempo que a suceder e que servirá de seu lugar de enunciação. Afinal, como já foi dito, o passado não existe sem a dimensão relacional com um presente que o constitui. E o presente é, mais do que nunca, um espaço aberto e plural de disputas.

Referências:

AGUILAR, Alejandra. “O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios”. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, 11, 2, 2018, pp 104-127. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6572962>>.

ASSUNÇÃO, Marcelo Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael. “É possí-

35 CHAKRABARTY, Dipesh. *The Climate of History in a Planetary Age*. Chicago: Chicago University Press, 2021.

vel indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 41, 88, 2021, pp. 229-252. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/twzH93CnWDDZSCCzHtKyqxx/>>.

AVILA, Arthur Lima de. “Povoando o passado com fantasmas: feridas históricas, passados presentes e políticas do tempo de uma disciplina”. *Expedições*, 7, 2, ago.-dez., 2016, pp. 189-209. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5498>.

AVILA, Arthur de Lima. “Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica”. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, 18, jan./jun. 2018, pp. 35-49. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/maracanan.2018.31185>>.

BARAD, Karen. “Troubling time/s and ecologies of nothingness: re-turning, re-membling, and facing the incalculable”. In: FRITSCH, Matthias; LYNES, Philippe; WOOD, David (eds.), *Eco-Deconstruction: Derrida and Environmental Philosophy*. New York: Fordham University Press, 2020, pp. 56-86.

BEVERNAGE, Berber. “A passeidade do Passado’. Reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista”. *Revista de teoria da História*, 24, 1, 2021, pp. 21-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rth.v24i1.69673>>.

BIRCH, Ken; LEVIDOW, Les; PAPAIONNOU, Theo. “Sustainable Capital? The Neoliberalization of Nature and Knowledge in the European ‘Knowledge-based Bio-economy’”. *Sustainability*, 2, 2010, pp. 2898-2918. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su2092898>>.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. “Growth unlimited: the idea of infinite growth from fossil capitalism to green capitalism”. In: SCHMELZER, Matthias; BOROWY, Iris (orgs). *History of the future of economic growth: historical roots of current debates on sustainable degrowth*. New York: Routledge, 2017, pp. 52-69.

CHAKRABARTY, Dipesh. *The Climate of History in a Planetary Age*. Chicago: Chicago University Press, 2021.

CHARBONNIER, Pierre. “A genealogy of Anthropocene. The end of risk and limits”. *Annales*, 72, 2, 2017, pp. 199-224. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/ahsse.2019.10>>.

DELACROIX, Christian. “Généalogie d’une notion”. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (sous la direction de). *Historicités*. Paris: Éditions La Découverte, 2009, pp. 29-45. Disponível em:

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial. Pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

FISCHER, Mark. *Fantasma da minha vida. Escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

FUKUYAMA, Francis T. *The End of History and the Last Man*. London: Free Press, 2006.

GROHMANN, Rafael. “Cooperativismo de plataforma como alternativa à plataformização do trabalho”. *Revista Rosa*, n. 1, v. 4, 2021. Disponível em: <<https://revistarosa.com/4/alternativa-a-plataformizacao-do-trabalho>>.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente. O tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2015.

HANNOUM, Abdelmajid. “What is an order of time?”. *History and Theory*, n. 47, 2008, pp. 458-471. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25478777>>.

HARTOG, François. “The texture of the present”. In: SIMON, Zoltán Boldizsár; DEILE, Lars Orgs). *Historical understanding. Past, present and future*. London: Blumsbury, 2022, pp.17-24.

HARTOG, François. *Chronos. L'Occident aux prises avec le Temps*. Paris: Gallimard, 2020.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JAMESON, Frederic. “The end of temporality”. *Critical inquiry*, 9, 4, 2003, pp. 695-718. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/377726>>.

JORDHEIM, Helge. “Multiple times and the work of synchronization”. *History and Theory*, 53, dez., 2014, pp. 498-518. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/hith.10728>>.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

KOSTECZKA, Luiz Alexandre. “Diante de uma crise? Interrogações da historiografia em tempos hesitantes”. *História da Historiografia*, 13, 34, set.-dez. 2020, pp. 231-269. Disponível em: <<https://doi.org/10.15848/hh.v13i34.1679>>.

KRENAK, Ailton. “O eterno retorno do encontro”. In: Novaes, Adauto (org.), *A Outra Margem do Ocidente*, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999, pp.23-31.

LORENZ, Chris. “Out of Time? Some Critical Reflections on François

Hartog's Presentism". In. TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (orgs). *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism*. London: Blumsbury, 2019, pp. 23-42.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs). *Breaking up time. Negotiating the borders between present, past and future*. Gottingen: Vandenhoeck& Ruprecht, 2013.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015.

MUDROVIC, Maria Inés. "Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?". *ArtCultura*, Uberlândia, 20, 36, jan.-jun. 2018, pp. 7-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/ArtC-V20n36-2018-1-01>>.

NICOLAZZI, Fernando. "François Hartog e o espelho da história: o outro e o tempo". In. BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (orgs). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Milfontes, 2019, pp. 121-153.

OLIVEIRA, Maria da Glória. "Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia". *História da Historiografia*, 11, 28, set.-dez., 2018, pp. 104-140. Disponível em: <<https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1414>>.

OLIVEIRA, Maria da Glória. "Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo". *Caminhos da História*, 27, 2, jul.-dez., 2022, pp. 58-78. Disponível em: <<https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v-27n2p.58-78>>.

PEREIRA, Allan. "Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman". *História da Historiografia*, Ouro Preto, 14, 36, maio-ago., 2021, pp. 481-508. Disponível em: <<https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1719>>.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. "Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História". *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 10, 24, 2018, pp. 88-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/2175180310242018088>>.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeci Lopes de. "Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital". *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, 23, 1 e 2, 2016, pp. 270-297. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9581>>.

RANGEL, Marcelo de Mello. "The urgency of the ethical: the ethical-political turn in the theory of history and in the history of historiography". *Ponta de Lança*, São Cristóvão, 13, 25, jul.-dez., 2019, pp. 27-46. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/12619>>.

REYNOLDS, Simon. *Retromania. Pop Culture's Addiction to its Own Past*. New York: Faber & Faber, 2011.

RUFER, Mario. "La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas postcoloniales". *Memoria Social*, Bogotá/Colombia, 14, 28, enero-junio 2010, pp. 11-31. Disponível em: <<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoysociedad/article/view/8247>>.

SIMON, Zoltan B. "A transformação do tempo histórico. Temporalidades processual e eventual". *Revista de teoria da História*, 24, 1, 2021, pp. 139-155. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rth.v24i1.69676>>.

SIMON, Zoltán Boldizsár. *History in Times of Unprecedented Change: A Theory for the 21st Century*. London: Bloomsbury, 2019.

SIMON, Zoltán Boldizsár. *The Epochal Event: Transformations in the Entangled Human, Technological, and Natural Worlds*. Cham: Palgrave, 2020.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH Lisa; GAFFNEY Owen; LUDWIG Cornella. "The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration". *The Anthropocene Review*; 2, 1, 2015, pp. 1-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2053019614564785>>.

TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. "More-than-Human History: Philosophy of History at the Time of the Anthropocene". In. KUUKKANEN, Jouni-Matti (Ed.). *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. London: Bloomsbury, 2020, pp.198-215.

TURIN, Rodrigo. "A "catástrofe cósmica" do presente. Alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea". In. MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2022, pp. 141-163.

TURIN, Rodrigo. "Tempos de transição: aceleração e dessincronização social". In. VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio (Orgs.) *Tempos de transição*. E-book. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, pp. 19-37.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie Edições, 2019.

WINTER, Tim. "Beyond Eurocentrism? Heritage conservation and the politics of difference". *International Journal of Heritage Studies*. 20, 2, 2012, pp. 1-5. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13527258.2012.736403>>.

ZALASIEWICZ, Jan (org.). *The anthropocene as a geological time unit: a guide to the scientific evidence and current debate*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

A *pólis* vista da *skénē*: uma introdução aos valores democráticos gregos

Mateus Dagios

O objetivo deste texto é apresentar uma introdução à democracia grega. Não é uma introdução ao funcionamento da democracia entre os antigos, seus mecanismos, sua operacionalidade e suas contradições. Também não almeja historicizar a percepção que os gregos construíram sobre essa forma de governo entre seus triunfos e debacles, tampouco um levantamento do que os antigos e os modernos discutiram sobre o tema.

A introdução que proponho visa abordar a importância dos valores democráticos gregos, tentando responder a um questionamento: o que a democracia antiga pode nos dizer? A questão não deseja defender a atualidade da democracia grega; obviamente, a experiência grega não responde à totalidade das nossas ambições políticas. Ela exclui as mulheres, que tiveram uma longa jornada até conquistarem o direito à participação política, e também separa os estrangeiros da cidadania.

Para responder a essa indagação, proponho a análise da tragédia *As Suplicantes* de Eurípides, apresentada possivelmente em 423 a.C., no período final da Guerra do Peloponeso (431–404 a.C.). O mito das Suplicantes está associado à cidade de Tebas e aos filhos de Édipo, Eteócles, que morreu defendendo a cidade, e

Polinices, que morreu atacando-a. O texto euripídiano dá seguimento a temas já abordados em *Sete Contra Tebas* de Ésquilo, ou *Édipo em Colono* de Sófocles.

Em linhas gerais, a tragédia conta a história do herói Teseu que aceita o pedido do coro, formado pelas mães dos guerreiros abatidos, e decide reaver o corpo dos vencidos, entrando em embate com as ordens do tirano Creonte. A tragédia contém um *agôn*,¹ momento de embate de ideias contrárias, quando Teseu e um Arauto discutem sobre qual a melhor forma de governo: a democracia ou a tirania? O que é melhor para a cidade: um homem reinar e governar ou o *dêmos* inconstante ter controle da *pólis*?

O drama do *agôn* em *As Suplicantes* de Eurípides ecoa a complicada situação política de Atenas, que vinha de uma vitória em Pilos (425 a.C.) e poderia assim aceitar a paz e acabar com a guerra no Peloponeso em situação vantajosa, mas decidiu em assembleia continuar lutando, depois de ser inflada pelos discursos do demagogo Cléon.² A decisão de continuar no conflito, por mais que existisse a perspectiva de uma vitória, começava a gerar uma significativa perda de vidas.

O texto divide-se em dois momentos:

1) a *arte política da tragédia grega*, no qual é apresentada a especificidade da tragédia entre os gregos, como um ritual cívico de caráter religioso que permite ao historiador mapear sensibilidades políticas nem sempre acessíveis em outros documentos;

2) *tirania e democracia: a escolha de um campo de ação*, no qual são analisados os versos do *agôn*³ em seus argumentos, descrevendo a política como um campo de ação.

A arte política da tragédia grega

Para mapear a experiência política grega na tragédia é preciso compreender a singularidade desse tipo de texto e de seu

1 [E.] *Supp.*, vv. 399-456.

2 Th. 4. 17.22.24.

3 [E.] *Supp.*, vv. 399-456.

espetáculo. Em primeiro lugar, embora seja descrita modernamente como uma das esferas da arte, a tragédia ocupava para os antigos uma dimensão mais profunda que a experiência de teatro em nosso mundo contemporâneo. Os gregos antigos não viviam a tragédia como um espetáculo artístico, imerso em sensibilidade autoral reivindicatória, mas como uma festa religiosa dotada de características específicas que apenas poderiam ser postas em jogo por causa do engajamento coletivo, na qual os valores cívicos da democracia se misturavam em uma celebração religiosa.

As tragédias eram encenadas em um contexto institucional, inserindo-se no calendário festivo da cidade e tendo lugar e público específicos. Ocorriam nas três festas em homenagem ao deus Dioniso: as Leneias, que aconteciam no final de janeiro, para as quais se interrompiam os trabalhos do campo, do comércio e da navegação de forma que os cidadãos se dedicassem exclusivamente às festividades; as Grandes Dionisíacas, que aconteciam no final de março e traziam grande número de viajantes para Atenas; as Dionisíacas Rurais, que ocorriam em dezembro em regiões da Ática.⁴

No edifício do teatro consagrado a Dioniso, era reservado um lugar para um templo do deus contendo uma imagem sua; no centro da *orkhēstrā*, havia um altar de pedra em sua homenagem; nas arquibancadas, um trono esculpido era reservado ao sacerdote de Dioniso⁵ e ao fundo a *skēnē*, que era uma espécie de parede representando um cenário específico no qual atuavam os atores.

Cabem aqui algumas considerações sobre Dioniso e o teatro. Para o helenista Jean-Pierre Vernant, seu lugar como patrono do teatro causa em um primeiro momento um estranhamento que exige explicações. Esse estranhamento está baseado no problema de um teatro que no século V a.C. dialoga com a assembleia e com questões de o direito ter um patrono que é o deus do esquecimento, da embriaguez e da alienação.

4 CUSSET, Christophe. *La tragédie grecque*. Paris: Éd. du Seuil, 1997, p. 12.

5 VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 158.

Apesar de parecer contraditória para a modernidade a proximidade entre procedimento jurídico, instâncias reivindicatórias do direito e as questões de deliberação e a presença de um deus ligado ao êxtase coletivo, é preciso ter em mente o que Dioniso encarnava: a busca de uma loucura divina, a desmedida, a ausência de limites, a evasão para um horizonte diferente e um desterro radical de si mesmo. A tragédia abriu, na cultura grega, um novo espaço: o do imaginário, sentido e compreendido como tal, isto é, como uma obra humana decorrente do puro artifício, um espaço delineado pela consciência da ficção que permite o distanciamento e a compreensão. Seria essa relação com o ilusório e com o distanciamento que aproximaria a tragédia de um Dioniso que consistiria em misturar incessantemente as fronteiras do ilusório e do real, em fazer surgir bruscamente o Além aqui embaixo, em nos desprender e nos desterrar de nós mesmos.⁶

Para o historiador alemão Christian Meier, as festividades em honra a Dioniso serviam principalmente para conciliar aspectos políticos e identitários da cidade grega, contribuindo para coesão do corpo cívico da cidade:

há também razões táticas para a instauração e o desenvolvimento das festas: graças a elas, conciliam-se os favores do povo que, quando dos sacrifícios, tem a sua parte dos animais imolados, e encontra prazer na beleza dos cortejos e dos espetáculos; sem dúvida ele não é insensível ao esplendor que [...] essas festividades conferiam a Atenas, e se felicita por essa ocasião que ela encontra de manifestar o seu poderio.⁷

O espetáculo trágico, que era antes de tudo uma celebração, começava com o retorno solene da estátua de madeira de Dionísio, que fora para um bosque fora da cidade. Como retorno da estátua, uma pequena multidão prosseguia em procissão para o teatro. Cada uma das cidades da Confederação Grega enviava grandes falos de madeira que acompanhavam o cortejo. Ao chegar perto

6 Ibid., p. 162.

7 MEIER, Christian. De la tragédie grecque comme art politique. Paris: Les Belles Lettres, 2004, p. 61, tradução nossa.

do teatro, havia sacrifícios de animais, e tudo era acompanhado por música celebrativa.⁸

Assim a *pólis*, como uma comunidade de cidadãos, organizava-se para o espetáculo trágico. As tragédias eram apresentadas em três dias. Em cada um deles apresentavam-se três tragédias e um drama satírico, e o quarto dia era dedicado às comédias. As peças eram escolhidas mediante um concurso dirigido pelo Arconte Epônimo, que era responsável também por escolher os atores e recrutar os membros dos três coros, que seriam dirigidos e sustentados pelo chefe do coro, o corifeu, o qual tinha um grande prestígio político e compartilhava da glória do poeta em caso de vitória da tragédia em que participava.

Por mais que exista uma proximidade entre os laços comunitários que possibilitam as apresentações teatrais, é necessário lembrar a advertência de Nicole Loraux de que a tragédia não é uma reprodução da assembleia, embora compartilhe dos mesmos valores:

*O teatro não é assembleia, embora sejam os mesmos homens que ocupem as arquibancadas da Pnix e assistam as Grandes Dionisíacas, a tragédia libera por certo no espectador paixões às quais o cidadão digno desse nome não poderia abandonar-se, mas ela os liberta, por assim dizer, sob controle, autorizando qualquer um a imergir no humano apenas pelo instante limitado de um parêntese institucional.*⁹

Um importante elemento das tragédias em sua representação do mundo cívico é o coro. O coro das tragédias distingue-se inicialmente das outras personagens por seu caráter de grupo, e a sua unidade é mantida por uma voz coletiva que canta de forma uníssona uma reflexão compartilhada pelo grupo. A personagem do coro em alguns momentos pode simbolizar a própria cidade, ou uma faceta da mesma. Para Battezzato, a importância do coro reside na sua marginalidade com relação à ação da peça e na sua distância com relação aos heróis no palco, que seriam registradas na própria estrutura dos seus diálogos líricos:

8 Ibid., p. 70.

9 LORAU, Nicole. "A tragédia grega e o humano". In. NOVAES, Adatao (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 29.

*os membros do coro oferecem uma resposta para parte do texto que é ela mesma uma parte do texto. Desta forma eles são leitores/espectadores empíricos localizados no interior do texto. [...] Os membros do coro leem a ação, mas eles oferecem dela uma reação empírica, não ideal. De fato, a sua reação é tanto menos correta e mais profunda do que aquela de um espectador ideal.*¹⁰

A tragédia está intimamente ligada à ascensão da *pólis*em sua experiência democrática, a qual marcou a crise do sistema arcaico de construção da verdade. Como desenvolveu Marcel Detienne, a verdade na Grécia arcaica só era possível dentro de um sistema de representações religiosas: o discurso estava ligado ao sagrado e a verdade era privilégio do poeta, do adivinho e do rei da justiça.¹¹ A cidade grega marca a conquista do *lógos* como ferramenta política e uma nova relação com a verdade.

Para compreendermos os antecedentes do texto trágico, ou seja, os fundamentos que possibilitaram seu surgimento no final do século VI a.C. e seu esplendor durante a democracia no século V a.C., devemos atentar para o que Vernant chamou de *contexto mental*, ou seja, um universo humano de significações homólogo ao próprio texto, um conjunto de instrumentos verbais e intelectuais, categorias de pensamento e um sistema de representações.¹²

Neste contexto mental específico da tragédia gregas e destacaria o pensamento social da cidade e o pensamento jurídico. No que concerne ao pensamento jurídico, é necessário pensar que os gregos não possuíam uma ideia de direito absoluto, com códigos e leis estabelecidos, mas potências sagradas ligadas à justiça e à ordem. Configura-se na tragédia um mundo de dualidade de justiça, de visões contrárias de mundo e de cidade que se embatem constantemente, como na própria tragédia em análise a oposição entre a democracia e a tirania. Vernant destaca que trágicos,

10 BATTEZZATO, Luigi. "Lyric". In: GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. S/l: Blackwell Publishing, 2005, p. 154, tradução nossa.

11 DETIENNE, Marcel. *Les maîtres de vérité dans la Grèce Archaique*. Paris: Librairie Générale Française, 2006.

12 VERNANT; VIDAL-NAQUET, *Mito e tragédia na Grécia Antiga...*, p. 8.

como Êsquilo, Sófocles e Eurípides, expandem a dualidade para o vocabulário da tragédia:

Os poetas trágicos utilizaram esse vocabulário do direito jogando deliberadamente com suas incertezas, com suas flutuações, com sua falta de acabamento: imprecisão de termos, mudanças de sentido, incoerências e oposições que revelam discordância no próprio seio do pensamento jurídico, traduzem igualmente seus conflitos com uma tradição religiosa, com uma reflexão moral de que o direito já se distinguira, mas cujos domínios não estão claramente delimitados em relação ao dele.¹³

Nesse sentido, as personagens da tragédia estão plenas de contradições que refletem a condição jurídica e política da tragédia. Nesse universo de significados altamente ambíguo criado por discursos multifacetados, as personagens constroem um pequeno espaço de consenso e uma grande área de conflitos.

A tragédia grega constituiu-se então como um espetáculo de *performatização* de discursos. Os discursos políticos da assembleia, as tensões sobre a melhor forma de deliberar uma demanda, as contradições da comunidade grega serão mimetizadas no *skênē* a partir da pluralidade de intenções semânticas, dos grupos políticos, sendo o mito o elemento de reinterpretação constante dos poetas trágicos.

A tragédia como texto e espetáculo reinterpreta o mito, revestindo-o com um problema ou conflito vivido na cidade pelos cidadãos. No caso específico de *As Suplicantes* de Eurípides, a discussão entre o que é mais eficaz no governo da cidade, a força do *dêmos* ou a tirania, é retrato da revisão social que Atenas começava a fazer nos anos finais da Guerra do Peloponeso.

Com relação aos usos do mito, a historiadora Patricia E. Easterling aponta a importância do que chama de *caráter vago do heroico*. Os mitos eram elementos do imaginário da *pólis*, conhecidos e identificáveis, mas ao mesmo tempo indeterminados e maleáveis, e seus usos implicavam uma distância do contemporâneo. A combinação desses elementos possibilitava a utilização pelos

13 Ibid., p. 3.

poetas para discutir questões contemporâneas. Easterling destaca essa junção do próximo e do distante na interação em cena do mito e da *pólis*:

há a enorme vantagem do caráter vago do heroico [heroic vagueness] de possibilitar que as peças sejam compreendidas [...] como oferecendo algo para todos os membros do público. O fato de que questões políticas, legais e sociais são discutidas em uma linguagem cuidadosamente integrada no cenário heroico permite que perguntas problemáticas sejam abordadas sem um caráter abertamente conflitivo e, assim, fiquem desde o princípio abertas a diferentes interpretações.¹⁴

Os poetas trágicos criavam, assim, dissonâncias significativas ao operar transformações sobre as representações dos heróis das epopeias, a *Ilíada* e a *Odisseia*, e reelaboravam personagens mitológicas a partir de discursos e posições contemporâneas. Os temas e os heróis míticos não eram simplesmente reproduzidos pelos poetas, mas reelaborados e problematizados. Não só os temas e as histórias míticas, mas também a própria forma da linguagem mítica era utilizada na reelaboração do mito para a *pólis*:

a tragédia reinterpreta as histórias do passado heroico homérico para a pólis do presente: o modo pelo qual a linguagem épica constantemente informa a linguagem trágica é integral para esse processo de reescrita.¹⁵

Assim, ao trazer novamente para os cidadãos atenienses a conhecida narrativa do herói Teseu e associando-a ao tema das suplicantes, o poeta Eurípidés não somente recontaria a história da mítica Tebas e dos desafortunados filhos de Édipo. Em sua *As Suplicantes*, Eurípidés problematiza o mito, inserindo no texto novos elementos que discutiriam a experiência contemporânea da cidade, entre eles a relação entre tirania, democracia, o lugar do *dêmos* na *pólis* e a melhor maneira de conduzir a política.

14 EASTERLING, P.E. "Constructing the Heroic". In: PELLING, Christopher (ed.). *Greek Tragedy and the Historian*. Oxford: OUP, 1997, p. 25, tradução nossa.

15 GOLDHILL, Simon. "The language of tragedy: rhetoric and communication". In: EASTERLING, P.E. *The Cambridge Companion to Greek Tragedy*. Cambridge: CUP, 1997, p. 130, tradução nossa.

Pensar a democracia pela tragédia é compreender que o texto trágico possibilita uma via de acesso ao pensamento político grego. Como toda via de acesso, ele nos revela uma paisagem, ao mesmo tempo em que esconde outra. Buscar esse vocabulário político na tragédia é entender que existe um sentido compartilhado entre a linguagem da tragédia e a experiência democrática grega.

Tiranía e democracia: a escolha de um campo de ação

A democracia grega é diferente da democracia moderna, e isso não é apenas pelas suas exclusões, mas pelo seu tamanho e abrangência. Moses Finley, em seu clássico *Democracia Antiga e Moderna*, argumenta quatro instâncias de diferença:

(1) *Democracia direta*, na qual os antigos eram engajados a pessoalmente participarem das decisões da política, diferentemente da democracia representativa;

(2) *espaço restrito*, onde o pequeno número de cidadãos comparativamente à democracia moderna possibilitava a participação;

(3) era centrada na *Assembleia*, ou seja, a participação se dava nesse espaço;

(4) os problemas dessa democracia eram decorrentes de *comportamento de massa*. As leis que regem uma assembleia numerosa são bem diferentes das leis que regem um parlamento ou uma câmara.¹⁶

Diferente da nossa relação com a política, que muitas vezes é apenas concretizada no voto, durante um período de tempo, ou apenas discutida sem uma participação concreta no mundo político, os antigos cidadãos gregos viviam a política como uma esfera da sociedade que constantemente os obrigava a deliberar e medir efeitos da ação conjunta. Christian Meier, em *La Naissance du Politique* (1996), argumenta que esse lugar da política na sociedade grega pode ser compreendido como um *campo de ação*, ou seja, um

¹⁶ FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 65-66.

espaço delimitado por um conjunto de leis e também de costumes que abordava todos os cidadãos (*políteiā*). Assim, principalmente no século V a.C., a política fundamentava-se primeiramente em uma noção de unidade: enraizada na comunidade de cidadãos, emergia a autoridade política.¹⁷

As reformas de Clístenes (508 a.C.) foram importantes para a construção desse campo de ação pois possibilitaram o engajamento e a mobilização de todos os cidadãos, ricos e pobres. Clístenes dividiu os atenienses em dez tribos, no lugar das quatro anteriores. Esse aumento visava que mais pessoas pudessem participar da *políteiā*, a comunidade política dos cidadãos. Além disso, ele dividiu cada uma das dez tribos em três partes chamadas de Trítias: uma no litoral, uma na cidade e arredores e uma no interior, atribuindo por sorteio um representante para cada trítia — ou seja, três representantes para cada tribo. A criação das Trítias buscava evitar o desenvolvimento de alianças regionais. Clístenes também aumentou a *Boulé* de quatrocentos para quinhentos membros, pois cada uma das então dez tribos designava cinquenta representantes para a *Boulé*. Assim, toda a organização das instituições cívicas e do calendário foi determinada pelo sistema das dez tribos. Claude Mossé acredita que essa divisão podia ser uma influência do espírito geométrico e da filosofia jônica.¹⁸

A principal novidade inserida pelas reformas de Clístenes para o campo de ação defendido por Meier é a noção de *isonomia*, de que todos os cidadãos eram iguais em direitos perante a lei. A isonomia permitia que os cidadãos, independentemente do critério de renda, pudessem interferir regularmente na política. Mossé afirma que é essa isonomia que traduz concretamente a reforma de espaço cívico e, mais simplesmente, o fato de que, doravante, um ateniense não mais se nomearia pelo nome do pai, mas pelo seu local de origem.¹⁹

17 MEIER, Christian. *La naissance du politique*. Paris: Gallimard, 1996, p. 34.

18 MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 22.

19 *Ibid.*, p. 23.

No começo do *agôn*, o Arauto procura o tirano do lugar, e Teseu, herói ateniense, descreve uma cidade de iguais direitos, marcada pela isonomia entre pobres e ricos, o que a torna uma cidade livre:

ARAUUTO

*Quem é o tirano desta terra? A quem devo transmitir
as palavras de Creonte que governa a terra de Cadmo,
desde que Etéocles morreu junto da cidade das sete
portas, pela mão do seu irmão Polínicos?*

TESEU

*Antes de mais iniciais o discurso por um erro, estrangeiro,
Se procuras um tirano aqui, em Atenas:
não é governada por um homem só, mas trata de uma cidade livre.
O povo exerce a soberania, à vez, por períodos
anuais. Neste país nunca os ricos se concedem
privilégios; também o pobre goza de iguais direitos²⁰ (vv. 399-408).*

Atenas é uma “cidade livre” pois possibilita que ricos e pobres possam ter iguais direitos (isonomia). É um erro procurar um governante nessa cidade em que o *dêmos* exerce a soberania (democracia). Vernant acredita que a isonomia é uma herança de uma tradição igualitária antiga no pensamento grego, que pode ser vista inclusive nas épicas de Homero. De acordo com o hele-nista francês,

vários testemunhos mostram que os termos *isonomia*, *isocracia* serviram, em círculos aristocráticos, para definir, por oposição ao poder absoluto de um só [...], um regime oligárquico em que a *arché* é reservada a um pequeno número, excetuando-se a massa, mas é partilhada de maneira igual entre todos os membros dessa elite.²¹

20 [E.] *Supp.*, vv. 399-408.

21 VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2004, pp. 65-66.

As mudanças de Clístenes, além de moldar as origens da democracia, geraram uma transformação que unificou os cidadãos, criando uma identidade cívica enraizada na participação. Nesse contexto se forma um pensamento político independente, que não é ligado a tendências particulares, mas aos interesses da *pólis*. Meier apresenta as mudanças ocorridas com a isonomia da seguinte forma:

É assim que a isonomia se tornou a palavra de ordem; e daí se apreende uma grande força mobilizadora. Como a vida cívica ganha uma importância tão pouco comum, é em relação a ela, antes de tudo, que se determina o status, o valor de um homem. Há poucas possibilidades sérias de fazer fortuna; na atividade econômica, setores inteiros marcados pelo descrédito. É só na política que alguém pode melhorar o seu estado, é aí que se abre para muitas pessoas uma chance de ascender.²²

Para o Arauto é justamente na isonomia que reside o problema da democracia, pois o *dêmos* é maleável em sua vontade e não pode se aperfeiçoar como um homem nobre, sendo facilmente seduzido por discursos:

ARAUTO

*Só no que acabas de dizer, ofereces como nos dados
uma vantagem. Na verdade a cidade a que venho
é dirigida por um só homem e não pelo populacho.
Não há quem a envaideça com seus discursos,
em proveito próprio, e a faça volver para um e outro lado.
Em certas alturas, amável, concede muitos favores,
em outras prejudica-a; depois, com novas calúnias,
esconde as faltas anteriores e exime-se à justiça.
Por outro lado, incapaz de ordenar os raciocínios,
Como poderia o povo conduzir com acerto a *pólis*?
Pois o tempo, não a improvisação, uma aprendizagem*

²² MEIER, Christian. *La naissance du politique*. Paris: Gallimard, 1996, p. 26, tradução nossa.

*superior concede. Um pobre homem que cultiva a terra,
mesmo que não seja ignorante, por causa dos trabalhos,
não tem possibilidade de olhar pelo bem comum.
Realmente é coisa nociva, para os mais honrados,
quando um homem perverso adquire prestígio,
seduzindo o povo pela verve, ele que antes não era nada.*²³

O Arauto, defensor da tirania de Creonte em Tebas, observa que a democracia, esse governo centrado na força do *dêmos* (povo), é um governo refém dos discursos (*lógoi*). Como apontamos, Finley ressalta o *comportamento de massa* da democracia grega.²⁴ O demagogo que encanta a multidão, faz da política um trampolim para suas ambições e reduz as decisões políticas também se manteve na modernidade. O cerne do argumento defendido para o reino do tirano é que o *dêmos* não consegue decidir com calma e será sempre compelido a deliberar de forma rápida e alvoroçado pela assembleia.

O campo de ação proposto pela democracia funda-se justamente na participação efetiva do *dêmos* nos assuntos da cidade, criando a possibilidade de desenvolvimento de outra esfera, na qual a igualdade de responsabilidades permite interagir além do mundo privado e religioso. Para Meier, a isonomia desenvolveu novas concepções e dinâmicas de compreensão do mundo, entre elas um tipo específico de solidariedade entre os cidadãos:

*Uma tal identificação da coisa pública com a comunidade dos cidadãos pressupunha uma solidariedade particular, a qual, para além das divergências dos interesses particulares, devia enraizar-se em um interesse geral da comunidade. Este interesse tornou-se tão predominante que, neste novo domínio da vida pública, os cidadãos determinavam a política tanto quanto ela os determinava. Outros interesses ficaram, por outro lado, ou relativamente negligenciados, ou mantidos, em grande medida, distantes do campo político. Para politizar a si mesmos, os cidadãos não podiam então politizar os seus interesses particulares.*²⁵

23 [E.] *Supp.*, vv. 409-425.

24 FINLEY, *Democracia antiga e moderna...*, p. 66.

25 MEIER, *La naissance du politique...*, p. 35, tradução nossa.

Contudo, é necessário cautela nas idealizações. Por mais que a isonomia tornasse a política um campo de ação denso e ativo, para um grande grupo de cidadãos a política era apenas uma esfera do mundo concreto que ultrapassava as relações da esfera privada, das trocas parentais e de vizinhança.²⁶

Teseu em sua resposta ao Arauto traz o argumento da validade das leis baseadas na vontade do *dêmos* e não nas vontades do Tirano, e defende que a liberdade de um cidadão está na sua participação na assembleia:

TESEU

Engenhoso é o Arauto e artífice de discursos a despropósito.

Já que foste tu próprio a começar a disputa,

escuta, tu é que provocaste a discussão dialética:

Nada é mais nocivo a pólis do que o tirano.

Antes de mais, sob seu domínio não há leis válidas

para todos: governa um só indivíduo que institui a lei

para proveito próprio. E isso nunca é igualdade.

Mas quando há leis escritas, tanto o pobre

como o rico gozam dos mesmos direitos.

Os mais débeis têm a possibilidade de responder

ao que é poderoso, sempre que este o insulta,

e o mais pequeno vence o grande, se tem razão.

A liberdade reside nisto: “Quem deseja propor

ao povo uma deliberação, útil para a cidade?”

E quem o quiser fazer, é ilustre, se o não quiser,

*fica calado. Que coisa mais equitativa do que esta?*²⁷

Para entendermos os argumentos de Teseu, é preciso atentar para as conquistas da democracia pericliana, que atingiu seu apogeu entre as Guerras Médicas (499–449 a.C.) e a Guerra do

²⁶ MEIER, Christian. *Introduction a l'anthropologie politique de l'antiquité classique*. Paris: PUF, 1984, p. 14.

²⁷ [E.] *Supp.*, vv. 425-441.

Peloponeso (431–404 a.C.). Podemos recorrer a pequenos trechos da Oração Fúnebre que Tucídides atribuiu a Péricles no primeiro ano da Guerra do Peloponeso.

Péricles reivindica na palavra democracia a principal característica de Atenas:

nosso regime político (*politeiá*) não se propõe tomar como modelo as leis de outros: somos antes modelo que imitadores. Como tudo nesse regime depende não de poucos, mas da maioria, seu nome é democracia.²⁸

O argumento de Teseu é semelhante ao de Péricles. A força desse regime está na maioria e não na mão de um só, o que caracteriza o grande valor da democracia como um governo de muitos e não de apenas um.

De acordo com Mossé, a palavra democracia era relativamente recente no momento em que Péricles a usa no discurso. Ela também carrega consigo uma ambiguidade. O termo democracia é composto por duas palavras, *dêmos* e o verbo *krateîn*. *Dêmos* podia designar todo o conjunto dos cidadãos, sem distinções de nascimento e riqueza, ou podia designar apenas os cidadãos de menores posses. Assim, o regime chamado democracia tinha um sentido dúbio: seria um sistema político em que a soberania residia no conjunto do corpo cívico, ou então um sistema em que a camada social mais baixa controlava a cidade.

Péricles exalta as decisões que dependem da maioria, pois elas representariam a soberania do conjunto dos cidadãos. Essa soberania do *dêmos* fundamentava-se nas assembleias, na participação popular das camadas mais baixas. Para Teseu, a própria liberdade reside em poder falar de forma igual na assembleia: “*Quem deseja propor ao povo uma deliberação, útil para a cidade?*”, fórmula que abria as sessões nas assembleias gregas.

Como salientado por Finley, a participação do *dêmos* na assembleia é uma das principais características da democracia an-

28 Th. II, 37, 2.

tiga em relação à moderna: o fato de ela ser participativa e não representativa. A assembleia tinha uma dinâmica própria em relação ao tempo e aos discursos:

oradores e ouvintes sabiam que antes que a noite caísse, a questão deveria estar decidida [...]. Por essa razão, cada discussão deveria procurar convencer a plateia de imediato de que tudo aquilo era para ser levado a sério no todo e em cada uma de suas partes.²⁹

Para ter sucesso nas assembleias era necessário ter um bom domínio das artes da persuasão; por isso, os sofistas foram fundamentais para a educação ateniense.

Na continuação da *Oração Fúnebre*, Péricles complementa:

[Na democracia], enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências particulares, no que se refere à atribuição de honrarias o critério se baseia no mérito e não na categoria a que se pertence; inversamente, o fato de um homem ser pobre e de condição humilde não o impede de prestar serviço à cidade, desde que tenha capacidade para tanto.³⁰

Tanto o Péricles de Tucídides quanto o Teseu euripídiano salientam a participação dos cidadãos mais pobres como um dos argumentos da democracia. O valor da democracia consiste em possibilitar que não apenas que os ricos participem, mas também que os pobres se engajem nas decisões da cidade, tornando esse espaço isonômico.

O que permitia a participação efetiva dos cidadãos mais pobres era a *mistoforia*. De acordo com a *Constituição de Atenas* (XXVII), foi Péricles, em uma medida popular, quem estabeleceu o salário para os tribunais, principalmente para os membros da *Boulé*. De fato, a atribuição deste *misthós* (remuneração) possibilitava estar livre do trabalho cotidiano e dedicar-se ao tribunal, de forma que a *mistoforia* (c.454–450 a.C.) possibilitava a efetivação da participação das camadas mais baixas.³¹

29 FINLEY, *Democracia antiga e moderna...*, p. 72.

30 Th. II, 37, 2.

31 MOSSÉ, *Atenas...*, p. 37.

Como não podemos idealizar o campo de ação, não podemos deixar de colocar um contexto de desigualdade social naisonomia. A desigualdade política, como lembra Mossé, era limitada e combatida por meio de um jogo de forças presente na democracia pericleana: embora os mais pobres não pudessem subir às mais altas funções no controle da cidade, eles eram a maioria no *dêmos*, restabelecendo assim um equilíbrio. Quanto ao equilíbrio social, ele era garantido não apenas pela mistoforia, mas também, e talvez sobretudo, pelos encargos financeiros que os mais ricos assumiam em nome da cidade e de que os mais pobres, em parte, se beneficiavam.³²

Teseu continua sua defesa pela democracia salientando o perigo da tirania para a cidade:

TESEU

Por outro lado, um país onde o povo é soberano

Alegra-se com os cidadãos jovens que são sua base.

*Mas o homem que é rei considera esta situação odiosa
e os melhores cidadãos que julga serem capazes de pensar
elimina-os, por temer pela sua tirania.*

Como pode então alguma vez ser forte uma pólis,

*Se alguém, como espigas em campo primaveril,
em golpes sega e devasta a juventude?*

*Que interessa procurar riqueza e bem-estar para os filhos,
se e ao tirano sobretudo que tal esforço engrandece a vida?*

*Ou conservar virgens e formosas as filhas em casa,
que são o delicioso prazer para o tirano, quando deseje,
e rios de lágrimas que nos assaltam? Que eu não viva mais,
se as minhas filhas tiverem de se casar pela força.*

Estes são pois os dardos que contra os teus disparos. [...].³³

32 MOSSÉ, Claude. *Péricles: o inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008, p. 80.

33 [E.]. *Supp.*, vv. 429-442.

A tirania, como a guerra, leva a juventude ao desastre, aos homens ceifando a vida como espigas e as mulheres sendo desgraçadas devido à volúpia do tirano. Essa crítica é possivelmente relacionada à situação da Guerra do Peloponeso que começa a entrar em um terreno cada vez mais incerto para os atenienses, que começam a temer o destino de seus filhos.

Assim, dois são os principais argumentos de Teseu para defender a soberania do *dêmos*, ou seja, os valores democráticos: perante o tirano, a igualdade diante da lei, e a participação igualitária de ricos e pobres nessa forma de governo. Como argumentado, pensar a política pela tragédia é uma possibilidade de entender dinâmicas e sensibilidades nem sempre mapeadas em outros documentos. A democracia grega não é a nossa, mas como cidadãos ainda buscamos e reivindicamos a igualdade perante a lei sem considerar a riqueza ou pobreza dos cidadãos.

A identidade de uma sociedade está fundamentada em diversos aspectos da realidade. Ela é constituída na medida em que os membros de uma sociedade partilham e constroem sensibilidades comuns. No caso dos cidadãos atenienses do século V a.C., a política era força central para a definição dessas sensibilidades formadoras da identidade. O espetáculo trágico como produção cultural de dimensões religiosas em sua origem e caráter cívico e congregador para os cidadãos atenienses não deixa de compartilhar desse viés político, formador da identidade do cidadão.

Considerações finais

A democracia não terá longa vida na antiguidade. Os filósofos gregos em sua grande maioria problematizaram mais as desvantagens da democracia que seus méritos. O mundo romano terá uma concepção negativa dessas assembleias populares. A grandeza de Atenas será lembrada em Roma como a de seus homens e de seus artistas, nunca por suas virtudes democráticas.

John Dunn³⁴ em seu ensaio sobre a história da democracia

34 DUNN, John. *A História da Democracia: um ensaio sobre a liberação do povo*. São

apresenta duas grandes crises políticas do século XVIII: a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), que trouxeram essa palavra novamente para o debate público. Hoje vivemos ataques à experiência democrática e somente a vigilância manterá a democracia.

Como salientamos, a democracia grega não é a nossa, mas é uma experiência e nós como historiadores devemos perceber não só seus problemas, mas também a grandiosidade de uma experiência que pela primeira vez tentou unificar ricos e pobres pela mesma lei.

Referências:

BATTEZZATO, Luigi. "Lyric". In. GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. S/l: Blackwell Publishing, 2005, pp. 149-166.

CUSSET, Christophe. *La tragédie grecque*. Paris: Éd. du Seuil, 1997.

DETIENNE, Marcel. *Les maîtres de vérité dans la Grèce Archaïque*. Paris: Librairie Générale Française, 2006.

DUNN, John. *A História da Democracia: um ensaio sobre a liberação do povo*. São Paulo: UNIFESP, 2016.

EASTERLING, P.E. "Constructing the Heroic". In. PELLING, Christopher (ed.). *Greek Tragedy and the Historian*. Oxford: OUP, 1997, pp. 21-38.

EURÍPIDES. *As Suplicantes*. Tradução, introdução e notas de José Luiz Ribeiro. Porto Alegre: Movimento, 2012.

FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOLDHILL, Simon. "The language of tragedy: rhetoric and communication". In. EASTERLING, P.E. *The Cambridge Companion to Greek Tragedy*. Cambridge: CUP, 1997, pp. 127-150.

KOVACS, David (ed.). *Euripides: Suppliant Women, Electra, Heracles*. Edited and translated by David Kovacs, Loeb Classical Library No. 9. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

LORAU, Nicole. "A tragédia grega e o humano". In. NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 17-34.

Paulo: UNIFESP, 2016, p. 108.

MEIER, Christian. *Introduction a l'anthropologie politique de l'antiquité classique*. Paris: PUF, 1984.

MEIER, Christian. *La naissance du politique*. Paris: Gallimard, 1996.

MEIER, Christian. *De la tragédie grecque comme art politique*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

MOSSÉ, Claude. *Péricles: o inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War, Volumes I-IV*. Cambridge: CUP, 1956.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. 3ª Ed. Tradução de Mario da Gama Kury, Brasília: Editora da UnB, 1987.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

O conceito moderno de democracia

Nikolay Steffens

Les difficultés de mise en forme du pouvoir démocratique sont les plusvisibles. Elles dérivent du fait que le pouvoir du peuple ne peut s'exercer de façon directe dans le monde moderne; il n'a de consistance possible que médiatisé et instrumentalisé par les procédures du gouvernement représentatif.

ROSANVALLON¹

A democracia, com o desenvolvimento e a consolidação do projeto moderno, tornou-se um valor universal: “um símbolo geral de valores políticos amplamente compartilhados”.² Paradoxalmente, o triunfo da democracia enquanto horizonte normativo do bem político veio acompanhado de um movimento progressivo de desestabilização de suas formas institucionais; a sua imposição como princípio veio acompanhada de um processo de fragilização e descrédito da forma política.³ Os recentes diagnósticos sobre a crise, reces-

1 “As dificuldades de dar forma ao poder democrático são as mais visíveis. Elas derivam do fato que o poder do povo não pode ser exercido de maneira direta no mundo moderno: não há consistência possível senão mediada e instrumentalizada pelos procedimentos do governo representativo”. ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*. Paris: Gallimard, 1998, p. 14, tradução nossa.

2 PALMER, Robert. “Notes on the Use of the Word ‘Democracy’. 1789-1799”. *Political Science Quarterly*, v. LVIII, 1953, p. 203, tradução nossa. Ver também PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1959.

3 ROSANVALLON, Pierre. *La démocratie inachevée*. Paris: Gallimard, 2000, p. 11.

são, erosão ou desconsolidação democrática, aparentemente, reafirmariam essa tensão⁴ evidenciando esta ambiguidade presente no emprego do termo *democracia*. Ao mesmo tempo em que estaríamos a utilizá-lo para fazer referência a um conjunto de mecanismos institucionais corrompidos ou inadequados, também o reconheceríamos como um eixo constitutivo do léxico político e, portanto, um elemento incontornável. Se, de uma parte, observar-se-ia, sobretudo entre os mais jovens,⁵ uma perda de apoio às instituições, aos valores que servem de fundamento à legitimidade democrática e uma preferência por líderes fortes que se impõe perante o Congresso e o Judiciário, de outra, as mesmíssimas lideranças políticas que são capazes de mobilizar essa hostilidade se veem obrigadas a manter o termo no centro do vernáculo político, ainda que para ressignificá-lo ao reivindicarem uma concepção de democracia *iliberal*.⁶ Ou seja, isso significa dizer que se trata de um processo de desqualificação não do sentido geral da democracia, mas de uma concepção específica. Devemos, portanto, compreender quais são as características, os valores, os princípios e as for-

4 DIAMOND, Larry. "Facing Up to the Democratic Recession". *Journal of Democracy*, 26, 1, 2015, pp. 141-155.

5 A posição é controversa e há divergências a respeito de como interpretar o mesmo conjunto de dados. A perspectiva pessimista foi esboçada, p. ex., em FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. "The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect", *Journal of Democracy*, 27, 3, 2016, pp. 5-17; FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. "The signs of deconsolidation", *Journal of Democracy*, 1, 2017, pp. 5-16. Ver também MOUNK, Yascha. *O Povo contra a Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Para uma abordagem mais otimista ver INGLEHART, Ronald. "The Danger of Deconsolidation: How Much Should We Worry?", *Journal of Democracy*, 27, 3, 2016, pp. 18-23.

6 O conceito de democracia iliberal não é uma novidade e pode ser rastreado, por exemplo, em ZAKARIA, Fred. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2003. Não suficiente, as reflexões de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter sobre as transições democráticas fornecem elementos interessantes para examinar essa categoria, O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. "Transições do regime autoritário: primeiras conclusões acerca de democracias incertas", *Revista dos Tribunais*, 4, 1988. Pierre Rosanvallon também a emprega em *La démocratie inachevée* para referir-se ao cesarismo. Contudo, a retomada da expressão está inequivocamente associada aos recentes debates sobre crise da democracia e, sobretudo, à declaração de Viktor Orbán, primeiro-ministro húngaro, que, em 28 de julho de 2014, por ocasião da vigésima-nona Universidade de Verão de Bálványos, sustentou a oposição entre as democracias cristã e liberal, afirmando que aquela é, por definição, iliberal e que teríamos chegado ao tempo do fim da democracia liberal. Para um exame do discurso de Viktor Orbán no registro da oposição política majoritária vs. constitucionalismo ver KRASSTEV, Ivan "Futuros majoritários". In. GEISELBERG, Heinrich. *A Grande Regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, pp. 123-124.

mas institucionais que estão na base e deram origem ao conceito moderno de democracia, à concepção de *democracia representativa*.

Nesse contexto, no esforço em delimitar e definir o experimento democrático, nos são bem conhecidas as estratégias que apelam à etimologia ou às raízes gregas da experiência política, bem como à fórmula que se tornou uma espécie de *slogan* ou mantra para o Ocidente segundo a qual a democracia é definida como o poder do povo. Não obstante, a simplicidade do *slogan* é aparente, pois recobre disputas e incertezas profundas a respeito da natureza do conceito e da concepção democrática, sobretudo se atentarmos para o fato que sua versão moderna passa a ser, em essência, *representativa* e *liberal*. O que se observa, por conseguinte, é um encontro inesperado entre tradições de difícil conciliação, quicá antagonônicas.⁷ Em primeiro lugar, deve-se considerar o deslocamento do ideário democrático para um quadro radicalmente distinto daquele em que fora forjado.⁸ O ambiente das *pólis* gregas, da possibilidade do exercício direto e imediato do poder do povo em um espaço público organizado horizontalmente, dá lugar ao quadro dos Estados Nacionais que se fazem por *representação* e promovem, seguindo a metáfora topográfica,⁹ uma reordenação vertical da esfera pública. A identidade entre governantes e governados e a tese do povo como uma entidade coletiva capaz de ação política em sua existência imediata tornam-se incompatíveis com a natureza do Estado moderno. Nesse registro, o par representante-representado introduz uma distinção constitutiva entre governantes e governados, bem como a existência do povo e o seu exercício da soberania passa a ser mediado pelas instituições.¹⁰ Em

7 PITKIN, Hanna. "Representation and Democracy: uneasy alliance". *Scandinavian Political Studies*, 27, 3, 2004.

8 DAHL, Robert. *Democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

9 TORRES, João Carlos Brum. *Figuras do Estado Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 30.

10 Eis o problema de fundo do excerto de Pierre Rosanvallon que serve de epígrafe a este texto. Revela-se certa influência da interpretação schmittiana do que seria a tradição democrática e as marcas deixadas pela reflexão hobbesiana a respeito do caráter representativo da soberania. Nota-se que as teses schmittianas têm eco não só na obra de Pierre Rosanvallon como, também, na abordagem de Bernard Manin em: MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion, 1996. Para a análise

segundo lugar, a articulação entre democracia e liberalismo marca a dualidade contida na ideia moderna de emancipação que deseja promover a um só tempo um projeto de participação dos cidadãos no exercício do poder social e a autonomia dos indivíduos;¹¹ que tem por objetivo articular como fundamentos da democracia moderna os princípios da soberania popular e dos direitos humanos, a autonomia dos sujeitos em suas dimensões pública e privada.¹² Eis a mesma preocupação que se coloca no horizonte daqueles que tem por objetivo promover um arranjo institucional capaz de articular decisões majoritárias e instituições contra majoritárias no melhor espírito da noção de Estado Democrático de Direito.¹³

Frente a esse brevíssimo e panorâmico quadro conceitual, não seria exagerado sustentar, valendo-se de uma metáfora biológica, que a *democracia dos antigos*¹⁴ e a dos *modernos* são animais de espécies distintas.¹⁵ Por essa razão, durante nossa análise, deixaremos em segundo plano as reconstruções etimológicas, as referências convencionais aos textos canônicos da filosofia política da Antiguidade, o lugar-comum do ideal democrático projetado em uma representação idílica dos cidadãos atenienses deliberando livremente na praça pública e, sobretudo, a identificação de um vínculo estreito entre o conceito de democracia e o exercício dire-

do princípio da identidade e da homogeneidade na democracia ver SCHMITT, Carl. *Théorie de la Constitution*. Paris: PUF, 1993, pp. 16-17. Para a introdução da noção de representação no quadro da filosofia política moderna ver HOBBS, Thomas, *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Parte I, cap. XVI. Para um comentário sobre o conceito de representação à luz desse problema ver DUSO, Giuseppe. *La Representación Política*. San Martín: Universidad de San Martín, 2000.; HOFMANN, Hasso. “Le concept de représentation : un problème allemand?”. *Raisons politiques*, 50, 2, 2013, pp. 79-96.

11 ROSANVALLON, Pierre. *La démocratie inachevée...*, p. 14.

12 Para uma abordagem que enfatiza a cooriginalidade entre soberania popular e direitos humanos no fundamento da democracia moderna ver HABERMAS, Jürgen. *Facticidade e Validade. Contribuições Para Uma Teoria Discursiva do Direito e da Democracia*. São Paulo: UNESP, 2020. Para uma abordagem alternativa, ver MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. Londres: Verso, 2009.

13 ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune (eds.). *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

14 Para o conceito antigo de democracia, ver, neste volume, o capítulo 3, “A pólis vista da *skênē*: uma introdução aos valores democráticos gregos”, de Mateus Dagios.

15 RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

to e imediato do poder de um sujeito político coletivo, o *demos*.¹⁶ A nosso juízo, compreender por que o projeto democrático passou a ser celebrado ao mesmo tempo em que acompanhado por uma profunda desconfiança, quiçá decepção, como se as democracias realmente existentes “encarnassem um ideal traído e desfigurado”,¹⁷ exige-nos, necessária e primordialmente, examinar as contradições engendradas na constituição da modernidade política. Ou, mais precisamente, compreender quais as consequências da reabilitação ou assimilação de um conceito, cuja origem remete ao ambiente da antiguidade clássica, em um registro completamente distinto e que lhe seria adverso. Por mais contraintuitivo e paradoxal que pareça, devemos reconhecer como ponto de partida que

*[a]s democracias contemporâneas são o resultado de uma forma de governo que os seus fundadores opunham à democracia. Os atuais regimes democráticos são geralmente denominados “democracias representativas”. Essa expressão, que distingue a democracia representativa da democracia direta, toma uma e outra como formas distintas de democracia. Entretanto, o que hoje denominamos democracia representativa tem suas origens em instituições que são progressivamente estabelecidas e impostas no Ocidente na sequência das três revoluções modernas: a inglesa, a estadunidense e a francesa. No entanto, tais instituições nunca foram observadas como uma variedade de democracia ou uma forma de governo pelo povo.*¹⁸

De modo breve: as instituições hoje tidas por democráticas são herdeiras de um conjunto de mecanismos e institutos políticos que foram pensados estrategicamente como antídoto àquilo que os autores e atores políticos dos séculos XVII e XVIII concebiam como democracia.

Uma rápida incursão pelo quadro conceitual do século XVIII permite-nos evidenciar o lugar ocupado pelo termo *democracia*, sobretudo, no contexto das revoluções responsáveis por forjar as

16 COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. “Epílogo a La Edición Española: Democracia Sin Demos. Diez Años Después.” In. COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *La Democracia Sin Demos*. Barcelona: Herder, 2020, pp. 287-302.

17 ROSANVALLON, *Le peuple introuvable...*, p. 11.

18 MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif...*, p. 11, grifos nossos, tradução nossa.

instituições políticas modernas. Tomando como ponto de partida os dicionários lançados entre o final do XVII e o período que antecedeu a Revolução Francesa, por exemplo, é possível observar que as entradas do verbete revelam-se lacônicas, associando-o a uma forma política obsoleta ou exótica. Obsoleta, pois vinculada à experiência que teve lugar nas repúblicas antigas, em Atenas e Roma, onde “o povo [tinha] toda a autoridade” (*Dictionnaire Universel* de Furetière, 1690; *Dictionnaire de Trévoux*, nova edição de 1771; *Dictionnaire de l'Académie Française*, 4ª ed, 1762), e também exótica (*Dictionnaire de l'Académie*) quando associada às experiências contemporâneas de pequenas repúblicas da Holanda, dos cantões suíços ou cidades livres da Alemanha. Para além dessas definições genéricas, Trévoux vale-se de uma distinção, não muito específica, acerca do modo como em uma democracia o povo exerce a autoridade e detém a soberania, cabendo ao *Dictionnaire Française* de Pierre Richelet (1680) ser ligeiramente mais minucioso e introduzir uma distinção que nos será cara na sequência, e presente no debate sobre a natureza da democracia desde Aristóteles: trata-se de uma forma de governo em que o mecanismo de seleção e atribuição dos cargos é feito por meio do sorteio.¹⁹ O horizonte não se alterará no período entre 1789 e 1801, quando são lançados nada mais nada menos que dez dicionários sociopolíticos e apenas um reserva uma entrada para o termo *democracia*.²⁰

19 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 26. Catherine Colliot-Thélène chama a atenção para o pioneirismo do uso em Lutero, que cita a Suíça, e Ditmarschen como exemplos de democracia. A revisão de Colliot-Thélène é mais ampla que a de Rosanvallon na medida em que expande seu exame para além do contexto pré-revolucionário francês a partir dos estudos de Hans Maier, um dos responsáveis pelo artigo “Democracia” na *Geschichtliche Grundbegriffe* de Brunner, Conze e Koselleck. Ver COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie sans “demos”*. Paris: PUF, 2010, pp. 56-57.

20 Trata-se do *Dictionnaire de la Constitution et du gouvernement français*, Paris, an III de P.N. Gautier. Ver: ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 27. Deve-se, contudo, observar que o quadro não é o mesmo quando consideramos o termo *democrata*, pois, ao comentar a distinção, Catherine Colliot-Thélène destaca a importância em reconhecer que a história dos termos não é rigorosamente paralela. Aos nos voltarmos para os mesmos dez dicionários recenseados por Rosanvallon notamos a diferença na medida em que seis deles apresentam a entrada *democrata*. Como ambos os autores deixam em relevo, este último termo está presente tanto nos dicionários quanto no debate revolucionário, porque é empregado por referência a um membro das classes populares e, portanto, em oposição a *aristocrata*. Por conseguinte, *democrata* não deve ser associado a um partidário da democracia, mas aos adversários do Antigo Regime, aos partidários

No quadro teórico e intelectual, o emprego do conceito estava reservado à literatura erudita de filósofos e teóricos políticos que também o faziam por referência ao registro clássico, marcadamente, à classificação tripartite das formas de governo aristotélica. Permitam-nos uma alusão ao aristotelismo, em que pese tenhamos advertido que nosso exame do conceito moderno de democracia não partirá da análise da concepção clássica. Empreendemos essa breve incursão por duas razões. Em primeiro lugar, porque faz-se necessário demarcar a diferença entre a *autosuficiência* da comunidade política e a *soberania* dos Estados nacionais. Em segundo, porque é da definição aristotélica que partem as primeiras ocorrências que na modernidade têm por objetivo ressignificar o conceito de democracia.

Tradicionalmente, a tipologia das formas de governo é estabelecida a partir de dois critérios: o numérico (quantos indivíduos exercem o poder) e o qualitativo (qual a finalidade perseguida pelos governantes). É, fundamentalmente, a partir do segundo critério que se estabelece a distinção entre regimes virtuosos e viciosos, o que, por seu turno, não é uma inovação aristotélica. A distinção numérica já estava pioneiramente presente em Heródoto²¹ e, em Platão; mais precisamente na *República*²², introduz-se uma das primeiras articulações sistemáticas que visa distinguir constituições virtuosas e viciosas com base em uma noção de justiça, em um modelo ideal em que reina a sabedoria e a partir do qual decorrem as formas degeneradas, sendo a tirania a pior delas. No *Político*²³, há um retorno à discussão a partir do critério numérico que avança para a defesa do regime misto contra as formas políticas pura no diálogo maduro das *Leis*.²⁴ Será nesse horizonte que Aristóteles

da Revolução e das causas populares. O que significa dizer que a palavra tem um emprego “sociológico e político e não jurídico ou institucional.” *Ibid.*, p. 119. Por seu turno, a filósofa francesa toma como base para suas considerações o clássico, já citado, de Robert Palmer: PALMER, Robert. *The Age of Democratic Revolution...*, pp. 13-20; pp. 206-207. Ver COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 56. nota 3.

21 Hdt., III.80-82.

22 [Pl.], *R.*, VII e VIII, sobretudo a partir de 544e.

23 [Pl.], *Plt.*, 291d

24 [Pl.], *Lg.*, III, 691c- 692a; VI, 756e-757a.

promoverá sua grande inovação ao traçar a distinção entre regimes virtuosos e viciosos com base na finalidade da comunidade política e, especialmente, ao deduzir o critério numérico da própria definição de *politeía*. Ao fazê-lo, o Filósofo não simplesmente estabelece sua tipologia das formas de governo, mas a *fundamenta*,²⁵ pois a classificação e a própria caracterização dos diferentes regimes é deduzida dos princípios mais gerais de sua filosofia política. É por esta razão que, em *Política* III, 1 1275b 18-19, logo após definir o cidadão como aquele que “tem o direito de participar nos cargos deliberativos e judiciais da cidade”, Aristóteles retoma a tese central do Livro I (I, 2 1252b 27-1253a 5) segundo a qual o homem é um animal político que alcança na e pela comunidade política a felicidade.²⁶ A *pólis* é, portanto, a comunidade completa capaz de atingir o máximo de *autossuficiência* (*autárkeia*) e, ao fazê-lo, assegurar a realização da vida boa.²⁷ É a partir desta finalidade que serão estabelecidas as diferentes formas de governo ou regimes (*politeías*), considerando quais são as magistraturas supremas (*kýrios*) que exercem o governo, ou seja, que detém o poder decisório ou a autoridade suprema (*políteuma*)²⁸, quem as ocupa e qual a finalidade perseguida em suas decisões. No caso do regime democrático, em geral, as assembleias deliberativas são a principal instituição decisória, cabendo ao seu sujeito, *os muitos* ou *o demos*, o exercício da autoridade suprema em benefício próprio e não em prol do bem da *pólis*.²⁹

Nota-se que em nenhum momento empregamos a expressão *soberania popular* ou *soberania do povo* para definir a democracia ou pensar a natureza da comunidade. A *pólis* é autárquica, autossuficiente, mas não soberana e o que “importa à soberania é a *autonomia*— capacidade dos Estados de se darem leis e decidirem

25 WOLFF, Francis. *Aristote et la politique*. Paris: PUF, 2016, p. 86.

26 *Ibid.*, pp. 86-87

27 [Pl.], *Plt.*, I, 2 1252b 27-30.

28 Para um comentário atento a respeito das relações, definições e respectivas traduções de regime (*politeía*), elemento supremo (*kýrios*), exercício da autoridade por parte desse elemento ou governo (*políteuma*) ver NEWMAN, W. L. *The Politics of Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 158, v. III.

29 [Pl.], *Plt.*, III, 6 1278 12-3.

seu próprio destino – e não a autossuficiência”.³⁰ A comunidade política é o lugar em que se vive uma vida coletiva, um estilo de vida que se basta a si mesmo e que possibilita a realização de uma vida sumamente boa, mas suas instituições políticas não exercem a *soberania*. Grosso modo, a democracia foi considerada uma constituição desviada porque o povo busca realizar os seus interesses e não promover a *autossuficiência* da comunidade política.³¹ É a este princípio de *autossuficiência* que está relacionado o exame do exercício do poder nas magistraturas, de execução do poder supremo (*tò kýrion einai*), da capacidade do *demos* decidir nas assembleias.³² Não há a ideia de um poder abstrato acima dos poderes constituídos. Eis a grande inovação da modernidade. A instituição de um poder que se constitui acima dos indivíduos, o Estado como um sujeito jurídico abstrato distinto do corpo de cidadãos ao qual será atribuído o exercício da soberania.³³ A sugestão de Cornelius Castoriadis de que se trataria de um equívoco traduzir a expressão *Athenaion Politeía* por *Constituição de Atenas* parece captar a natureza do problema. Pois, para o filósofo franco-grego, o mais

30 ARAUJO, Cicero *A forma da república*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 202.

31 Para além dos debates acerca de qual a melhor tradução do termo que designa a terceira dentre as formas virtuosas, se vertemos este sentido de *politeía* por regime misto, regime constitucional, há, especialmente, uma longa contenda entre os *scholars* do pensamento aristotélico a respeito de qual seria a melhor das formas de governo para o Filósofo dentre as consideradas virtuosas (a monarquia, a aristocracia e o regime constitucional). Não suficiente, é possível explorar em que medida, em certos contextos, aquilo que Aristóteles designa como regime *democrático* não portaria um valor positivo e mesmo intercambiável com o *regime constitucional (politeía)*. Ver NARBONNE, Jean-Marc. *Sagesse cumulative et idéal démocratique chez Aristote*. Laval-Paris: Collection Zétésis, Presses de l'Université Laval et Librairie Philosophique J. Vrin, 2020.

32 MANIN, *Principes du gouvernement représentatif...*p. 28. Há entre os helenistas uma disputa acerca do modo como deveríamos interpretar o papel e a relação entre a *Boulée* e *Ekklésia*. A interpretação de Bernard Manin está baseada, fundamentalmente, nas posições de M. H. Hansen, ver: HANSEN, Morgens Herman. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*. Blackwell: Oxford, 1991. Para o que parece ser uma posição distinta, que reforce o papel da *Boulé*, ver GLOTZ, Gustav. *The Greek City and its Institutions*. London: Kegan Paul, 1929.

33 ARAUJO, Cicero. “Representação, soberania e a questão democrática”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1, jan/jun. 2009, pp. 50-51. Ver também Cicero Araujo em *A forma da república*, em especial, capítulo III *Passagem para o Estado*, seção *Soberania, artifício e representação política*. Ainda sobre o tema da soberania associada à modernidade política, sobretudo à figura distintiva dos Estados Nacionais, ver TORRES, *Figuras do Estado Moderno* e KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002.

adequado seria verter o título da obra atribuída a Aristóteles por *Constituição dos Atenienses* uma vez que a Atenas do período clássico não existiria enquanto um sujeito jurídico abstrato, como algo distinto do corpo de cidadãos que dá vida à cidade.³⁴

A inovação conceitual promovida pela modernidade para refletir a natureza da democracia consiste, portanto, em atribuir ao povo a titularidade da soberania. Contudo, essa aproximação não é imediata, tampouco evidente. Nalguma medida, antecipamos as dificuldades de promoção dessa convergência quando sugerimos que a tradição democrática estaria lastreada em uma concepção forte de identidade típica às comunidades antigas que se desdobra em um projeto que presume a identidade entre governantes e governados, entre súditos e soberanos, entre os que fazem, executam e cumprem as leis. É deste modo que modernos como Montesquieu e Rousseau, por exemplo, interpretam as posições dos antigos. A soberania, por seu turno, pressupõe, justamente, um distanciamento e diferenciação entre os agentes do Estado e do corpo social; um princípio de distinção que pressupõe o Estado soberano como um ente jurídico abstraído dos particulares que constituem a sociedade, um poder que estrutura verticalmente o espaço público cindido entre Estado e sociedade. O caráter abstrato do ente estatal deve ser entendido em um duplo sentido: enquanto retirado e distanciado dos interesses imediatos determinados ao nível da vida social, colocando-se, desse modo, como ponto de apoio para a mediação dos conflitos correntes do mundo social.³⁵ A abordagem hobbesiana no *Leviatã* é aquela que melhor capta essa intuição ao atribuir a soberania ao Estado e sustentar o pacto fundante como o ato de instituição e criação deste ente que se faz por representação.³⁶ Ou seja, em um primeiro e mais radical

34 CASTORIADIS, Cornelius. "A polis grega e a criação da democracia." In. CASTORIADIS, Cornelius *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 277-324, v. II.

35 TORRES, *Figuras do Estado Moderno...*, p. 76-77

36 HOBBS, Thomas. *Leviatã...*, Capítulo XIV. Sobre o caráter inovador do emprego de representação na obra do próprio Hobbes, ver ZARKA, Y. C. *Hobbes et lapensée politique moderne*. Paris: PUF, 1995. Sobre os debates a respeito da aplicação da teoria hobbesiana para uma teoria democrática ver RUNCIMAN, David. "Hobbes's theory of representation: anti-democratic or protodemocratic?" In. SHAPIRO, Ian, et al.(eds.). *Political-*

sentido, o conceito de representação não é chamado a justificar ou elucidar alguma forma de governo instituído a partir de eleições ou responsável perante uma assembleia de eleitos, mas opera na caracterização da soberania e, portanto, a representação é pensada enquanto forma do Estado.³⁷

Nesse horizonte, é compreensível que a recepção do termo na modernidade o associe a pequenas repúblicas ou tenha uma conotação arcaizante durante o século XVIII.³⁸ Mesmo Jean-Jacques Rousseau, tomado por muitos como o “teórico por excelência da participação política”,³⁹ cuja obra representa a pedra de toque dos democratas radicais na modernidade,⁴⁰ reconhecerá que um tal governo, tão perfeito, não convém aos homens; que somente se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente e, não suficiente,

[t]omando o termo no rigor da aceção, nunca existiu e nunca existirá verdadeira Democracia. [...] É impossível imaginar um povo permanentemente reunido em assembleia para ocupar-se dos assuntos públicos.⁴¹

A afirmação é forte e permite-nos explorar dois pontos. O primeiro, embora Rousseau diga que tal regime nunca tenha existido, diz respeito às condições necessárias para a instituição de uma democracia. Já o segundo permitir-nos-á avançar no exame da expressão *verdadeira democracia* no registro do XVIII. Será nesse momento que finalmente retornaremos ao modo como a epígrafe deste texto associa-se à tese apresentada acima a partir da obra de

Representation. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp 15-34.

37 Eis o pioneirismo de Hobbes ao examinar o conceito de representação e associá-lo a um ato de autorização. Ver: PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1969, especialmente capítulo 1.

38 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 26.

39 PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 32.

40 SHAPIRO, Ian. *The state of democratic theory*. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

41 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato Social*. Porto Alegre: L&PM, 2007. Livro, III Cap. 4, 81. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres complètes*, t. III. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 2011, p. 405.

Bernard Manin segundo a qual a democracia contemporânea é, paradoxalmente, herdeira de um projeto cujas instituições foram concebidas como um antídoto ao projeto democrático.

Uma importante lição introduzida pelo pensamento rousseauiano a partir da qual temos elementos para examinar a transição de um projeto antigo para uma definição moderna de democracia diz respeito à distinção entre soberania e governo.⁴² Caberá ao livro II do *Contrato* examinar mais atentamente a noção de soberania (caps. 1, 2 e 4) e uma constelação de conceitos a ela associados: vontade geral (cap. 3), lei (cap. 6), legislador (cap. 7) e povo (cap. 8-10). A tese cara ao pensamento rousseauiano, com consequências importantes, sustentará que a vontade não se representa (*Contrato*, Livro II, cap. 1), o que, nalguma medida, o compromete com o exercício direto da soberania por parte do seu sujeito, a saber, o povo. A natureza deste sujeito coletivo é uma ambiguidade que “assombra o *Contrato Social* numa ponta à outra e confina sua argumentação a uma aporia que Rousseau não chega a resolver: a separação irreduzível entre o povo como um corpo político e o povo real”.⁴³ Aliás, é justamente essa tese que está por trás da afirmação segundo a qual o poder desse sujeito coletivo, na modernidade, não tem consistência e não pode ser exercido senão por intermédio das formas do governo representativo. Está claro até este momento que Rousseau compromete-se com a tese da soberania popular, contudo, não a associa diretamente à democracia que será apresentada como uma forma de governo. Eis o papel do livro III do *Contrato* dedicado ao exame do governo, dos princípios que constituem as suas diversas formas (cap. 2), das suas divisões (cap. 3) e, finalmente, ao exame exclusivo da democracia no capítulo 4.⁴⁴ Aqui, Jean-Jacques Rousseau apresenta-nos quatro requisitos necessários para o funcionamento do regime:

1) Estados pequenos para que seja fácil reunir a todos os cidadãos, bem como para que cada um possa conhecer a todos os outros;

42 GUÉNARD, Florent. *La démocratie universelle*. Paris: Seuil, 2016, p. 155.

43 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 65.

44 ROUSSEAU, *Contrato...*, pp. 80-82; ROUSSEAU, *Oeuvres...*, pp. 404-406.

2) uma grande simplicidade de costumes, com vistas a prevenir discussões espinhosas;

3) igualdade nas fortunas, sem a qual os direitos e a autoridade pereceriam; e

4) pouco ou nenhum luxo, pois este seria o efeito das riquezas, o que a tornaria necessária.

Como se pode notar, para além do requisito da extensão dos Estados, a frugalidade e simplicidade dos costumes, que marca as sociedades agrárias e uma espécie de educação espartana do desejo para o bom funcionamento da república, são centrais para a existência da democracia. Paira ainda no horizonte a homogeneidade da comunidade política. Não obstante, as lições mais importantes para o exame do regime democrático encontram-se na abertura do capítulo quando Rousseau diz-nos o seguinte:

Quem faz a lei sabe melhor do que ninguém como ela deve ser executada e interpretada. Fica parecendo então que não se poderia ter melhor lei do que aquela em que o poder executivo está unido ao legislativo. Mas é exatamente isso que torna esse governo insuficiente sob certos aspectos, porque as coisas que devem ser distinguidas não o são e porque o príncipe e o soberano, sendo a mesma pessoa, formam, por assim dizer, um governo sem governo.⁴⁵

Saltam aos olhos as críticas apresentadas por Rousseau à noção de democracia que supõe, justamente, a identificação entre os poderes executivo e legislativo. Trata-se de um equívoco supor que o melhor executor – e, portanto, conhecedor e intérprete – da lei é aquele que a criou. Não suficiente, ao identificar o soberano ao príncipe, o responsável pela feitura da lei àquele que deve executá-la, esvazia-se a própria função do governo. A crítica mais aguda, contudo, virá na sequência, no segundo parágrafo do capítulo, quando Rousseau mobiliza as teses centrais do *Contrato* acerca da natureza e da relação entre soberania, vontade geral, lei, soberania e governo para indicar os desafios postos pela democracia.

45 Ibid., p. 82.; Ibid., p. 404.

Como Rousseau demonstrou (*Contrato*, Livro I, cap. 5), a união dos membros do corpo político não deve resumir-se a uma simples agregação, mas deve conformar-se como uma verdadeira associação. O fundamento dessa relação repousa sobre um sentimento de obrigação dos cidadãos uns para com os outros, cuja origem não poderá ser o exercício do constrangimento pela força, mas um ato de consentimento (*Contrato*, Livro I, cap. 3), do livre engajamento dos indivíduos. Eis a função do contrato que vincula os sujeitos através da lei, mas sem subordiná-los uns aos outros, pois as pessoas não podem abrir da sua liberdade ao firmar o pacto (*Contrato*, Livro I, cap. 6). É neste sentido que o contrato “dá origem ao poder soberano, [...] constituído pela vontade dos cidadãos, que Rousseau denomina vontade geral, cujo objeto nunca poderá ser particular, mas sempre o interesse comum”.⁴⁶ Funda-se, assim, a delimitação do escopo de atuação dos poderes legislativo e executivo. Ao povo cabe expressar a vontade geral por meio da lei que será sempre geral em sua origem e objeto. Doutra parte, torna-se necessário instituir o poder executivo que, por seu turno, “não pode pertencer à generalidade do povo, pois esse poder consiste em atos particulares que não são da alçada da lei”.⁴⁷ Porém, ao decidir sobre os casos particulares, o governo é permanentemente seduzido pela vontade particular. No caso da democracia, portanto, ao atribuir o poder legislativo e executivo aos mesmos sujeitos, estaríamos potencializando o risco da contaminação da vontade geral pelos interesses particulares. Abrem-se, aqui, aparentemente, duas possibilidades interpretativas. Em uma delas, Rousseau sustenta a soberania do povo como uma das pedras angulares de seu sistema filosófico, mas não se compromete necessariamente com um governo democrático. Talvez, muito antes pelo contrário, pois a soberania e a vontade geral devem expressar-se imediatamente, mas as funções e tarefas de governo, de execução dessa vontade, poderiam ser representadas.⁴⁸ Noutra, por seu tur-

46 GUENARD, *La démocratie universelle...*, p. 154, tradução nossa.

47 ROUSSEAU, *Contrato...*, p. 73; ROUSSEAU, *Oeuvres...*, p. 390

48 O problema da representação não é de fácil abordagem para os *scholars* da obra de Rousseau. No *Contrato*, sua obra normativa, o genebrino é claro acerca da impossibilidade da vontade soberana ser representada. Abre, no entanto, a possibilidade de um

no, compreende-se o ideal democrático por meio de outra chave: “não como uma forma de governo (*de forme de gouvernement, il n'en est pas en toute rigueur pour Rousseau*), mas como a organização do corpo político pela vontade geral – como soberania popular. Seja como for, como já antecipamos, decidir essa questão, bem como oferecer uma interpretação adequada do tema da representação, trata-se de um desafio para os *scholars* rousseauianos. Por ora, nosso interesse é mais amplo e visa explorar as consequências dessas possíveis interpretações para a reconstrução da gênese e definição de um conceito moderno de democracia.

A tese segundo a qual a vontade geral não se representa teria aberto o flanco para que a obra do genebrino fosse interpretada à luz de uma associação rasa e direta entre o princípio da soberania popular e um modelo anacrônico de democracia.⁴⁹ Eis a fonte para a leitura segundo a qual a democracia é compreendida como autogoverno e (auto)legislação direta do povo.⁵⁰ Supõe-se, por conseguinte, uma identidade radical entre quem faz, executa e cumpre as leis: “os súditos e os soberanos são os mesmos homens apenas considerados sob relações diferentes”;⁵¹ leva-se o princípio da identidade ao extremo, o que “implica uma ausência total de diferença entre dominantes e dominados, governantes e governados, aqueles que comandam e aqueles que obedecem, ou seja, [há] o exercício direto do poder de decisão concernente aos assuntos de interesse público pela totalidade dos cidadãos”.⁵² Embora não estejamos de acordo que esta seja a melhor interpretação da tese de Jean-Jacques Rousseau, é importante frisar que se trata de uma

poder *executar* decisões particulares e constituir-se num corpo de governo representativo. Não suficiente, nos escritos propriamente políticos como *Projeto de Constituição para a Córsega* e *Considerações Sobre o Governo da Polónia*, a própria tese da representação da soberania parece ser posta em questão. Ver: FRALIN, Richard. *Rousseau and Representation*. New York: Columbia University Press, 1978.

49 Não se pode ignorar, por óbvio, a associação desta tese com a passagem de *Contrato III*, 15, segundo a qual Rousseau afirma que toda lei que o povo em pessoa não ratifica é nula.

50 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 27

51 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Lettre à Monsieur D'Alembert sur les spectacles* apud ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 27, tradução nossa.

52 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 60, tradução nossa.

leitura corriqueira – expressa, por exemplo, na obra de Carl Schmitt.⁵³ No registro schmittiano, o princípio da identidade pressupõe uma coincidência imediata do povo político com a realidade física desta entidade coletiva⁵⁴ e, não suficiente, toma-se o princípio da identidade como a pedra angular da teoria democrática, o que significa renunciar a toda e qualquer forma de forma de mediação.⁵⁵ Segundo esta interpretação, a democracia não será nem representativa, nem liberal. De uma parte, a produção e execução direta da lei pelo povo “conduz à rejeição do princípio de representação”.⁵⁶ De outra, a abordagem schmittiana – que sobrevaloriza uma interpretação coletivista, quicá totalitária, da vontade geral – reproduz a leitura de certo liberalismo “que considera o estado de direito, ou seja o reino da lei, e a democracia, no limite, irreconciliáveis”.⁵⁷

É chegado o momento, portanto, de extrair as duas conclusões que nos permitem avançar na definição da democracia moderna. Um modelo democrático 1) representativo e 2) liberal. Aliás, ambos os tópicos poderiam ser explorados a partir de uma correção de rumos na interpretação da obra rousseuniana. Em primeiro lugar, bastaria notar, quanto à natureza da representação, como o próprio C. Schmitt reconhece, que enquanto membro do soberano “o cidadão individual não está presente enquanto in-

53 “[...] a célèbre tese central de Rousseau segundo a qual o povo não pode ser representado. Não pode ser representado porque precisa estar presente e somente um ausente pode estar representado. Como povo presente, verdadeiramente reunido, é na democracia pura que se encontra com mais alto grau possível de identidade: como a *Ekklesiá* democracia grega, no mercado, no fórum romano, como tropa ou exército reunido, como *Landsgemeinde* (Conselho aberto) suíço”. SCHMITT, *Théorie...* § 18, p. 381, tradução nossa.

54 “[O] povo pode ser capaz de agir politicamente já em sua simples existência imediata – em virtude de uma similaridade [*Gleichartigkeit*] forte e consciente [...]. Trata-se, portanto, de uma unidade política enquanto poder real em sua identidade imediata com ela mesma”. SCHMITT, *Théorie...* § 16, p. 342, tradução nossa. Seguimos a escolha de Bernard Manin que opta por traduzir *Gleichartigkeit* por *similarité* e não *homogénéité*, uma vez que Schmitt emprega o termo “*Homogenität*” noutros registros. MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif...*

55 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 62

56 ROSANVALLON, Pierre. “A história da palavra democracia na época moderna”. *Perspectivas*, 19, 1996, p. 114, grifos nossos.

57 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 63, tradução nossa.

divíduo humano em sua existência ‘natural’, mas como ‘cidadão’”.⁵⁸ Isto nos leva a reconhecer que a representação aplica-se no plano dos indivíduos, que se fazem representar através do estatuto da cidadania, e das instituições. Em segundo lugar, deveríamos reconhecer que o *Contrato* “não pressupõe a homogeneidade do povo, mas, pelo contrário, defronta-se com o problema de, na ausência desta homogeneidade, pensar as condições de uma constituição política fundada sobre a liberdade dos indivíduos cujo objetivo é prevenir a ‘usurpação do governo’”.⁵⁹

Eis o ponto central para os processos políticos dos séculos XVII e XVIII que serviram de forja para o conjunto institucional que deu origem à democracia moderna: o combate ao despotismo. Como nos mostra Pierre Rosanvallon, a grande questão para os revolucionários não era a de instituir um modelo democrático, mas, antes, a de superar o despotismo. Nesse quadro, a necessidade de ruptura com a antiga ordem manifestava-se em termos claros; contudo havia uma grande hesitação com respeito aos termos, conceitos e princípios que definiriam as novas formas políticas.⁶⁰ Nesses termos, era manifesto para os insurgentes na América e para os homens de 1789 que estavam a fazer obra nova e que, portanto, não se tratava de recuperar uma forma política obsoleta. Essa, talvez, seja a razão mais importante para o surpreendente caráter periférico do termo ‘democracia’ nos debates revolucionários. Ainda mais surpreendente se considerarmos o papel destes eventos sobre o imaginário democrático dos séculos subsequentes.⁶¹ O caso mais emblemático parece ser o da ausência do termo nos debates de 1790 sobre o sufrágio universal, aquele que talvez seja o elemento institucional responsável, no século XIX, por democratizar a representação.⁶²

58 SCHMITT, Carl. *Théorie apud* COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 63, tradução nossa. Abundam passagens que poderiam ser aditadas para sustentar a interpretação nesse sentido, como segue Colliot-Thélène ao citar *Contrato* III, 1: “Os cidadãos são ‘soberanos de um lado e sujeitos de outro’”.

59 Ibid.

60 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 26.

61 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 57.

62 Ibid.

O recenseamento do qual se vale Rosanvallon⁶³ é fundamental para marcar o quão forte era a conotação pejorativa do termo e sua total dissociação do ideal de soberania popular que guiará parte dos eventos revolucionários. Para além da declaração de Brissot segundo a qual “a palavra democracia é um espantalho usado por malandros para enganar os ignorantes”,⁶⁴ chama a atenção o modo como o ideário democrático era associado a tais formas anacrônicas já examinadas e empregado como forma de desmerecer as posições adversárias, como o faz, por exemplo, Maluet em discurso de 8 de agosto de 1791: “Vós quisestes, por uma marcha retrógrada de vinte séculos, aproximar intimamente o povo da soberania e vós o tentais a tanto continuamente sem confiar-lhe imediatamente o exercício”.⁶⁵ Contudo, era expressamente falso considerar que em 1791 os constituintes desejavam empreender tal marcha. A melhor resposta, a quente, para tal acusação foi proferida por Barnave dois dias depois, permitam-nos citar o longo, mas elucidativo discurso

Todos que combateram o comité caíram num erro fundamental: confundiram o governo democrático com o governo representativo; confundiram os direitos do povo com a qualidade do eleitor – que a sociedade atribui para seu interesse, bem entendido. Onde o governo é representativo, onde existe um grau intermediário de eleitores, como é para a sociedade que a eleição é feita, ela tem essencialmente o direito de determinar as condições de legitimidade.

Os que desconhecem a natureza, assim como as vantagens do governo representativo, vêm recordar-vos os governos de Atenas e Esparta; independentemente das diferenças que os separam da França, seja pela extensão de território, seja pela população, terão eles esquecido que ali o governo representativo havia sido proibido? Terão esquecido que os lacedemônios só tinham o direito de votar nas assembleias porque possuíam os hilotas e que é somente por terem sacrificado os direitos

63 Suas principais fontes são o artigo de R. B. Palmer já citado, a obra de Jens Christophersen *The Meaning of 'Democracy' as used in European Ideologies from French to Russian Revolution* (Oslo: Universitetsforlaget, 1966) e Raymond Monier “*Démocratie et Révolution française*” (*Mot. Les langages du politique*, nº59, junho, 1999)

64 BRISSOT, Jacques Pierre. *Plan de conduite pour les députés du peuple aux états généraux*. Apud ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 27, tradução nossa.

65 TORRES, *As figuras do Estado moderno...*, p. 413. Na reconstrução a seguir, seguimos de perto a interpretação de João Carlos Brum Torres sustentada neste capítulo: *Os paradoxos da representação nacional*.

*individuais que eles, os atenienses e os romanos, tiveram um governo democrático? Pergunto aos que no-los recordam: é a estes governos que eles querem chegar? Pergunto aos que professam aqui idéias metafísicas porque absolutamente não têm idéias reais, aos que embrulham as nuvens da teoria porque ignoram profundamente os conhecimentos fundamentais dos governos positivos, pergunto-lhes, digo: esqueceram que a democracia de uma parte do povo só pode existir pela escravidão inteira e absoluta da outra parte?*⁶⁶

Evidencia-se, aqui, que se trata, durante os eventos revolucionários, de promover as formas do governo representativo. Aliás, é fundamental, portanto, destacar que não se tratava, em nenhum dos eventos revolucionários, de discutir se haveria, ou não, representação, mas de determinar qual seria a sua natureza; qual a identidade do representante e qual a natureza do nexo representativo? Embora houvesse dos dois lados do Atlântico a certeza e uma espécie de imposição prática da representação, ainda que o modo como seria interpretada estivesse em aberto, os estadunidenses foram mais felizes ao encontrar na palavra *República* a forma de designar o projeto que tinham em mente para resolver as aporias políticas modernas.⁶⁷ As formas resultantes desses dois processos históricos configuraram o que viríamos a denominar democracia moderna, não obstante os percalços passados pelos atores nos dois lados do Atlântico revelem caminhos distintos e mais ou menos acidentados no processo de constituição deste conceito e de suas respectivas formas institucionais. Se, de uma parte, as opções dos fundadores dos Estados Unidos produziram uma modulação e refração das tensões constitutivas da democracia moderna, de outra, os franceses radicalizaram suas aporias; “enquanto a América tentava, tateando, encontrar uma via de uma democracia representativa original, a França oscilava entre a exacerbação da ordem burguesa ou as vertigens do Terror”.⁶⁸

66 Ibid., pp. 413-414, tradução nossa.

67 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 35.

68 Ibid., pp. 35-36, tradução nossa.

Nesse quadro, há, contudo, duas exceções singulares que pioneiramente, em lugar de distanciar, aproximaram os termos *república* e *democracia*, a contrapelo dos argumentos alinhados por figuras como James Madison e Emmanuel Joseph Sieyes, insinuando algumas das características do que estava em germe e viria a se chamar *democracia representativa*. A primeira delas revela um uso excepcional ainda nos anos 1730, e a segunda desafia-nos pelo caráter inusitado do autor que a profere.

A primeira das exceções, e a menos conhecida dentre elas, é um texto de 1764, cuja circulação dos primeiros manuscritos remontaria, pelo menos, aos anos 1730, do Marquês D'Argenson, *Considération sur le Gouvernement de la France*. Neste texto, o autor opõe duas concepções de democracia: uma falsa e outra legítima. Sob o signo da primeira estariam reunidos todos os vícios associados à democracia: governo de uma multidão degenerada em anarquia, desprezo pelas leis e da razão por parte de um povo insolente que, em seu despotismo tirânico, se destaca pela violência e pela incerteza de suas deliberações. Sob o signo da segunda, e aqui destacamos a retomada da expressão, *a verdadeira democracia*, teríamos a agência racional por deputação estabelecida através de eleições, sendo “a missão dos eleitos do povo e da autoridade que os sustenta constitui[r] o poder público”.⁶⁹ Ademais, a verdadeira democracia não será associada ao valor do autogoverno de um povo, mas à igualdade dos cidadãos.⁷⁰ De outra parte, notemos como a falsa democracia congrega todos os vícios associados pelos Pais Fundadores ao modelo a ser combatido pelos valores e instituições da república, as instituições e princípios que associaremos ao modelo do governo representativo.

A segunda exceção é especial,⁷¹ pois se encontra em um conhecido discurso de Maximilien Robespierre à Convenção em 5 de fevereiro de 1794.⁷² Nele, como já antecipamos, o Incorrupível sustenta:

69 D'ARGENSON, *Consideration ...* apud ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...* p. 28.

70 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 57.

71 *Ibid.*, pp. 57-58.

72 ROBESPIERRE, Maximilien. “*Sur les principes de morale politique qui doivent gui-*

1) que, diferentemente da interpretação dominante, *república* e *democracia* seriam sinônimos; e

2) nega que democracia seja um estado “onde o povo, continuamente reunido, legisla por ele mesmo sobre todos os assuntos públicos”. Não só tal governo nunca existiu, “como só poderia vir a existir para conduzir o povo ao despotismo”.

O eco rousseauiano, como vimos nos trechos acima, é provocante. Não suficiente, o montanhês reconhece a tarefa dos representantes/delegados na medida em que

a democracia é o estado onde o povo, soberano, guiado pelas leis que são obra sua, faz por si mesmo tudo aquilo que pode bem-fazer e através de seus delegados, tudo aquilo que não pode ser feito por ele mesmo.⁷³

Atesta-se o caráter “praticamente incontornável de um sistema representativo” para os convencionais de 1793, não em virtude da posição de Robespierre, mas, também, de outro líder montanhês na medida em que Saint-Just também reconhece que “A França é uma república; sua constituição é a representativa”.⁷⁴

Contudo, essa passagem do discurso de Robespierre deixa à sombra a relação da república com as dimensões constitucional e revolucionária do governo. Noutras palavras, se, de uma parte, ficam assentados o caráter representativo do governo e a relação entre república e democracia, de outra, é necessário explicar a relação do governo revolucionário com a forma da república. Pois, é justamente ao esclarecer que a alma da República é a virtude,

der la Convention Nacional dans l'administration intérieure de la République. In *Œuvres de Robespierre* Texte établi par recueillies et annotées par A. VERMOREL, F. Cournol, 1866, p. 296.

73 ROBESPIERRE, *Surlesprincipes de morale politique...*, p. 296, tradução nossa. Não nos cabe, aqui, examinar a complexa compreensão e o uso fluido, no curso dos eventos revolucionários, que Maximilien Robespierre e os partidários da Montanha faziam do princípio representativo, combinando-o com o ímpeto das ruas e das sociedades populares que poderia pôr em xeque a interpretação aqui sugerida. Entre nós, tais oscilações foram objeto de análise da última seção de TORRES, *Figuras do Estado Moderno...*, pp. 437-475

74 SAINT-JUST, *Essai de constitution pour la France* apud ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 57.

a igualdade, que perceberemos em que medida a preocupação e meta do governo revolucionário não será o estabelecimento de uma constituição, mas a criação de um novo povo. É por esta e não outra razão que todo o discurso de 5 de fevereiro é permeado pela exaltação da virtude que corresponde ao amor da pátria e de suas leis, o que supõe, necessariamente, o amor à igualdade.⁷⁵ Pois, como nos lembra François Furet, aos olhos de Robespierre, o governo revolucionário herdou do Antigo Regime homens corrompidos e, portanto, a primeira tarefa da Revolução, antes de impor o reino da lei – *de estabelecer o estado de direito* – seria criar um novo povo.⁷⁶ Noutras palavras, a consolidação do caráter representativo não vem necessariamente acompanhado da dimensão liberal do projeto moderno.

Nesse horizonte, além de dissolver a oposição entre democracia direta e república, é necessário também aproximar dois ideais que, em geral, vêm dissociados: a formulação rousseuniana enquanto expressão radical de um democrata favorável ao caráter ilimitado do poder popular, e a kantiana como a mais adequada justificação dos direitos subjetivos cuja consequência é a enunciação dos fundamentos do Estado de Direito. Somente com esse segundo movimento teremos uma concepção de democracia liberal. Aliás, como já vínhamos antecipando, essa é uma interpretação possível da obra rousseuniana aos olhos de Catherine Colliot-Thélène. Nesse caso, a ficção do povo reunido em pessoa e as recorrentes referências às condições democráticas antigas ou das pequenas repúblicas, cuja estrutura pouco condiz e pouco teria a dizer sobre a natureza dos Estados modernos, teriam uma função meramente heurística. Sua lição não poderia ser interpretada senão como a seguinte exigência: “a lei deve ser tal que todo indivíduo, por menor que seja seu apreço pela união da sociedade

⁷⁵ “Assim, tudo o que tende a estimular o amor da pátria, a purificar os costumes, a elevar as almas, a dirigir as paixões do coração humano para o interesse público deve ser adotado ou estabelecido por vós. Tudo o que tende a concentrar essas paixões na abjeção do eu pessoal, a despertar a admiração pelas pequenas coisas e o desprezo pelas grandes deve ser rejeitado ou reprimido por vós”. ROBESPIERRE, *Surlesprincipes de morale politique...*, p. 298, tradução nossa.

⁷⁶ FURET, François. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1978, p 237.

civil, deve necessariamente aceitá-la”.⁷⁷ O passo seguinte, em lugar de polarizar as posições de Rousseau e Kant, como expoentes do comunitarismo e do liberalismo,⁷⁸ seria aproximar as teses dos autores. Nesse caso, para além da influência que o conceito de liberdade como autodeterminação exerceu sobre Kant, este seria transformado no melhor intérprete de Rousseau ao passo que

*não somente não seria necessário que o povo real estivesse reunido para dar seu assentimento à lei, mas tal presença deveria ser proscrita: um povo que pretende julgar ele mesmo a legitimidade política já é sedicioso. A possibilidade de uma reaparição do povo real no lugar do povo soberano é exorcizada de modo que o assentimento do povo à lei não é senão presumido e a participação dos cidadãos em sua elaboração admitida sob o modo de um como se.*⁷⁹

Mais do que a exegese dos dois autores, o que desejamos resgatar é a junção de teses liberais e democráticas como um componente necessário para a constituição do conceito moderno de democracia. Como temos enfatizado, essa formulação depende de dois elementos: a combinação de democracia com representação e soberania popular com direitos individuais. De uma parte, o uso engenhoso dos conceitos república e democracia por parte do Inocorrível turva a marca do período que os opunha, assim como o par democracia e governo representativo. Como temos sugerido, autores tão distintos como Madison e Sieyes projetaram no instituto da representação uma ferramenta, de uma parte, capaz de produzir decisões políticas menos parciais e passionais. A representação teria a função de acomodar as paixões da turba, de controlar o exercício da soberania da multidão passional e descontrolada.⁸⁰ De outra, um mecanismo institucional caracte-

77 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, p. 73, tradução nossa.

78 Como parece ser, por exemplo, a posição de Jürgen Habermas em *Facticidade e Validade* (São Paulo: Unesp, 2020), em especial, III, 1: Autonomia privada e pública, direitos humanos e soberania do povo.

79 COLLIOT-THÉLÈNE, *La démocratie...*, pp. 78-79, grifo nosso, tradução nossa.

80 MADISON, James. “Federalista 10”. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 117-128. Sobre possíveis tensões no modo como Madison interpretaria o uso dos dois termos no artigo nº 10 e no artigo nº 63, ver DAHL, Robert. *A constituição norte-americana é democrática?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. *Apêndice A: sobre os termos “democracia”*

rístico das sociedades comerciais marcadas pela divisão social do trabalho, pelos processos de especialização que conduzem os indivíduos a dedicar sua atenção, tempo e energia ao trato de questões privadas, relegando os assuntos públicos a um segundo plano.⁸¹

Essa imposição prática da representação não deve, contudo, encobrir a profunda disputa acerca dos sentidos e da natureza última desse instituto; uma disputa que, no limite, se colocava sob o modo como deveriam ser interpretados não só os mecanismos representativos, mas o próprio princípio da soberania do povo. De uma parte, o sistema representativo seria “apreendido como um simples *artifício técnico* que resulta de um constrangimento puramente material”⁸²: a inviabilidade de organizar o poder direto dos cidadãos em sociedades de grandes dimensões. Nestas circunstâncias, a democracia não é considerada uma forma negativa, mas, simplesmente, inviável no contexto moderno e a representação um artifício técnico, um simples *pis-aller*, um substituto forçado dada a impossibilidade de um governo direto por parte dos cidadãos, que constituiria o modelo ideal do sistema político. Nesse caso, ainda que o termo *democracia* estivesse ausente dos debates centrais do processo revolucionário, o sistema representativo, nessa interpretação, era tomado como seu equivalente. Contudo, não foi essa a interpretação que se impôs historicamente. Mas, sim, uma justificação do governo representativo como uma forma política original e específica capaz de alargar a tipologia clássica, um “sistema político substancialmente diferente e superior”.⁸³ Os

e “*república*”, pp. 161-165.

81 SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *Dire de l'Abbé Sieyès sur la question du veto royal*. Apud MANIN, Bernard. *Principes...*, p. 13. Essa posição é típica da tradição liberal, tal como expresso, por exemplo, no clássico texto de Benjamin Constant “Da liberdade dos antigos comparada àquela dos modernos”. Não obstante, deve ficar claro que Constant não reduz a liberdade política à atuação *de profissionais da política*. Há uma clara defesa do papel da liberdade política exercida através dos processos eleitorais. Cf. CONSTANT, Benjamin. “De la liberté des anciens comparée à celle des modernes”. In. CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris: Gallimard, 1997, pp. 589-622. Para uma comparação: PASQUINO, Pasquale. “Emmanuel Sieyès, Benjamin Constant et le «Gouvernement des modernes»: Contribution à l'histoire Du Concept de Représentation Politique.”. *Revue Française de Science Politique*, v. 37, n. 2, 1987, pp. 214-229.

82 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 15, tradução nossa.

83 MANIN, *Les principes...* p. 15, tradução nossa.

mecanismos representativos articularam valores e expressariam virtudes próprias, uma visão filosófica positiva, que o consideraria não como equivalente, mas superior à democracia.⁸⁴

Na tentativa de sumarizar os princípios que teriam estruturado as formas institucionais do governo representativo, das quais a democracia moderna é herdeira, como tentamos sugerir, Bernard Manin elenca quatro traços fundamentais:

- 1) os governos são designados por eleições em intervalos regulares;
- 2) os governos conservam em suas decisões certa independência frente à vontade dos eleitores;
- 3) os governados podem expressar suas opiniões e vontades políticas sem que sejam submetidos ao controle dos governantes; e
- 4) as decisões públicas são submetidas ao teste da discussão.

Como o próprio Bernard Manin busca chamar a nossa atenção, o governo representativo orbita em torno da questão da eleição como método de seleção dos governantes. Do ponto de vista dos debates do século XVIII, enfatizava-se o caráter elitista desse mecanismo, a possibilidade de escolher os melhores para tomar as decisões em nome dos representados. Ao considerar-se a história do pensamento em perspectiva, deve-se considerar a dívida do governo representativo para com o princípio do consentimento e, por conseguinte, a tradição contratualista assentada em certa interpretação liberal do peso do indivíduo para justificar e legitimar o poder político. Há um profundo deslocamento na noção de direito e no fundamento da cidadania que passa a ser interpretada como o igual direito de consentir ao direito político. As teses que fundamentam o governo representativo terão uma profunda dívida para com os autores que pensaram o conceito de soberania na chave do contrato, pois a noção de igualdade política que passa a vigorar é a do igual direito de consentir ao poder, e não aquela de uma chance igual de ocupar um cargo político. Eis por que, para

84 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 15.

Manin, a principal distinção entre o governo representativo e a democracia não diz respeito à capacidade de reunião do povo na praça pública, mas ao mecanismo de seleção dos tomadores de decisão.

Cada um dos quatro princípios evidencia, nesse sentido, o peso da tradição liberal associada à natureza da representação. No primeiro princípio, há uma inspiração da reflexão da soberania como um fundamento hipotético do poder político que se transmuta na autorização dos governantes por meio de ciclos eleitorais. A liberdade dos governantes está associada à interpretação segundo a qual não há uma identidade da comunidade política, cujo vínculo forte seria uma sobredeterminação ética, mas antes, pelo contrário, é possível, uma vez respeitados os direitos subjetivos, constituir a sociedade política como um ato propriamente humano. A liberdade de opinião pública revela-se não só a contraparte dos direitos individuais que reservam uma dimensão da vida privada dos cidadãos na esfera da sociedade – que para seu bom funcionamento depende necessariamente da instituição da representação e da proteção de direitos. Por fim, a deliberação e a troca de argumentos leva ao limite o exercício da cidadania e do direito por parte dos indivíduos.

O mais interessante do processo de forja desse conceito é que um dos primeiros autores a empregá-lo foi Condorcet⁸⁵, em um contexto em que emergiram noções como “república democrática”, “república popular”, “constituição democrática” e mesmo “soberania representativa”.⁸⁶ Em oposição às posições montanhesas, Condorcet buscava articular uma interpretação da representação que tinha por objetivo democratizá-la, ou seja, não se tratava de uma defesa do que Nadia Urbinati⁸⁷ denomina “tradição

85 CONDORCET, J-A-N. C. “Lettres d’un bourgeois de New Haven à un citoyen de Virginie, sur l’inutilité de partager le pouvoir législatif entre plusieurs corps”. In: *Oeuvres de Condorcet*. Organização A. Condorcet, O’Connor e F. Arago. Paris: Firmin Didot Frères, 1847.

86 ROSANVALLON, *La démocratie inachevée...*, p. 57.

87 URBINATI, Nadia. *Representative Democracy. Principles and genealogy*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

aristocrática do governo representativo”, tampouco de anuir à posição revolucionária ou de uma articulação da soberania selvagem do povo. De uma parte, reconhece o peso e papel da constituição para estabilização política, identifica nos processos eleitorais e na representação por eles instituídos contrapartes dos princípios liberais, das condições das sociedades modernas, mas, ao mesmo tempo, identifica nos procedimentos políticos um regime de temporalidade, de discussão que tem por desafio – o desafio do tempo presente – um projeto democrático permanentemente inconcluso: a democratização das formas de representação política.

Referências:

AL-MATARY, Sarah; GUÉNARD, Florent (orgs). *La Démocratie à l'œuvre: Autour de Pierre Rosanvallon*. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

ARAUJO, Cicero. “Representação, soberania e a questão democrática”. *Revista Brasileira De Ciência Política*, n. 1, jan/jun, 2009, pp. 47–61. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1529>>.

ARAUJO, Cicero. *A forma da república*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ARISTÓTELES, *Política*. Lisboa: VEGA, 1998.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHL, Robert. *A constituição norte-americana é democrática?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

DAHL, Robert. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *La démocratie sans “demos”*. Paris: PUF, 2010.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. “Epílogo a La Edición Española: Democracia Sin Demos. Diez Años Después.”. In. COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine *La Democracia Sin Demos*. Barcelona: Herder, 2020, pp. 287–302.

CONDORCET, J-A-N. C. “Lettres d'un bourgeois de New Haven à un citoyen de Virginie, sur l'inutilité de partager le pouvoir législatif entre plusieurs corps”. In. *Oeuvres de Condorcet*. Organização A. Condorcet, o'Connor e F. Arago. Paris: Firmin Didot Frères, 1847. Tome IX. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k417228.texteImage>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

CASTORIADIS, Cornelius. “A polis grega e a criação da democracia.”. In. CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 277-324, V. II.

CONSTANT, Benjamin . “De la liberté des anciens comparée à celle des modernes”. In. CONSTANT, Benjamin. *Écrits politiques*. Paris: Gallimard, 1997, pp. 589-622.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da democracia*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DIAMOND, Larry. “Facing Up to the Democratic Recession”, *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, 2015, pp. 141-155. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/facing-up-to-the-democratic-recession/>>.

DUNN, John. *A história da democracia*. São Paulo: Unifesp, 2016.

DUSO, Giuseppe. *La Representación Política*. San Martin: Universidad de San Martin, 2000.

ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune (eds.). *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. “The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect”. *Journal of Democracy*, Vol. 27 (3), 2016. pp. 5-17. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-the-democratic-disconnect/>>.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. “The signs of deconsolidation”. *Journal of Democracy*, v. 1, 2017, pp. 5-16. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-signs-of-deconsolidation/>>.

FRALIN, Richard. *Rousseau and Representation*. New York: Columbia University Press, 1978.

GEISELBERG, Heinrich. *A Grande Regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GLOTZ, Gustav. *The Greek City and its Institutions*. London: Kegan Paul, 1929.

GUÉNARD, Florent. *La démocratie universelle*. Paris: Éditions du Seuil, 2016.

HABERMAS, Jürgen. “Sobre o vínculo interno entre Estado de direito e democracia”. In. HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 419-434.

HABERMAS, Jürgen. *Facticidade e Validade. Contribuições Para Uma Teo-*

ria Discursiva do Direito e da Democracia. São Paulo: Unesp, 2020.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

HANSEN, Morgens Herman. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*. Blackwell: Oxford, 1991.

HOBBS, Thomas, *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOFMANN, Hasso. “Le concept de représentation : un problème allemand?”. *Raisons politiques*, v. 50, n. 2, 2013, pp. 79-96. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Le-concept-de-repr%C3%A9sentation-%3A-un-probl%C3%A8me-allemand-Hofmann-P%C3%A9gny/c366087be5b3684ef789be8d54b27e5d76bc615a>>.

INGLEHART, Ronald. “The Danger of Deconsolidation: How Much Should We Worry?”. *Journal of Democracy*, v. 27, n.3, 2016, pp. 18-23. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-how-much-should-we-worry/>>.

KRASTEV, Ivan “Futuros majoritários”. In. GEISELBERG, Heinrich. *A Grande Regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, pp. 115-124.

KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002.

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion, 1996.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. Londres: Verso, 2009.

MOUNK, Yascha. *O Povo contra a Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NARBONNE, Jean-Marc. *Sagesse cumulative et idéal démocratique chez Aristote*. Laval-Paris: Collection Zétésis, Presses de l'Université Laval et Librairie Philosophique J. Vrin, 2020.

NEWMAN, W. L. *The Politics of Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, v. I.

NEWMAN, W. L. *The Politics of Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, v. III.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. “Transições do regime autoritário: primeiras conclusões acerca de democracias incertas”. *Revista dos Tribunais*, v. 4, 1988.

PALMER, Robert. “Notes of the Use of the Word ‘Democracy’ 1789-

1799". *Political Science Quarterly*, v. LVIII, 1953, pp. 203-226. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2144967>>.

PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1959.

PASQUINO, Pasquale. "Emmanuel Sieyès, Benjamin Constant et le "Gouvernement des modernes": Contribution à l'histoire Du Concept de Représentation Politique.". *Revue Française de Science Politique*, v. 37, n. 2, 1987, pp. 214-229. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5974342>>.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PITKIN, Hanna. "Representation and Democracy: uneasy alliance". *Scandinavian Political Studies*, v. 27, n. 3, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2004.00109.x>>.

PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1969.

ROBESPIERRE, Maximilien. "Sur les principes de morale politique qui doivent guider la Convention Nacional dans l'administration intérieure de la République". In: *Œuvres de Robespierre*. Texte établi par recueillies et annotées par A. VERMOREL, F. Cournol, 1866. Disponível em: <https://fr.wikisource.org/wiki/%C5%92uvres_de_Robespierre/Sur_les_principes_de_morale_politique>. Acesso em 01 de junho de 2022.

ROSANVALLON, Pierre. "A história da palavra democracia na época moderna" *Perspectiva*, 19, 1996, pp. 113-129. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2007>>.

ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*. Paris: Gallimard, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. *La démocratie inachevée*. Paris: Gallimard, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. *La Contre-démocratie: la Politique à l'âge de la Défiance*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. *La Légitimité Démocratique: Impartialité, Réflexivité, Proximité*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Siècle du Populisme: Histoire, Théorie, Critique*. Paris: Éditions du Seuil, 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato Social*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 2011, t. III.

RUNCIMAN, David. "Hobbes's theory of representation: anti-democratic or protodemocratic?". In: SHAPIRO, Ian et al. (eds.). *Political Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp 15-34.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SARTORI, Giovanni. *A teoria democrática revisitada*. São Paulo: Ática, 1994, v. 1 e 2.

SCHMITT, Carl. *Théorie de la Constitution*. Paris: PUF, 1993.

SHAPIRO, Ian. *The state of democratic theory*. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

SINTOMER, Yves. *O poder ao povo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SIEYÈS, Emmanuel. *Qu'est-ce que le tiers état?* Paris: Flammarion, 2018

STEFFENS, Nikolay. "Notas sobre a natureza representativa da democracia dos modernos". In: COSTA E FONSECA, Ana Carolina; POHLMANN, Eduardo Augusto; GOLDMEIER, Gabriel (Orgs). *Ética, política e esclarecimento público: ensaios em homenagem a Nelson Boeira*. Porto Alegre: Bestiário, 2012. pp. 341-356

GOLDMEIER, Gabriel. *Entre a barganha e a deliberação. Notas sobre os fundamentos filosóficos das teorias democráticas contemporâneas*. Tese (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

TORRES, João Carlos Brum. *Figuras do Estado Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TORRES, João Carlos Brum. "Identidade e Representação". *Revista de Filosofia Política* (3), 1986, pp.

URBINATI, Nadia. *Representative Democracy. Principles and Genealogy*. Chicago: Chicago University Press, 2006.

URBINATI, Nadia. *Democracy Disfigured: Opinion, Truth and People*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 2014

URBINATI, Nadia. *Me the People. How Populism Transforms Democracy*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press, 2019

WOLFF, Francis. *Aristote et la politique*. Paris: PUF, 2016.

ZAKARIA, Fred. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2003.

ZARKA, Y. C. *Hobbes et la pensée politique moderne*. Paris: PUF, 1995.

A Ditadura Antiga

Tiago da Costa Guterres

Or, dans un État bien constitué, il ne doit survenir aucun événement pour lequel on ait besoin de recourir à des voies extraordinaires; car si les moyens extraordinaires font du bien pour le moment, leur exemple fait un mal réel. L'habitude de violer la constitution pour faire le bien autorise ensuite à la violer pour colorer le mal. Une république n'est donc jamais parfaite, si les lois n'ont pas pourvu à tout, tenu le remède tout prêt et donné le moyen de l'employer. Et je conclus en disant que les républiques qui, dans les dangers imminents, n'ont pas recours ou à un dictateur ou à de pareils magistrats, doivent y périr infailliblement.

Maquiavel¹.

Para o helenista que se aventura a tratar desse tema, há uma imposição inicial, que é a de tentar pensá-lo a partir da experiência grega. Então, a primeira lembrança, a primeira vontade é a de testar uma aproximação entre o ditador e o tirano. O historiador, que foi e continua sendo em grande medida fruto de seu tempo e lugar, não esquece que se depara continuamente com expressões e acusações a políticos como “tirano”, “ditador”, na maioria das vezes com a intenção de

¹ MACHIAVEL, Nicolas. *Discours sur la première décade de Tite-Live*. Préface de Claude Lefort. Traduit de l'Italien par Toussaint Guiraudet. Paris: Bibliothèque Berger-Levrault, 1980, I, XXXIV, pp. 95-96.

afirmar a mesma coisa: a acusação de pertencimento a um regime antidemocrático ou não-democrático moderno. Há também banalizações maiores, como acusar o patrão, o professor, os pais e seja lá quem for usando os mesmos termos. Tudo isso pode possuir um intuito “polêmico-prático”, como coloca Mario Stoppino² ao fazer referência aos regimes políticos, mas acaba por ofuscar nossa própria compreensão do que possa ter sido um tirano grego e um ditador romano. Que o leitor saiba desde o início que os dois não são exatamente a mesma coisa e que não devem ser confundidos. Lugares e épocas diferentes, outras configurações, outras figuras de poder.

Túrannos, palavra cuja etimologia aponta para um “mestre absoluto” que possui poder não limitado por leis.³ Trata-se de uma figura importante que aparece em algumas cidades gregas do século VII a. C., e que será detentora de uma dupla imagem. De um lado, ele é o defensor do “povo”, do *dêmos*, defendendo-o dos mais abastados e dos poderosos. Se ele toma o poder político para si, a tradição atribui a ele medidas que favoreceram os camponeses e os mais pobres, que tiveram dívidas abolidas e foram beneficiados com a partilha de terras.⁴ O caso de Pisístrato em Atenas é bem conhecido: é o líder de uma facção aristocrática que se aproveita do apoio do *dêmos* para tomar o poder, tornando-se, como forma de retribuição, o seu “protetor”. Por outro lado, foi também contra essa figura que a democracia se consolidou⁵, esse sujeito ambi-

2 Ver verbete “Ditadura”, de autoria de Mario Stoppino, em: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et. al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, pp. 368-379.

3 Ver o verbete “*Túrannos*” em: CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots. Tome IV-I*. Paris: Klincksieck, 1999, p. 1146.

4 MOSSÉ, Claude. *La tyrannie dans la Grèce antique*. Paris: Presses Universitaire de France, 1969, pp. 49-78.

5 Na Atenas democrática eram objeto de verdadeiro culto as estátuas de Harmódio e Aristogíton, os “tiranocidas” (uma dupla aristocrata) que assassinaram o tirano Hiparco, irmão mais novo de Hípias, por volta de 514 a. C. (MOSSÉ, Claude. *Péricles: o inventor da democracia*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008, p. 25), apesar das contes- tações de Hdt. VI. 123 e de Th. VI. 54 quanto a importância deles como “libertadores” de Atenas. Ver também: LANZA, Diego. *Il tirano e il suo pubblico*. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1977, pp. 33-64.

cioso pelo comando, mas que possui seus defensores, favorecidos de alguma maneira por seu regime, ou meros repetidores de uma memória dos mais antigos.

Isso nos convida a fazer certas associações, pois não é proibido comparar. Como veremos, há muito que refletir sobre o assunto, que no fundo diz respeito à tomada de poder, que pode ser ou não concentrado nas mãos de uma única pessoa, à sua legitimidade ou não, e à presença ou não de mecanismos que possam contê-lo. Não é por acaso, nem apenas por ignorância, que fazemos confusões até hoje quanto a essas figuras, assim como não é por acaso que Dionísio de Halicarnasso (60 a. C. – após 7 a. C.) e Apiano de Alexandria (95-165 d. C.) reformulam as interpretações canônicas sobre a tirania e a aproximam da ditadura.⁶ Tal postura antiga tem potencial para nos conduzir a uma reflexão sobre a natureza da ditadura romana, ou da tirania grega, se essas duas experiências não seriam realmente indicadores de uma tomada de poder que pode (e o simples fato de haver essa possibilidade deve servir de alerta) se tornar absoluto e intocável. Tanto ontem quanto hoje: na roda da busca pelo poder, todos deve(ria)m ser vigiados, até mesmo as garrafas com as mais bonitas e bem-intencionadas etiquetas.

Este texto tem um propósito bem mais modesto do que aparenta. É preciso tomar um caminho, que será limitado pelo vocábulo latino, “romano”, para tentar proporcionar ao leitor o básico acerca da ditadura em Roma, como definição, características, e seus momentos mais significativos.

O que é um *dictator*?

Do ponto de vista etimológico, sua raiz possui o sentido geral de “mostrar”. A partir do grego *díkē* e pela forma germânica,

6 Os dois autores promovem um importante deslocamento interpretativo ao identificar o tirano grego com o ditador romano, ao mesmo tempo que questionam a verdadeira capacidade de o ditador preservar a ordem. Ver KALYVAS, Andreas. “The tyranny of dictatorship: when the Greek tyrant meet the Roman dictator”. *Political theory*, v. 35, n. 4 aug., 2007, pp. 412-442.

percebe-se que ela serviu para designar atos sociais de caráter jurídico, por isso foi possível chegar ao sentido de “dizer”. O uso de sua raiz para referir-se a uma declaração de modo mais formal resultou em uma palavra para designar um magistrado.⁷O ditador é então aquele que recebe uma magistratura extraordinária⁸, como podemos ler em Cícero⁹, esse orador tão preocupado com os rumos perigosos da política de seu tempo. No sentido de “aquele que dita”, é exemplo uma carta de Salviano¹⁰, sacerdote cristão em Marselha no século V d. C., então já bem posterior ao período que nos interessa aqui. Talvez o que lemos em Salviano seja o resultado de uma dupla influência: de um lado, seu sentido etimológico; do outro, a memória da figura do ditador em suas pretensões máximas no final da República romana.

A ditadura romana é um Estado de exceção. Isto significa que ela representa uma resposta a uma situação de desordem, considerando a possibilidade de perigo de algum abalo do regime político e social estabelecido. É preciso prever que nem tudo pode ser previsto pelo legislador, como dirá mais tarde Jean-Jacques Rousseau, no seu *Contrato Social*.¹¹ Assim podemos compreender minimamente a singularidade da política romana em relação ao mencionado regime de exceção. Potencialmente prevista pelas instituições da República, possivelmente definida pela lei, tal princípio, como coloca Alexandra Pierré-Caps¹², não chega a chocar os antigos, como poderíamos pensar: pois nada os inquieta mais do que a sensação de viver no caos. Nós, que hoje carregamos de algum modo as experiências romanas, brasileiras e tantas

7 ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. 4^a édition augmentée d'additions et corrections par Jacques André. Paris: Klincksieck, 2001, pp. 173-174.

8 GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire latin français*. Paris: Hachette Éducation, 2016, p. 483.

9 Cic., *Rep.* 1. 63.

10 Salviano, *Epistulae*, IX. 15. SALVIEN DE MARSEILLE. Œuvres. Éd. Lagarrigue (I.), coll. Sources Chrétiennes n^o 176. Paris: Éditions du Cerf, 1971, v. 1

11 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du contrat social*. Présentation, notes, bibliographie et chronologie par Bruno Bernardi. Paris: Flammarion, 2001, IV, 6.

12 PIERRÉ-CAPS, Alexandra. “L'état d'exception dans la Rome Antique”. *Civitas Europa*. IRENEE / Université de Lorraine. 2016/2 n^o 37, pp. 339-349.

outras, lançamos de antemão um olhar desconfiado à ditadura. Eles, os antigos, ainda não haviam visto o andamento disso tudo, não experimentaram desde o início os desdobramentos possíveis e as releituras dessa modalidade. Sua tradição ensina que a ordem está mais de acordo com o mundo assegurado pelos deuses, confirmado a cada dia nos rituais religiosos e nos contatos sociais. A lei atua contra a desordem, então é aceitável que ela proponha também uma solução para casos particulares.

Parece óbvio que um caso particular, *excepcional*, tenha sua duração limitada no tempo. Disto decorre um traço bastante importante e decisivo para a história da ditadura: ela deve ter um tempo limitado, não se trata de um regime permanente.

Respalhada pela tradição, tratada até mesmo como uma condição honrosa do escolhido diante da sociedade, ela não indica, em princípio, a pretensão de se tornar algo perigoso para a ordem social, de tomar o poder para si de modo exclusivo e inabalável. Aos olhos dos romanos, a figura do ditador passava longe da do *rex*, que, por suas associações com o tirano grego, conservava a imagem do perigo social, e era contra ele que a vida institucional republicana devia ser construída. Aliás, mais tarde, quando o ditador começou a apresentar mais ambições do que outrora, quando os mecanismos políticos se viram confrontados pela concentração do poder em suas mãos, a resposta não foi tardia, como o caso de César nos sugere.

A ditadura romana em dois tempos

Mas nem a República foi a mesma em seus tantos séculos de existência nem a própria ditadura se mostrou imóvel em seu papel e funcionamento. Nesse sentido, o historiador acaba precisando valer-se de certas esquematizações que denunciam suas limitações, momentâneas ou permanentes. Sabemos que, no mínimo desde Theodor Mommsen¹³, a ditadura romana tem sido utilizada para

¹³ MOMMSEN, Theodor. *Le droit public romain, III*. Paris: Thorin et Fills Editéurs, 1893.

referir-se a duas diferentes realidades políticas: a primeira entre 501 e 202 a.C., entendida como uma magistratura excepcional e legal, possivelmente constitucional, e a segunda, após um hiato de cerca de 120 anos, que representaria uma retomada dessa magistratura mais antiga, em um contexto já diferente do anterior, mas mantendo o mesmo nome. Àquela, mais antiga e tradicional, tem-se conferido o qualificativo de “clássica” ou “regular”. A esta, posterior e que em alguns aspectos se assemelha à forma moderna, tem-se qualificado com um prefixo que indica proximidade e distanciamento ao mesmo tempo: ditadura ressuscitada, revivida, renovada, etc.¹⁴ Utilizarei, no que segue, essa distinção, ciente porém de seu caráter (de)limitador de uma realidade que pode ter sido (e que possivelmente foi) muito mais complexa.

A ditadura tem origens incertas. Sabemos que ela era considerada antiga entre os próprios romanos, que carrega elementos tradicionais, e que parece estar bem inserida no seio das instituições dos inícios da *República*. Ela é exceção, mas, se confiarmos nas fontes, ela não pareceu pretender ou não pareceu ter forças para se tornar a regra, ao menos na maior parte de sua história. Podemos inclusive ler um relato mais ou menos lendário de Tito Lívio (64 ou 59 a.C. - 17 d.C.) sobre Lúcio Quíncio Cincinato. Por volta de 458 a. C., os senadores romanos teriam se dirigido até ele para pedir ajuda contra dois povos que ameaçavam Roma, os sabinos e os équos. A forma de ajuda seria aceitar assumir uma ditadura. Cincinato, o homem escolhido para trazer a ordem de volta, para afastar o perigo (vindo de fora, neste caso), encontra-se afastado dos acontecimentos políticos, trabalhando em suas terras, enquanto “homem do campo”, mas aceita a magistratura. Realizada sua inusitada tarefa, em dezesseis dias!, esse virtuoso homem abdica e retorna aos seus afazeres campesinos.¹⁵

14 Ver o trabalho essencial de NICOLET, Claude. “Dictatorship in Rome”. In: BAEHR, Peter; RICHTER, Melvin. *Dictatorship in history and theory. Bonapartism, Caesarism, and Totalitarianism*. Cambridge University Press, 2004, pp. 263-278. Ele destaca que muito do que sabemos sobre a primeira é de fontes da época da segunda forma, e o termo é o mesmo para os dois períodos.

15 Livi, A. U. C. III. 26-29.

O que esse relato pode dizer sobre o passado do próprio historiador, sobre a “verdade do passado” que ele pretende transmitir? E o que há aí de sua visão sobre a própria ditadura do seu tempo? Tratar-se-ia de apoiar-se no passado para sugerir um modelo de ditador? De indicar, com base na tradição, limites necessários para essa figura? De apresentar com certo saudosismo uma imagem para possíveis fins performativos? Podemos dizer, no mínimo, que a figura de Cincinato relatada acima sugere uma imagem que bem pode indicar a da postura perfeita e esperada diante do poder, pois vemos um cidadão desprovido de maiores ambições que a de resolver os problemas que atormentam os romanos. É como se ele dissesse, à esteira do que Platão nos diz na *República* – e disse anteriormente aos romanos também, que bem o conheciam –, “eu estava aqui em minha vida cotidiana e sem ambições de tomar o poder, pois bem, vocês me chamam e, pelo bem da República, eu assumirei essa tarefa para depois voltar aos meus afazeres”. Nada de violência (contra os seus), nada de poder arbitrário ou abusivo. Podemos ficar tranquilos, pois Cincinato não é um tirano.

O período de 501 a 202 a.C. é tradicionalmente reconhecido como o da criação e emprego dessa magistratura, a respeito do qual fontes como as listas cronológicas que mencionavam os dias em que certos atos legais foram realizados pelo pretor – os *Fasti*¹⁶ – sugerem a nomeação de 76 ditadores.¹⁷ Portanto, sendo tão delicado falar sobre cerca de 300 anos de uma função, o mais comum tem sido, para esse período, pensá-la em termos gerais, mesmo que se corra o risco de, para isso, utilizarmos casos particulares. O que se impõe, em muito, é o fato de que essa primeira forma de ditadura nos é conhecida essencialmente por fontes que datam do primeiro século¹⁸, coincidindo então com o período do

16 Ver o verbete *Fasti* em HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony; EID-INO, Esther. *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford University Press, 2012, pp. 568-569.

17 Lista que pode ser lida em BANDEL, Friedrich. *Die romischen Diktaturen*. Diss. Breslau 1910, que indica as fontes principais, e KAPLAN, Arthur. “Religious Dictators of the Roman Republic”. In: *The Classical World*, v. 67, n. 3, Dec., 1973 - Jan., 1974, pp. 172-175.

18 NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 264.

segundo tipo de ditadura mencionado anteriormente, e do qual falarei em breve.

Em primeiro lugar, sabemos que o ditador não é aquele que intervém no espaço político ditando as regras; ele não chega quebrando o sistema, como poderíamos pensar. Isto foi fonte de debate, fonte de desconfiança etimológica para os antigos, que por vezes pensaram que a palavra não se originaria do fato de ele ditar alguma coisa, as regras, etc. (É ele quem dita ou ditam quem será ele?) Pelo contrário, ele deve ser nomeado por um ou ambos os cônsules, não é um eleito pelo povo (exceto em um caso, em 217 a.C., onde o povo interviu para nomear Quinto Fábio Máximo e seu *Magister equitum*, “mestre de cavalaria”, Marco Minúcio Rúfio), e sua nomeação passava indispensavelmente por um ritual de caráter religioso. Há basicamente duas situações para ocorrência de sua invocação. A mais famosa diz respeito à contenção de uma crise do poder, uma desordem que ameaça o bem comum, como uma guerra ou um enfrentamento civil, o que podemos ler em textos do século I a.C., como o *De Legibus* de Cícero¹⁹ e pelo Imperador Cláudio.²⁰ Além disso, ele também era incumbido de outras obrigações, como presidir a *Comitia* (assembleia geral do povo romano) na ausência de magistrados, realizar os rituais do *clavus annalis*²¹ para marcar a passagem do ano, presidir certos festivais, algum recrutamento excepcional do Senado, dentre outras. Seu cargo parece ter tido um tempo curto de duração, limitado à realização de tarefas específicas. A duração máxima de seis meses que vemos em Cícero, ainda na mesma citação do *De Legibus*, pode ter sido uma tentativa posterior de precisar um período indefinido, mas seguramente não muito longo.²² Seu cargo é único, por defi-

19 Cic., *Leg.* III, 3, 9.

20 Dessau, *ILS* 212, 1.28.

21 SMITH, Sir William. *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. Ed. by William Smith. Illustrated by numerous engravings on wood. Boston, [London, printed]: C. Little, and J. Brown, 1870, p. 293. Trata-se de uma cerimônia realizada pelo ditador ou pelo cônsul nos primeiros tempos da República, que consistia em afixar um prego dentro do templo de *Jupiter Optimus Maximus*, a cada ano, nos idos de Setembro. Um costume bastante antigo adotado como forma de marcar o tempo, o que destaca a importância simbólica do ditador nesse período.

22 NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 266, desconfia das menções encontradas nos

nição. Assim como também no âmbito social, sua função pretende estabelecer a unidade do comando militar e, para isso, ele nomeia um adjunto, um subordinado, o *Magister equitum*. Com isso, ele não suprime as outras magistraturas, ao contrário do que pensaram Políbio e outros, mas elas ficam submetidas ao seu comando.

Sabemos que a República romana não dá conta do que entendemos hoje como princípios de igualdade e de liberdade, mas não devemos ignorar sua ideia de comunhão de interesses entre os homens, como podemos ler na *República* de Cícero. No mínimo, tratava-se de uma tentativa de impedir o surgimento do governo de um só, de limitar as possibilidades de uma monarquia. Podemos dizer que o próprio surgimento de uma figura capaz de abalar essa configuração serviria de termômetro para indicar o seu fim. E nada mais eficaz para enfraquecer um regime do que uma guerra. Primeiro, uma guerra conhecida como “social”, travada entre Roma e os aliados (*socii*) italianos. Depois, uma guerra civil.

Coincide com esse período a afirmação do caráter pessoal dessa magistratura. Sucessivas crises políticas internas no primeiro século a.C., a expansão de Roma, enfraquecem o regime republicano. E então aquela antiga situação excepcional passa a correr o risco de se transformar, senão em algo perene, em algo ao menos mais duradouro, e não é de espantar a preocupação existente à época de que isso pudesse ser o embrião de uma monarquia (ou algo parecido). Sila deu o primeiro indício, e César pagou ainda mais caro por tal ambição.

Sila, o dictator (ou o monarca que não foi)

Lúcio Cornélio Sila (138-78 a.C.) pertencia a uma família patricia sem grande notoriedade política. Adquiriu pouco a pouco um espaço atuando como questor na África, na guerra contra Jugurta, rei dos númidas, sob comando de Caio Mário. Nesse momento pode ser situada a origem de sua rivalidade com Mário:

Fasti a ditadores com exercício de um ano.

ações destacadas, ambições e conflitos de interesse.²³ Foi pretor romano em 97 a.C. Com talento militar, lutou na Guerra Social, e seu tino estratégico lhe possibilitou o estabelecimento de importantes alianças ao se casar (pela quarta vez) em 88 a.C. com Cecília Metela, viúva de Marco Emílio Escauro. Sila havia recebido o comando de uma tropa contra o rei Mitrídates, que ameaçava o poderio de Roma na parte leste, mas Mário, utilizando-se de troca de favores com o tribuno Públio Sulpício Rufo, conseguiu como pagamento a transferência, por plebiscito, da campanha para seu próprio comando. Humilhação pública para Sila! Sua resposta foi imediata: ele marcha sobre Roma e, ao ocupá-la, força o Senado a declarar Mário, Sulpício e dez outros *hostes publici*, inimigos públicos, que deveriam ser mortos aos olhares de todos (todos escaparam, exceto Sulpício, sendo que Mário foi para a África).

Esses acontecimentos colocam o próprio Sila nos inícios da Guerra Civil em 88 a.C. Tendo partido para a Grécia e Ásia para enfrentar Mitrídates, não pôde acompanhar, em Roma, o retorno ao poder da facção liderada por Mário e Cina, que governou entre 87 e 84 a.C., e acabou por retirar Sila de seu comando da tropa. Sila retorna e toma Roma em 82 a.C. Começam os massacres. Pela persuasão e pelo terror, ele toma o poder. Alegando fazer o mesmo que seus adversários, prepara a eliminação física de seus inimigos, as proscricções, ordenando que todos os que defenderam o regime prévio tivessem seus nomes divulgados pela Itália para serem mortos.²⁴ No final de 82 a.C., o *interrex* Lúcio Valério Flaco nomeia Sila *dictator* (a *lex Valeria*), pela primeira vez em cento e vinte anos, com extraordinários poderes para reorganizar o governo e criar leis.²⁵ Como pode ser visto em Apiano, o poder

23 Para uma narrativa mais detalhada sobre esses acontecimentos, ver: KONRAD, C. F. "From the Gracchi to the first civil war (133-70)". In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert. *A companion to the Roman republic*. Blackwell Publishing Ltd., 2006, pp. 167-189.

24 HINARD, François. *Les proscriptions de la Rome républicaine*. Paris: École française de Rome, 1985, indica o número de 520 nomes de proscritos afixados. HINARD, François. *Histoire romaine*. Tome I, Des origines à Auguste. Librairie Arthème Fayard, 2000, pp. 663-669; NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 269; KONRAD, *From the Gracchi...*, pp. 182-183.

25 Plut., *Vit., Sull.* 32; App., *B Civ.* 97-103; KEAVENEY, Arthur. *Sulla, the last repub-*

absoluto não seria suficiente, era ainda necessária uma base legal. Cícero sintetiza a situação em tom de acusação ao *interrex*:

Enquanto em todos os outros países, quando os tiranos são instituídos, todas as leis são anuladas e abolidas, neste caso, Flaco, com sua lei, estabeleceu um tirano em uma república (*hic rei publicae tyrannum lege constituit*).²⁶

Como explica Nicolet²⁷, a ditadura foi a saída adotada por Sila para resolver formalmente o problema da nomeação na ausência de cônsules, invocando o procedimento normal para designar o *interrex* que o nomearia ditador, mas por virtude de uma lei.

Mas não deveríamos nos empolgar demasiadamente a ponto de definir Sila como um monarca ou tirano. Estamos muito moldados por estas categorias dicotômicas, procurando um malvado ou um bonzinho. Precisamos urgentemente de respostas neste nosso mundo demasiadamente acelerado. Sede de punição, “julgar os culpados”. Assim deixamos de lado certas nuances, particularidades, e também acabamos por ignorar o fato de que o passado não é uma mera réplica daquilo que vivemos hoje. No que se refere à figura de Sila, é preciso levar cuidadosamente em conta que ele acabou pondo um fim à sua ditadura. Ele a encerra, não naquele período estipulado de seis meses, mas talvez com oito meses ou um ano de duração²⁸, entre 81 e 80 a.C., para seguir seu segundo consulado e depois tornar-se “cidadão privado”, retirado da vida pública.²⁹ Ele abdica por pressão? Por arrependimento? Sejam quais forem os motivos, talvez nunca apenas pessoais, o fato é que ele respeitou – mesmo que passando dos limites do tempo esperado e de modo mais violento – uma importante característica da ditadura, que é a de ser temporária, para que fosse realizada uma

lican. 2nd. ed. New York: Routledge, 2005, pp. 148-203.

26 Cic., *Leg. agr.* III.5.

27 NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 269.

28 SEAGER, R. Sulla. In: CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (eds.). *The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.*, of *The Cambridge Ancient History 2*, Cambridge: 1994, v.9, pp. 165-207; NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 270; KONRAD, *From the Gracchi...*, p. 183.

29 Plut., *Vit., Sull.* 37.

determinada tarefa. Para Nicolet³⁰, isso é o que certamente o leva a considerar a si próprio um ditador, uma vez que ele entende ser incumbido (designado por si mesmo) a realizar uma missão em benefício do “bem comum”. A verdade é que, apesar de tudo, apesar do terror, ele manteve a ditadura romana como um estado de exceção.

Com esse argumento, ele poderia ter ido bem mais longe, a ponto de tornar-se um tirano ou um monarca, tudo pelo referido bem comum. Talvez ainda hoje corramos esse risco. Não havia sido assim que parte da tradição grega entendia o tirano, como um benfeitor, que realiza medidas favoráveis aos mais pobres? Ao mesmo tempo, não acusamos muitas vezes a democracia, ou a retórica democrática³¹ de ir contra o bem que deveria ser comum, para favorecer alguns? Enfim, o intuito não é debater sobre a melhor forma de governo. Um aspecto importante aqui é que Sila não tomou o governo para si, não foi nem monarca nem quase monarca.³² Mas, como podemos ler já em Apiano³³, a grande particularidade do que ele considerava ser a tirania da ditadura de Sila consiste no fato de ele torná-la “indeterminada” (*aóristos*) no tempo, mesmo que por um período não muito longo.

Talvez seja esquematizar demais afirmar que, no entanto, ele abriu o caminho, forneceu a ideia para que alguém fosse ainda mais longe. Nem tudo segue essa simples linearidade de ações individuais, mas isso também influencia a posteridade – e imitadores como Pompeu, por exemplo –, e leituras e releituras são feitas na criação disso que alguns chamam de “mito”.³⁴ Mas deve ser considerada a importância do nome Sila entre aqueles que almejavam o poder à época, um sujeito que retoma a ditadura deixada de lado

30 NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 271.

31 CANFORA, Luciano. *Crítica da retórica democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

32 Ver NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 270-271, que o considera mais próximo da oligarquia.

33 App., *B Civ.* I. 99.

34 LAFFI, Umberto. “Il mito di Silla”. *Athenaeum*. n. s. 45, 1967, pp. 177-213 e pp. 255-277; NICOLET, *Dictatorship in Rome...*, p. 271.

há anos, realiza inúmeras ações, para depois recolher-se, em uma incrível e assustadora demonstração de força.

César: *'Et tu, Brute?'*

Júlio César é certamente a figura mais lendária entre os mencionados até aqui. Seja por suas ações, seja pelo peso de seu nome, ele continuará sendo por séculos construído e reconstruído, e muitas páginas serão escritas sobre ele.³⁵ Tudo isso garantiu sua posteridade entre os antigos, entre os modernos, entre os intelectuais e entre os leigos, e talvez também em boa medida pela via do cinema.³⁶

À sua época, a sociedade romana se caracterizava por membros da aristocracia em contínua competição por cargos públicos, e isso é fator elementar no que diz respeito às guerras civis. Na tentativa de criar o equilíbrio de poder entre os aristocratas, Roma impõe a divisão e a curta posse do poder, por isso, todos os anos eram eleitos dois senadores para governar juntos como cônsules. Outro problema, que no fundo também tem a ver com a busca pelo poder, era o peso dos generais bem reputados por alguma grande façanha nas campanhas. É compreensível que eles pudessem ampliar suas ambições ao perceberem ou supervalorizarem sua importância nesses locais distantes.

César é um exemplo, pois passa cerca de quatro anos na campanha da Ásia Menor, voltando condecorado. Ambicioso e precoce, educado para ser grande e honrar o nome de sua família, ele soube jogar desde o início, seja buscando apoio da aristocracia, ou mesmo o contrário, ignorando-a ao tentar construir uma imagem de pessoa dedicada aos pobres, andando pelas ruas,

35 Ver, por exemplo: YAVETZ, Zvi. *César et son image. Des limites du charisme en politique*. Paris: Les Belles Lettres, 1990; CANFORA, Luciano. *Júlio César: o ditador democrático*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. Para uma severa crítica ao livro de Canfora, ver: TORRENS, Philippe. Luciano CANFORA. Jules César. "Le dictateur démocrate". *L'Antiquité Classique*, t. 72, 2003, pp. 558-560.

36 Para mencionar apenas dois filmes, *Júlio César* de 1953, dirigido por Joseph L. Mankiewicz, e um mais recente, dirigido por Uli Edel e lançado em 2002, sem contar a quantidade de documentários sobre o assunto em canais de entretenimento.

realizando jogos, enfim, divertindo o público.³⁷ Poderíamos nos perguntar que caminho ele pretendia tomar, se o de imperador, de democrata ou de um ditador democrata.³⁸

Após estabelecer alianças políticas com o aristocrata Crasso e com o general Pompeu (o *triumviratus*), aproveitando o dinheiro de um e os soldados de outro, César se torna cônsul em 59 a.C.. A partir de então, temos violência aos opositores, recusa de dividir o poder com o co-cônsul, introdução de novas leis, etc.. Quando seu ano como cônsul chega ao fim, seu caminho é o de dirigir a Gália Narbonense, a Gália Cisalpina, onde avança suas conquistas, embora acabe sendo freado na Bretanha. Conquistar praticamente toda a área da França moderna já bastaria para engrandecer sua imagem. Seu retorno estava próximo. Quebrada a aliança com Pompeu e a exigência do senado de entrega do comando das legiões, César declara guerra e volta, atravessando o lendário rio Rubicão. Vemos, então, as temerosas cidades da Itália sendo poupadas e em Roma a fuga da sua oposição. Em uma guerra civil que toma conta do norte da África e da Europa, César vai à Grécia enfrentar Pompeu (Jornada de Farsalos), onde vence e participa de vários desdobramentos que não nos cabem aqui (como sua passagem pelo Egito e a volta com Cleópatra, um misto de verdade e ficção que o cinema soube muito bem explorar). Em 46 a.C., ocorre seu desfile triunfal em Roma, posterior distribuição de bens a soldados, projetos públicos, modificação do calendário. Feito ditador “à distância” pelo pretor Lépido quando ainda estava em Massilia (atual Marselha) em 49 a.C.³⁹, ele tornar-se-ia, em breve, ditador por toda a vida (*dictator perpetuo*).⁴⁰

César é figura sobre a qual se passaria uma vida estudando,

37 São vários os autores que trataram da vida de César desde a Antiguidade, como Plutarco, Suetônio e Cássio, por exemplo; vertambém: YAVETZ, *César et son image*...

38 Ver por exemplo: CANFORA, *Júlio César*...

39 Cic., *Att.* IX.9, IX.15; Caes., *BCiv.* 2.21.5.

40 BADIAN, E. “Review of Meier, 1982”. *Gnomon* 62, pp. 22-39, 1990; TATUM, W. Jeffrey. “The final crises (69-44)”. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert. *A companion to the Roman republic*. Blackwell Publishing Ltd., 2006, pp. 190-211.

mas, no breve percurso esboçado neste texto e sem desconsiderar sua importância, parece que quem mais chama atenção é Sila. Difícil dizer que aqueles que frearam as ambições de César não tenham levado em conta – consciente ou inconscientemente – a sombra de Sila. Nesse sentido, no que se refere à ditadura romana, falar do primeiro é de algum modo referenciar o segundo. Podemos até pensá-lo a partir de *A volta do filho pródigo* de André Gide, onde a recusa em avançar e o sequente retorno à casa pelo irmão mais velho, humilde e cabisbaixo perante seu pai, em vez de diminuir com seus conselhos o ímpeto do irmão mais novo, acaba por motivá-lo ainda mais. Pois César recusou a regra de manter a ditadura em estado temporário de exceção. A frase “Até tu, Brutus?” (*Et tu, Brute?*), tão banalizada pela posteridade, pode representar, na verdade, o limite de sua investida. Mais do que a traição de um amigo, como na famosa peça *Júlio César* (de 1599), de Shakespeare⁴¹, ela nos indica algo sobre as relações políticas daquele momento.⁴² Difícil definir os interesses e as profundas motivações de todos os conspiradores. Como aponta Tatum⁴³, seus assassinos possuíam uma postura oligárquica, e as ambições de sua classe se mostraram as mesmas que César tinha para si próprio, e *libertas*, para eles, não representava mais do que uma reivindicação ambiciosa dos privilégios negados. O governo de um só, ao menos o de César, parecia ir contra os princípios dos seus próximos, embora também gananciosos pelo poder.

A ditadura romana e além

A ditadura dá o que falar, como sempre, e talvez para sempre. Como vimos, ela foi motivo de confiança na ordem social em seus inícios, e motivo de receio ou temor por parte daqueles

41 SHAKESPEARE, William. Julius Cæsar, “Ato 3, Cena 1, Linha 77”. In. SHAKESPEARE, William. *Complete works*. Edited with a glossary by W. J. Craig, M.A. London/ New York/Toronto: Oxford University Press, 1966, pp. 820-845.

42 Em Suet., *Iul.* LXXXII. III, a expressão toma o sentido de “filho” ou “jovem” (“*kai sù, téknon;*”). Em Plut., *Vit., Caes.* 66.6, ele não diz isso, apenas cobre a cabeça com a toga.

43 TATUM, *The final crises...*, p. 209.

que a experimentaram da pior maneira durante as guerras civis em Roma. Para além da experiência romana, ela possui um forte potencial de permanecer nas cabeças daqueles que almejam o poder, nas cabeças daqueles que se põem a pensar sobre esses que almejam o poder, e assim surgem apropriações, reconstruções e novas tomadas de sentido. Poderia ser dito que, enquanto houver alguém insatisfeito com a ordem política, essa palavra ou essa coisa, ou as duas juntas, podem ser lembradas.

Espero ter deixado claro neste texto que não devemos interpretar a ditadura romana exatamente a partir do que entendemos hoje por ditadura. Referir-se a Castelo Branco ou a Médici como ditador não é o mesmo que referir-se a Sila ou a César. Pode parecer óbvio, mas é preciso desconfiar sempre dessas obviedades. Afirmar simplesmente que “no fundo é praticamente tudo a mesma coisa” é recusar a importância de pensar um conceito com profundidade temporal. É uma recusa à historicidade desse conceito, o que não foi a intenção aqui. Vimos que, diferentemente do que o senso comum tende a nos sugerir, para os antigos ela não consistiu – ou pelo menos não permanentemente – em um poder esmagador. Considerar essa complexidade nos permite compreender um pouco mais as dinâmicas dos regimes políticos do passado. E não resta dúvida que tal postura deve ser aplicada diante dos regimes do nosso próprio tempo.

Em Roma, a ditadura estava prevista e tinha uma duração máxima mais ou menos definida, e, mesmo quando ela se encontrava em seu momento mais crítico, em torno das guerras civis, não podemos garantir que viria a tornar-se um poder absoluto permanente. Todavia, parece que ela indicava um perigo iminente do qual os romanos buscavam tomar distância. Talvez isso explique sua previsibilidade e a limitação de sua duração como uma forma de controle que pudesse afastar ao máximo o desembocar dessa figura tradicional na de um concentrador de poder intocável, à maneira do que entendiam ser o tirano grego. Os assassinatos e os exílios já indicam esse perigo. O fato é que a República, como se previsse a própria figura do ditador moderno, construiu seus

mecanismos para conter esse poder sem freios. Em 44 a. C., Marco Antônio promove oficialmente a abolição da ditadura, com a *Lex Antonia de dictatura in perpetuum tollenda*. É verdade que o que veio a seguir foi o *princeps* e o Império, mas isso também precisaria ser discutido em sua complexidade, o que não será feito aqui.

Para nós brasileiros, esse assunto renderia boas conversas. O período ditatorial, golpe civil-militar, não foi previsto na Constituição⁴⁴ e foi debatido entre os militares acerca do seu tempo de duração, causando divergências. “De quanto tempo precisamos para conter a ameaça comunista?” E assim falou-se em situação de emergência. Notem aí certa presença romana!, se não intencional, ao menos com potencialidade aproximativa. Em uma palavra: toda vez que um regime criminaliza o adversário, criminaliza o conflito político, seja Sila, César, a Ditadura no Brasil ou onde quer que seja, permanece a impressão de que no fundo estamos tratando de algo semelhante.

No Brasil, na América Latina, no mundo. Essa figura reunidora do poder, esse “líder”, se assim o quisermos, seja ele dito de direita ou de esquerda ou seja lá o que for, que possui o seu apoio e também os seus opositores, talvez seja de presença perene. Talvez nunca igual, sempre com particularidades, sutis ou bem destacadas, mas que sempre pode nos remeter a uma reflexão *com* os antigos. Concentrar o poder, tomar a dianteira das decisões políticas de modo autoritário, foi e é uma postura que nos convida a pensar sobre os limites do próprio poder. Questão difícil, pois da simples expressão “na desordem deve ser instituído o Estado de exceção” contra os “perigos iminentes” (como lemos em Maquiavel na epígrafe deste texto), já surgem outros questionamentos: *Quem* são os descontentes que acusam essa suposta desordem? *Quanto* tempo dura esse Estado de exceção e quais serão seus resultados? *Os antigos não* tiveram resposta para tudo isso. Nós, que já po-

44 A respeito da previsão constitucional como forma de distinguir a ditadura antiga da ditadura moderna, e o diferencial de que a moderna subverte a ordem política pré-existente, consistindo em um governo normal e durável, ver verbete “Ditadura”, de autoria de Mario Stoppino, em: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política...* p. 398-379. Por esse aspecto, Stoppino vê as ditaduras de Sila e César como mais próximas do conceito de hoje.

demos duvidar de muitas das certezas de outrora, talvez também não tenhamos. Mas, entre passado e presente, nesse diálogo entre “eles” e “nós”, uma constatação se impõe: a atualidade de uma preocupação que perpassa o tempo.

Referências:

Autores antigos:

APPIAN. *Roman history: The Civil Wars*. Cambridge, MASS.: Harvard University Press, 2002.

CAESAR, Julius. *C. Iuli Caesaris Commentariorum, pars posterior*. Renatus du Pontet. Oxonii. e Typographeo Clarendoniano. 1901. Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis.

CICERO. *Cicero in twenty eight volumes*. Vol.6: Pro Publio Quinctio. Pro Sexto Roscio Amerino. Pro Quinto Roscio Comoedo. De lege agraria I-III. Translated by John Henry Freese. Cambridge/Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd., 1930.

CICERO. *De Legibus*. Georges de Plinval (Ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1959. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2007.01.0030>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CICERO. *Letters to Atticus*, Volume II. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 8. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

CICERO. *On the Republic. On the Laws*. Translated by Clinton W. Keyes. Loeb Classical Library 213. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1928.

CICERO. *Orations. Philippics*. Translated by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge/Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd., 1957.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman antiquities*. Cambridge, MASS.: Harvard University Press, 1971.

LIVY. *History of Rome*, Volume I: Books 1-2. Translated by B. O. Foster. Loeb Classical Library 114. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.

PLUTARCH. *Plutarch's Lives*. Vol. IV. with an English Translation by. Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press. London. William Heinemann Ltd., 1916.

SALVIEN DE MARSEILLE. *Œuvres*. Vol. 1. Éd. Lagarrigue (I.), coll.

Sources Chrétiennes n° 176. Paris: Éditions du Cerf, 1971.

SUETONIUS. *Lives of the Caesars*, Volume I: Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula. Translated by J. C. Rolfe. Introduction by K. R. Bradley. Loeb Classical Library 31. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

Autores modernos:

BADIAN, E. "Review of Meier, 1982". *Gnomon* 62, 1990, p. 22–39.

BANDEL, Friedrich. *Die romischen Diktaturen*. Diss. Breslau 1910.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et. al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, pp. 368-379. (Verbete: *Ditadura*, por STOPPINO, Mario).

CANFORA, Luciano. *Crítica da retórica democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CANFORA, Luciano. *Júlio César: o ditador democrático*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1968-1980, 4 v.

DESSAU, H. *Inscriptiones Latinae Selectae*. Berlin: Ed. H. Dessau., 1892-1916; repr. 1962.

ERNOU, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. 4^a édition augmentée d'additions et corrections par Jacques André. Paris: Klincksieck, 2001.

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire latin français*. Paris: Hachette Éducation, 2016.

GARDNER, Jane F. "The Dictator". In. GRIFFIN, Miriam (Org.). *A Companion to Julius Caesar*. (Blackwell companions to the ancient world). Reino Unido: Blackwell Publishing, 2009, pp. 57-71.

GIDE, André. *Le retour de l'enfant prodigue*. Paris: Gallimard, 1978.

HINARD, François. *Histoire romaine*. Tome I, Des origines à Auguste. Librairie Arthème Fayard, 2000.

HINARD, François. *Les proscriptions de la Rome républicaine*. Paris: École française de Rome, 1985.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony; EIDINOW, Esther. *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford University Press, 2012.

KALYVAS, Andreas. "The tyranny of dictatorship: when the Greek tyrant meet the Roman dictator". *Political theory*, v. 35, n. 4, Aug., 2007, p. 412-442. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20452569>>.

KAPLAN, Arthur. "Religious Dictators of the Roman Republic". *The Classical World*, v. 67, n. 3, Dec., 1973 - Jan., 1974, pp. 172-175.

KEAVENEY, Arthur. *Sulla, the last republican*. 2nd. ed. New York: Routledge, 2005.

KONRAD, C. F. "From the Gracchi to the first civil war (133-70)". In. ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert. *A companion to the Roman republic*. Blackwell Publishing Ltd., 2006, pp. 167-189.

LAFFI, Umberto. "Il mito di Silla". *Athenaeum*. n. s. 45, 1967, pp. 177-213 e pp. 255-277.

LANZA, Diego. *Il tirano e il suo pubblico*. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1977.

LINTOTT, Andrew. "The Assassination". In. GRIFFIN, Miriam (Org.). *A Companion to Julius Caesar*. (Blackwell companions to the ancient world). Reino Unido: Blackwell Publishing, 2009, pp. 72-82.

LINTOTT, Andrew. *The Constitution of the Roman Republic*. New York: Oxford University Press, 1999.

MACHIAVEL, Nicola. *Discours sur la première décade de Tite-Live*. Préface de Claude Lefort. Traduit de l'Italien par Toussaint Guiraudet. Paris: Bibliothèque Berger-Levrault, 1980, pp. 94-96.

MOMGLIANO, Arnaldo. "Ricerche sulle magistrature romane". *Buletino della Commissione Archeologica*, 58, pp. 29-55, 1930.

MOMMSEN, Theodor. *Le droit public romain*, III. Paris: Thorin et Fills Editeurs, 1893.

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da civilização grega*. Trad. Carlos Ramalheite, com a colaboração de André Telles/ Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOSSÉ, Claude. *La Grèce archaïque d'Homère à Eschylle*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

MOSSÉ, Claude. *La tyrannie dans la Grèce antique*. Paris: Presses Universitaire de France, 1969.

MOSSÉ, Claude. *Péricles: o inventor da democracia*. São Paulo: Estação

Liberdade, 2008.

NICOLET, Claude. "Dictatorship in Rome". In. BAEHR, Peter; RICHTER, Melvin. *Dictatorship in history and theory*. Bonapartism, Caesarism, and Totalitarianism. Cambridge University Press, 2004, pp. 263-278.

NICOLET, Claude. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976.

PIERRÉ-CAPS, Alexandra. "L'état d'exception dans la Rome Antique". *Civitas Europa*. IRENEE / Université de Lorraine. 2, 37,2016,pp. 339-349. Disponible em: <<https://www.cairn.info/revue-civitas-europa-2016-2-page-339.htm>>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du contrat social*. Présentation, notes, bibliographie et chronologie par Bruno Bernardi. Paris: Flammarion, 2001.

SEAGER, R. "Sulla". In. CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (eds.). *The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.*, v. 9 of *The Cambridge Ancient History 2*, Cambridge: 1994, pp. 165-207.

SHAKESPEARE, William. "Julius Cæsar". In. SHAKESPEARE, William. *Complete works*. Edited with a glossary by W. J. Craig, M.A. London/New York/Toronto: Oxford University Press, 1966, pp. 820-845.

SMITH, Sir William. *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. Ed. by William Smith. Illustrated by numerous engravings on wood. Boston, [London, printed]: C. Little, and J. Brown, 1870.

TATUM, W. Jeffrey. "The final crises (69-44)". In. ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert. *A companion to the roman republic*. Blackwell Publishing Ltd., 2006, pp. 190-211.

TORRENS, Philippe. Luciano CANFORA. "Jules César. Le dictateur démocrate". In. *L'Antiquité Classique*, tome 72, p. 558-560, 2003.

TURCHETTI, Mario. *Tyrannie et Tyrrannicide de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Presses Universtaires de France, 2001.

YAVETZ, Zvi. *César et son image*. Des limites du charisme en politique. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

Acerca da Ditadura Moderna: conceito, origens e usos modernos.

Carla Brandalise

“Le monde est vide depuis les Romains; mais leur mémoire le remplit.”

SAINT-JUST¹

Como todo conceito político, o sentido de ditadura obedece a toda uma polissemia em função de suas origens, de suas mutações e, mesmo dos usos metafóricos do termo em função da temporalidade histórica e suas conjunturas. Este capítulo busca empreender, em largos traços, um mapeamento epistêmico da sua trajetória enquanto vocábulo, com intenções explicativas de uma forma de mando político, enfatizando a ‘modernidade’ do conceito.

O debate contemporâneo.

No século XX, surgem tentativas de definições condizentes com os novos tempos, através, inclusive, da memória de autoritarismos do centenário precedente. Um marco será a formulação

¹ SAINT-JUST, Louis Antoine Léon. *Œuvres complètes. Édition établie par Miguel Abensour et Anne Kupiec*. Paris: Gallimard, 2004, p. 940.

dada pelo regime fascista italiano inaugurado, em 1922, por Benito Mussolini. O historiador, membro do Partido Socialista Italiano, defensor do sufrágio universal, do federalismo e fervoroso antifascista,² Gaetano Salvemini lançou, em 1934, na revista estadunidense *The Harvard Graduates' Magazine*, um importante artigo intitulado *Democracy and Dictatorship*. Nele, a ditadura vinha definida em moldes antiliberais e antielitistas, enquanto regime que impedia violentamente a livre concorrência das elites e negava às pessoas a possibilidade de exercer controle sobre seu trabalho.³

No entanto, o próprio Mussolini iria definir o seu regime, com o auxílio do assessor e filósofo Giovanni Gentile (1875-1944), sua grande influência ideológica, e que fora seu Ministro de Instrução Pública entre 1922 e 1924. No ano de 1925, sob a ambição do *Duce* de formatar a “novidade” política de seu regime, há a fusão do ditatorial com o totalitarismo, o que, por um certo período, contribuiu para obstaculizar o levantamento das especificidades próprias do conceito de ditadura. Estudos posteriores ao próprio fascismo tenderão a essa correlação. Assim afirmou Mussolini, quando o termo totalitarismo é usado pela primeira vez:

*Para o fascismo, tudo está no Estado e nada de humano ou de espiritual tem algum valor fora do Estado. Neste sentido, o fascismo é totalitário e o Estado fascista, síntese e unidade de todo valor, interpreta, desenvolve e domina toda a vida do povo.*⁴

Por sua vez, o analista alemão Franz Neumann, crítico do nazismo e, por isso mesmo, obrigado ao exílio a partir de 1933, já chamara a atenção para esses pontos desde a década de 1950, bem como para a carência de tratados acerca do assunto em texto inédito escrito em inícios do decênio e publicado em 1957. Em *Notes*

2 No entanto, ao considerar o fascismo como “uma desgostosa tragédia dantesca e carnavalesca”, Salvemini, como outros intelectuais da época, acreditou tratar-se de um regime destinado a não durar, crítica essa que o leva já em 1925 ao exílio. CECCUTI, Cosimo. *Mussolini nel giudizio dei primi antifascisti (1921-1925)*. Roma: Mondadori, 1983, p.67. Traduções ao longo do texto da própria autora.

3 SALVEMINI, Gaetano. “Democrazia e ditatura”. In. BUCCHI, S. *Sulla democrazia*. Torino: Bollati Boringhieri, 2007, pp. 23-25.

4 MUSSOLINI, Benedito. *Le Fascisme: doctrine, institutions*. Paris: Denoal et Steele, 1933, p. 20.

on the Theory of Dictatorship revela que “por mais que possa parecer estranho, não existe um estudo sistemático sobre a ditadura”,⁵ em uma busca justamente com vistas a sobrepujar dificuldades associativas em demasia com o totalitarismo.

Impulsionado por tal conclusão, Neumann lançara um ensaio tipológico. Baseava-se em uma divisão tripartite de tipos ideais, distinguindo a ditadura “simples [...] exercida por meio do controle do aparato repressivo do Estado”, através do governo de militares e/ou de civis ou de um monarca absoluto; a ditadura “cesarista”, na qual “o exercício da coerção é sustentado no apoio popular”, e, na esteira de Arendt,⁶ a ditadura “totalitária”, onde se acrescentaria aos elementos anteriores uma característica decisiva, “o controle exercido pelo partido único sobre uma sociedade de massa atomizada”.⁷

Detalhando um pouco mais seu pensamento, Neumann partia do princípio de que todas as ditaduras são autoritárias.⁸ A

5 NEUMANN, Franz. “Note sulla teoria della ditatura”. In: NEUMANN, Franz. *Stato democratico e Stato autoritário*. A cura di: N. Matteucci Bologna: Il Mulino, 1973, p. 329.

6 Assim caracterizava Hannah Arendt em *The Origins of Totalitarianism*, escrito em 1951, ao enfatizar a modernidade do fenômeno: “Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolvem certo gosto pela organiza o política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articula o de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massas só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou   sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organiza o baseada no interesse comum, seja partido político, organiza o profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto”. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 361.

7 NEUMANN, *Note sulla teoria della ditatura...*, p. 350.

8 Para um conceito contemporâneo de autoritarismo “simples” (reproduzindo aqui o termo usado por Neumann), a defini o de Guy Hermet mostra-se elucidativa: “Autoritarismo designa uma rela o governantes-governados que repousa de maneira suficientemente permanente sobre a força antes do que na persuasão. No plano prático, o autoritarismo utiliza um mecanismo de recrutamento de dirigentes repousando sobre a coopta o, e não na concorrência eleitoral de candidatos com responsabilidades públicas [...]A vida política existe através de partidos, sindicatos devotados, enquanto a oposi o   tolerada ou banida. As elei es mant m uma aparência democrática e visam legitimar o sistema político aos olhos do mundo e, internamente, a assegurar a apatia das massas sem que os resultados, conhecidos antes, tenham qualquer influência.” HERMET, Guy.

ditadura “simples” era aquela do “autoritarismo tradicional” exercido pelos poderes coercitivos pré-constitutivos da sociedade, o exército, a política, a burocracia, a magistratura. Essa forma não incentivava qualquer mobilização social de vulto, antes apostava na manutenção de um contingente populacional apolítico e em grupos de elite coniventes e colaborativos, almejando uma graduação repressiva aos grupos de oposição abertos.

A “ditadura cesarista”, prossegue o autor, constituía um modo de governo comparável àqueles implantados por Júlio César e pelos imperadores romanos que o seguiram. Representava “o pleno poder de um único homem”, apoiado pelo “povo”. Será por ocasião do reinado de Napoleão III (1852-1870), que o “cesarismo” vira uma nomenclatura de fato, pois o futuro imperador fora eleito Presidente da República por sufrágio universal após uma campanha eleitoral com fortes apelos populares.⁹

Por fim, para a “ditadura totalitária”, Neumann lista cinco fatores que caracterizam o totalitarismo moderno no bojo de uma degeneração democrática: a passagem do estado de direito ao de estado de polícia; a concentração extremada das instâncias de decisão; a existência de um partido monopolizador do poder do Estado; o controle pelo Estado de todos os aspectos da sociedade; e, no final, a instauração do terror. Os dois primeiros fatores validariam igualmente o cesarismo clássico; os três últimos marcariam a distinção do totalitarismo. Esse fenômeno sendo típico produto da civilização industrial, a única que poderia fornecer “as massas atomizadas e desorganizadas” necessárias e aptas a servir em suas tropas de comportamento mecanizado. Ou seja, a “ditadura totalitária” corresponderia “à destruição de qualquer clivagem entre

“L'autoritarisme”. In. GRAWITZ M., LECA J. (dir.). *Traité de Science politique*. T. 2. Paris: PUF, 1985, p. 270, tradução nossa.

9 Nesse termo também encontramos uma das vertentes de derivação moderna do “populismo”. Esse pode ser definido, em praticabilidade do presente, conforme Mudde, como uma “ideologia que considera, em última análise, a sociedade separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, o “pure people” versus a “corrupt elite”, onde a argumentação reporta a uma ‘verdadeira’ política, vista na expressão da “volonté générale” do povo.” MUDDE, Cas. “The Populist Zeitgeist”. *Government and Opposition*. Oxford: Blackwell Publishing, 39, 4, 2004, p. 543.

Estado e o corpo civil através da politização total da sociedade”. Porém, em sua conclusão, o autor acaba por manter a ideia de que toda “a ditadura moderna tende a tornar-se totalitária”,¹⁰ contribuindo para o não esclarecimento de sua própria tipologia.

Neumann reconhecia as suas influências advindas do jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985) – e isso com relutância –, dado as posições políticas desse último na constituição da República de Weimar. Ao mostrar seu autoritarismo intrínseco e sua intolerância belicista, Schmitt fizera acirrada oposição ao liberalismo e ao pluralismo democrático, que pautaram a Constituição alemã de 1919.¹¹ Nesta esteira, o jurista alemão assentara em 1921, em um livro intitulado *A Ditadura*, uma diferenciação entre o que seria uma “ditadura comissária” e uma “ditadura soberana”, que acabou por impor-se, em certa medida, no plano analítico. Não sem antes reforçar que ele mesmo se inspirara em Jean Bodin para sua binariedade política: “Bodin foi o primeiro a desenvolver sistematicamente a oposição entre comissários e magistrados, estes entendidos como funcionários comuns, e a ordenar o rico material recolhido sob conceitos gerais da doutrina estatal”.¹²

Na obra de Schmitt, há também uma definição generalizante enquanto introdução a sua classificação, na qual ditadura aparece como “um tipo de ordenamento que prescinde em linha de princípio de um acordo e de uma consulta àqueles a quem submete e muito menos aguarda a sua aprovação”.¹³ A partir daí o autor nomina que a “ditadura dos comissários” corresponde à acepção em moldes criados nos tempos da antiguidade romana, aquela na qual há uma suspensão da ordem estabelecida visando sua plena restauração. Trata-se de uma “exceção concreta”, um “estado de exceção” previsto e regulado pela Constituição vigente, um instrumento jurídico em serviço constitucional, se necessário.

10 NEUMANN, *Note sulla teoria della dittatura...*, p. 350, tradução nossa.

11 MOUFFE, Chantal. *The Challenge of Carl Schmitt*. Londres/Nova York: Verso, 1999, p. 6.

12 SCHMITT, Carl. *La dittatura. Dalle origini dell'idea moderna di sovranità alla lotta di classe proletaria*. Bari: Laterza, 1975, p. 44, tradução nossa.

13 *Ibid.*, p. 24, tradução nossa.

Em contraposição, ao longo do século XIX uma nova concepção de ditadura fora se afirmando, qualificada de “soberana”. Será no governo de Cromwell, na Inglaterra, que Schmitt encontra a primeira manifestação, sendo o período jacobino francês o protótipo da transformação. Esse último exemplo, do qual tratar-se-á mais adiante, configura a modernidade do fenômeno. A “ditadura soberana” viria com uma mudança essencial da ordem constitucional de acordo com perspectivas a serem alcançadas em uma projeção de futuro inaudito. Nessa reconfiguração conceitual, a ditadura se impõe como sinônimo de corpo soberano ou revolucionário, cujo objetivo não é mais a restauração do *ancien régime*, mas o estabelecimento, através de uma ruptura abrupta, de uma nova ordem. Sua justificativa não reside mais no antigo tempo, mas em uma filosofia da história que “dita” uma revolução completa da ordem estabelecida. Schmitt chama a atenção para o fato de que este fenômeno se relaciona com a origem e consolidação do Estado moderno, na medida em que haveria nele uma “orientação para a ditadura” em função de três características que lhe eram intrínsecas, “a racionalidade, a tecnicidade e primazia do executivo”.¹⁴

Já em meados do século XX, sociólogo francês, Maurice Duverger, na obra *De la dictature*, lançada em 1961, trazia igualmente mais um viés interpretativo para o surgimento de regimes políticos de força em tempos contemporâneos. Afirmava que as ditaduras se tornavam possíveis antes de tudo em razão da apatia social ou por desordem dos democratas; sendo assim, pregava a ativa participação dos cidadãos na eliminação do todo e qualquer “clima ditatorial”.¹⁵ Com tal orientação, o autor distingue dois tipos de ditadura: a sociológica e a técnica.

A primeira é condicionada pelo *modus* da sociedade como um todo, procedendo dela porque surge de uma crise de estruturas e crenças. Mas não é qualquer crise estrutural que gera uma solução ditatorial; isso ocorre quando há uma necessária lacuna entre a evolução da sociedade e suas instituições, gerando uma

14 Ibid., p. 36, tradução nossa.

15 DUVERGER, Maurice. *De la dictature*. Paris: R. Julliard, 1961, p.10.

anomalia generalizada de crenças. Quando não há mais amplo consenso quanto aos valores em que se baseia a sociedade, quando o ideário, não apenas político, mas filosófico, religioso e moral, não recebe mais apoio profundo dos membros do grupo, ocorre então uma ruptura que, fissurando a unidade social, se reflete na política através de um conflito de legitimidade. A ditadura se revela como o regime que, não podendo reivindicar um sentido legítimo, se sustenta pela simples força.

A segunda, prossegue Duverger, a “ditadura técnica”, se introduz na sociedade como um elemento externo; não nasce dela, mas se impõe a ela, é “oportunista”.¹⁶ Esse gênero de mando encontra seu assento em um elemento parcial da sociedade (o exército, por exemplo); é então uma ditadura pretoriana. Logo, enquanto a ditadura sociológica, por ser endógena, é representativa tanto de uma crise estrutural, quanto de certas aspirações em amplas camadas da sociedade, a ditadura técnica, exógena, traduz apenas as necessidades, ideológica ou material, de uma categoria social bastante limitada.

Em 1972, Giovanni Sartori, em *Dittatura: elementi di teoria politica*¹⁷, ainda reproduzia a crítica feita por Franz Neumann nos anos de 1950 acerca da falta de estudos específicos acerca do conceito de ditadura, dado que, para ele, persistia, em recorrência, a tendência a associá-lo diretamente à ampla discussão de então sobre o totalitarismo, em moldes formatados por Hannah Arendt (*The Origins of Totalitarianism*, 1951)¹⁸ e por Carl J. Friedrich e Zbigniew Brzezinski (*Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, 1956).¹⁹

16 Ibid., p. 74.

17 SARTORI, Giovanni. *Dittatura. Elementi di teoria politica*. Bologna: Il Mulino, 1987, p. 51.

18 A radicalidade do conceito de totalitarismo, como explicitado por Arendt não estaria presente no conceito de ditadura, a qual jamais consegue chegar a esse nível. Para Arendt, “o totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade [...] os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual.” ARENDT. *Origens do totalitarismo...*, p. 372-373.

19 No ano de 1953, Friedrich e seu então assistente Brzezinski estabelecem seis cri-

Em sua obra, Sartori se lança ao desafio de uma teorização, ao colocar que “as ditaduras podem ser definidas como sistemas com uma duração descontínua ou intermitente, em que nenhum princípio sucessório pré-estabelecido é considerado obrigatório pelos sucessores”.²⁰ Esse elemento era especialmente reforçado: “há nas ditaduras uma incapacidade constitutiva de se submeter a regras destinadas a reger a sucessão no poder”; assim, as ditaduras apareceriam predestinadas a “ser provisórias”. O autor calcava sua assertiva na comparação com a monarquia absoluta, com seu princípio estável de sucessão, em afirmação polêmica de que a ditadura era “uma doença das Repúblicas”.²¹

Por fim, frente a tal diversidade semântica, Mario Stoppino, primeiro em *Autorità, autoritarismo, dittatura*,²² depois no *Dicionário de Política*, tenta uma sistematização acerca da ditadura moderna, onde o critério mais evidente se dá pela negação: “Com a palavra Ditadura, tende-se a designar toda classe dos regimes não-democráticos especificamente modernos, isto é, dos regimes não-democráticos existentes nos países modernos ou em vias de modernização”.²³

Ao reconhecer as limitações de sua observação, procura os elementos para além e constitutivos que podem ser tomados em uma nomenclatura generalizante. Quatro elementos fundamentais estariam intrínsecos ao conceito: são regimes autoritários e arbitrários, que suprimem, em maior ou menor medida, as liberdades constitucionais dos cidadãos; o uso da força, muitas vezes com um

térios básicos para a existência de um Totalitarismo, quais são: uma ideologia oficial; um partido único de massas; terrorismo de Estado; monopólio dos meios de comunicação; domínio absoluto das armas; uma economia planificada. Ver: FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Totalitarismo e autocracia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1965.

20 SARTORI, *Dittatura...*, p. 75.

21 *Ibid.*, pp. 75-76.

22 STOPPINO, Mario. *Autorità, autoritarismo, dittatura*. Torino: Editrice torinese, 1976.

23 STOPPINO, Mario. “Ditadura”. In: Norberto BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998. [original de 1983], p. 372. Nas palavras de Bobbio, “a grande dicotomia hoje dominante [é] a que contrapõe [...] a ditadura à democracia. A denominação de ditadura aplicada a todos os regimes que não são democracias difundiu-se sobretudo após a Primeira Guerra Mundial.” BOBBIO, Norberto. “A teoria das formas de governo”. Brasília: UnB, 1997, p. 158.

terrorismo de estado, é o maior expoente de garantia de seu poder, onde, de modo frequente, essa força vem exercida pelos exércitos regulares (como nas ditaduras militares); o regime advém de uma ruptura nas estruturas políticas constituídas, normatizadas e normalizadas, impondo-se de maneira ilegítima ou com uma legitimidade vista como transitória; não há pressupostos prévios, organizados ou garantidos de sucessão no comando supremo de governo, os quais, em geral, não possuem temporalidade de existência limitada.²⁴

Histórico de um conceito.

Restam-nos aqui algumas questões. Como se chegou a essas tipologias e significados elaborados ao longo do século XX? Para essa compreensão é preciso recuar no tempo e retornar a Roma antiga e à Revolução Francesa – dois marcos temporais fundamentais na origem e na modernidade do conceito.

Essa figura jurídica, ditadura, designava à época romana uma função exercida pelo *dictator*, encontrando sua formulação teórica sistematizada na República, ditame que permanecerá como um paradigma político aproximativo por séculos. Neste momento histórico, entre cerca de 500 a.C. até fins do século III a. C., a função do *dictator*, ao originar um período de *dictatura*, possui uma conotação positiva e de não oposição à democracia, nem a outras formas constitucionais, ao menos em sua forma legal originária.²⁵ No bojo da criação das magistraturas, tratava-se de um magistrado investido de poderes extraordinários, para administrar a questão pública da República em tempos de crise e situações de emergência premente. Como coloca Bobbio, referindo-se ao “modelo clássico”:

Em Roma, chamava-se de ‘ditador’ um magistrado extraordinário, ocupante do cargo instituído por volta de 500 a.C. e que perdurou até o fim do séc. III a.C. O ‘ditador’ era nomeado por um dos cônsules em circunstâncias extraordinárias, como uma guerra ou rebelião [...] com poderes excepcionais, consistindo sobretudo no desaparecimento da distinção

24 STOPPINO, *Ditadura...*, p. 368-379.

25 SCHMITT, *La ditatura...*, p. 142.

*entre o imperium domi (o comando soberano exercido dentro dos muros da cidade), sujeito a limites que hoje chamamos de 'constitucionais' e o imperium militiae (comando exercido fora dos muros caracterizado pela ausência de tais limites). O contrapeso do caráter excepcional do poder ditatorial consistia na sua interinidade.*²⁶

Assim, sua nomeação e atuação ocorria por um período pré-determinado e fixo, em geral seis meses, e correspondia a um expediente normativo e constitucional. Seu mandato terminaria peremptoriamente, tendo ele cumprido ou não sua missão. Já em 1875, Martin Thomas-Henri trazia uma reflexão em sua busca pela compreensão do que significava ditadura para o século XIX, algo, sem dúvida, diverso da época romana. Em suas palavras, “desde a abolição da realeza, o senado romano recorria à ditadura quando circunstâncias excepcionais exigiam o mando de um homem “não imputável”, investido de um poder quase real, mas apenas por pouco tempo e para um objetivo muito bem determinado.”²⁷ A circunstância pressupunha que o *dictator* agisse com plenos poderes, sem precisar prestar contas ou ser responsabilizado, a princípio, pelos seus atos. No entanto, havia claras limitações. Não lhe era possível, por exemplo, alterar qualquer estatuto constitucional, modificar o regime fiscal, promover uma guerra sem acordo ou interferir na jurisdição civil.

O *dictator* recebia, como dito, seu encargo através da decisão dos cônsules, sob demanda do senado, após deliberação da necessidade imperiosa desse recurso, não havendo a possibilidade de autonegação do próprio futuro *dictator*. Tal processo lhe conferia a devida legitimidade de ação. Bobbio assim resume o caráter da *dictatura* romana: “a) estado de necessidade com respeito à legitimização; b) plenos poderes com respeito à extensão do comando; c) unicidade do sujeito investido do comando; d) temporalidade do comando”.²⁸

26 BOBBIO, *A Teoria das Formas de Governo...*, pp. 173-174.

27 MARTIN, Thomas-Henri. “Sur l'étymologie du mot dictator”. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 19, 3, 1875, p. 238, tradução nossa.

28 BOBBIO, *A teoria das formas de governo...*, pp.159-160. Em outras palavras, e na esteira de Bobbio, pode-se resumir desta forma a ditadura romana original: Interinidade [limitada no tempo]; excepcionalidade dos poderes; legitimidade constitucional [fato

Ao longo de séculos, a percepção positiva de ditadura se manteve. Sobre tal positividade longeva associada ao vocábulo de origem romana, Bernard Manin profere já em nossos tempos:

Quem nunca ouviu falar de Cincinato? A história diz que o chamado de seus concidadãos o encontrou no campo; ele assumiu a autoridade absoluta do ditador por dezesseis dias, esmagado o inimigo, então renunciou virtuosamente ao seu poder para retornar ao seu arado. Essa história é provavelmente uma lenda, mas o próprio fato de que ela se tornou lendária atesta o apelo duradouro da ditadura romana.²⁹

Veja-se essa longa temporalidade. Em Maquiavel, por exemplo, as reflexões sobre esse *modus operandi* da ditadura antiga renascem no bojo do Humanismo cívico e sua recuperação do mundo romano. Ele é o primeiro pensador moderno a trazer a “autoridade ditatorial”, em sua expressão, enquanto condição necessária à sobrevivência e prosperidade das Repúblicas. Essas vistas como a encarnação do “governo da Lei”, diferentes de uma tirania, a forma de governo baseada na violência pura. Em seus *Discorsi*, afirma:

Uma República nunca será perfeita se com suas leis não conseguir remediar todo e qualquer acidente, através de um modo de governá-la. E, portanto, ao concluir, digo que aquelas Repúblicas, as quais nos perigos urgentes não encontrarem refúgio em um Ditador ou em autoridades semelhantes, sempre em acidentes graves arruinar-se-ão.³⁰

Para o teórico florentino, a necessidade excepcional da “autoridade ditatorial” emerge justamente da peculiar natureza

normativo]; personalidade [o ditador é sempre um indivíduo]; interpretação positiva de governo [não se confunde com formas consideradas corrompidas ou negativas, como o despotismo e a tirania]; sua função se limita ao poder executivo, não se estende ao legislativo [pode suspender momentaneamente as leis, mas não alterá-las ou modificar a constituição do Estado].

29 MANIN, Bernard. “The Emergency Paradigm and the New Terrorism”. In. BAUME, Sandrine; FONTANA, Biancamaria (éds). *Les Usages de la Séparation des Pouvoirs - The Uses of the Separation of Powers*. Paris : Michel Houdiard, 2008, p. 137, tradução nossa.

30 MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sulla prima deca di Tito Livio*. Milano: Rizzoli, 1996, p. 136, tradução nossa.

instável, mas institucional, das Repúblicas. Isto porque depende, para seu funcionamento, da coordenação e acordo de diversas magistraturas. Mas, salienta, o ditador é e deve ser o “último remédio”³¹ na solução de conflitos. Reportava-se sempre ao caso romano para embasar suas proposições: os romanos “imediatamente refugiavam-se no Ditador, remédio que eles nunca evitaram em caso imperiosos”.³² Os perigos a que se referia Maquiavel diziam respeito às guerras ou ameaças militares externas e, em menor relevo, aos problemas internos da República, que poderiam degenerar em conflitos destrutivos.

Essa preocupação do pensador italiano encontrava respaldo em sua interpretação da obra de Tito Livio³³, de que a magistratura ditatorial tivera sua gênese na premência em responder aos ataques de povos invasores em território romano. Com o que a ditadura é saudada por Maquiavel como uma das mais antigas e duráveis magistraturas da República romana, que acompanhara a gestão pública desde a sua origem. Em suma, a ditadura é visualizada como uma magistratura que visa preservar e manter a ordem na República, a salvando da turbulência externa, mas também interna. Internamente, impediria a ambição desmedida e ilegítima de indivíduos, o que poderia degenerar em tiranias pessoais.

Nos séculos que se seguem, a orientação romana permanece encontrando eco, inclusive no expediente último do “povo”. No Capítulo XIV do *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, publicado em 1690, John Locke indica que, “em certas circunstâncias”, deve-se acordar ao executivo um poder discricionário em nome do “bem público”, mesmo que ao fazê-lo seja violado uma lei estabelecida pelo Legislativo. No entanto, o autor inglês traz o exercício discricionário para conflitos civis internos, ressaltando que o ato precisa ser efetivado em nome do “povo”:

31 Ibid., p. 530, tradução nossa.

32 Ibid., p. 164, tradução nossa.

33 Livi, A.U. C. (TITO LÍVIO. *História de Roma*. São Paulo: Paumape, 1989, 6 v, Livro V. Cap. 23).

*Se surgir alguma contestação entre o poder executivo e o povo, a respeito de uma coisa tratada como prerrogativa, a questão pode ser facilmente decidida, considerando-se sempre se o exercício dessa prerrogativa tende à vantagem ou à desvantagem do povo.*³⁴

Por seu turno, no século XVIII, Rousseau baseando-se igualmente em referências romanas, corrobora a ditadura como uma instituição intrinsecamente republicana e positiva, essencial para sanar o que considerava como uma rigidez e a morosidade dos procedimentos previstos em lei em situações de crise disruptiva. Entre as mais graves estaria o advento de guerras externas. O iluminista, porém, reforça que uma suspensão legal só deve ocorrer em caso extremo. O assunto é tratado em *Do Contrato Social*, no livro III, capítulo VI: “Só os maiores perigos se podem contrapesar com o da alteração da ordem pública, e jamais se deve suspender o sacro poderio das leis, senão quando se trata da salvação da Pátria”. Em nome da segurança pública, urge promover “um ato particular” com o estabelecimento de uma ditadura, a qual investiria “ao mais benemérito cidadão.”³⁵

Para mesurar o grau de ruptura da legalidade, determina Rousseau, é preciso quantificar a dimensão do risco. Sendo for menor, “basta crescer a atividade do Governo. Concentra-se esse num ou dois de seus membros, e não se altera assim a autoridade das leis, mas só a força de sua administração”; porém, em condições excepcionais, “se o perigo é tal que o aparato das leis impede esquivá-lo, nomeia-se um chefe supremo que as faça todas emudecer, e por um instante suspenda a autoridade soberana”. Veja-se que, em Rousseau, mantêm-se as noções de temporalidade limitada da existência da ditadura e de poder controlado, “a autoridade legisladora é suspensão, não abolida”, pois o ditador, “pode tudo,

34 LOCKE, John. *Traité du gouvernement civil*. Paris : Garnier-Flammarion, 1992, p. 264, tradução nossa.

35 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. 3 ed. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2000, p.106.

salvo compor leis”.³⁶ O limite de tempo é fundamental em uma ditadura, insiste, para garantir a real soberania do Estado republicano, a qual sempre emana e emanará do povo,

cabe pôr um prazo de curta duração, que ela nunca transcenda; nas tempestades que a motivam, o estado é logo subvertido ou salvo, e, além do instante arriscado, é tirania ou inútil. Os ditadores em Roma só o eram por seis meses, e a maioria abdicou antes do tempo[...]o ditador só tinha tempo de atender às necessidades que o fizeram eleger, faltando-lhe o tempo de fantasiar projetos ambiciosos.³⁷

No entanto, a história em sua transmutação se anunciava. Uma nova forma de compreensão e instauração de uma ditadura, com características intrínsecas diversas, vinha à luz. A essa hodierna formatação de ditadura agregou-se o adjetivo ‘moderna’ e as adequadas conotações de ilegitimidade de mando e de persuasão pela injustificada força bruta.

A modernidade do conceito

Nas palavras de Pierre Jeannin, desde fins do século XVIII, a noção de ditadura se altera, passando a sinônimo de

poderes usurpados pela força ou pela astúcia, em geral, sob liderança de um indivíduo ou partido [...] poder arbitrário, abusivo, violando os direitos políticos ou privados, governando pelo terror ou pela violência extrema.³⁸

Ou, ainda, na acepção de Mario Stoppino:

Ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão do seu poder não está predeterminada pela Constituição: seu poder não sofre limites jurídicos. E, embora algumas ditaduras modernas tendam ainda a se autoapresentar como temporárias, sua duração não está antecipadamente fixada: a sua permanência, como a de qual-

36 Ibid., p. 106.

37 Ibid., p. 107-108.

38 JEANNIN, Pierre. “Cromwell: une dictature introuvable?”. In. DUVERGER, Maurice (éd.). *Dictatures et légitimité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982, p. 143, tradução nossa.

*quer outro regime político, depende das vicissitudes da história. Em resumo [...] a Ditadura moderna é uma forma de governo durável.*³⁹

A primeira manifestação ocorre no governo do calvinista Oliver Cromwell, nascido em Huntingdon, Inglaterra, em 25 de abril de 1599, sendo em ativo participante da Guerra Civil da instauração da Commonwealth, República proclamada em 1649. Regicida contra Carlos I, tendo utilizado a via legal para executá-lo, distinguira-se rapidamente como comandante do exército. Com tal poder em mãos, torna-se chefe de Estado em 1653, transformando a República em uma ditadura militar, com base não só em exércitos regulares, mas em sua própria milícia, os “Costas de Ferro”.

Uma vez proclamada a República naquele ano de 1649, Cromwell se tornara membro do primeiro Conselho de Estado, que detinha o poder executivo. Sua posição neste conselho já era excepcionalmente forte, dado que, além de tudo, o regime recém implantado enfrentava agitações irlandesas e escocesas. Frente ao exército, ele assume o papel de ‘pacificador’, massacrando as rebeliões na Irlanda e Escócia. Um passo para além das teorizações romanas acerca da função de um ditador é transgredido em face do que Cromwell julga como a impotência do Parlamento em exercer o poder de mando e resolver os problemas imediatos da República. Ele comete então o sacro-crime de dissolver o Legislativo, em evidente golpe contra a vigência e obediência da Lei. Em continuação das violações, força sua nomeação como *Lord Protector*, tornando-se chefe de estado da Inglaterra, Irlanda e Escócia, em dezembro de 1653.

Ultrapassando qualquer resolução de objetivo ou perigo imediato, Cromwell interfere em amplo nível social, ao impor um forte e fanático moralismo puritano. Em mais, altera, por iniciativa própria, a administração política da Grã-Bretanha, a subdividindo em cerca de quarenta regiões militarizadas, sob a autoridade de um major-general. Impopular, falece em 1658. O regime

39 STOPPINO, *Dicionário de Política...*, p. 368.

ditatorial não sobrevive por muito mais tempo. Seu falecimento se dá ainda em exercício de governo, revelando não haver nenhuma regra de limites temporais para essa ditadura e nem regras de sucessão pré-determinadas.⁴⁰

O ponto de inflexão, no entanto, ocorre com a Revolução Francesa, esse acontecimento catalisador de uma constelação conceitual que rege, até os nossos dias, uma parte importante do pensamento político contemporâneo ocidental.⁴¹ Consolidada-se uma mutação epistêmica. Como coloca Stoppino,

o elo entre os dois diversos significados [de ditadura] deve ser historicamente buscado na noção de 'Ditadura revolucionária', tal como foi utilizada para designar o Governo revolucionário instaurado pela Convenção Nacional francesa, em [6 de abril de]1793 [...] esse poder ditatorial não fora autorizado pela Constituição, nem era constitucionalmente limitado. Impôs-se pelos fatos; sua função não fora superar [apenas] uma crise parcial do regime vigente: era a função de fundar um novo regime sobre as ruínas do precedente. [subversão da ordem precedente].⁴²

Conforme a análise já citada de Carl Schmitt,⁴³ é nesse momento crucial da história que se observa a passagem da “ditadura de comissários”, aquela nos moldes teóricos romanos, para a “ditadura soberana”, na qual ocorre uma transformação fundamental da ordem constitucional de acordo com um objetivo a ser alcançado, e não restaurado. Não se pretende uma volta à “velha ordem”, mas a edificação de uma “nova ordem”, jamais vista. Trata-se de uma projeção para um futuro. Sua justificação não reside mais na “ordem antiga”, mas em uma nova filosofia da história. Observa-se que, para Schmitt, a “ditadura revolucionária” é classificada como “ditadura soberana”, mas as análises de ambos os termos tendem à convergência de significado.

40 JEANNIN, *Cromwell...*, pp. 143-158.

41 IRMSCHER, Johannes. “La dittatura. Tentativo di una storia concettuale”. In: MELONI, Giovanni (a cura di). *Dittatura degli antichi e dei moderni*. Roma: Editori riuniti, 1983, p. 63.

42 STOPPINO, *Dicionário de Política...*, p. 370.

43 SCHMITT, *La dittatura...*, p. 142.

Assim, a “ditadura soberana” encontra um ditador que “dita” ao povo através de sua própria compreensão da “vontade geral”, em inspiração acerca do que seria a vontade rousseauniana idealizada pela “vanguarda”, dado que esse “povo” é o único representante legítimo de governo. Como o ditador exprime (“dá voz”) a “vontade geral” da “soberania popular”, ele não precisa mais respeitar as leis ou cumprir um mandato excepcional limitado. O ditador soberano não é mais um mero comissário, mas a “vanguarda” de um futuro a criar.⁴⁴ Ou na argumentação de Bobbio:

Também a ditadura revolucionária nasce de um estado de necessidade e exerce poderes excepcionais[...] mas a tarefa que lhe é atribuída ou que ela se atribui é muito mais vasta: não é mais a de remediar uma crise parcial do Estado, como pode ser uma guerra externa ou uma insurreição, mas sim a de resolver uma crise total, uma crise que põe em questão a existência mesma de um determinado regime[...] o ditador soberano recebe o próprio poder de uma autoinvestidura [...] e assume um poder constituinte.⁴⁵

Antes de aprofundarmos um pouco mais essa reformulação terminológica, cabe aqui um parêntese para situar o debate político-filosófico que surgira entre os séculos XVIII e XIX. Com isso, evidencia-se de certa maneira os acontecimentos disruptivos em termos políticos que resultarão em uma ‘ditadura soberana’. A argumentação girava em torno do mapeamento de regimes precedentes e vigentes, o absolutismo e os despotismos oriental e ocidental. Buscava-se demonstrar que não houvera um salto da Roma antiga ao século XVIII em termos de fórmulas de governo.

Ou seja, a existência de sistemas políticos modernos absolutistas e déspotas teria influenciado, em muito, na naturalização dessa nova forma de ver a ditadura, a qual apareceria como uma fusão dessas múltiplas assertivas do mando.⁴⁶ Quanto ao despotismo oriental moderno, Montesquieu, iluminista anticlerical e crítico do absolutismo, pontifica em seu modelo tripartite de formas de governo:

44 IRMSCHER, *La dittatura...*, p.64-66.

45 BOBBIO. *A teoria das formas de governo...*, p. 162.

46 Para o debate, ver: IRMSCHER, *La dittatura...*, p. 55-75.

*governo republicano é aquele em que o povo como um corpo [...] tem poder soberano; o monárquico [constitucional], onde apenas um governa, mas por leis fixas e estabelecidas: ao invés, no despótico, um só, sem lei e sem regra, arrasta a todos através de sua vontade e de seus caprichos.*⁴⁷

Com base analítica a partir do exemplo do Império Otomano, Montesquieu enfoca que o despotismo se efetuava através do princípio do medo, com a sacralização do déspota enquanto um deus ou sumo sacerdote. No despotismo encontrar-se-ia, portanto, a dimensão da arbitrariedade possível em uma ditadura moderna.

Já a definição de “despotismo esclarecido” seria uma criação teórico-política do século XVIII com inspiração em Francis Bacon, na obra *New Atlantis*, escrita em 1624 e publicada 1627. Tal obra concerne um romance utópico que se passa em uma ilha governada por um rei assessorado por uma sociedade de sábios. Um “governo da ciência”, guiado pela “razão” e pela “vontade progressista” na promoção de reformas modernizantes na agricultura, na indústria, na administração estatal. Não há na obra, entretanto, menções a qualquer alteração na estrutura social.⁴⁸ Com o que encontrar-se-ia nessa concepção de mando, certa discursiva futurista da ditadura soberana moderna, de um novo mundo a surgir, de partir do zero para a criação da história.

Já a própria palavra ‘Absolutismo’ nasceu em 1796 no decurso da Revolução Francesa para qualificar (ou antes, *desqualificar*) o regime político anterior à ruptura revolucionária, período agora definido como *Ancien Régime*. Caracterizava-se enquanto uma monarquia não constitucional justificada através do direito divino, com um poder centralizado agregando, na palavra final do rei, o executivo, legislativo e judiciário. Seu poder, no entanto, não era despótico ou tirânico, sendo limitado pelas prescrições do Evangelho (“Leis Naturais”).

47 MONTESQUIEU. *De l'esprit des lois*. Genève, 1748, Livre II, p.69, tradução nossa. [BNF/online/domínio público].

48 Ver: POPELARD, Mickaël. “Voyages et utopie scientifique dans La Nouvelle Atlantide de Bacon”. *Études Épistémés* [online], 10 | 2006.

Essas Leis pregavam o dever do rei em ser “virtuoso”, não possuindo um direito de vida ou morte imediato sobre seus súditos sem justa causa, bem como o respeito às “leis fundamentais do reino” (direito consuetudinário). Havia regras de sucessão (hereditariedade); a proibição de doar ou vender parte do reino ou despossuir sem justa causa seus súditos; e o reconhecimento das hierarquias sociais e da proeminência do clero. Ao rei incumbia a proteção de seus súditos.⁴⁹ Parte significativa da formulação conceitual da soberania [divina] é executada pelo filósofo francês Jean Bodin (1529- 1596), o qual explicita as restrições da autoridade real em exercício. De acordo com Spitz,

*no prefácio de [Les Six livres de] La République, Bodin reconhece haver três importantes limites à soberania: primeiro, o príncipe está vinculado à lei de Deus e da natureza; em segundo lugar, ele também está vinculado aos contratos que fez com seus próprios súditos; finalmente, ele é obrigado a não tributar seus súditos sem o consentimento deles.*⁵⁰

Quanto à soberania, Bodin afirma que esse princípio constitui o fundamento da *res publica*, da coisa pública, do Estado. A soberania é uma potência de comando público, sendo assim superior a toda outra forma de potência e a elas se impõe. É a garantia da comunidade política e o que liga as famílias para formar uma república. É uma potência perpétua, inalterável e indivisível, com a qual se garante a não ocorrência de rupturas na continuidade do Estado. Para Bodin, a forma de Estado não implica na forma de governo. O governo pode ser confiado a um indivíduo, a vários ou a todos. Na França [de sua época], a soberania e o governo se confundiam na pessoa do rei. Esse, através do seu corpo místico emanado do direito divino, detinha a soberania em um estado monárquico.⁵¹

Logo, do Absolutismo deriva a ideia para a ditadura moderna acerca da necessária existência da uma soberania, bem como de

49 LESSAY, Franck. “Définitions de l’absolutisme”. In. LESSAY, Franck (dir.) *Souveraineté et légitimité chez Hobbes*. Paris : Presses Universitaires de France, 1988, p. 23-26.

50 SPITZ, Jean-Fabien. “Bodin “absolutiste”?” In. SPITZ, Jean-Fabien (dir.) *Bodin et la souveraineté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 11, tradução nossa.

51 Ibid., p. 14-17.

uma possível concentração dos poderes a partir do sujeito soberano. Com a Revolução Francesa, a concepção de soberania passa a ser exercida “em nome do povo-nação”, do “bem comum” e da “salvação pública”. A ditadura moderna incorpora a deliberação de que suas ações se fazem em função desses princípios, ou seja, da “soberania do povo-nação”.⁵²

Será na ditadura soberana revolucionária jacobina o ponto de condensação dessas múltiplas influências. Momento em que o termo assume uma nova conotação, considerada sua entrada semântica na modernidade. Observe-se o relatório de Maximilien de Robespierre⁵³ à Convenção, datado do dia 25 de dezembro de 1793, onde ele expõe a “novidade” e as perspectivas do governo em curso:

*A teoria do governo revolucionário é tão nova quanto a revolução que a conduziu[...]. O objetivo do governo constitucional é o de conservar a República, aquele do governo revolucionário é de a fundar. A revolução é a guerra contra seus inimigos. O governo revolucionário tem necessidade de uma atividade extraordinária precisamente porque está em guerra [...] sob regime revolucionário, o poder público é obrigado a se defender contra as facções que o atacam[...] essas noções são suficientes para explicar a origem e a natureza das leis que chamamos revolucionárias.*⁵⁴

52 Segundo o abade Sieyès, um dos maiores teóricos da Revolução Francesa, “a nação existe antes de tudo, ela está na origem de tudo; sua vontade é sempre Legal, ela é a Lei em si [...] A vontade nacional [...] por ser sempre Legal, está na origem de toda a Legalidade.” SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *Qu'est-ce que le Tiers-État ?*. 1789, tradução nossa. [Versão virtual. Gallica: BNF-Domínio público]. Ou, ainda, na interpretação de Cucimarra, “encontra-se, pela primeira vez, teorizada e reconhecida a posição central de um novo sujeito coletivo, o povo-nação, gloriosa figura da totalidade social. Utilizando uma releitura muito original da relação entre Nação, Constituição e Governo, Sieyès subverte, em poucas frases, uma concepção arraigada da ordem política, ao atribuir ao “todos reunidos” as características essenciais que marcarão a soberania durante séculos vindouros. O resultado é essa figura da nação [...] na dimensão do poder soberano do povo no novo espaço da experiência política inaugurado pela cesura revolucionária”. CUCCIMARRA, Lucas. “Généalogie de la nation. Sieyès comme fondateur de la communauté politique”. *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*, v. 33, n. 1, 2011, p. 27, tradução nossa.

53 Para uma biografia do líder jacobino, ver: GAUCHET, Marcel. *Robespierre*. Paris: Gallimard, 2018.

54 Rapport de Robespierre à la Convention, 25 décembre 1793, tradução nossa. [Versão virtual. Gallica : BNF- Domínio Público].

Mas como se chegou à ditadura revolucionária jacobina? Em meio à radicalização do processo da Revolução Francesa, no dia 20 de junho de 1791, a família real deixa Paris, em fuga escondida à noite, rumo ao Sacro Império (Alemanha), para se juntar à aristocracia francesa emigrada e promover a invasão à França e a restauração do Antigo Regime. São detidos na cidade de Varennes. Considera-se que o rei romperá o ‘pacto social’, ditado pelas Leis Naturais, ao abandonar os seus súditos e ao fomentar complô com o inimigo. A agitação republicana se torna mais ruidosa, sobretudo em Paris, petições são assinadas reclamando o fim da monarquia, os diversos clubes políticos assumem posições divergentes.⁵⁵

Apesar do reforço das correntes republicanas, a Assembleia mantém a monarquia constitucional sob apoio do Clube dos *Feuillants*, cujo líder era La Fayette, o qual fora fundado em 1791 (após a fuga do rei). Os poderes de Luís XVI já eram então bastante limitados. O Clube dos *Cordeliers*⁵⁶ exige a deposição do monarca, mas é dissolvido pela Assembleia. Por sua vez, os moderados deixam o Clube dos Jacobinos, que se radicaliza.⁵⁷

55 Ver: OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

56 O “Clube dos Cordeliers” ou “Sociedade dos Amigos dos Direitos Humanos e do Cidadão” fora inaugurado em maio de 1790; entre seus membros estavam figuras emblemáticas como Danton, Marat, Desmoulins, Hébert. Esse clube, na origem mais radical e popular que o jacobinos, esteve na base das grandes jornadas revolucionárias. De cotização espontânea, sua entrada era livre. Seus componentes trabalharam para derrubar a Gironda e foram os mais enfáticos a exigir a destituição do monarca após sua fuga. Acabam por se fundir com a ala mais radical dos jacobinos, sob liderança de Robespierre. VOVELLE, Michel (dir.). *Révolution et République: l’exception française*. Paris: Kimé, 1994. p. 202.

57 O “Clube dos Jacobinos” (nome do convento dominicano onde se reúne), assiste sua fundação em Versalhes no mês de abril de 1789, e muda-se para Paris em outubro de 1789, acompanhando o rei Luís XVI. Equivalentes surgem em todo o país. “De orientação moderada em seus inícios, o clube se torna um laboratório político. Entre os membros há 200 deputados da [primeira] Assembleia Constituinte; eles pertencem à elite intelectual e liberal pequeno burguesa. Duport, Barnave, os irmãos Lameth e logo Robespierre deram o tom dos debates.” Após a fuga do rei em 1791, uma ala jacobina reagiu com vigoroso impulso democrático popular republicano. Os defensores de uma monarquia constitucional se retiraram do clube. As sessões tornam-se públicas em outubro de 1791. A influência interna ao Clube passou para Brissot, Pétion (Girondinos) e, especialmente, para Robespierre que, inclusive pelo poder de seus discursos, logo exerce o mais amplo controle. Em fins de 1792, os girondinos foram praticamente excluídos e, posteriormente, suas lideranças decapitadas. O clube se abre aos mais pobres, tornando-se o lugar mais importante de reunião de militantes populares, conhecidos como

Em tal movimentação, é a vez dos aristocratas franceses emigrados reunirem um exército no Sacro-Império, com apoio desse Imperador e da Áustria. A guerra externa começa em abril 1792. Sob acusações, novamente, de cumplicidade e complô, em 10 de agosto de 1792, em Paris, os *sans-culottes*⁵⁸ invadem o Palácio das Tulherias em busca do rei. No fim do dia, Luís XVI e sua família são colocados em prisão. Os jacobinos encontram-se especialmente fortalecidos. Em 21 de setembro de 1792, a monarquia é abolida e a experiência republicana faz sua estreia.

A assembleia decide chamar eleições por sufrágio ‘universal’, mas onde o voto é apenas masculino, para a redação de uma nova constituinte. Funda-se a Convenção, com o poder confiado a um conselho administrativo de seis ministros, em poder jacobino. Sob grande tensão social, com fortes ameaças internas e externas, medidas são tomadas. O estatuto civil é laicizado, os conventos religiosos são definitivamente fechados e os padres refratários ainda presentes no território incidem em deportação. Organiza-se um Comitê de Vigilância, a fim de monitorar e reprimir suspeitos, sendo criado o Tribunal Criminal Extraordinário para julgá-los sumariamente.

Estabelecida, desta forma, a Convenção, todos seus componentes são republicanos, com maioria jacobina. Esses são a favor de julgar o monarca destituído por crime de traição. O rei é condenado à morte e guillotinado em 21 de janeiro de 1793. Esse ato

sans-culottes. Em meados de 1793, a rede de clubes jacobinos suplanta todas as outras. A hierarquia parisiense exerce hegemonia sobre todo o território, assumindo um papel opressor de vigilância, de polícia política e de instrumento de mobilização da opinião pública. Esse clube passa à história como o motor da ditadura revolucionária. VOVILLE, *Révolution et République...*, p.204, tradução nossa.

58 Eram militantes ativos, artesãos, operários, diaristas, pequenos comerciantes ambulantes, habitantes das cidades. Não usavam calções (*culottes*: calças que terminam na altura dos joelhos) e meias de seda (reservadas à nobreza e à burguesia). Sua entrada em massa na política coincide com a República, em agosto de 1792, e o estabelecimento de eleições ‘universais’ com voto masculino, que buscava o fim do paradoxo da Constituição de 1791. Essa, mesmo conferindo a ‘soberania ao povo-nação’, mantinha, pelo voto censitário, o poder entre as elites. Esses militantes atuam, especialmente, até julho-agosto de 1794, enfraquecendo-se com a queda de Robespierre. RUDÉ, Georges. “Les sans-culottes parisiens et les journées de vendémiaire an IV”. *Annales historiques de la Révolution française*, no 158, outubro-décembre 1959, pp. 332-346.

direciona a ira de todos os adversários da revolução à Convenção, como a maior parte dos soberanos estrangeiros, que formam mais uma coalizão contra a França. Para fazer frente, o novo governo francês decide por uma convocação obrigatória às armas, provocando uma sublevação camponesa. Em meio a uma guerra externa e a uma guerra civil, a uma crise econômica e social, as condições estavam dadas para a instauração de um regime de força. Entre 2 de junho de 1793 decreta-se um governo revolucionário, ditatorial, sob liderança de Maximilien de Robespierre, governo que se manterá até a morte desse em 27 de julho de 1794.⁵⁹

Não se trata agora de “restabelecer a ordem”, e sim de criar uma nova. A constituição é abolida e o governo revolucionário declara que existirá, com medidas excepcionais, até que a paz seja restaurada. Trata-se da autodeclarada ‘revolução permanente’. Portanto, sem anunciar uma finitude temporal. Há uma extrema concentração de poderes e a suspensão de todas as liberdades civis. Segundo estudo clássico de Albert Soboul, ao reconhecer as etapas de instauração do regime ditatorial em novos termos,

um primeiro passo foi dado quando, no relatório de Saint-Just, a Convenção declarou que o governo da França será revolucionário até a paz[...]um segundo passo decisivo foi dado com o grande decreto constituinte do governo revolucionário [...]: ‘A Convenção Nacional é o centro único de impulsão do governo.’⁶⁰

Em conclusão

Assim, uma vez naturalizado o padrão de ruptura constitucional vigente, com o exercício de mando autoritário, centralizado, ilimitado e autointitulado, fundamentado em funções extralegis

59 Para os acontecimentos acerca da Revolução Francesa, ver entre outros: HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; LEFEBVRE, George. *1789: o surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

60 SOBOUL, Albert. “Problèmes de la dictature révolutionnaire (1789-1796)”. In: DUVERGER, Maurice (ed). *Dictatures et légitimité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982, p. 162, tradução nossa.

em violação flagrante às liberdades civis e no uso indiscriminado da violência, o novo modelo ditatorial se estabelece. E, seja quais fossem suas intenções ou motivações imediatas, passou a pontuar os séculos seguintes em suas várias permutações e características diferenciadas.

As mais frequentes constituindo as ditaduras tradicionais civis e militares ou uma composição de ambos os grupos que, paradoxalmente às suas origens, são eminentemente conservadoras, restauradoras e não revolucionárias. Essas se baseiam nos meios do poder coercitivo convencionais (exército, polícia, burocracia, magistratura), possuindo, por isso, uma capacidade mais escassa de propaganda e de inserção em grupos sociais. Reprimem a oposição aberta, buscam a exterminação dos que considera como “inimigos irremediáveis”. Operam com vistas a criar e lidar com uma massa apolítica, não mobilizada, e com uma classe dirigente, em maioria, disposta a colaborar. Têm como finalidade defender o *status quo* dos perigos de uma suposta mudança acentuada, mas executam, para tanto, uma nova ordem constitucional.

Ou ainda pode-se destacar a ditadura fascista, a qual se autointitula, por sua vez, ‘revolucionária’. Essa conta, além dos implacáveis meios coercitivos com a supressão radical das liberdades civis, com a presença de um partido único de massas instrumentalizado, ativista. Busca alto grau de controle sobre a educação, os meios de comunicação, as instituições econômicas e da vida cotidiana de seus cidadãos. Exerce uma pressão propagandística permanente, com vistas à inserção em cada formação social. Suprime, com violência extrema, qualquer oposição e até as críticas mais leves, através de aparelhos especiais de polícia e de terror, impondo assim a aceitação entusiástica do regime à população inteira. O esforço de mobilização da população e de seus recursos é levado até o paroxismo, justificado e guiado pela ideologia e emitido através de um líder tido como carismático.

Referências:

- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1997.
- CECCUTI, Cosimo. *Mussolini nel giudizio dei primi antifascisti (1921-1925)*. Roma: Mondadori, 1983.
- CUCCIMARRA, Lucas. “Généalogie de la nation. Sieyès comme fondateur de la communauté politique”. *Revue Française d’Histoire des Idées Politiques*, 33, 1, 2011, pp. 27-45. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24610659>>.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DUVERGER, Maurice. *De la dictature*. Paris: R. Julliard, 1961.
- FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Totalitarismo e autocracia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1965.
- GAUCHET, Marcel. *Robespierre*. Paris: Gallimard, 2018.
- HERMET, Guy. “L’autoritarisme”. In. GRAWITZ M.; LECA J. (dir.). *Traité de Science politique*. T. 2. Paris: PUF, 1985, p. 269-312.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IRMSCHER, Johannes. “La dittatura. Tentativo di una storia concettuale”. In. MELONI, Giovanni (a cura di). *Dittatura degli antichi e dei moderni*. Roma: Editori riuniti, 1983, p. 55-75.
- JEANNIN, Pierre. “Cromwell: une dictature introuvable?”. In. DUVERGER, Maurice (éd.). *Dictatures et légitimité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982, p. 143-158.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé, Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris, Editions de l’EHESS, 1990.
- LEFEBVRE, George. *1789: o surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LESSAY, Franck. “Définitions de l’absolutisme”. In. LESSAY, Franck (dir.). *Souveraineté et légitimité chez Hobbes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988, p. 23-42.
- LOCKE, John. *Traité du gouvernement civil*. Paris: Garnier-Flammarion, 1992.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sulla prima deca di Tito Livio*. Milano: Rizzoli, 1996.

MANIN, Bernard. "The Emergency Paradigm and the New Terrorism". In: BAUME, Sandrine; FONTANA, Biancamaria (eds). *Les Usages de la Séparation des Pouvoirs - The Uses of the Separation of Powers*. Paris: Michel Houdiard, 2008, p. 135-171.

MARTIN, Thomas-Henri. "Sur l'étymologie du mot dictator". *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 19, 3, 1875, p. 238-258. Disponível em : <<https://doi.org/10.3406/crai.1875.68248>>.

MOUFFE, Chantal. *The Challenge of Carl Schmitt*. London/New York: Verso, 1999.

MUDDE, CAS. "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*. Oxford: Blackwell Publishing, 39, 4, 2004, p. 541-563. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>>

MUSSOLINI, Benedito. *Le Fascisme: doctrine, institutions*. Paris: Denoal et Steele, 1933.

NEUMANN, Franz. "Note sulla teoria della dittatura". In: NEUMANN, Franz. *Stato democratico e Stato autoritário*. A cura di: N. Matteucci. Bologna: Il Mulino, 1973, pp. 181-241

OZOUF, Mona. *Varenes: a morte da realeza*. S o Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEPELARD, Micka l. "Voyages et utopie scientifique dans La Nouvelle Atlantide de Bacon". * tudes  pist m s* [Online], 10 | 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/episteme.951>>.

PULITAN , Francesca. "Le funzioni del dittatore: riflessioni sulla prima pentade di Tito Livio". In: GAROFALO, Luigi (a cura di). *La dittatura romana*. Tomo primo. Napoli: Jovene, 2017, p. 11-67.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. 3 ed. S o Paulo: Ed. Martin Claret, 2000.

RUD , Georges. "Les sans-culottes parisiens et les journées de vend miaire an IV". *Annales historiques de la Révolution française*, n, 158, octobre-décembre, 1959, pp. 332-346. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41926088>>.

SALVEMINI, Gaetano. "Democrazia e dittatura". In: *Sulla democrazia, a cura di S. Bucchi*. Torino: Bollati Boringhieri, 2007, pp. 23-52.

SARTORI, Giovanni. *Dittatura. Elementi di teoria politica*. Bologna: Il Mulino, 1987.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *Qu'est-ce que le Tiers-État ?*. 1789. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k47521t.image>.

SCHMITT, Carl. *La dittatura. Dalle origini dell'idea moderna di sovranità alla lotta di classe proletaria*. Bari: Laterza, 1975.

SOBOUL, Albert. "Problèmes de la dictature révolutionnaire (1789-1796)". In: DUVERGER, Maurice (ed.). *Dictatures et légitimité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982, pp. 159-173.

SPITZ, Jean-Fabien. "Bodin "absolutiste"?" In: SPITZ, Jean-Fabien (dir.) *Bodin et la souveraineté*. Paris : Presses Universitaires de France, 1998, p. 11-30.

STOPPINO, Mario. *Autorità, autoritarismo, dittatura*. Torino: Editrice torinese, 1976.

STOPPINO, Mario. "Ditadura". In: Norberto BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11 ed. Brasília: UNB, 1998. [original de 1983], pp. 368-379.

STOPPINO, Mario. "Potere, Intenzione e Interesse". *Italian Political Science Review / Rivista Italiana di Scienza Politica*. 3, 3, December 1973. p. 461-490. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S004884020001042X>>.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. São Paulo: Paumape, 1989.

VOVELLE, Michel (dir.). *Révolution et République: l'exception française*. Paris: Kimé, 1994."

A biografia como problema historiográfico: revisitando as relações entre a biografia e a história na antiguidade¹

Lyvia Vasconcelos Baptista²

Quando exploramos a fronteira que separa a biografia da literatura e da história, descobrimos que ela é fluida e instável e que se desloca no tempo.

Sabina Loriga.³

As publicações atuais frequentemente ressaltam a longa e ambivalente trajetória do debate sobre as relações entre a biografia e a história. Hans Renders, Nigel Hamilton, Sabina Loriga, Binne de Haan e Sigurður

1 Eu agradeço imensamente aos professores Temístocles Cezar e Tiago da Costa Guterres pela oportunidade de desenvolver minhas considerações sobre este tema. Agradeço também aos alunos que estiveram virtualmente presentes na aula/conferência e que contribuíram com o aprofundamento das questões apresentadas neste capítulo.

2 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *campus* Natal. Pesquisadora assistente em História da Arte antiga e medieval no *Kunsthistorisches Seminar*, na Universidade da Basiléia.

3 Frase retirada da entrevista com Sabina Loriga. SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique Lopes. “Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema”. *História da historiografia*. Ouro Preto, 9,2012, p. 31.

Gylfi Magnússon são alguns dos acadêmicos que se debruçam sobre o impacto dos estudos biográficos na forma de pensar e escrever a história. Em geral, eles são unânimes quanto à natureza extremamente benéfica dessa interação para ambas as “áreas”. A biografia, que goza de uma ampla aceitação do público em geral, se fortalece institucionalmente também como perspectiva e método de pesquisa, ao mesmo tempo em que influencia e beneficia a atividade historiográfica, cada vez mais interessada nos problemas de agenciamento, intercâmbios entre o individual e o coletivo, e na sofisticação da análise crítica dos contextos.

O relativamente recente interesse acadêmico em biografias tem levado à utilização do conceito “virada biográfica”, *biographical turn*, definido como: “a emergência da pesquisa biográfica como um método acadêmico de investigação crítica aceita desde 1980”.⁴ Ao discutir as possibilidades de pesquisa abertas pelo método biográfico, Hans Renders⁵ ressalta o quanto as biografias se tornaram uma parte integral da pesquisa histórica, fazendo do biógrafo um historiador. Antes disso, Robert I. Rotberg já havia afirmado que biografia é história e história é biografia. Pois a escrita da história dificilmente seria possível sem a “textura do esforço humano” que os *insights* biográficos disponibilizam.⁶

Apesar da recente ênfase, extremamente otimista, na relação entre a biografia e a historiografia, a primeira segue considerada por muitos historiadores com uma área à parte, que precisa ser considerada de forma crítica e cautelosa. Também as Universidades em geral, com poucas exceções,⁷ ainda não disponibilizam departamentos que integram, de fato, a relação entre a história e a

4 RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne (eds.). *The Biographical Turn. Lives in history*. New York and Oxon: Routledge, 2017, p. 3, tradução nossa. Todas as traduções desse capítulo foram feitas do inglês, do francês ou do alemão para português pela autora, inclusive as citações diretas dos autores antigos.

5 RENDERS, Hans. *Theoretical Discussions of Biography. Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Leiden: Brill, 2014, p. 226.

6 ROTBERG, Robert I. “Biography and Historiography: mutual evidentiary and interdisciplinary considerations”. *Journal of Interdisciplinary History*, xl, 3, 2010, p. 305.

7 A Universidade alemã *Fern Universität in Hagen*, por exemplo, conta com um interessante Instituto de História e Biografia, o *Institut für Geschichte und Biographie*.

biografia. Nick Salvatore, por exemplo, chamou a atenção ao relatar a forma como foi indagado, em 1973, sobre a impossibilidade de fazer uma biografia como tese de doutorado em um Programa de História.⁸ Roderick J. Barman, em um artigo de 2010, ressaltou que a biografia é útil ao trabalho do historiador, principalmente ao ampliar o olhar para a relação entre o indivíduo e o contexto, mas não pode ter a pretensão de ser central. Útil, mas não essencial, a biografia deve ser empregada com muita cautela, já que é um “gênero que transborda em problemas”⁹ – como se a história também não fosse!

Nas discussões sobre o papel da biografia contemporânea na abordagem histórica, a Antiguidade também aparece, muitas vezes na sua forma tradicional – arduamente criticada – de legitimação original de uma situação atual. Adrian Shubert, por exemplo, explica que apesar das boas relações entre a história e a biografia, algumas vezes existem rejeições e hostilidades, ressaltando que essa postura remonta a Tucídides, “considerado o primeiro historiador da tradição ocidental” a rejeitar a biografia.¹⁰ Em outra passagem, o autor explica que muitos sujeitos que escrevem biografias entendem a sua técnica como algo completamente diferente da escrita da história e realmente não se importam com o que pensam os historiadores sobre isso, assim como Plutarco, “que não se desculpou por escrever vidas e não histórias. Histórias, afinal de contas, privilegiavam meros fatos em detrimento do caráter, que é o que realmente importava”.¹¹

O uso das referências ao mundo antigo é compreensível e serve para alertar o leitor de que a relação entre a história e a biografia ultrapassa os contornos contemporâneos. Entretanto, o problema das “menções” rápidas aos gregos e romanos, nos mais

8 SALVATORE, Nick. “Biography and social History: an intimate relationship”. *Labour History*, 87, 2004, p. 187.

9 BARMAN, Roderick J. “Biography as History”. *Journal of the Canadian Historical Association*. 21, 2, 2010, p. 73.

10 SHUBERT, Adrian. “What do historians really think about biography?”. *Letras de Hoje*, 53, 2, 2018, p. 197.

11 *Ibid.*, p. 198, tradução nossa.

diferentes temas, não apenas com relação à biografia, é a falsa ilusão de que na Antiguidade os temas não comportavam complexidade e não envolviam uma intrincada rede de práticas, possibilidades e percepções.

O objetivo deste capítulo é, portanto, contribuir com a reflexão sobre a biografia na Antiguidade. A primeira parte do texto será dedicada à apresentação da discussão historiográfica atual sobre o tema e à apreciação de um conjunto de fontes e possibilidades interpretativas que as relações entre as biografias e as histórias no mundo antigo oferecem. A segunda parte discutirá a possibilidade de pensar o consagrado historiador bizantino, Procópio de Cesareia, como biógrafo, redimensionando, desta forma, os limites desse “mundo antigo” e a relação entre os modelos de escrita disponíveis.

Sobre a biografia antiga: discussões historiográficas e fontes

O tema da biografia recebe considerável atenção entre um corpo de especialistas interessado em discutir formas narrativas e práticas culturais na Antiguidade. É um grupo diverso, formado principalmente de latinistas e helenistas, com especialização em filologia clássica, estudos da religião, história comparada, teatro antigo, literatura clássica, entre outras. Muitos desses autores atribuem a Friedrich Leo o impulso mais enérgico de inserir o tópico da biografia antiga no debate acadêmico.

Leo é celebrado pelo seu estudo abrangente da Antiguidade, tendo desenvolvido suas teses centrais sobre:

- 1) comédia romana, especialmente sobre Plauto e seus modelos gregos;
- 2) o desenvolvimento histórico e estilo na literatura latina, a partir da ideia de *Römertum* – “romanismo” ou “romanidade”; e
- 3) biografia antiga (grega e romana).

Sua obra *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer litterarischen Form*, publicada em 1901, apresenta um esquema interessante, mas excessivamente rígido, de compreensão do desenvolvimento das formas biográficas na Antiguidade. Seu estudo destaca as obras de Suetônio, Diógenes Laércio, Varrão, Plutarco, Cornélio Nepos, Cícero, Tácito, para finalmente abordar a relação com os historiadores, sofistas e neo-platonistas, e finaliza com a biografia durante o período imperial romano. O autor analisou as “vidas” romanas pela ordem de apresentação do conteúdo a fim de estabelecer padrões de escrita entre elas. E afirmou que o interesse biográfico emanava do movimento sofista, tendo Aristóxeno de Tarento sido o fundador da biografia literária,¹² um estilo resultante da conexão entre a pesquisa ética e a investigação da história científica, encabeçada por Aristóteles. A forma da biografia literária teria sido uma adaptação da narrativa histórica com o foco no retrato de um personagem, com certos tons morais.¹³

Leo fez o melhor com o conjunto de ferramentas teórico-analíticas disponíveis na época. O trabalho é hoje criticado, obviamente, porque apesar de sua erudição e importância, apresenta um tipo de análise histórica que não corresponde mais aos objetivos e aspirações da área. Leo oferece um desenvolvimento absurdamente linear,¹⁴ passando por um conjunto seletivo de autores e influências para desembocar em duas direções: nas ramificações da biografia cristã e na retomada da conexão com Plutarco e Suetônio, no Renascimento.

Dos críticos diretos à obra de Leo, Arnaldo Momigliano talvez seja o mais conhecido por nós. Momigliano recusou a ideia de Leo de que a biografia, nas suas diferentes formas foi inventada

12 LEO, Friedrich. *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer litterarischen Form*. Leipzig: B.G. Teubner, 1901, p. 102

13 Ibid., p. 316.

14 A tentativa de estruturar uma linha de desenvolvimento da escrita biográfica na Antiguidade foi retomada ainda, de forma mais flexível, por outros autores mais recentes, como é possível ver na obra de Holger Sonnabend. Cf. SONNABEND, Holger. *Geschichte der antiken Biographie. Von Isokrates bis zur Historia Augusta*. Stuttgart: J.B. Metzler, 2002.

pelos peripatéticos, principalmente porque seria possível atestar a existência da preocupação biográfica muito antes de Aristóteles. Segundo Momigliano, embora as evidências biográficas no século V a.C. sejam reconhecidamente insuficientes, “as primeiras biografias e autobiografias gregas parecem pertencer ao período entre 500 e 480 a.C. e serem contemporâneas das primeiras obras de genealogia e periegesis”.¹⁵

A publicação da obra de Momigliano, em 1971, abriu espaço para o aprofundamento das questões envolvendo a complexidade das formas de escrita biográfica na Antiguidade e, principalmente, da relação entre a biografia e a história.¹⁶ Segundo Momigliano,

*A relação entre a história e a biografia deve surgir em vários contextos aqui. Os historiadores gregos estavam preocupados com eventos políticos e militares. Seu tema eram os estados, não os indivíduos. As relações estreitas entre história e geografia enfatizavam a preocupação com a comunidade e não com o indivíduo. Heródoto e Tucídides escreveram em um período em que as decisões mais importantes eram tomadas pelos estados em seus conselhos e assembleias. Isto produziu, ou pelo menos reforçou, a impressão de que as transações militares e políticas estavam nas mãos de órgãos coletivos. Outras novas ciências, como a medicina, confirmaram esta abordagem coletiva. Presumia-se ipso facto que habitantes de diferentes partes do mundo tinham atitudes diferentes [...]. Nenhuma história, por mais inclinada que seja a enfatizar as decisões coletivas, pode conseguir se livrar da presença perturbadora de indivíduos: eles estão simplesmente lá [...] O valor do indivíduo estava nesta contribuição para o bem-estar do estado ao qual ele pertencia.*¹⁷

A relação entre a história e a biografia é parcialmente resolvida pela ideia de que havia uma preocupação biográfica nos escritos de história grega, como os de Heródoto e Tucídides, embora esses autores não tivessem necessariamente escrito bio-

15 MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of Greek Biography*. Cambridge-London: Harvard University Press, 1993, p. 101, tradução nossa.

16 Sobre a crítica de Momigliano ao argumento de Leo e sobre a relação entre a história e a biografia apresentada pelo autor, ver a análise de Tim Cornell, em: CORNELL, Tim. “Momigliano and Biography”. In: CORNELL, Tim; MURRAY, Oswyn (eds.). *The legacy of Arnaldo Momigliano*. London; Turin: the Warburg Institute, 2014, pp. 179 - 196. E o artigo: SILVA, Uiran Gebara da. “A escrita biográfica na Antiguidade: uma tradição incerta”. *Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, 8, 1, 2008, pp. 67-81.

17 MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development...*, pp. 39-41, tradução nossa.

grafias. A vida dos homens individuais faz parte do relato dos acontecimentos, mas não parece ter sido a motivação principal dos autores.

De certa forma, o interesse por essa relação acabou se tornando uma desvantagem para os estudos sobre a biografia antiga. Os escritos de biografia ficaram, por muito tempo, à sombra da pesquisa sobre o surgimento do “método científico” da história. Biografia e história eram comparadas como gêneros, e a primeira criticada pela falta de precisão e confiabilidade dos fatos narrados. Desta forma, a historiografia, frequentemente, quando abordava as biografias, tinha expectativas de encontrar nelas qualquer coisa de verdadeiro na representação da realidade histórica oferecida. Elas eram julgadas, por exemplo, pela falta de citações das fontes, pela falta de testemunhos confiáveis e pela falta de objetividade.

Essa é, segundo o editor do *The Oxford Handbook of Ancient Biography*, uma das razões pelas quais o tema da biografia antiga ainda não ter se desdobrado ainda amplamente em abordagens holísticas e teoricamente mais sofisticadas. Soma-se ao peso da comparação com os escritos de história: 1) a forma equivocada e restrita com a qual o termo “biografia” foi definido, desconsiderando o “elemento biográfico” de muitas obras, em busca de uma obra “ideal”, que se encaixasse nas fórmulas associadas à escrita biográfica. Essa atitude resultou na ideia de que existe uma enorme falta de documentos precisos sobre o assunto, já que muitos “biógrafos antigos” são conhecidos apenas por referência cruzada, ou seja, partes da obra aparecem em outros autores posteriores ou apenas menções ao autor são encontradas. Plutarco teria sido o primeiro a escrever biografias, consideradas dentro da tipologia tradicional, que, de fato, podem ser lidas atualmente, e isso explica o porquê de termos muito mais trabalhos sobre ele; 2) a posição “marginalizada” que as biografias ocuparam por muito tempo, sendo associadas a um gênero literário menor ou *klein Literatur*. Uma diferenciação entre os estilos, encontrou anacronicamente fundamentação na própria diferenciação que Dionísio de Halicar-

nasso fez no século I a.C., entre um “alto”, “médio” e “baixo” estilo, com relação aos escritos áticos.¹⁸

De toda forma, parte dos problemas agregados à forma como a academia desenvolveu os estudos sobre a biografia antiga é resultado da enorme dificuldade em definir um gênero tão diverso. E é mesmo questionável se seria possível definir biografia na Antiguidade como gênero. Thomas Hägg analisou um conjunto de textos selecionados (Tácio, Luciano, Platão, Suetônio, Plutarco e Diógenes Laércio) e chamou a atenção para o fato de que esses autores não adotaram uma forma fixa de apresentação do conteúdo biográfico, mas parecem ter utilizado um conjunto consistente de percepções e interesses em comum. Não teriam existido regras para os escritos biográficos. Alguns textos podem simplesmente serem lidos como “biografias” e serem reconhecidos como trabalhos de historiografia, doxografia, protréptica, panegíricos, novelas ou evangelhos.¹⁹

A dificuldade de se definir biografia antiga encontra respaldo na própria forma como os antigos apresentaram as diferentes composições escritas. A famosa passagem de Aristóteles, no século IV a.C., é frequentemente lembrada quando se pretende definir a escrita da história na Antiguidade. Segundo o filósofo,

O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu carácter de História). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular. O universal é aquilo que certa pessoa dirá ou fará, de acordo com a verossimilhança ou a necessidade, e é isso que a poesia procura representar, atribuindo, depois, nomes às personagens. O particular é, por exemplo, o que fez Alcibíades ou que lhe aconteceu.²⁰

18 DE TEMMERMAN, Koen (ed.). *The Oxford handbook of ancient biography*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2020, pp. 4-6.

19 HÄGG, Tomas. *The Art of Biography in Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. xi.

20 Arist. Po. 1451a35-1451b15. Ver texto grego original na *Perseus Digital Library*: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text.jsp?doc=Perseus%3Atext>

Pela explicação acima, dada por Aristóteles, é possível inserir, num mesmo nível, tanto obras de história quanto biografias. De Tucídides a Plutarco, o particular é apresentado nas suas mais diversas formas. A verdade é que nenhum dos autores gregos ou romanos que trataram os estilos de escrita da sua época, como Aristóteles, Cícero, Quintiliano ou Horácio, definiram a escrita de “vidas” ou biografia como gênero específico. O que frequentemente serve para diferenciar a escrita da história da biografia é a afirmação presente na obra de Plutarco:

*Meu tema neste livro é a vida de Alexandre (356-323) e de Júlio César (100-44), o conquistador de Pompeu o Grande (106-480). As carreiras destes homens abrangem uma tal amplitude de eventos que meu preâmbulo consistirá em nada mais do que este apelo: se eu não registrar todas as suas realizações mais célebres ou descrever qualquer uma delas exaustivamente, mas simplesmente resumir na maior parte o que eles realizaram, peço aos meus leitores que não considerem isto como uma falha. Pois estou escrevendo **vidas**, não **história**, e a verdade é que as façanhas mais brilhantes muitas vezes não nos dizem nada sobre as virtudes ou vícios dos homens que as desempenharam, enquanto por outro lado um comentário casual ou uma anedota pode revelar muito mais do carácter de um homem do que a mera façanha de ganhar batalhas em que milhares de pessoas caem, ou de ordenar grandes exércitos, ou cercar cidades.*²¹

É preciso considerar a função dos termos “vidas” e “história”, *bíos* e *historía*, que aparecem no trecho acima. O propósito do autor é a legitimação da sua obra e não uma definição clara e coerente dos gêneros de escrita na Grécia antiga. Não parece haver aqui qualquer referência que nos permita pensar em dois gêneros de escrita de natureza distinta; isso fica mais evidente ao longo da obra, quando os dois termos aparecem novamente, com outros sentidos, como na passagem abaixo:

*Comecei a escrever minhas **vidas** para o bem dos outros, mas descubro que estou continuando o trabalho e me deleitando nele agora também para meu próprio bem, usando a **história** como um espelho e me esforçando de forma a moldar e adornar minha vida em conformidade com*

t%3A1999.01.0055%3Asection%3D1451a>.

21 Plut. *Alex.* 1. grifo nosso: Ver texto grego original na *Perseus Digital Library*: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0129>>.

*as virtudes nela retratadas [...] Entre estes estavam Timoleon Coríntio e Aemilius Paulus, cujas vidas eu me comprometi agora a apresentar aos meus leitores [...].*²²

Ao apresentar as vidas dos mais famosos comandantes, Cornelio Nepus (Ia.C.) também utiliza os termos *historía* e *bíos*, atribuindo à historiografia e à biografia o mesmo sujeito e o mesmo tema. O que difere uma e outra, no trecho abaixo, é somente a perspectiva da apresentação. Mesmo o autor parece apontar a dificuldade de se estabelecer uma clara fronteira entre as formas de escrita.

*Pelopidas, de Tebas, é mais conhecida por aqueles que conhecem a história do que pela multidão. Quanto a seus méritos, estou em dúvida de como falarei deles; pois temo que, se começo a dar um relato completo de suas ações, posso parecer não estar relacionando sua vida, mas estar escrevendo uma história, ou que, se toco apenas em suas principais façanhas, pode não parecer claramente aos ignorantes da literatura grega o quão grande homem ele era, portanto, na medida do possível, enfrentarei tanto as dificuldades, como também o conhecimento imperfeito de meus leitores.*²³

O termo “biografia”, tal como usamos hoje aparece, de fato, pela primeira vez no século V d.C., na obra *Vida de Isidoro de Alexandria*, de autoria de Damáscio, preservada em outra obra datada do século IX d.C., a *Biblioteca* de Fócio, ou seja, muito posteriormente à maioria dos escritos identificados como biográficos na Antiguidade.

*Assim Damáscio dedicou sua biografia [βιογραφία] de Isidoro a esta pessoa, cujo pedido, juntamente com outras causas concomitantes, foi o estímulo para o escritor realizar a tarefa, como ele mesmo diz. No entanto, não é especialmente a vida de Isidoro que ele descreve, mas também a de numerosas pessoas contemporâneas deste filósofo ou anteriores a ele; ele [Damáscio] reúne seus feitos, relatos sobre eles, e usa digressões em abundância [...].*²⁴

Partindo da dificuldade de caracterizar biografia a partir do que os próprios antigos consideravam, vários acadêmicos tenta-

22 Plut. *Tim.* 1.1-4. grifo nosso. Ver texto grego original na *Perseus Digital Library*: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2008.01.0128>>.

23 Nep. *Pel.* 1.1. grifo nosso. Ver texto original em latim na *Perseus Digital Library*: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0136:life=pel>>.

24 Dam. *Isid.* preservado em Phot. *Bibl.* cod. 181. grifo nosso.

ram estabelecer definições que auxiliassem a compreensão de um conjunto de textos considerados biográficos. Na obra já citada, Arnaldo Momigliano define biografia como: “Um relato da vida de um homem desde o nascimento até a morte[...]. Esta não é uma definição muito profunda, mas tem a vantagem de excluir qualquer discussão sobre como a biografia deve ser escrita”.²⁵

A definição de Momigliano é interessante, mas, metodologicamente não contribui com o aprofundamento do debate. Principalmente, porque ela é tão restrita e específica, que mesmo uma frase poderia ser enquadrada aqui. Um epitáfio, por exemplo: “João nasceu e morreu sozinho”! Ao mesmo tempo, a definição exclui um conjunto importante de textos: biografias de mulheres, biografias que não informam sobre o nascimento e morte dos sujeitos, biografias que começam pela morte, ou mesmo biografias que não se preocupam com o princípio cronológico.

O especialista em Plutarco, Philip A. Stadter, amplia um pouco mais a definição de Momigliano, caracterizando biografia como “um relato autossuficiente do tipo de vida conduzida por uma pessoa histórica que também avalia o caráter do sujeito, seus objetivos e realizações”.²⁶ A definição de Stadter engloba mais possibilidades textuais, mas ainda não consegue contemplar o amplo conjunto textual associado à escrita biográfica na Antiguidade. De toda forma, o desafio continua sendo definir e caracterizar a biografia antiga, de forma a atribuir identidade a um grupo de textos e contemplar a diversidade de suas formas, ao mesmo tempo. Por isso, a tendência é cada vez mais a ampliação das fronteiras de estilo, de forma a agregar um conjunto textual que até então não havia entrado no debate. O tema passa por um constante processo de redimensionamento.

O *Oxford Classical Dictionary*, referência nos estudos sobre a Antiguidade, seguindo e reforçando a tendência da ampliação,

25 MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development...*, p. 11, tradução nossa.

26 STADTER, Philip. “Biography and History”. In: MARINCOLA, John. *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007. p. 529, tradução nossa.

define desta forma biografia:

1. A biografia na antiguidade não era um gênero rigidamente definido. *Bíos*, ‘vida’, ou *bioi*, ‘vidas’, poderia abranger uma série de tipos de escrita, desde os relatos de Plutarco, ‘do berço à cova’, de estadistas, até os relatos extravagantes de Camaleão sobre figuras literárias, e as ambições de Dicarco de Mesina de fornecer uma ‘Vida da Grécia’. Consequentemente, as fronteiras entre gêneros vizinhos - o encomium, o romance biográfico no modelo da *Ciropédia* de Xenofonte, a monografia histórica sobre os feitos de um grande homem como Alexandre o Grande - são confusas e às vezes artificiais. Não se deve pensar em um único “gênero biográfico” com convenções reconhecidas, mas sim em um quadro complicado de tradições sobrepostas, abrangendo obras de forma, estilo, tamanhos e veracidade variados.

2. O impulso para celebrar o indivíduo encontra expressão precoce no canto e na oração fúnebre; a organização de uma obra literária em torno das experiências de um indivíduo é tão antiga quanto a *Odisseia* (Homero)[...].²⁷

Assim, nas definições mais recentes, as hagiografias, as narrativas sobre heróis lendários e personagens fictícias recebem também o seu lugar. Outros autores também têm oferecido opções mais flexíveis de definição, preferindo cair na armadilha da imprecisão a restringir a biografia antiga num esboço rígido de formas e estilo fixos. A biografia deixa de ser um relato da vida de um homem para se tornar um gênero “flexível, aberto e fluido, que permite, acomoda e até estimula experimentos com suas próprias características, padrões de história e fronteiras”.²⁸

Possibilidades de ampliação do debate: Procópio de Cesareia e o tema da biografia

As definições recentes permitem um corpo de novas considerações sobre a biografia antiga e o escopo do debate é cada vez mais amplo. Dentro desta perspectiva, a relação entre a história e a biografia também é ampliada, deixando de girar em torno da

²⁷ HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony(eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 241.

²⁸ DE TEMMERMAN, Koen (ed.). *The Oxford handbook...*, p. 1, tradução nossa.

relação entre Heródoto, Tucídides e Plutarco, passando a agregar outros autores e contextos.

Robert Fraser, Sergi Grau e Oriol Febrer, por exemplo, trouxeram a obra de Procópio de Cesareia para o debate sobre tradição e inovação no estilo biográfico antigo. Procópio nasceu na Palestina e atuou como “conselheiro” do general Belisário nas expedições à Pérsia, África e Itália, entre 527 a 540 d.C. É atribuída a ele a composição de três escritos com características muito diferentes, oferecendo um quadro heterogêneo de informações sobre o governo de Justiniano (527-565 d.C.).

A narrativa que elabora sobre as guerras de reconquista das províncias imperiais e reconstituição das fronteiras do Império Romano tal como eram no século I é o trabalho mais conhecido e aquele que consagra Procópio como historiador “oficial” do império. Intitulada *História das guerras*, seu conteúdo, dividido em oito livros, abrange as campanhas militares entre os romanos e os povos “bárbaros”, pelos territórios limítrofes do império. Da forma como se encontra organizada, vemos a divisão da obra em blocos de sentido agrupados pela ação bélica e determinados pelo inimigo e pelo período das campanhas. Procópio teria escrito, primeiramente, sete livros. Um oitavo livro foi adicionado posteriormente, reunindo no mesmo material informações tardias das guerras contra os persas, vândalos e godos. Para escrever a *História das guerras*, Procópio registrou os fatos contemporâneos, fez uso de proêmios e inseriu discursos, tanto para esclarecer algumas informações quanto para expressar suas opiniões pessoais. A obra completa da *História das guerras* é dedicada ao projeto de reconquista empreendido por Justiniano.

A outra obra de Procópio, *Sobre os edifícios*, é um panegírico ao imperador, ressaltando sua habilidade de benfeitor ao promover construções importantes para os seus súditos. A obra é apresentada em caráter laudatório e, portanto, repleta de elogios ao imperador e de listas imprecisas de trabalhos de construção/restauração realizados na capital do império e nas regiões próximas. Nesse escrito, Justiniano é caracterizado como um governante que

assumiu o poder quando o império estava em desordem e tornou-o muito maior territorialmente e muito mais notável.²⁹

A terceira obra de Procópio, *História secreta*, é, sem dúvida, a mais polêmica. Foi divulgada, pelo próprio autor, como um repositório de “verdades” não ditas na narrativa anterior sobre as guerras. Justiniano é caracterizado como um comandante da tirania,³⁰ criador da miséria,³¹ rei dos demônios³² e corruptor da moral.³³ O historiador se esforça em apresentar uma imagem negativa do governo, mencionando, por exemplo, frente à crise urbana desenhada, a magnificência e beleza das cidades do império no passado. Assim, Justiniano “foi capaz de destruir a ordem das cidades e tudo aquilo que as embelezavam, tanto em Bizâncio quanto nas demais”.³⁴

É principalmente relacionado à composição desta obra, que os autores encontram elementos da escrita biográfica no estilo procopiano. A imagem de Justiniano é o centro da composição e Procópio se empenha em descrever o imperador em termos físicos e comportamentais, como mostra a passagem abaixo:

*Bem, então, este imperador era disseminador, astuto, hipócrita, secreto por temperamento, de duas caras; um sujeito inteligente com uma maravilhosa capacidade de esconder sua verdadeira opinião, e capaz de derramar lágrimas, não de qualquer alegria ou tristeza, mas empregando-os com arte quando necessário, de acordo com a necessidade, mentindo o tempo todo. [...] Um amigo traiçoeiro e um inimigo implacável, ele foi apaixonadamente dedicado ao assassinato e ao saque; briguento e subversivo ao extremo; facilmente desviado para caminhos maléficos, mas recusando toda sugestão que ele deve seguir o caminho certo; rápido para elaborar esquemas vis e realizá-los; e com uma aversão instintiva à mera menção de qualquer coisa de bom.*³⁵

29 Segundo o texto procopiano “Na nossa época nasceu o imperador Justiniano, que, assumindo o império quando ele estava assediado pela desordem, não fez somente ele maior em extensão, mas também muito mais notável” ([Procon.], *Aed.* 1. 1,6).

30 [Procop.], *Arc.* 10, 23.

31 *História secreta.* 8, 33.

32 [Procop.], *Arc.* 13, 26.

33 [Procop.], *Arc.* 6, 21-22.

34 [Procop.], *Arc.* 26,1.

35 [Procop.], *Arc.* 8.

Robert Fraser compara este trecho à descrição do imperador Domiciano, feito por Suetônio, no século I d.C., chamando a atenção para a necessidade dos autores em apresentar a figura imperial em termos extremamente negativos. Segundo Fraser, a escrita de biografias na Antiguidade servia bem como modelo para os autores posteriores, fornecendo um conjunto muito diverso de possibilidades: biografias individuais, biografias paralelas, biografias comparativas, biografias de grupo, biografias de casais, biografias representativas, biografias inquisitoriais e biografias inculpatórias. No caso de Procópio, Fraser destaca que o autor trabalha com o último modelo, atribuindo a Justiniano a culpa da crise do século VI, no Império Bizantino.³⁶

Mas existe na obra de Procópio a composição do retrato, da vida e das ações privadas e públicas de outro personagem, tão interessante ou mais do que o próprio imperador. A imperatriz Teodora, que aparece também da *História das guerras* de forma benevolente, entra na *História secreta* para ter a sua porção de culpa nos problemas sociais, políticos, administrativos e econômicos do império.

Filha de trabalhadores envolvidos nas atividades de entretenimento do circo romano, proveniente de uma família sem grandes recursos, Teodora teria se tornado uma famosa prostituta na capital do império, até se casar com o imperador.³⁷ Como esposa de Justiniano, Teodora teria exercido um papel sem paralelos no governo bizantino. A começar pela mudança da própria lei, de forma a possibilitar o casamento entre eles, já que não era permitido a um homem com status senatorial contrair casamento com uma atriz e prostituta.

Em vários aspectos, a imagem de Teodora na *História secreta* de Procópio é singular e incomparável. Singular porque o autor cria uma personagem complexa, ao mesmo tempo restrita aos espaços permitidos ao feminino e detentora de uma influência po-

36 FRASER, Robert. *After ancient biography: modern types and classical archetypes*. London: Palgrave Macmillan, 2020, p. 125.

37 [Procop.], *Arc.* 9. 1-12.

lítica nunca testemunhada antes pelo império. Além disso, várias informações se diferem consideravelmente de outras fontes sobre a imperatriz.³⁸ Incomparável, porque nenhum outro relato dará tanta atenção às ações de Teodora, sua vida e sua personalidade.

Sergi Grau e Oriol Febrer notam que Procópio seguiu padrões tradicionais de retórica clássica para a construção da personagem Teodora em sua obra. Para isso, elencam um conjunto de “lugares comuns” que Procópio teria compartilhado com outras obras clássicas: o elemento da grandeza pessoal conquistada a despeito da origem humilde e obscura do personagem, “misoginia grega” e depravação sexual como descrédito pessoal.³⁹ Apesar das convenções, Teodora também é apresentada como uma mulher independente, muito ativa tanto na esfera pública quanto na privada. Além disso, suas ações servem como justificativa para a reforma de Justiniano, até mais do que as próprias ações do imperador, o que leva os autores a encontrarem espaço para a inovação no corpo de modelos narrativos relacionados à obra de Procópio.⁴⁰

Além dos escritos biográficos gregos e romanos do período clássico, a obra de Procópio teria dialogado com os modelos hagiográficos. Na descrição de Justiniano e Teodora, Procópio teria subvertido “os atributos e ações que normalmente confeririam santidade aos santos do gênero hagiográfico”.⁴¹ Tanto Justiniano quanto Teodora são associados a figuras demoníacas, se comportando de forma contrária aos desígnios divinos.

38 Uma fonte do século XII, Miguel, o Sírio, patriarca da Igreja Ortodoxa Siríaca de Antioquia, retrata um contexto familiar muito diferente. Teodora teria sido a filha virgem de um padre monofisista, que Justiniano encontrou em Manbij (região da Síria), durante a sua campanha como oficial do exército do imperador Justino, seu tio. O pai teria dado a filha em casamento depois de Justiniano prometer não desconsiderar a fé (monofisista) que a jovem possuía. MICHAEL THE GREAT. *Chronicle*. Translated by Robert Bedrosian. Long Branch: Sources of the Armenian Tradition. 2013

39 GRAU, Sergi; FEBRER, Oriol. “Procopius on Theodora: ancient and new biographical patterns”. *Byzantinische Zeitschrift*, 113,3, 2020, pp. 773-779

40 GRAU, Sergi; FEBRER, Oriol. *Procopius on Theodora...*, p. 784.

41 *Ibid.*, p. 785, tradução nossa.

Conclusão

A conclusão óbvia que pode ser esboçada aqui é a de que a biografia antiga era diversa e multifacetada e os autores souberam dialogar com a tradição e experimentar constantemente novas possibilidades abertas e constantemente ampliadas da atividade literária. Uma questão imprescindível para os estudos da escrita biográfica na Antiguidade, e ainda pouco explorada (também não abordada devidamente neste capítulo), é saber como as narrativas biográficas negociavam os contratos entre a ficcionalidade e a confiabilidade com o seu público.

Sabina Loriga afirmou em entrevista que “quando exploramos a fronteira que separa a biografia da literatura e da história, descobrimos que ela é fluida e instável e que se desloca no tempo”.⁴² De fato, é possível perceber como as fronteiras entre a história e a biografia, bem como a própria definição de biografia, era fluida e complexa entre os antigos. Principalmente, se consideramos a Antiguidade como um espaço e um tempo artificialmente delimitado, que se expande e se retrai, de acordo com os critérios interpretativos utilizados.

Como uma espécie de “bastarda das humanidades”⁴³, as biografias antigas e modernas se transformam em um interessante problema historiográfico, na medida em que estimulam e favorecem a reflexão sobre o estatuto da História, as fronteiras disciplinares, os diálogos possíveis e os desafios do método e da prática historiográfica em geral.

Referências:

Fontes

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

42 SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique Lopes. *Entrevista com Sabina Loriga...*, p. 31.

43 “Die Biographie ist der Bastard der Geisteswissenschaften”. KLEIN, Christian. *Grundlagen der Biographik*. Stuttgart: J.B. Metzler, 2002, p.1.

CORNELIUS NEPOS. *On great generals*. Translated by J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MICHAEL THE GREAT. *Chronicle*. Translated by Robert Bedrosian. Long Branch: Sources of the Armenian Tradition, 2013.

PLUTARCH. *Life of Alexander the Great*. Translated by John Dryden. New York: Modern Library, 2004.

PLUTARCH. *Life of Timoleon*. Translated by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1923.

PHOTIUS. *Bibliothèque*. Tome VI. Traduit par René Henry. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

PROCOPIUS. *History of the war*. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

PROCOPIUS. *Buildings*. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

PROCOPIUS. *Secret History*. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

Obras gerais

BARMAN, Roderick J. “Biography as History”. *Journal of the Canadian Historical Association*. v. 21, n. 2, 201, pp. 61-75. Disponível em: <<https://doi.org/10.7202/1003088ar>>.

CORNELL, Tim. “Momigliano and Biography”. In: CORNELL, Tim; MURRAY, Oswyn (eds.). *The legacy of Arnaldo Momigliano*. London; Turin: the Warburg Institute, 2014, pp. 179 - 196.

COSTA, Lorena Lopes da. Biografar os grandes homens para trazê-los à História de uma nova forma: Plutarco e [as interseções de] um mesmo gênero. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 25, 2017, pp. 150-161. Disponível em: <<https://doi.org/10.15848/hh.v0i25.1244>>.

DE TEMMERMAN, Koen (ed.). *The Oxford handbook of ancient biography*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2020.

FRASER, Robert. *After ancient biography: modern types and classical archetypes*. London: Palgrave Macmillan, 2020.

GRAU, Sergi; FEBRER, Oriol. “Procopius on Theodora: ancient and new biographical patterns”. *Byzantinische Zeitschrift*, 113, 3, 2020, pp. 769-788. Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/bz-2020-0034>>.

HÄGG, Tomas. *The Art of Biography in Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony (eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KLEIN, Christian. *Grundlagen der Biographik*. Stuttgart: J.B. Metzler, 2002.

LEO, Friedrich. *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer litterarischen Form*. Leipzig: B.G. Teubner, 1901.

MILLER, Joseph C. A historical appreciation of the biographical turn. In. LINDSAY, L.; SWEET, J. *Biography and the Black Atlantic*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2014, pp. 19-47.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of Greek Biography*. Cambridge-London: Harvard University Press, 1993.

RENDERS, Hans. *Theoretical Discussions of Biography*. Approaches from History, Microhistory, and Life Writing. Leiden: Brill, 2014.

RENDERS, Hans; HAAN, Binne de; HARMSMA, Jonne (eds.). *The Biographical Turn*. Lives in history. New York and Oxon: Routledge, 2017.

ROTBURG, Robert I. "Biography and Historiography: mutual evidentiary and interdisciplinary considerations". *Journal of Interdisciplinary History*, xl, 3, 2010, pp. 305-324. Disponível em: <muse.jhu.edu/article/364769>.

SALVATORE, Nick. "Biography and social History: an intimate relationship". *Labour History*, 87, 2004, pp. 187-192. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27516005>>.

SILVA, Uiran Gebara da. "A escrita biográfica na Antiguidade: uma tradição incerta". *Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, 8, 1, 2008, pp. 67-81. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3864>.

SHUBERT, Adrian. "What do historians really think about biography?". *Letras de Hoje*, 53, 2, 2018, pp. 196-202. Disponível em: <<https://www.scielo.br/lh/a/WgMjVPtdCNKt3z8SXJGt6FR/#>>.

SONNABEND, Holger. *Geschichte der antiken Biographie. Von Isokrates bis zur Historia Augusta*. Stuttgart: J.B. Metzler, 2002.

SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique Lopes. "Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema". *História da historiografia*, 9, 2012, pp. 26-37. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/473>>.

STADTER, Philip. "Biography and History". In. MARINCOLA, John. *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2007, pp. 528-540.

Biografia: a escrita incontornável, ou um gênero narrativo antigo no mundo moderno

Evandro Santos

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido.

Gilles Deleuze¹

Quando se pensa na biografia como um gênero narrativo que se desenvolve por caminhos variados na época moderna, a chave de leitura trazida pelo historiador francês François Hartog destaca-se pela adequação. Para ele, o papel ocupado pela obra de Plutarco (46 d.C.-120 d.C) na escrita da história francesa moderna, apesar de sua especificidade, é significativo. Foi esse filósofo grego, por exemplo, quem ajudou a reforçar, no contexto revolucionário de finais de século XVIII, a ideia de que a chamada Antiguidade seria composta (e apreendida) como a reunião de gregos e romanos.² Trata-se de uma síntese

1 DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 11.

2 HARTOG, François. "A Revolução Francesa e a Antiguidade: futuro de uma ilusão ou desenrolar de um quiprocó?". *Humanas*, 23, 1/2, pp. 13-44, 2000.

se organizadora do discurso sobre os antigos e do próprio tempo moderno, no qual a França buscava a sua posição. Ainda, segundo Hartog, o projeto da obra *Vidas Paralelas*, que reunia pares de biografias de homens ilustres (gregos e romanos), a despeito de sua excepcionalidade, situa seu autor como parâmetro na distância entre antigos e modernos. Se entre os antigos havia a possibilidade de se pensar temporalidades paralelas, na modernidade francesa, a escolha seria pelo critério de comparação, sendo este, fundante da concepção moderna de história e das noções de processo e progresso que lhe caracterizam (atualmente, a pertinência de tais noções, como definidoras da história moderna, passa por forte questionamento, em especial, a segunda).³

De todo modo, não há como negar a constatação de que a biografia auxilia na organização, ao menos aparente, dos tempos modernos, agora já para além da França.

A escrita de vidas faz sentido em um mundo que aposta no individualismo, como bem examinou o antropólogo Louis Dumont.⁴ Sendo assim, malgrado o caráter eurocêntrico dos conceitos que sintetizam o moderno, bem como da própria ideia de um marcador temporal definido como “época moderna”, a prática de registrar vidas, seja na tradição oral, seja pela escrita, é uma espécie de “constante antropológica”.⁵No entanto, esta constatação pode ser verificada apenas pelo fato de que a concepção e os usos da biografia variaram ao longo do tempo e do espaço. Contextos políticos e culturais específicos favoreceram práticas igualmente plurais de registros de vidas nos “mundos modernos”, e há diversos exemplos a esse respeito.⁶O próprio uso indistinto entre “biografia” e “relato de vida” costuma ser problematizado

3 HARTOG, François. “Un Ancien chez les Modernes: Plutarque”. In: HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaade, 2005, pp. 99-147.

4 DUMONT, Louis. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

5 SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago e PEREIRA, Mateus H. de Faria. “Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: o eurocentrismo em questão”. *Estudos Históricos*, 30, 60, 2016, pp. 161-186.

6 BURKE, Peter. “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”. *Estudos Históricos*, 10, 19, 1997, pp. 83-97.

por estudos mais ou menos específicos, como se pode observar, por exemplo, na introdução da obra de François Dosse, dedicada ao assunto.⁷ Desde o projeto de Plutarco (e de tantos outros biógrafos da antiguidade), passando pelas hagiografias, panegíricos, elogios, orações fúnebres, notícias biográficas, histórias de vida oriundas de pesquisas sociológicas, autobiografias, biografemas e ensaios biográficos, sem que, contudo, se possa ordenar tais variantes em uma cronologia estrita, verifica-se que a reflexão sobre a escrita (qualquer que seja o gênero) vem acompanhada de uma preocupação com as ações humanas e suas consequências particulares e/ou coletivas.⁸ As vidas humanas estão em todos os lugares e escrever sobre elas, a despeito de suas idiossincrasias e, por vezes, absolutas marcas de contingência, é uma forma de partilha histórica de tempos e espaços.

Problema primariamente filosófico e, mais tarde, científico, a articulação entre o particular e o geral é outra constante que ajuda a encaminhar o exame do tema da biografia moderna. Do paralelo à comparação, seguindo ainda com Hartog, as experiências modernas desarticularam o *topos* da *historia magistra vitae*, o que fez das narrativas de vida algo diverso do que era apreendido pelos antigos.⁹ Não havendo mais a convicção compartilhada de que certa natureza humana unificava os valores morais da espécie que vagava sobre a Terra por tempos imensuráveis, a pertinência das narrativas de vidas exemplares tenderia, supostamente, ao desaparecimento. Nesse horizonte, as relações entre a biografia (termo que, efetivamente, apenas se popularizou e unificou, a partir da Europa, no final do século XVII) e a história tornaram-se interessantes. Haveria, assim, a possibilidade de se pensar que a

7 DOSSE, François. *O desafio biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

8 LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011; DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006; LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008; BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003; ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

9 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

história, em seu moderno conceito, como agente organizador das discontinuidades que marcavam essa temporalidade (entre elas, a ideia de ausência de uma natureza humana perene), tentaria ocupar, em grande medida, o lugar de discussão acerca das angústias criadas pela falta de uma orientação moral geral, advindas do futuro aberto da modernidade. Os séculos XVIII e XIX foram pródigos em debates relacionados à interiorização da moral por parte de indivíduos e, principalmente, sobre as possibilidades de se pensar a história como operadora abstrata e coletiva a guiar as ações humanas, sendo essas previstas pelas filosofias da história e por quase todas as demais formas de historicismo oitocentista.

Foi, no entanto, no século XIX, que as relações da biografia com a história, em seu sentido mais fundamental (a primeira, entendida como narrativa de uma vida com pretensão à verdade ou à realidade factual e contextual), se tornaram um problema a ser desvendado por quem pretendia pesquisar sobre o passado. A vasta historiografia dedicada ao exame das formas de escrita sobre as temporalidades históricas naquele século aponta para as muitas incertezas que caracterizaram as definições do que viria a ser o texto propriamente historiográfico e seus diálogos como outros gêneros narrativos, antigos e modernos. Sendo assim, não é equivocado afirmar que a biografia participou das experiências políticas e culturais que levaram ao estabelecimento da história como uma disciplina que, em meio a uma série de controvérsias, pretendeu incorporar-se ao mundo da ciência. Além disso, ao mesmo tempo em que a história passava a ser entendida como um discurso específico (ligado ao verossímil), de grande interesse para a organização dos Estados nacionais (ameaçados por contextos revolucionários e golpistas de diversas ordens e em variadas regiões), o amplo campo do ficcional, gradualmente, também administrava certo ordenamento sob o índice da “literatura”. Essas duas esferas – a historiográfica e a literária – constituíram-se, ao longo do século XIX, como espaços de experimentação para a ciência e para a ficção, na ordem que a modernidade tentava estabelecer. Homens de letras trabalhavam na construção de nar-

rativas de vidas e na criação de personagens históricos (reais e fictícios), o que deslocava os usos da biografia que, se no mundo antigo (tradição plutarquiana), vinculava-se ao campo da filosofia moral, na modernidade, passava a compor o conhecimento geral e o patrimônio artístico das nações.¹⁰

A generalização acima descrita teve um preço. O uso instrumental da pesquisa biográfica para a invenção das histórias nacionais e de suas literaturas fez rarear um debate que talvez merecesse mais atenção, relativo aos usos do passado e suas consequências éticas e políticas.¹¹ O estabelecimento da moderna ordem dos discursos e as práticas historicistas, desde o século XIX, empurraram a biografia ora para as margens do campo de conhecimento histórico, ora para uma concepção de aparente singeleza que pouco condiz com sua incontornável presença e complexidade na ciência, na literatura e em outros campos da imprensa e das artes. Seja nas filosofias da história mais potentes da época, como o materialismo histórico dialético e o positivismo comtiano, seja nas diferentes reflexões teóricas presentes em Carlyle, Ranke, Droysen, Michelet, Coulanges e em diferentes nomes ligados à Escola Metódica, a biografia estava submetida às pretensões do universal.¹² As narrativas de vida estavam, por princípio, alocadas abaixo de grandes projetos: a nação, a ciência, a literatura, o domínio da natureza e o progresso da espécie humana. A despeito de serem estas categorias, de modo geral, atravessadas pela política, o que, ao menos por hipótese, poderia vir a favorecer o diálogo entre a história e a biografia, o que se viu foi uma espécie de despolitização da reflexão filosófica na experiência moderna, já denunciada por Hannah Arendt.¹³ Mesmo o aspecto mais pragmático atribuído aos debates sobre as filosofias da história, que considerava os

10 CEZAR, Temístocles. "Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX". *Métis: História & Cultura*, 2, 3, pp. 73-94, jan./jun.. 2003.

11 LORIGA, Sabina. *O pequeno x...*, p. 13.

12 MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010; MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

13 ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003

“grandes homens” ou “homens ilustres” como fundamentais à historiografia, não foi capaz de garantir um espaço mais interessante às contingências próprias da biografia e às responsabilidades tanto de autores de biografias como de sujeitos eventualmente biografados.

Por outro lado, nem o historicismo, nem as diversas filosofias e teorias da história nascentes foram capazes de sublimar uma característica ontológica, que seria, depois, muito debatida, qual seja: a condição presentista que impacta toda e qualquer escrita da história.¹⁴ A consciência geracional, que atinge todas as épocas, associada às iniciativas de movimentos como o romantismo (em suas variadas expressões nacionais), fez com que estudiosos da história se interessassem pela escrita de textos biográficos com o propósito de preservar a memória dos grandes homens do passado e, particularmente, do presente no Oitocentos. Nesse sentido, cabe observar que tanto os projetos nacionais como aqueles voltados para a constituição de suas historiografias exigiram dos historiadores oitocentistas alguma atenção com as ações individuais que, uma vez relatadas, serviriam para consolidar as dimensões institucionais, tanto dos Estados como das agremiações letradas e cátedras universitárias dedicadas ao estudo e ao ensino de história (além de outros espaços como museus, arquivos, colégios etc.). Importa dizer, ainda, que tais práticas foram adaptadas de tradições eruditas, universitárias e acadêmicas, anteriores ao século XIX, que merecem ser lembradas para uma leitura mais adequada sobre os diálogos entre o gênero biográfico e a nascente história disciplinada oitocentista e seus eventuais “heróis” e “varões ilustres”.¹⁵

A virada para o século XX demarcou uma fixação mais evidente do texto historiográfico e, de certa forma, das figurações de seu autor que, nessa altura, já se consolidava não apenas sob a etiqueta de historiador, mas também na alcunha de professor. A história, como ciência e como didática, também preservava a

14 DELACROIX, Christian. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

15 OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

instável fronteira entre o chamado processo histórico e as ações individuais. Independentemente das experiências políticas mais ou menos republicanas, mais ou menos críticas ao capitalismo, a aporia permanecia. Percebe-se que as definições referentes ao professor e pesquisador de história passam a acompanhar os debates teóricos sobre os usos do gênero biográfico na escrita da história, à medida que se constituía uma memória disciplinar e, simultaneamente, uma história da historiografia. Este é um aspecto metodológico importante e que acompanha as relações da história com as chamadas ciências sociais. Estabeleceu-se um paralelo, a partir das experiências disciplinares, que encaminham para a constatação de que, se o sujeito de conhecimento que atua no campo das humanidades apenas é possível de ser concebido quando pensado socialmente, logo, personagens individuais e coletivos descritos em obras históricas, necessariamente, só poderiam ser pensados se não houvesse oposição estrita entre o individual e o social. Esse seria o mote, inclusive, nos primeiros anos dos *Annales*, para que se fizesse a autocrítica da disciplina, apontando os erros da história política de fins do século XIX, de matriz metódica. Não se deve esquecer que a história já sofria, havia alguns anos, com os ataques de nomes da Sociologia, que questionavam os usos mais ingênuos da biografia e suas implicações para os resultados apresentados nos textos de historiadores. Importa lembrar, ainda, que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelos avanços e pela divulgação da psicologia e, sobretudo, da psicanálise, com destaque para o conceito de inconsciente, o que também atingiu a compreensão que se tinha acerca da racionalidade das ações humanas e de suas formas de representação. Tais avanços teóricos talvez ajudem a explicar porque, apesar das críticas de historiadores dos *Annales* à história de matizes biográficos, produzida no século XIX, Lucien Febvre escreveu obras do gênero, entre as décadas de 1920 e 1940.

Como dito anteriormente, as filosofias da história se ocupariam, durante décadas, da análise das relações entre o particular e o geral (ou universal) na escrita da história. No campo das teo-

rias da história, esse assunto assumiria outros contornos e seriam as ligações entre o indivíduo e a sociedade aquelas que passariam a merecer a atenção de historiadores. Estabelecido o consenso de que não se trataria de uma oposição, como lidar com esses conceitos com a complexidade que eles exigiam? Esse vai ser um desafio assumido pela história social, ainda na primeira metade do século XX, quando seus representantes optaram, definitivamente, por categorias totalizantes, oriundas de teorias estruturais de análise. Na passagem da primeira para a segunda metade do século em questão, obras biográficas (históricas, inclusive) seguiriam a ser massivamente publicadas, como produto do trabalho de jornalistas e literatos, em sentido mais amplo, enquanto historiadores não demonstravam interesse em projetos biográficos de maior fôlego. Porém, essa rejeição não duraria muito tempo. O final da década de 1960 e, sobretudo, os anos 1970 e 1980 foram marcados por discussões, no campo historiográfico, que estimulavam o papel dos indivíduos na história, agora denominados, mais criticamente, como atores e sujeitos históricos. Não é sem razão que um nome importante da história social, como Giovanni Levi, ao examinar os usos contemporâneos da biografia, afirmaria que os mais importantes pontos metodológicos da historiografia dizem respeito à biografia. O historiador italiano lista exemplos: “[...] relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas”.¹⁶ Considerando o percurso de diálogos entre o gênero biográfico e a história disciplinar, brevemente descrito acima, é permitido constatar que os exemplos mencionados por Levi remontam, ainda que não de modo cronológico, ao mesmo panorama, evidenciando que as questões envolvidas nessa aproximação jamais foram superadas; ao contrário, ganharam maior relevância com os desdobramentos teóricos da própria história social e de outras correntes teóricas que emergiram na segunda metade do século XX.

16 LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 168.

Quando, na década de 1970, o problema da narrativa tornou-se o centro das preocupações teóricas da história-disciplina, a biografia, um gênero eminentemente narrativo, também pôde ser recuperado, compondo as mais importantes agendas de investigação, em diferentes contextos historiográficos. Nesta segunda metade do século, já não se falava, contudo, em grandes homens ou heróis a serem biografados, mas em nomes de “ausentes” ou “invisíveis” à história, ou mesmo em casos “extremos”, como o do parricida Pierre Rivière, exposto por Michel Foucault. Essas experiências não impediram novos questionamentos às pesquisas de caráter biográfico, novamente, partindo do campo da sociologia. É de Pierre Bourdieu um dos textos mais citados no debate sobre a biografia moderna. Incomodado com os usos dos chamados “relatos de vida” nas pesquisas desenvolvidas por estudiosos das humanidades, o sociólogo francês lançou dúvidas sobre essa tipologia de material e apontou para a falta de crítica com relação àquilo que denominou “ilusão biográfica”.¹⁷

O debate aberto pela posição de Bourdieu, na década de 1980, sintetiza, de algum modo, os impasses e as dificuldades que a história, em sua matriz disciplinar, encontra ao trabalhar com as subjetividades sem submetê-las, necessariamente, a explicações que são dadas por cientistas, a partir de seus próprios códigos e formatos narrativos bem delimitados. A despeito de importantes avanços nas reflexões teóricas sobre as temporalidades históricas, as disputas históricas pelas memórias e, ainda, acerca do imponderável nas ações de sujeitos, a operação historiográfica não foi capaz de encontrar meios mais plurais, em suas diferentes linguagens (investigativas, didáticas, midiáticas etc.), de apresentar a incomensurabilidade entre as contradições da vida e a ordenada compreensão das experiências históricas. Os impasses acima mencionados poderiam ser observados, inclusive, tomando-se como ponto de partida a agenda atual de debates nas subáreas da filosofia da história, da teoria da história e da história da historiografia.

17 BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

O debate levantado por Bourdieu, apesar de sua importância, não estaria datado, ao menos no campo da historiografia, neste século XXI? A história, inclusive por sua inserção no conjunto mais amplo das ciências, não estaria apta a narrar as contradições das ações de sujeitos, não para julgá-las ou explicá-las, mas para torná-las históricas?¹⁸ O “giro ético-político”, que atingiu os debates historiográficos (acompanhado de uma “guinada subjetiva”), tem sinalizado para a necessidade da inserção, nas agendas de pesquisa, de discussões que repensem as formas como cientistas recortaram os sujeitos (inclusive os sujeitos do conhecimento) e delimitaram, muito precariamente, suas subjetividades.¹⁹

Desse modo, sendo a historiografia, na modernidade, a disciplina que se ocupa das ações humanas e suas interações com as temporalidades históricas, resulta que a biografia se torna, uma escrita incontornável.²⁰ São vidas, em sua materialidade corporal e dimensão discursiva, que, no laço social, compõem o que chamamos de história, mesmo quando o assunto abordado diz respeito a deuses e monstros. Se as vidas não podem ser escritas em sua integralidade e absoluta coerência, tampouco pode a historiografia moderna. A escrita é resultado das parcialidades próprias do humano e o fechamento de todo texto, como indicou Michel de Certeau, é tão ficcional quanto a ideia de uma unidade de qualquer vida. As descontinuidades da vida e da história podem ser mais bem acessadas quando a produção de um saber controlado sobre o passado, em cada presente, se dá em diálogo com os recursos do ficcional, que aceitam, por princípio, as parcialidades humanas e de suas experiências. A historicização da própria historiografia tem permitido e estimulado a consideração de que as práticas científicas, atravessadas inelutavelmente por certa politização que

18 OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica”. In. AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 59-72.

19 RANGEL, Marcelo. “The urgency of the ethical: the ethical-political turn in the theory of history and in the history of historiography”. *Ponta de Lança*, Sergipe, 13, 2019, pp. 27-46.

20 MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

é mapeada pelo exame dos sujeitos de saber e de seu elenco de atores históricos, apenas são possíveis porque a ciência entende-se como inacabada. Por que seria diferente com escritas de vidas e da história?²¹ Enfatizar os recursos do ficcional, apreensível no trabalho com as temporalidades múltiplas próprias da história, não significa abrir mão do compromisso com a crítica e com a verdade, mas reforçar o interesse pela história, pensada como exercício de liberdade e de responsabilidade, seja na escrita biográfica ou da própria historiografia.²² O inacabado é próprio da vida e do moderno: eis o possível e o impossível da biografia moderna.

Referências:

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

BURKE, Peter. “A invenção da biografia e o individualismo renascentista”. *Estudos Históricos*, 10, 19, 1997, pp. 83-97

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. *Métis: História & Cultura*, 2, 3, p. 73-94, jan./jun., 2003. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1042>>.

21 CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

22 SANTOS, Evandro. *Tempos e vidas: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen*. Curitiba, PR: Appris, 2022, pp. 141-144.

DELACROIX, Christian. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DELEUZE, Gilles. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DOSSE, François. *O desafio biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUMONT, Louis. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HARTOG, François. “A Revolução Francesa e a Antiguidade: futuro de uma ilusão ou desenrolar de um quiprocó?”. *Humanas*, 23, 1/2, 2000, pp. 13-44.

HARTOG, François. “Un Ancien chez les Modernes: Plutarque”. In. HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaade, 2005, pp. 99-147.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 167-182.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica”. In. AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 59-72.

RANGEL, Marcelo. “The urgency of the ethical: the ethical-political turn in the theory of history and in the history of historiography”. *Ponta de lan-*

ça, 13, 2019, pp. 27-46. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/12619>>.

SANTOS, Evandro. *Tempos e vidas: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen*. Curitiba, PR: Appris, 2022.

SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago e PEREIRA, Mateus H. de Faria. “Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: o eurocentrismo em questão”. *Estudos Históricos*, 30, 60, 2016, pp. 161-186. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/tJs7wp9kzqGQn4Q4YqkW-3WB/abstract/?lang=pt>>.

A noção de autoria no mundo antigo: história e historiografia

Tiago da Costa Guterres

“Et nous savons qu’une signature ne signe pas seulement, elle nous parle toujours de la mort”

(Jacques Derrida)¹

“Sejamos todos autores!”, parece nos convidar ou nos impor um anúncio qualquer, referindo-se a esse posto supostamente tão honrado, tão comum no nosso tempo. Disfarçado de porta-voz do democrático, esse anúncio, ou esse estado de coisas, nos diz que em um regime em que o poder é ou deve ser de todos, *todos* devem ou podem ser autores. Seja então por modismo, por fetiche, por satisfação, por “necessidade” (são muitos os argumentos), para testemunhar sobre si mesmo, para desafiar a morte ou por exigências acadêmicas, eis que nos lançamos nessa empreitada. Banalizada, a noção de autoria parece não dar mais conta de seu pressuposto de singularidade, e parece esvair-se no momento mais holofótico de sua

1 DERRIDA, Jacques. Comme s’il y avait un art de la signature...In. M. SERVIÈRE. *Le sujet de l’art*. Paris: L’Harmattan, 1997, p. 9-11.

própria história. Exagerando um pouco, podemos imaginar o dia em que teremos mais autores do que leitores. O título do texto de Pierre Nora, “Écrivez, on ne vous lira pas”² (Escreva, nós não o leremos), continua bastante atual e, para além do problema da falta de leitura de livros no Brasil e no mundo, a ele poderíamos acrescentar “[...] pois estamos ocupados escrevendo”. Longe de proibir tiranicamente a autoria do outro, proponho-me a refletir sobre o assunto entre os antigos.

A noção de autoria não é coisa simples. Como tantas outras noções sobre as quais se fala, tem sido tratada por vezes como um dado, sem o devido rigor. Maior o número de sociedades e de épocas, maior o número de caminhos possíveis, e seu conceito se complexifica quando pensado em relação a outras noções como a de manifestação ou presença, de atribuição, de performance, de ficção e de função, para mencionar algumas. Nem sempre excludentes, elas podem funcionar conjuntamente. É possível, inclusive, a ausência de um nome de autor. Então “cria-se um”, como nos ensinou Michel Foucault³. Mas a verdade é que nem sempre tudo ocorre tão esquematicamente assim⁴.

Para o historiador do Mundo Antigo, acostumado com o par nem sempre simétrico estranhamento/proximidade, é sabido que se trata de um terreno fértil, que proporciona inúmeras possibilidades para pensar o ser humano enquanto “dono” ou, para embelezar um pouco, sujeito possuidor e reivindicador (muitas vezes consciente, mas sempre?) de suas criações. Estudar a ideia de autoria entre esses que por convenção chamamos de “Antigos” nos convida também a refletir sobre nós mesmos e sobre nosso ofício. Afirmar isso hoje pode parecer um simples *cliché*, mas tal postura, a meu ver, contribui para a qualificação dos nossos estudos.

2 NORA, Pierre. “Écrivez, on ne vous lira pas”. *Le Débat*, 19, 1982, pp. 14-28.

3 FOUCAULT, Michel. “Qu’est-ce qu’un auteur?”. In. _____. *Dits et Écrits (1954-1988)*. Tome I: 1954-1969. Paris: Gallimard, 1994, pp. 789-821.

4 Basta que se considere, por exemplo, a poesia oral em diversas sociedades, pensada por FINNEGAN, Ruth. *Oral Poetry: Its Nature, Significance, and Social Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, a partir de três elementos, a *composição*, a *transmissão* e a *performance*: a composição e a transmissão pode ser de um coletivo anônimo, e a performance não de um autor, mas de alguém que performa a tradição.

A noção de *autor* e de *autoria* pode ser explorada de diferentes maneiras, como por exemplo a atribuição (encontrar o verdadeiro autor) ou a “biografia” do escritor (na esperança de compreender sua obra)⁵. Mas é no decorrer dos anos 1960 que notamos um interesse maior e mais profundo. Isso vem à tona após uma série de transformações do que chamamos mundo moderno, que sublinham a presença e a importância da ação do indivíduo⁶. Trata-se então de uma preocupação cujos contornos são construídos historicamente. Quanto aos próprios antigos, não seria correto afirmar que aquilo que chamamos de presença autoral não fosse para eles algo de importância. Dependerá do caso, do período e do local. É preciso distanciar-se do trans-histórico e do trans-cultural. Sua particularidade parece estar muito mais na ampla gama de possibilidades de intervenção de um sujeito em um texto, muitas delas estranhas para nós. Eis o mundo dos antigos, tão rico quanto aos mais diversos assuntos!

Isso poderia nos colocar diante de uma certa dificuldade, aquela provocada por uma reflexão sobre a distância. O estudioso da Antiguidade está acostumado a transitar entre os povos, entre *eles* e *nós*, entre a estranheza e o domesticado, entre o estranho domesticado, e dele deve(ria) vir uma tentativa de resposta à pergunta “Em que medida o ‘nosso’ mundo teria a ver com o ‘deles’?”. Por que estudá-los? E como tratá-los? Seria

5 A bibliografia sobre o assunto é vasta. Bom para começar seria o livro de BRUNN, Alain. *L'auteur. Textes choisis et présentés par Alain Brunn*. Paris: GF-Flammarion, 2001, com textos reunidos e comentados, embora sem muita atenção aos os autores antigos.

6 Isso está ligado ao que muitos chamam de pós-modernidade, no mínimo de dois modos: 1) o autor é um construtor de realidades por meio de seu texto, a ponto de ele próprio se tornar uma realidade textual; 2) no mundo em que se verá a crítica aos grandes poderes, autores como Roland Barthes e Michel Foucault considerarão o autor em termos de perda de autoridade diante do leitor, para o primeiro, e em termos de punição pelo que ele profere, para o segundo. Vemos já em BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966, um importante aparato acerca da intervenção do *eu* em um discurso. Sobre os antigos, são parte desse interesse, por exemplo: HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote: Essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 2001; CALAME, Claude. *Le récit en Grèce Ancienne: Énonciations et représentations de poètes*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986; DEWALD, Carolyn. “Narrative surface and authorial voice in Herodotus’ Histories”. *Arethusa*, v. 20, 1987, pp. 147-170.; MARINCOLA, John. “Herodotean narrative and the narrator’s presence”. *Arethusa*, v. 20, 1987, pp. 121-137.

possível compreender um mundo tão distante? Sabemos minimamente o que é um autor, todos temos uma ideia acerca disso. Mas os antigos – todos eles – sabiam? Conhecemos nomes de autores antigos, mas para eles tal noção fazia sentido? Talvez um caminho seja o de, primeiramente, não os privar *a priori* de uma experiência que em alguma medida tenha certa relação com a nossa. Em segundo lugar, não ir longe demais a ponto de sufocar os antigos com nossas próprias categorias e experiências, fazendo deles meros subordinados ao nosso tempo. Nem colegas⁷, nem extraterrestres!

Nesse sentido, é tentadora a postura de Nicole Loraux⁸ de pensar tudo isso “anacronicamente”. Suspender nossas próprias categorias para tentar apreender as deles é um momento importante em uma pesquisa, mas não deve ser o fim. Se assim o fosse, correríamos o risco de evidenciar a distância e a alteridade do passado, em um particularismo exacerbado que poderia acabar por destituir uma possível relação entre passado e presente, entre eles e nós. Dentro das limitações deste breve trabalho, proponho que não hesitemos em utilizar o conceito de autoria para estudar os antigos, não apenas os gregos, mas mais amplamente, mesmo que para fazer aparecer as diferenças entre aquilo que nós assim designamos e aquilo que, entre os antigos, podemos identificar no lugar de “autoria”. Portanto, eu não hesitaria em afirmar que, para determinada época e determinada sociedade, não havia um autor (exatamente como o nosso), mas que nem por isso essa determinada sociedade ou época deixaria de ter alguma relevância para refletirmos sobre o assunto. É preciso ter cuidado para não cairmos na pobre afirmação de que “todos (os povos) têm o seu autor”, *nihil novi sub sole*. Tal postura, difundida aqui e ali, pretende dar tudo a todos à força, impositivamente, mas parece causar o efeito inverso: acaba por roubar as particularidades de cada povo ou civilização. As coisas dos humanos foram sendo construídas no

7 LORAUX, Nicole. “Thucydide n’est pas un collègue”. *Quaderni di storia* 12– luglio/dicembre 1980, pp. 55-80.

8 LORAUX, Nicole. *A tragédia de Atenas – a política entre as trevas e a utopia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, pp. 192-195.

tempo e no espaço, desde os inícios, e caminhos diversos foram tomados, como todos deveríamos saber.

O intento aqui não é o de apresentar ao leitor um catálogo, caso a caso, pretendendo dar conta de uma série de sociedades. Na impossibilidade de tudo dizer, limito-me a refletir a partir de saltos temporais e espaciais, no intuito de elencar alguns elementos importantes entre algumas das experiências disponíveis, sem um aprofundamento exaustivo nas próprias obras mencionadas, mas como um indicativo para um iniciante de que há um assunto a explorar. Esta investigação pretende dizer algo sobre história e sobre historiografia, as antigas experiências no campo da escrita da história em seu sentido epistemológico. Por esse motivo, foram consideradas algumas experiências que não são de historiadores, mas que dizem respeito geralmente a narrativas acerca do passado. A verdade é que o historiador nunca foi o narrador exclusivo do passado⁹, por isso os casos mencionados podem nos ajudar a pensar mais amplamente sobre o assunto.

Antiguidade, um mundo sem autores?

Começemos pelo “Entre rios” ou Mesopotâmia, nome grego empregado para designar aquele aglomerado de povos situado no que hoje chamamos de Oriente Médio, mais exatamente no Iraque, cercado dos dois lados pelos rios Tigre e Eufrates. Começo de tudo? Certamente não, mas uma região que seduz, devido a sua rica documentação escrita. Lá encontramos um antigo resultado da sedentarização. Grupos humanos, sedentarizados ou não, vivendo em proximidade, em contínuo contato, amistoso ou não, criando ou aperfeiçoando fortalezas e cidadelas, utensílios diversos e também seus inúmeros deuses¹⁰. Isso não é pouco. A escrita mais antiga parece ter surgido naquelas terras, por volta dos inícios do terceiro milênio a. C..E dessa impressionante invenção também

9 FINLEY, Moses I. *O uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989; MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

10 BOTTÉRO, Jean. *Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux*. Paris: Gallimard, 1987.

resulta um personagem que vale a pena mencionar: o escriba. Um autor? Não, mas “um especialista”, como dirá Katia Pozzer¹¹, um profissional que desempenha função importantíssima no seio de sua sociedade. Tão importante que podemos ver ainda hoje, no Louvre, uma estátua egípcia dedicada ao “Escriba sentado” (entre 2.650 a 2.500 a. C.). Geralmente provindo de grandes famílias, desempenhando uma função com caráter hereditário, passando por escola de escribas para desenvolver suas habilidades. Seus nomes eram conhecidos, pois isso significava garantia de autenticidade e rigor do documento. Houve inclusive escribas mulheres, ao menos na época do rei Hamm-rabi da Babilônia, século XVIII a. C., atestadas por documentos provenientes de Mari e Sippar¹².

Para Jean-Jacques Glassner¹³, o mais comum na literatura mesopotâmica foi o anonimato, ou no máximo listas com nomes duvidosos, em meio a personagens divinos ou lendários. Alguns autores podem ter surgido tempos depois do próprio texto, por atribuição. Um bom exemplo é o da famosa *Epopéia de Gilgámesh*. Na maioria das vezes o leitor não coloca a pergunta “trata-se de qual versão?”. Pois deveria. Numerosas versões, representando diferentes opções possíveis para o mesmo mito, circulando por regiões diferentes, de boca em boca e de tabuinha (cuneiforme) em tabuinha. Na capa da tradução brasileira de Jacyntho Lins Brandão, esse elemento tão importante que compõe o *paratexto*¹⁴, encontramos um nome: Sin-léqui-unníni. Um nome, para nós estranho, mas que talvez amenize a estranheza da ausência de um nome de autor. Isso nos ajuda de algum modo a *domesticar* o texto de Gilgámesh. Mas o que isso quer dizer? Não um autor no sentido de um criador da obra, talvez também não no sentido foucaultiano de *função-autor*¹⁵. Trata-se antes de uma versão canônica,

11 POZZER, Katia Maria Paim. “Escritas e escribas: o cuneiforme no antigo Oriente Próximo”. *Classica*, São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, 1999, pp. 61-80.

12 CHARPIN, Dominique. *Le clerge d’Ur au siecle d’Hamntu-Rabi (XIXe-XVIIIe siècles av. J-C.)*. Geneve-Paris: Droz, 1986, p. 203; POZZER, *Escritas e escribas...*, p. 68.

13 GLASSNER, Jean-Jacques. “Être auteur avant Homère en Mésopotamie?”. *Dio-gène*, Paris, v. 196, n. 4, 2001, p. 111-118.

14 GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

15 FOUCAULT, Michel. *Qu’est-ce qu’un auteur?...* Esta noção é muito importante,

a última que conhecemos e de onde provêm outras posteriores. Em uma espécie de catálogo bibliográfico do primeiro terço do I milênio a. C., pode ser lido que “a série (a obra, considerando suas tabuinhas) de Gilgámesh é atribuída a *Sin-léqui-unninni*, exorcista”¹⁶. Ele não é precisamente o responsável por uma elaboração narrativa acerca desse passado heroico do rei de Uruk. Desconhecido, esse personagem poderia ter vivido em algum momento da segunda metade do II milênio a. C., possivelmente um reputado homem de letras em seu tempo. Essa “nova” edição pressupõe então adaptações, revisões e adições em relação às versões mais antigas, essa sendo sua responsabilidade, que garante seu nome em uma lista, mas não como o autor criador da Epopeia de Gilgámesh. Seu nome não é maior do que a tradição que ele reescreve (nem mesmo é fortemente associado à ela, se compararmos com o nome de Homero). Brandão, tradutor consciente dessas dificuldades¹⁷, precisou tomar uma decisão, que consiste em um bom exemplo da importância do autor. Neste caso, unidade do texto e veracidade contextual, tendo em vista que esse texto funcionou realmente em algum contexto, em contrapartida às versões fragmentadas ou reconstruções editoriais de que se dispõe.

Na Índia Antiga, quem é o autor dos textos Védicos? O que conhecemos sob o nome de Vedas diz respeito a uma ampla coleção de hinos religiosos, compostos em uma língua que recebe o nome de védico, a mais antiga conservada de todo o grupo linguístico indo-iraniano, e levada pelos invasores indo-europeus para o que hoje chamamos de Índia – especificamente o Punjabe, região hoje dividida entre a Índia e o Paquistão – na última parte do

porém não dá conta de tudo. Os autores gregos antigos, como os mencionados aqui, se apresentam muito como reivindicadores da autoria. Para isso, ver GUTERRES, Tiago da Costa. *Heródoto versus Khrónos: kléos, escrita da história e o autor em busca da posteridade*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017a.

16 *L'Épopée de Gilgamesh. Le grand homme qui ne voulait pas mourir*. Traduit de l'akkadien et présenté par Jean Bottéro. Paris: Gallimard, 1992, p. 51.

17 *Sin-léqui-unninni. Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgamesh*. Tradução do Acádio, introdução e comentários Jacyntho Lins Brandão. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 27.

II milênio a. C.. O *Rigveda* é reunido em dez livros ou *mandalas* contendo 1.028 hinos (*suktas*) endereçados principalmente a deidades particulares¹⁸. A tradição considera os Vedas uma revelação divina aos antigos cantores (*Rsi-*), que a transmitiram oralmente, em um processo de transmissão oral que praticamente nunca foi interrompido. Assim, lemos “Agni, merecidamente exaltado pelos cantores antigos e digno de sê-lo pelos de agora”.¹⁹ Em outro hino, lemos “Eu a ti celebrarei, oh imortal, alimentador de todos os seres”²⁰. Quem são esses cantores antigos? A quem remete esse “eu”? Muito provavelmente a todos os cantores possíveis, de acordo com a atualização do hino ocorrida a cada enunciação, como veremos na próxima parte. Nesse sentido, o “criador” só pode ser conhecido no momento da performance, ou então sob a forma anônima que representa a tradição.

Da Índia à China, um salto temporal e cultural. De lá, nosso melhor exemplo não pode ser outro senão o de Confúcio e seus *Diálogos*. Ele nasceu em torno de 551 a. C. no país de Li, e é considerado por Anne Cheng “o primeiro caso na história chinesa em que se faz sentir a voz de alguém que fala em primeira pessoa e em seu próprio nome, assumindo assim a conotação de um verdadeiro autor”.²¹ Somos incapazes de estabelecer com exatidão a data dos *Diálogos*, mas sabemos que se trata de uma compilação tardia realizada não exatamente por seus discípulos diretos, mas pelos discípulos desses, ou ainda mais tardios. A versão que chegou até nós data do século III da nossa era.²² No próprio texto podemos apreender algo sobre o lugar daquele que escreve a referida obra: “Transmito o ensinamento dos antigos sem criar nada de novo,

18 WATKINS, Calvert. *How to kill a dragon: aspects of indo-european poetics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 54.

19 *Rigveda, Hino a Agni* 1.

20 *Rigveda, Hino a Agni* 44.

21 CHENG, Anne. *Storia del pensiero cinese. Volume primo: Dalle origini allo “studio Del Mistero”*. Traduzione di Amina Crisma. Torino: Einaudi: 2000, p. 47.

22 CONFÚCIO. *Diálogos de Confúcio*. Tradução do chinês ao francês por Anne Cheng; tradução do francês ao português por Alcione Soares Ferreira. Introdução de Anne Cheng. São Paulo: IBRASA, 1983.

porque me parece digno de fé e de adesão”²³. Confúcio não seria então o criador original do texto, mas é preciso levar em conta que tal noção é muito mais nossa do que de seu tempo. O incontestável é que ele desempenha uma função, pois é ele que responde por aquela tradição de que se vale, então temos nele uma (re)fundação, algo mais profundo do que o nome de Sin-léqui-unnínni.

De poetas a historiadores...

Na Grécia antiga, do poeta ao historiador, são inúmeras as possibilidades autorais²⁴, diferentes modos de intervenção nos textos, diferentes modos de *presença*. A noção de autor parece emergir de modo muito particular na poesia grega antiga, da qual os historiadores em muito se valeram, com a qual eles também rivalizaram. Nesse jogo de influências entre povos, épocas e o que chamaríamos hoje de “gêneros”, o que vemos são continuidades e rupturas, permanências e particularidades que, na maioria das vezes não parecem estar em oposição. O que dizer daquele que Cícero chamou de *pater historiae*, Heródoto de Halicarnasso, aquele que se faz rival de Homero? Pois não foi ele também chamado, para além de mentiroso (*kakoethés*), de “o mais homérico (*homērikótatos*)”²⁵?

Seria talvez impossível verificar com precisão a história de toda essa emergência, mas parece razoável dizer que aquilo que geralmente classificamos como poesia²⁶ teve um papel mais do que

23 Confúcio, *Diálogos*, VII 1.

24 Além da autoria na poesia ou na história, seria pertinente pensá-la nas estátuas e na cerâmica, por exemplo, o que não teremos espaço para fazer neste texto. Ver debate em SVENBRO, Jesper. *PHRASIKLEIA. An Anthropology of Reading in Ancient Greece*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993.

25 De *kakoethés* em Plut., *Mor., De Her. mal.*, e de *homērikótatos* em [Longinus], *Subl.*, XIII. 3. 1-3 (século I d.C.).

26 Para o termo *poesia*, ver WEST, M. L., *Indo-European Poetry and Myth*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007, p. 26, que pensa a poesia dos povos indo-europeus não necessariamente como composta em verso e obedecendo a uma métrica, mas de modo mais amplo, uma certa dicção ‘poética’, onde a prosa não seria exatamente a sua antítese, e sim o discurso “normal” ou cotidiano. A oposição então seria entre linguagem *não acentuada* (*unmarked*) e linguagem *acentuada* (*marked*): de um lado, o discurso comum, idiomático; do outro, o discurso que diverge do ordinário utilizando um vocabulário elevado ou arcaico, epítetos ornamentais, figuras de discurso, e outros recursos artificiais.

decisivo. A constatação da fragilidade humana diante do tempo e a preservação da memória das ações guerreiras de um povo por meio do canto vão de par. Cria-se assim um verdadeiro *topos* que pode ser verificado na literatura ocidental de vários períodos, a saber, o da perenidade por meio da poesia. Mas quem é apto a realizar tal tarefa de extrema responsabilidade? E de onde provém tal aptidão? Eis um problema de ordem epistemológica, para o qual poetas e historiadores deram respostas diferentes.

Homero é rico em singularidade. Uma figura memorável, cujo nome é tão famoso quanto o dos personagens míticos por ele narrados. Um autor, um nome de autor, mas um nome que esconde enorme complexidade. Ao que tudo indica, construído socialmente, para dar conta de um ou – o mais provável – de vários *aedos*²⁷, ele exerce sua *função-autor* no mundo grego antigo. Esse nome de autor se constituiu como a própria figura do Poeta, com letra maiúscula, uma verdadeira entidade. Na *Ilíada* e na *Odisseia*, essa figura está praticamente pronta para a posteridade. Lá podemos – lá os gregos puderam – aprender a importância desse profissional da palavra, sua função e seus limites, como no caso de Tamíris, aquele que decidiu que não precisava das Musas para exercer sua função²⁸. Já antes da Tragédia, a epopeia refletia sobre a ação humana e seus limites. Os deuses punem, e os poetas gregos sabiam disso; é preciso reverenciar as filhas de Mnemosýne, a Memória. Educador da Grécia, Homero ensina e adverte, ele também é a *Paidéia* dos poetas antigos.

De onde vem esse conhecimento cantado por Homero? Que tipo de relação um humano desse período e dessa cultura pode ter para acessar o passado humano, heróico e divino? No mundo do *aedo* homérico não há exatamente a palavra *autor*²⁹, que é latina,

27 WEST, M. L. "The Invention of Homer". *The Classical Quarterly*, New Series, v. 49, n. 2, 1999, pp. 364-382.

28 [Hom.] *Il.II*. 594-600.

29 Derivada do verbo *augēre*, no amplo sentido de "crescer", "fazer crescer", "aumentar", "amplificar" (ERNOÛT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Histoire des mots. 4^a édition augmentée d'additions et corrections par Jacques André. Paris: Klincksieck, 2001, p. 56-58). A palavra confere o sentido geral ao agente como "aquele que aumenta", "que faz avançar" (progredir), ou então mais especifi-

e não há a mesma ideia que temos de indivíduo e nem mesmo a nossa ideia de escrever uma obra, uma vez que se trata de uma sociedade prioritariamente – mas não exclusivamente – oral³⁰. Era da boca do aedo – nome que significa “cantor” e não “escritor”, *sýngraphos*, como posteriormente muitos prosadores foram chamados – que provinha a poesia, e não de sua pena. E ele depende não apenas de seus próprios esforços ou de seu talento: ele depende das Musas, e praticamente toda a poesia grega esteve de alguma forma ligada a isso³¹. Mas depende até que ponto? A ponto de anular-se a si próprio como sujeito, desprovido de arte (*tékhnē*) e da *epistēmē*, restando-lhe apenas uma força divina (*theía dýnamis*), como nos ensina Platão no *Íon*?

Seria prudente não levá-lo ao pé da letra, mas merece destaque o fato de que mesmo em sua época existe a ideia de que a natureza da poesia está ligada a uma figura divina, como podemos ler já no primeiro verso da *Ilíada*³²: “A ira (*ménis*), Deusa (*Theá*), canta (áeide) do Peleio Aquiles”, e na *Odisseia*³³: “Diz-me, ó Musa (*moi éennepe, Moúsa*), do homem de muitos artifícios [...]”, e no plural³⁴: “Dizei-me agora, ó Musas (*Éspete núm moi, Moúsai*), residentes do Olimpo [...]”³⁵. Na *Thebaida* (ou o que resta dela), podemos ler algo bastante parecido com o início da *Ilíada*: “Canta (áeide), Deusa (*Theá*), a árida Argos, de onde os reis [...]”³⁶. Hesíodo (século

camente: 1) “aquele que aumenta a confiança”, como a responsabilidade do vendedor em vista do comprador, ou como um garantidor de algo, como em Cic., *Off.* 3, 113: “*Polybius, bonus auctor in primis*” (no sentido de “aquele que serve de garantia dos fatos”).

30 SVENBRO, *PHRASIKLEIA*....

31 As Musas são tradicionalmente ligadas à poesia grega, e mesmo romana. Mas há diferenças sensíveis de um poeta para outro. Ver MURRAY, Penelope. “Inspiration in Early Greece”. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 101, 1981, pp. 87-100.

32 [Hom.] *Il.* I. 1-2.

33 [Hom.] *Od.* I. 1.

34 Acerca da variação no número de Musas a partir de sucessivas modificações e interpolações na transmissão dos textos homéricos, ver: ASSAËL, Jacqueline. “La Muse, l’aède et le héros”. *Noesis*, n. 1, 1997, p. 123.

35 [Hom.] *Od.* II, 484.

36 *Thebaida*, I, In: *Greek epic fragments, from the Seventh to the Fifth Centuries BC*. Edited and translated by Martin L. West. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2003. (Loeb Classical Library, Vol. 497).

VIII-VII a. C.), no início da *Teogonia*³⁷, marca seu nome e aponta para sua fonte de autoridade: foram as Musas que ensinaram (*edidaxan*) o belo canto que sua audiência (ou seu leitor) conhecerá, resultado de uma experiência com as deusas, quando um dia ele foi pastorear suas ovelhas no monte Hélicon. Teógnis de Mégara³⁸ apresenta seu nome e ainda se refere ao seu ‘selo’, *sphrēgís*. Ou então Safo de Lesbos, que faz com que seu nome apareça de forma indireta, sendo a deusa Afrodite quem toma a palavra para apresentá-la: “Quem te engana (*adikēei*), ó Safo?”³⁹. Os exemplos não acabariam por aqui.

Há divergências entre os intérpretes acerca da subjetividade do poeta nesse lugar onde as Musas parecem soberanas, embora o reconhecimento de uma certa liberdade do poeta não pareça ser mais problema há algum tempo. Jesper Svenbro⁴⁰ enfatiza as mudanças ocorridas na *pólis*, onde o aedo pôde, aos poucos, distanciar-se da dependência das Musas, que o limitavam quanto à sua presença como autor, por isso a ausência de um “selo” ou assinatura (*sphragís*) nos poemas de Homero. Píndaro seria um *autor*, o caso mais claro da condição profissional do poeta que emerge na *pólis*, e ele vende sua habilidade poética, sua *sophía*, como na *Primeira Ístmica*⁴¹, e que deve reivindicar a autoria de seu canto, tendo em vista a busca pela remuneração como um *autor contractual*. Para Andrew Ford⁴², tratar-se-ia antes de uma convenção: não estamos em um período antes da descoberta do *eu*, mas estamos em um gênero onde foi esperado do poeta remover a si pró-

37 [Hes.] *Th.* vv. 22-23.

38 [Thgn.] vv. 19-26.

39 [Sapph.] I, 19-20 Campbell.

40 SVENBRO, Jesper. *La parola e il marmo: Alle origini della poetica greca*. Torino: Editori Boringhieri. 1984.

41 Termo *misthós*, traduzido por Willian H. Race por “pagamento” (vv. 47). [Pi.], O., P., N., I., usa o termo livremente no sentido de ‘recompensa’, como também na [Pi.], O., P., N., I., *Primeira Pítica*, 75-77, e diz respeito à relação de reciprocidade entre poeta e patron. Ver: NAGY, Gregory. *Pindar’s Homer: The Lyric Possession of an Epic Past*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1990, pp. 188-190; WATKINS, *How to kill a dragon...*, p. 70-71.

42 FORD, Andrew. *Homer: the poetry of the past*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1A992, pp. 37-39.

prio do texto e falar não como um artesão de palavras, mas como um transmissor de histórias. Irene de Jong⁴³, por sua vez, reforça que mesmo o aedo homérico fazia referência ao seu próprio *kléos*, ao contrário das interpretações tradicionais. Homero não seria tão modesto. Na *Ilíada*, quando Heitor vai à mansão de Páris para que este combata junto aos troianos, encontra também Helena, que reconhece sua culpa, e diz que Zeus teria imposto isso para que Páris e ela se tornassem temas de vates futuros⁴⁴. Ou quando Alcínoo diz a Odisseu: “Os deuses decidiram; fiaram a catástrofe/ de homens para o canto (*aoidē*) existir um dia”⁴⁵.

É difícil aceitar a ideia de um apagamento por parte do *aedo*, pois mesmo que seu nome nem sempre seja lido nos textos de que dispomos, ele possuía reconhecimento em seu contexto social, algo que não nos chegou. Temos o costume de pensar esses nomes em termos de presença no texto e não de sua presença na própria *performance*. Há, com o passar do tempo, uma certa ênfase no nome e/ou na figura do poeta, sobretudo na chamada poesia lírica. Simônides de Ceos, Baquilides e Píndaro (entre os séculos VI e V a. C.) reivindicaram seu canto como superior ao artefato (uma estátua, por exemplo), no sentido de que o canto não é estático, preso a um determinado lugar, pois ele se propaga, pode ser ouvido em diferentes lugares, assegurando a *kléos* ou fama daquele que solicita os trabalhos do poeta. Ainda não em termos de *poiētēs*, que remete à noção de ‘fazer’ ou de ‘fabricar’. O termo geral que designava os cantores dessa época era *aoidoí* (plural de *aoidós*, relativo ao verbo *aeídein*), sem uma diferenciação entre aquele que compõe e aquele que executa o canto, como lemos em um fragmento atribuído a Sólon “*pollà pseýdontai aoidoí*”⁴⁶, “os *aedos* cantam muitas falsidades”. A disseminação de um novo vocabulário não parece provir dos próprios poetas, mas de um novo contexto de exame crítico das tradições gregas por parte de mitógrafos, médicos e

43 DE JONG, Irene J. F. “The Homeric Narrator and His Own kleos”. *Mnemosyne*, Fourth Series, v. 59, Fasc. 2 2006, pp. 188-207.

44 [Hom.] *Il.*, VI. 356-358.

45 [Hom.] *Od.* VIII. 579-580.

46 [Sol.], Fr. 29 West.

historiadores⁴⁷. Dependência estrita ou respeito à tradição, os *aedos* reivindicam a ajuda das deusas, e isso nunca chegou a apagar sua própria presença, mesmo que expressa no uso do *eu*⁴⁸, ou pela reivindicação de atributos ao seu canto.

A poesia era o veículo da preservação dos feitos dos heróis no caso de Homero, dos atletas no caso de Píndaro e outros, e em muito esteve ligada à memória, então não é inconsistente pensar na imortalização do próprio poeta. Lemos isso em Íbico (VI a. C.): “e tu também, Polícrates, terás fama imperecível (*kléos áphthiton*) como canto e minha fama (*emòn kléos*) pode dar isso”⁴⁹. Eis que a fama imorredoura não pertence mais aos personagens míticos!

E em Roma? Lá um poeta como Horácio vai ainda mais longe. Nascido no tardio século I a.C., a presença de si como autor e seu espaço diante das Musas parece algo comum⁵⁰:

*Concluí um monumento mais perene que o bronze e mais alto que a massa/estrutura (decomposição/decadência) régia das pirâmides (Exegi monumentum aere perennius/ regaliq;ue situ pyramidum altius), que nem a chuva voraz, nem Aquilão [o vento norte] desenfreado (impotente) possa destruir, ou a inumerável série dos anos e fuga dos tempos. Não morrerei todo e grande parte de mim evitará a Libitina: eu crescerei sempre novo com o louvor futuro, enquanto ao Capitólio subir o pontífice com a virgem silenciosa: onde estrondeia o violento Áufido e onde Dauno, pobre de água, reinou sobre povos agrestes, dirão que eu, de humilde (tomado) poderoso, fui o primeiro a trazer o canto eólio aos modos itálicos. Assume a soberba devida aos méritos e de bom grado, Melpómene, com louro délfico me coroa os cabelos*⁵¹.

47 Em Heródoto, por exemplo, já aparece bem a mudança que sublinha o ato de fazer ou de compor a poesia: “[...] suponho, com efeito, que Hesíodo e Homero viveram quatrocentos anos antes de mim, não mais do que isso; ora foram eles que compuseram (*poiēsantes*) para os gregos uma teogonia, que atribuíram (*dóntes*) aos deuses seus diversos nomes, suas honras e suas competências, desenharam suas figuras; [...]” (Hdt. II. 53).

48 Os textos que conhecemos devem ter passado por diferentes cantores, que atualizaram o constatado *eu* do canto, em diferentes locais e épocas. Acerca da complexa presença do *eu* na performance de Píndaro, onde o coro utiliza o pronome pessoal em primeira pessoa, mas fazendo referência ao próprio poeta, ver NAGY, *Pindar’s Homer...*, p. 339-381. Para um exame da presença do *eu* na poesia e as diferentes formas de enunciação na poesia grega (exceto em Píndaro), ver CALAME, *Le récit en...*

49 [Ibyc.], Fr. 282, 47-48 Campbell.

50 Extraída do livro de ACHCAR, Francisco. *Lírica e lugar comum: alguns temas de Horácio e sua presença em português*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 154.

51 Hor., *Carm.* III. 30.

Eis o resultado de um conhecedor dos poetas gregos, séculos depois e em outro solo! Para Francisco Achcar⁵², essa postura tem sua influência grega, e o tema pode ser considerado um antiqüíssimo lugar-comum, formulado circunstancialmente na épica e presente na lírica desde seus primórdios⁵³. Pela boca de Homero o herói é perenizado, Píndaro promete a lembrança daquele que lhe encomendou o poema, e Horácio reserva para si próprio a imortalidade. Tal ideia do poder perenizador contida na poesia de Horácio encontra ecos, segundo Achcar, em numerosos autores, de várias épocas como Propércio, Ovídio, Sêneca, Shakespeare, Ronsard, e mesmo na poesia em língua portuguesa como Sá de Miranda, Camões, Tomás Antônio Gonzaga e outros. Aprendemos assim que nem os poetas gregos foram meros instrumentos das Musas, nem os poetas romanos as esqueceram⁵⁴.

Podemos resumir os principais elementos que permitem a existência da poesia na tríade musa/poeta/canto equivalente ao saber/autor/obra, reconhecendo que ficará mais ou menos de fora aqui um quarto elemento, não menos importante, a saber, o público⁵⁵. Qual o tamanho do que compete ao divino nessa produção? Resposta possível, comedida e nuançada: o poeta é autor dentro dos limites impostos pela presença tradicional de uma figura divina. Há algo de convenção nessa relação, e a poesia é tradicionalmente ligada às Musas. Nem mesmo foi questão de buscar outra opção, pois elas são autoridade (pensemos no exemplo normativo de Tamiris) em relação ao saber e ao fazer poético, e elas devem ser referenciadas, invocadas e homenageadas, o que pode também

52 ACHCAR, *Lírica e lugar comum...*

53 A respeito do *topos* da perenidade da poesia em torno da relação entre gregos e romanos, ver: *Ibid.*, p. 154.

54 As Musas não possuem importância em Horácio como em Homero ou outros poetas gregos. Não se trata, para os romanos, de uma memória divinizada como para os gregos. Talvez a Musa de Horácio seja mais voltada à estética tradicional da poesia. Para esse assunto da memória e do esquecimento no mundo romano, ver BAROIN, Catherine. *Se souvenir à Rome. Formes, représentations et pratiques de la mémoire*. Paris: Éditions Belin, 2010.

55 O que não deixa de ser considerado, ou ao menos pressuposto, na ideia de *função-autor* de Foucault. Acerca do *leitor*, ver PIÉGAY-GROS, Nathalie. *Le Lecteur*, Paris: GF-Corpus Lettres, 2002.

reforçar a própria imagem do poeta. O que lemos como limitação humana parece ter sido tratado por eles em termos de dom divino restrito a poucos escolhidos. Além disso há também a importância estética da invocação às deusas, que embelezam o poema. Enfim, uma presença incontornável, sob vários aspectos, onde o mais marcante talvez seja o da dependência frente ao saber sobre o passado. Em um mundo tão bem ordenado, tudo tem seu lugar, e o poeta não precisa ou não pode disputar com esse aspecto da tradição. Como aponta Jacqueline Assaël⁵⁶, essa é a postura do aedo Fêmio, que se apresenta como *autodíaktos* na *Odisséia*⁵⁷, o que não equivale a uma recusa ao dom divino (bem distante do que entendemos hoje por “autodidata”). E como poderia ser diferente, se os poetas portam tantos elementos tradicionais, e narram, entre outras coisas, eventos situados no tempo do mito, inacessível aos humanos sem essa intervenção divina? Tal postura será posta em questão pelos historiadores.

A autoria como problema para o historiador antigo

Como narrar o passado? De epopeia à *Historiē*, de poetas a historiadores, muitas mudanças ocorrem, mas muitas permanências continuam a aparecer na historiografia nascente⁵⁸. Levar isso em conta nos permite um conhecimento mais apropriado sobre aquilo que os historiadores realmente criaram, pois em sua atitude de inovação foi importante seguir a via do distanciamento, por vezes da ruptura. Não que eles fossem os únicos a buscar novos caminhos, pois, na Grécia das *póleis*, o que podemos ler nas fontes são prosadores reforçando sua presença – seu “eu” textual – por toda parte, como Hesíodo, os poetas líricos, os médicos e os filó-

56 ASSAËL, Jacqueline. “Phémios autodíaktos”. *Revue de philologie, de littérature et d'histoire anciennes*, 2001/1, Tome LXXV, pp. 7-21.

57 [Hom.] *Od.*XX, vv. 344 *sqq.*

58 Muito bem destacados por HARTOG, *Le miroir d'Hérodote...*; CALAME, *Le récit en...*, SAUGE, André. *De l'épopée à l'histoire: Fondement de la notion d'historié*. Paris: Peter Lang International Academic Publishers, 1992; MURARI PIRES, F. “Prologue historiographique et proème épique: les principes de la narration en Grèce ancienne”. *Quaderni di Storia*, Anno XXIX, n. 58, p. 73-94, luglio-dic. 2003b.

sofos da natureza⁵⁹. Tudo isso parece vir ao encontro daquilo que chamamos de contexto grego do período, a saber, o reino da *pólis*, da ausência de um rei soberano e dono exclusivo da palavra, a emergência de ideias relativas à *isonomia*, à *isegoria* e o que depois será a democracia, que coloca os humanos a debaterem sobre as suas decisões comuns acerca da Cidade. Esse é o sentido da *pólis* enquanto comunidade de cidadãos, em consonância com a ideia de um autor que debate com os outros, que apresenta a sua versão, que reivindica para si a responsabilidade pela elaboração de uma obra – um saber que toma como base um laborioso processo investigativo e reflexivo, baseado na crítica da tradição e do documento.

O que pode ser dito sobre a escrita da história antiga à luz da noção de autoria? O que tal noção pode nos ensinar acerca dessa prática antiga, portadora de uma reflexão sobre a representação do passado? Limito-me a destacar os seguintes elementos, que na verdade funcionam em conjunto na obra: o *sujeito* que escreve, a *memória* dos acontecimentos, também a memória de sua obra (consequentemente de si próprio), e a *representação* da coisa ausente, no tempo e no espaço. Eles podem nos dizer algo importante sobre a autoria dos historiadores antigos. Vejamos brevemente cada um deles.

O sujeito

Em termos gerais, não há muito como fugir do seguinte: o historiador deve ser um sujeito presente e responsável pelo que afirma em seu texto. Com ambição pela verdade do passado, ele deve ser – ou, no máximo, pode ser – um mestre do rigor⁶⁰. É claro que nisso há inúmeras possibilidades, algumas muito sutis para um olhar desatento. Já se afirmou, por exemplo, que os histo-

59 Atitude chamada de “egotismo” por LLOYD, G. E. R. “Tradition and Innovation, Text and Context”. In. LLOYD, G. E. R. *The Revolutions of Wisdom: Studies in the Claims and Practice of Ancient Greek Science*. Berkeley: University of California Press, 1995. pp. 51-109.

60 RICEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, pp. 231-301.

riadores “metódicos” franceses, por vezes chamados erroneamente de “positivistas”, não firmavam muito o seu *eu* autoral no texto, sendo menos *presentes*. Talvez a noção de presença, nesse caso, tome outros contornos, então é feita a confusão. Na verdade, e pelo contrário, ela é constante, uma vez que passemos a pensar sua obra como algo maior que uma ênfase enunciativa no momento da demonstração. E a capa do livro, a introdução, as notas, os parágrafos conclusivos etc.? Sem contar a vida intelectual, seu meio, onde a obra também *funciona* e demarca o status dessa estrela (aparentemente) oculta? Eles estão sempre lá, onde você não o vê, firmando sua presença, até mesmo quando citados como “menos presentes” no texto. Texto de quem? Enfim, uma verdadeira armadilha. Isso deve nos advertir sobre os historiadores antigos, cada um deles também ligado ao seu contexto, que em muito nos escapa.

Como desviar da afirmação marcadamente vernantiana de que o historiador grego antigo é filho da Cidade? E isso não apenas para historiadores, mas para a própria filosofia. Aliás, história e filosofia surgem em um mesmo momento. Assim, entre os séculos VI-V a. C., geralmente em cidades como Mileto, Éfeso e Halicarnasso, surgem indivíduos preocupados em conhecer de um modo mais profundo a natureza, a *phýsis*, e tentam explicar *a seu modo* a origem e a natureza de grandes fenômenos como o *kósmos*, a cidade e o próprio ser humano, em uma estreita relação entre filosofia e história, a segunda a serviço da primeira, não como área do conhecimento, mas como espécie de postura investigativa sobre as causas. A Tradição, com letra maiúscula, é marcadamente posta sob suspeita, e seus mitos não são suficientes para esses novos estudiosos⁶¹. E isso não significa pouco, não naquela época. Estamos acostumados a criticar praticamente tudo, então talvez

61 Prefiro enfatizar a Tradição dessa cultura, e não unicamente o *mýthos*, termo frequentemente simplificado e subestimado. Pesquisas têm tentado refletir com mais profundidade sobre o que possa ser um *mýthos* (os gregos nunca tiveram isso muito bem definido, é mais uma coisa nossa do que deles). Para isso, ver, por exemplo: DETIENNE, Marcel. *L'Invention de la Mythologie*. Paris: Gallimard, 1981; CALAME, Claude. *Myth and History in Ancient Greece. The Symbolic Creation of a Colony*. Translated by Daniel W. Berman. Princeton: Princeton University Press, 2003; CALAME, Claude. *Qu'est-ce que la mythologie grecque ?* Paris, Éditions Gallimard (“Folio essais”, 598), 2015.

tal imagem não nos sensibilize. É nesse movimento de crítica, nessa tentativa de explicar *autrement* que podemos ver, para além dos sempre famosos Tales de Mileto e seus “companheiros pré-socráticos”, sujeitos como Hecateu de Mileto: “Hecateu de Mileto conta (*mythētai*) assim: o que escrevo (*gráphō*) aqui é o que me parece ser verdadeiro (*hōs moi dokei alēthēa einai*) [...]”.⁶² Baseados apenas nesta citação, podemos afirmar que se trata de uma imposição crítica do sujeito frente à tradição (muitas vezes com nome de autor e tudo o mais)⁶³, o que indica uma importante postura de demarcação de um espaço de interpretação do mundo.

Com Heródoto e Tucídides (V a. C.) podemos observar de modo mais claro o seguinte: o historiador é sujeito incontornável para que a obra aconteça. Pois ele é o investigador, confronta a tradição e também confronta outros críticos da tradição, então nada mais aceitável que ele procure se impor individualmente, que insira sua *sphragís*, sua assinatura, o selo da pesquisa, “sou eu o responsável por toda essa elaboração narrativa!, que compreende muitos outros autores, mencionados ou não, assim como muitos relatos (*lógoi*)”. Heródoto e Tucídides são assim “os fundadores”, pois estão no princípio daquilo que chamamos ainda hoje de História, não somente pela palavra, mas por uma investigação e uma narrativa sobre o passado. Pela riqueza das questões levantadas, pelos caminhos que tomaram frente às dificuldades impostas aos seus projetos, pelos inúmeros debates gerados desde o seu tempo, eles acabaram se tornando figuras de autoridade, escolhidos como “predecessores” ontem e hoje. Eles ainda nos ensinam a fazer perguntas sobre nosso *métier*.

Heródoto de Halicarnasso demarca muito bem sua presença autoral, tanto diante do seu público de ouvintes ou leitores quan-

62 *FGrHist.*, 1 F 1 a.

63 Sobre os historiadores enquanto figuras de autoridade, ver MARINCOLA, *Authority and Tradition...* Acerca das controvérsias ou embates autorais entre Hecateu de Mileto, Heródoto de Halicarnasso, Helânico de Lesbos e Tucídides de Atenas, e estruturação de convenções, critérios de verdade e cânones na historiografia grega do V a. C., ver CORREA, Denis. *Controvérsias na Historiografia Grega: Hecateu, Heródoto, Helânico e Tucídides*. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Clássicos, 2021.

to diante da posteridade, como podemos ver desde o preâmbulo das *Histórias*:

Esta é a exposição das investigações (historiēs apódexis hēde) de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens não se desvançam (exítēlos) com o tempo (khrónos), nem fiquem sem renome (akleā génētai) as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos Helenos quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão (aitíē) por que entraram em guerra uns com os outros⁶⁴.

Tais palavras nos indicam um distanciamento em relação aos poetas, sobretudo a Homero, mas também em relação a prosadores como Hecateu de Mileto e outros cujos nomes muitas vezes não são mencionados⁶⁵. Sua investigação, *historiē*, enfatiza a ação do sujeito que não depende das Musas para conhecer o conteúdo que pretende narrar, e ela consiste sobretudo em reunir narrativas múltiplas, referenciadas ou não, de indivíduos e de grupos. Em sua obra, é constante a presença do *eu* desse viajante que muito viu (*ópsis*) e muito ouviu (*akoē*) e que apresenta (*apódexis*) os resultados ao seu público. Buscando salvar do esquecimento as ações humanas, impedir que elas fiquem sem lembrança (ele emprega o prefixo privativo *a-*, “sem” *kléos*) ele não deixa de ser influenciado pelos poetas dos quais busca tomar distância. Ao lermos isso podemos compreender por que Heródoto foi tão debatido entre os próprios antigos, para o bem e para o mal⁶⁶. Heródoto tem potencial infin-

64 Hdt. I. 1.

65 Ver DARBO-PESCHANSKI, Catherine. *O discurso do particular: Ensaio sobre a investigação de Heródoto*. Brasília: Editora UNB, 1998; HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote...*; HARTOG, François. *Evidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005, pp. 66-73; CALAME, Claude. “Identités d’auteur à l’exemple de la Grèce classique. Signatures, énonciations et citations”. In. CALAME, Claude; CHARTIER, ROGER (éd.). *Identités d’auteur dans l’Antiquité et la tradition européenne*. Grenoble: Jérôme Millon, 2004, pp 11-19; GUTERRES, Tiago da Costa. *Heródoto de Halicarnasso. A autoria e Escrita da História*. Curitiba: Editora Prismas, 2017b.

66 MOMIGLIANO, Arnaldo. “The place of Herodotus in the history of historiography”. In. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Secondo Contributo alla Storia degli Studi Classici*. Roma: Editioni di Storia e Letteratura, 1984a, pp. 29-44; MOMIGLIANO, Arnaldo. Erodoto e la storiografia moderna. Alcuni problemi presentati ad um convegno de umanisti. In. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Secondo Contributo alla Storia degli Studi Classici*. Roma: Editioni di Storia e Letteratura, 1984, pp. 45-56; GUTERRES, Tiago da Costa. “Autor de um crime, autor de uma obra: sobre uma variável da responsabilidade entre os gregos (Poesia e História)”. In. SILVA, Semíramis Corsi; CAMPOS, Carlos Eduardo

dável para gerar debates. É como se ele nos perguntasse “Como se realiza a *historiē*, a investigação?”. Uma vez que o historiador não tenha mais acesso (por incapacidade ou por recusa) às Musas, é preciso encontrar outra saída. A mais reivindicada é a *autópsia*, mas essa ideia pode ser desdobrada: eu vi, sim, mas eu também ouvi quem viu: eis a importância das narrativas orais de outros, os *lógoi*, tanto gregos quanto bárbaros, que compõem as *Histórias*. O autor é aquele que trama esses *lógoi*, expõe sua pluralidade, sem ocultar-se. Por isso a ênfase em atribuir a toda essa trama o valor de *dóxa*, de opinião – o que não deve ser confundido como o oposto à *alétheia*, a verdade. Assim, ele nos diz que não é a boca da verdade, coisa de poeta inspirado, mas isso está longe de ser o que entenderíamos banalmente hoje por “opinião”⁶⁷.

Tucídides recusa a construção investigativa à moda de Heródoto, o que implica diretamente na presença do sujeito autoral. Os dois não formam uma dupla. Ele não se vale da *dóxa* para designar sua pesquisa, ele não a apresenta como uma *apódexis* (empregada apenas em I. 97), que pressupõe o mundo da oralidade, e ele não utiliza a palavra *historiē*.

*Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram uns contra os outros. Começou a narração logo a partir da eclosão da guerra, tendo prognosticado que ela haveria de ganhar grandes proporções e que seria mais digna de menção que as já travadas.*⁶⁸

Não é senão por convenção que traduzimos seu título como *História da Guerra do Peloponeso*. Diferentemente, ele *escreveu* (*xynégrapse*) a guerra dos peloponésios e dos atenienses, “escreveu a guerra”, “em pessoa”⁶⁹, reforçando sua pretensão de alcançar a verdade dos acontecimentos. A *autópsia* é assim levada ao mais elevado grau de importância, a ponto de não ser possível escrever história senão do tempo presente, o tempo do historiador. Quan-

da Costa (Orgs.). *Corrupção, crimes e crises na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2018, pp. 73-88.

67 DARBO-PESCHANSKI, *O discurso do...*

68 Th. I. 1.

69 LORAUX, Nicole. “Thucydide a écrit la guerre du Péloponnèse”. *Mètis*, v. 1, 1986, pp. 139-161.

do ele propõe colocar a própria guerra por escrito, acena ao leitor com a promessa de objetividade, ao mesmo tempo que o priva de todo e qualquer acesso às suas fontes: a credibilidade é obtida pela exposição do método. Para ler Tucídides é preciso primeiramente aderir; uma vez que isso ocorra, o leitor entra na implícita regra do jogo do autor⁷⁰.

Além do nome próprio na abertura e do *eu* do historiador no texto, ele aparece na própria narrativa enquanto ator: “Tucídides, filho de Oloros, o autor desta história (*hós táde xynégrapsen*)”⁷¹. Ele é autor (que *escreve*) e ator ao mesmo tempo, sendo que, na sua concepção, ele só pode ser aquele porque antes foi este, o sujeito que presenciou os acontecimentos, o que realizou a *autópsia*⁷². Sua busca pela exatidão (*akribéia*⁷³) não o priva de uma apresentação marcadamente autoral, pelo contrário, em sua proposta de apresentar a guerra entre os gregos, a meta de dizer a verdade não exige o total apagamento de si.

Heródoto e Tucídides não estão sozinhos nesse caminho, mas são os mais decisivos. Eles nos apontaram que essa epistemologia é inseparável do historiador que intervém em primeira (ou terceira) pessoa, que não depende das figuras divinas como o poeta de outrora. O mais reivindicado é a visão, a *autópsia*, mas é de longe a única possibilidade. Heródoto nos ensina (e Tucídides sabe disto, embora seu empreendimento o oculte) que é importantíssimo ver, mas ouvir quem viu ou quem disse ter visto pode ser também uma saída. Tudo isso elaborado em forma de narrativa, por escrito, *gráphō*, na primeira pessoa, o que unifica todas as vozes presentes no texto e as coloca – sem confundir os papéis – sob o

70 Ibid.

71 Th. IV. 104-105. Opto por manter a tradução de Jacqueline de Romilly, embora a palavra empregada não seja *historia*. Uma tradução mais precisa de *hós táde xynégrapsen* seria, talvez (e de forma mais literal), “quem escreveu estas coisas” (*who wrote these things*), como para MARINCOLA, *Authority and Tradition...*, p. 183.

72 Ibid, pp. 182-205. HORNBLOWER, Simon. *A Commentary of Thucydides: Volume I (Books I-III)*. Oxford: Clarendon Press, 2003, destaca a possibilidade de haver poucos ou nenhum precedente dessa diferenciação de si mesmo como autor e ator na própria narrativa.

73 Th.I. 22.2.

selo daquele que realiza a pesquisa. *Ver, ouvir e escrever* são, então, os pilares da autoria na escrita da história nascente. Mais do que aquele que vê, o historiador se caracteriza como aquele que põe a pesquisa por escrito, e essa afirmação tem ampla abrangência, de Heródoto a Arriano (séculos I-II d. C.), cada autor apresentando suas particularidades, o que não será possível aprofundar aqui. O importante para nós é levar em conta que, a partir dessa espécie de inauguração realizada por Heródoto e Tucídides, o historiador é sujeito consciente de que tal postura faz parte das regras do jogo da escrita da história. A partir de então, tornou-se normal referir-se à sua investigação, sua elaboração por escrito, citando autores e criticando ou seguindo a tradição.

O leitor que já conhece os textos desses dois historiadores não ficará surpreso ao deparar-se com colocações como a de Dionísio de Halicarnasso (século I a. C.): “para dar conta da experiência dos fatos que eu vou descrever”⁷⁴; de Eusébio de Cesaréia (cerca de 265-340 d. C.): “Eis o que eu escolhi transmitir por escrito (*grá-phō*)”⁷⁵; ou de Tito Lívio (cerca de 59 a. C. – 17 d. C.), que, desde o prefácio de sua *Ab Urbe Condita* – “Desde a fundação da cidade”, chamada comumente de *História de Roma* –, demarca seu território enquanto historiador refletindo sobre seu empreendimento e seu possível renome. Também Políbio (cerca de 200 a.C. – 120 a. C.), historiador que não segue o modelo de Heródoto e Tucídides para “abrir” a obra, com preâmbulo mencionando o nome e o local de nascimento. Sua construção autoral segue outro caminho, que leva em conta o caráter absolutamente extraordinário que *ele* pretende narrar por escrito (*gráphō*)⁷⁶. Uma novidade tão radical que basta para elogiar indiretamente o sujeito-autor, sim, mas também testemunha da grandeza de Roma e ator⁷⁷. Uma vez que o sujeito seja tão incontornável, é preciso mesmo avisar o leitor quanto à tentativa de amenizar tal presença, visto que a contínua

74 [D. H.] I. 1.

75 [Eus.] *Hist. Ecles.* I. 2.

76 [Plb.] *Hist.* I. 1-4.

77 HARTOG, *Evidence de l'histoire...*, pp. 111-113.

menção a si próprio corre o risco de se tornar algo cansativo⁷⁸. Tais casos, de épocas e locais diferentes nos dizem o tempo inteiro quem está no comando da investigação⁷⁹. Estar no comando não pressupõe estar só. Esses autores são também leitores, que podem concordar ou discordar dos seus antecessores. A arte da citação é um pressuposto autoral entre muitos deles. Xenofonte (430 a. C. – 355 a. C), se considerado apenas em suas primeiras palavras nas *Helênicas*, parece apagar-se como autor, apenas dando continuidade ao fim da obra de Tucídides, à qual faz referência direta: “Após isto (*metà dè taúta*), não muitos dias depois, Timócares veio de Atenas com algumas naus”⁸⁰. Um “laconismo extremo”⁸¹, mas que deve ser pensado a partir de dois usos de *metà dè taúta*, o da abertura e o do encerramento do mesmo texto: “De minha parte, devo me limitar ao que foi escrito até aqui; os eventos após estes (*tà metà dè taúta*) serão talvez do interesse de outro”⁸². Sua esperança é que alguém dê continuidade ao seu projeto de cobrir um determinado período, projeto não cumprido. Na *Anabase*, entretanto, ele retoma a forma já consagrada da apresentação do nome próprio nos primeiros dizeres ao tratar da batalha de Cunaxa: “Xenofonte, um ateniense”⁸³.

Para o nosso tempo, que confere tanto valor ao indivíduo, a presença do autor pode parecer uma mera obviedade. Para o historiador antigo, trata-se de uma verdadeira exigência de presença e responsabilidade sobre um empreendimento muito sério, que rivaliza com tradições interpretativas, e que insere um juízo, sobre o passado e sobre o presente, na esperança ou na certeza de que será avaliado (julgado?) no seu tempo e no futuro.

78 [Plb.] *Hist.* XXXVI. 2. 12.

79 E de vários modos. Ver MARINCOLA, *Authority and Tradition...*

80 [X.], *HG* I. 1.

81 HARTOG, François. *L'Histoire d'Homère à Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, pp. 102-103; HARTOG, François. *Partir pour la Grèce*. Paris: Flammarion, 2015, p. 102.

82 [X.], *HG* VII. 27

83 [X.], *An.* I, 8.

A memória

Embora o historiador não seja um mero memorialista, ele assume o papel daquele que faz lembrar. Isso o liga diretamente à *epopeia*, mas produz um considerável desvio, na medida em que ele coloca a si próprio como o sujeito investigador em recusa às Musas. Antes de tudo, isso é mais demarcado em Heródoto, que visa salvar do esquecimento as grandes realizações dos humanos (*akleā génētai*). Com ele, os gregos puderam (re)lembrar que, em um passado recente, conseguiram manter sua liberdade ao vencer os persas, assim como tantos outros temas. O historiador, então, ocupa uma função social, embora não exclusiva, é verdade – exclusividade que também não temos hoje em nossa profissão. E nesse novo papel de mantenedor da memória, o historiador se insere como aquele que produz um verdadeiro monumento, e será lembrado por isso enquanto sua obra puder existir. Tucídides, que desconfia da veracidade de um estudo do passado não testemunhado pelo historiador, também atua na construção da memória coletiva de seu tempo. Ligado à escrita (*graphē*) de um modo diferente de Heródoto, ele desconfia da tradição oral e dos *lógoi*. Ele afirma que à audição (*akróasis*), a ausência do maravilhoso ou do fabuloso (*mythōdes*) nos fatos narrados parecerá menos atraente, mas o que ele apresenta pode constituir uma aquisição para sempre (*ktēma es aiei*), e não uma peça para um auditório do momento⁸⁴. É verdade que isso parece ter forte teor crítico à política de seu tempo, tomada por oradores que destroem o bem comum democrático em benefício de seus próprios interesses. Mas também há aqui um importante ímpeto monumental. Para Francisco Murari Pires⁸⁵, trata-se de um bem precioso, uma aquisição valiosa, e de uso permanente devido ao fato de ser sempre atual. A própria carga de sentido do termo *ktēma* remete ao material, pois esse substantivo deriva do verbo *kéktēmai*, “ter”, “possuir”, ligado à noção de propriedade privada⁸⁶. Eis o monumento tucidideano,

84 Th. I. 22.

85 MURARI PIRES, F. “Ktēma es aiei, e a “prolixidade do silêncio” tucidideano no século XX”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 17, 2003a, pp. 87-109

86 NAGY, *Pindar's Homer...*, p. 220.

não uma propriedade privada, pelo contrário, um instrumento de inteligibilidade das crises de seu tempo, mas também uma elaboração autoral (talvez aqui se conserve um elemento do antigo valor de “privado”). Nas mãos de Cícero, séculos depois em Roma, essa fórmula constituirá o pilar de sua concepção de *historia magistra vitae*. Se a História pode ser vista pelos antigos como mestra da vida, a figura do historiador também tem seu destaque. Pela via de Homero, passando pelos poetas líricos, por Heródoto e por Tucídides, podemos ler, em Roma, Tito Lívio refletir sobre a incerteza de que seu empreendimento de escrever sobre a história completa do povo romano será recompensado, mas que “Dentre tantos autores, se a minha própria reputação ficar na sombra, ficarei consolado com o renome e a grandeza dos que eclipsarem minha fama (*mea fama*)”⁸⁷. Forma polida e retórica de afirmar sua grandeza? Pode ser, mas, sobretudo, a afirmação de que o autor e sua obra são indissociáveis do tempo.

Preservar o passado pressupõe preservar a si próprio, na medida em que o responsável pelo empreendimento é elemento decisivo para a validade daquilo que é afirmado. Luciano de Samósata, ao utilizar-se de uma figura do arquiteto Sótrato, construtor do farol de Alexandria, nos proporciona um bom indício sobre o historiador e sua obra:

*Você vê o que fez aquele célebre arquiteto de Cnido? Quando construiu a torre de Faro, a maior e mais bela de todas as obras, para que daí fossem enviados sinais luminosos aos navegantes sobre uma vasta extensão do mar, evitando que fossem lançados na costa de Paretônio – que é, pelo que se diz, muito difícil e da qual não se pode escapar sem que se caia nos recifes – portanto, após ter construído o farol, inscreveu seu nome por dentro, nas pedras, pôs sobre elas um estuque de gesso, para ocultá-lo, e inscreveu então o nome de quem reinava, sabendo que, no fim de muito pouco tempo, como aconteceu, as letras se apagariam com o estuque e apareceria a inscrição: ‘Sótrato, filho de Dexifanes, cnídio, aos deuses salvadores, para os que navegam’. Desse modo, não teve ele em vista o seu presente nem a sua breve vida, mas o nosso presente e o futuro, enquanto a torre ficar de pé e perdurar sua arte*⁸⁸.

87 Livi, A. U. C., Prefácio 1-3.

88 Luciano de Samósata, *Como se deve escrever a história*. Tradução e ensaio de Jacyntho Lins Brandão. Edição bilíngüe. Minas Gerais: Tessitura, 2009, p. 62.

Contar a verdade para obter a garantia de perenidade, ou ao menos de uma boa *fama*, isso para Luciano. Os motivos podem ser muitos outros, sobretudo *acaso* e *seleção* intencional ou não. Entramos então no campo da *transmissão do texto*⁸⁹, algo tão importante e tão ignorado. Cópias de papiro ou de pergaminho, em bibliotecas antigas, úmidas e suscetíveis a catástrofes, incêndios, roedores etc.. Por inúmeras motivações, o ser humano *seleciona* materiais e preserva o que lhe interessa. Sabemos disso quando nos deparamos com um monumento qualquer em uma praça: uma presença que cria ausências. Quanto aos textos antigos, a seleção pode ser por motivos de preferência por determinados autores em detrimento de outros, em um mundo onde não se pode ter tudo, o papiro ou pergaminho são caros e o acesso a eles nem sempre tão fácil. Nós conhecemos, hoje, autores que passaram por esse crivo, inclusive as versões de que dispomos também contam essa história. De Aristóteles à Biblioteca de Alexandria e seu primeiro bibliotecário, Zenódoto de Éfeso, Calímaco de Sirene e Aristófanes de Bizâncio, e os primeiros eruditos bizantinos dentre os quais Fócio e sua *Biblioteca*, no século IX d. C., reunidos em uma escola em Constantinopla, o desenvolvimento da filologia e o espírito de preservação dos textos pressupõe a elaboração de todo um trabalho técnico de edição e crítica que chegou até nós por sucessivos renascimentos. E tal seleção também levou em conta, em muitos momentos, o valor do conteúdo e o valor ou o *éthos* do autor, sua relação com a verdade, com a exatidão, com a imparcialidade. Assim como seus dotes estilísticos, pois para Cícero, a História se torna antes de tudo um gênero retórico, então estilo e narração são imprescindíveis. Dionísio de Halicarnasso, em um projeto ao mesmo tempo historiográfico, estilístico e político⁹⁰, pontua autores que devem ser imitados, como Heródoto e Tucídides, mas também Xenofonte, Filisto e Teopompo.⁹¹

89 Acerca desse assunto, ver CANFORA, Luciano. *Il copista come autore*. Palermo: Sellerio editore, 2002; GUTERRES, *Heródoto versus Khrónos...*, pp. 38-55.

90 PAYEN, Pascal. "Les citations des historiens dans les traités rhétoriques de Denys d'Halicarnasse". In: DARBO-PESCHANSKI, Catherine (Dir.). *La citation dans l'antiquité*. Actes du Colloque international du PARSIA, Lyon, 6-8 novembre 2002. Grenoble, Jérôme Millon, 2004, pp. 111-133.

91 [D.H], *Pomp.*, 3, 2-6. 11 = *Sobre a Imitação*, F7.

Dessa forma, perfeita ou não, a memória desses autores chegou até nós, que refletimos sobre suas questões, discutimos suas ideias e criticamos suas posturas. Essa herança, que pressupõe assimilação e recusa, nunca apenas adesão, manteve constantemente a memória desses autores. Foi o que tornou possível uma memória historicista alemã de Tucídides no século XIX, tornado por eles o pai do rigor. No século XVIII, Charles Rollin, em seu *Traité des études* (1731-1738), propunha pela primeira vez, ao menos na França, que os antigos servissem como fontes para estudar a antiguidade, principalmente Xenofonte e Plutarco, um pouco menos o “fabulista” Heródoto. Assim, os historiadores gregos puderam “ensinar história”, cinquenta anos antes da Revolução Francesa, onde a história ainda podia ser pensada como *magistra vitae*⁹². Nisso os antigos historiadores, ao menos alguns deles, foram bem eficazes, pois conseguiram se manter presentes entre as futuras gerações pelo mundo, tratados muitas vezes como colegas⁹³, *domesticados*. Entre os antigos e nós, nesse longo processo, o resultado é nítido: eles firmam-se não apenas como preservadores da memória, mas também como sujeitos de memória.

A representação

Tenho enfatizado neste texto que a autoria é uma presença. Quanto ao historiador antigo, parece que há ao menos três indicadores, três elementos que sustentam sua presença autoral. O terceiro se impõe na medida em que eles se depararam com a seguinte dificuldade de ordem epistemológica: “como representar o ausente?”⁹⁴, ou seja, o passado, mas também –como para Heródoto– representar o outro, as culturas distantes, esses ausentes desconhecidos cuja distância temporal e/ou espacial não permite(m)

92 PAYEN, Pascal. “L'autorité des historiens grecs dans l'Histoire Ancienne de Rollin (1731-1738)”. In. FOUCAULT, Didier; PAYEN, Pascal (Dir.). *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité*. Grenoble: Éditions Jérôme Milon, 2007, pp. 171-194.

93 Para uma reflexão acerca de tal tratamento, ver LORAUX, *Thucydide n'est pas un collègue...*

94 RICOEUR, *La mémoire...*

que estejam disponíveis ao olhar. Em outras palavras, trata-se de *ver a história*, em uma Grécia que foi, segundo Adriana Zangara⁹⁵, “o lugar de surgimento de uma aporia contra a qual a reflexão contemporânea sobre a representação historiadora não cessou de lutar”. Ativo nos mais diferentes momentos da elaboração da pesquisa, dos arquivos à criação de uma narrativa coerente sobre o passado⁹⁶, o historiador está “sempre lá”, e isso pudemos ver nas menções aos historiadores antigos que fizemos até aqui.

Representar o passado exige muita habilidade narrativa, uma vez que é ela que substitui a coisa ausente. Deixemos que Luciano (novamente) nos explique:

*Justamente essa é também a tarefa do historiador: ordenar os acontecimentos de forma bela e mostrá-los da maneira mais clara possível. Quando, escutando-o (akroóomai), alguém julga ver o que é dito (oiētai horán tà legómēna) e, em seguida, elogia-o, então sim sua obra está perfeita, tendo ele recebido um elogio apropriado a um Fídias da história*⁹⁷.

O que o historiador “bem constrói” (porque uma escrita bela e clara pode ter potencial demonstrativo do passado) narrativamente é então decisivo para o sucesso da sua pesquisa entre seu público. Logo, é preciso levar em consideração a *visão* não apenas como origem, mas como *efeito* da escrita da história⁹⁸. Assim podemos ler no tratado intitulado *Do Sublime*, atribuído Longino (1º século depois de Cristo) acerca de Heródoto: “Vês, meu amigo, como ele pega tua alma e a leva através dos lugares, fazendo da audição a visão (*tèn akoèn ópsin poión*)? Todas as coisas dessa espécie, quando se dirigem às próprias pessoas, conduzem o ouvinte diante dos próprios acontecimentos”⁹⁹.

95 ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire. Theories anciennes du recit historique*. Paris: Vrin/ Editions de l'EHESS, 2007, p. 10.

96 RICEUR, *La mémoire...*; CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 65-119.

97 Luciano de Samósata, *Como se deve...*, p. 51.

98 ZANGARA, *Voir l'histoire...*

99 [Longinus], *Subl.* XXVI. 2.

Algo nesse sentido também escreve Plutarco acerca de Tucídides e o seu desejo de “transformar o ouvinte em espectador” (*theatén poiêsai tòn akroatèn*)¹⁰⁰. E nisso a *autópsia* foi bastante importante, mas a verdade é que ser testemunha nunca foi uma condição suficiente nem mesmo uma condição necessária para ser historiador¹⁰¹. Quanto ao nosso tema, isso significa que o autor atua de diferentes modos para fazer ver, e não apenas afirmando que viu os acontecimentos. Os antigos possuíam destacável habilidade para participar do texto, eles foram mestres de certas formas de retórica, do estilo, e da construção narrativa em torno de sua presença, e esse aspecto não deve ser negligenciado. Como vimos, Heródoto adverte desde o início de suas *Histórias* que se trata de uma produção sua, e que ele a apresentará de um modo bastante particular, estando praticamente diante de nós, como em uma performance: “Esta é a exposição das investigações (*historiês apódexis hède*) de Heródoto de Halicarnasso”¹⁰². Esta frase só pode se realizar, na ausência física do sujeito que a profere, pela narrativa escrita que atualiza o ausente e o transforma em presença no tempo do leitor¹⁰³. O texto atualiza ou mantém o sujeito ausente, o que o dêitico parece sugerir quando lemos *hède*, referindo-se à obra, e eu diria que também sugerindo a presença autoral. Como explica Jean Humbert¹⁰⁴, *hóde* (que é o masculino de *hède*) designa um objeto considerado como *próximo*, fazendo parte da “esfera de interesse” *da pessoa que fala*¹⁰⁵. Tucídides, por sua vez, nos ensina que presença autoral e verdade não estão em oposição, pelo contrário. Ele, que participou da própria guerra que relata, enfatiza sua presença tanto na guerra quanto no seu texto, para mostrar para o leitor não apenas uma narrativa textual sobre o ocorrido: ele escreveu (*xynégrapse*) a guerra dos peloponésios e dos atenienses.

100 Plut., *Mor.*, *De glor. Ath.* 347 A.

101 HARTOG, *Evidence de l'histoire...*, p. 136.

102 Hdt. I. 1.

103 RICCEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil, 1983, pp. 136-162.

104 HUMBERT, Jean. *Syntaxe du grec*. Paris: Klincksieck, 1960, p. 29.

105 CALAMÉ, *Identités d'auteur...*, pp. 11-39; GUTERRES, *Heródoto versus Khrónos...*, pp. 136-138.

Ou seja, ele escreveu a Guerra ela própria, “em pessoa”¹⁰⁶. Políbio, séculos depois, tentará proporcionar ao seu leitor uma visão mais clara e coerente acerca da grandeza que ele testemunha. Como organizar uma visão coerente, “universal” do todo? É preciso, por meio de histórias (*dià tēs historías*), proporcionar uma visão sintética (*sýnopsis*) do plano da Fortuna (*tykē*) para uma série universal de acontecimentos que resultam na grandeza de Roma¹⁰⁷. Eis a sua resposta.

Nesse processo de elaboração narrativa para fazer ver – e levando-se em conta o elogio dos leitores maravilhados com suas habilidades para mostrar o passado, para proporcionar uma viagem no tempo e no espaço – a figura de autor se firma cada vez mais no tempo. O historiador bem sucedido foi aquele que soube representar o passado, preservando a memória e, sem dúvida, preservando a si próprio como figura autoral e de autoridade. Os antigos foram tão habilidosos em seu trabalho que por vezes temos a sensação de que eles estão entre nós, falando sobre suas questões, e o resultado pode ser pensado em termos de uma domesticação do estranho¹⁰⁸. E assim eles se tornam, se não um de nós, ao menos *um entre nós*.

Conclusão

Ao final, espero ter ficado claro que este texto tem por propósito apresentar alguns casos e alguns elementos e contribuir para uma maior compreensão do que pode ter sido a noção de autoria entre os antigos. As limitações são muitas, e um exame mais aprofundado, levando em conta outros autores antigos poderia talvez fornecer bons resultados. Mas ao menos podemos aprender nele que a noção de autor foi fundamental e que, sim, importa

106 LORAU, *Thucydide a écrit...*, p. 144.

107 [Plb.]*Hist.* I. 4. 1-2; HARTOG, *Evidence de l'histoire...*, pp. 111-125.

108 Reflito um pouco sobre isso em GUTERRES, *Heródoto versus Khrónos...*, assunto que ainda pretendo desenvolver futuramente. No fundo, a posteridade também colaborou para isso. Após sucessivas (re)edições, seus textos chegam até nós cada vez mais domesticados, sobretudo se levarmos em conta os elementos chamados de *seuils* por GENETTE, *Seuils...*

muito quem fala. Uma vez que as coisas não provêm dos deuses, visto que a verdade é construída social e historicamente, que ela pode ser diferente de acordo com a época ou o lugar (ou na mesma época e no mesmo lugar!), e visto que há sempre a possibilidade de ela ser adequada aos interesses de alguém, precisamos considerar os autores. Essas questões não passaram despercebidas pelos autores antigos, sobretudo pelos historiadores.

Referências:

Autores antigos:

CONFÚCIO. *Diálogos de Confúcio*. Tradução do chinês ao francês por Anne Cheng; tradução do francês ao português por Alcione Soares Ferreira. Introdução de Anne Cheng. São Paulo: IBRASA, 1983.

DENYS D'HALICARNASSE. "Antiquités romaines". In. HARTOG, François. *L'Histoire d'Homère à Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

Der Rig-Veda, Aus dem Sanskrit ins Deutsche Übersetzt und mit einem laufenden Kommentar versehen. Edited and translated by Karl Friedrich Geldner. Cambridge: Harvard University Press, 1951 (Harvard Oriental Series, Vols. 33-35).

DIONISIO DE HALICARNASSO. "Sobre la imitación". In. *Tratados de Crítica literária*. Introducción, traducción y notas de Juan Pedro Oliver Segura. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

EUSÈBE DE CÉSARÉE. "Histoire ecclésiastique". In. HARTOG, François. *L'Histoire d'Homère à Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

Greek Lyric Poetry, Volume I: Sappho and Alcaeus. Edited and translated by David A. Campbell. 512 p. Cambridge: Harvard University Press. 1982 (Loeb Classical Library, Book 142).

Greek Lyric Poetry: Volume III. Stesichorus, Ibycus, Simonides, and Others. Edited and translated by David A. Campbell. 672 p. Cambridge: Harvard University Press. 1991 (Loeb Classical Library, Book 476).

HERÓDOTO. *Histórias*. Livro 1º. Versão do grego e notas de José Ribeiro FERREIRA e Maria de Fátima SILVA. Lisboa: Edições 70, 1994.

HERODOTUS. *The Histories*. With an English translation by A.D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920, 4 v.

HÉSIODE. *Théogonie/Les Travaux et les Jours/Le Bouclier*. Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1964.

HOMER. *The Iliad*. With an english translation by A.T. Murray. London: William Heinemann, 1928.

HOMER. *The Odyssey*. With an English translation by A.T. Murray. London: William Heinemann, 1945.

L'Épopée de Gilgamesh. Le grand homme qui ne voulait pas mourir. Traduit de l'akkadien et présenté par Jean Bottéro. Paris: Gallimard, 1992.

LONGINO. *Do sublime*. Tradução Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LUCIAN. *Lucian I*. Translation by A. M. Hargon. Loeb Classical, 1961.

LUCIANO DE SAMÓSATA. *Como se deve escrever a história*. Tradução e ensaio de Jacyntho Lins Brandão. Edição bilíngüe. Minas Gerais: Tessitura, 2009.

PINDAR. *Volume I. Olympian Odes. Pythian Odes*. Edited and translated by William H. Race. Cambridge: Harvard University Press, 1997 (Loeb Classical Library, Book 56).

PINDAR. *Volume II. Nemean Odes, Isthmian Odes, Fragments*. Edited and translated by William H. Race. Cambridge: Harvard University Press, 1997 (Loeb Classical Library, Book 485).

PLATÃO. Íon. Introdução, tradução e notas de Victor Jabouille. Edição bilíngüe grego-português. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1988.

PLUTARCO. *Da malícia de Heródoto*. Estudo, tradução e notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2013.

PLUTARQUE. *Oeuvres Morales, Tome V: La Fortune des Romains - La Fortune ou la Vertu d'Alexandre - La Gloire des Athéniens*. Texte établi et traduit par Françoise Frazier et Christian Froidefond. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

POLYBIUS. *The histories*. (Books 1-2). Translated by W. R. Paton. Cambridge: Harvard University Press, 1922.

Sin-léqi-unníni. Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgamesh. Tradução do Acádio, introdução e comentários Jacyntho Lins Brandão. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Coleção Clássica / coordenador Oséias Ferraz).

TACITE. “Histoires”. In. HARTOG, François. *L'Histoire d'Homère à Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

The Elegiac Poems of Theognis. Elogy and Iambus. with an English Translation by. J. M. Edmonds. Cambridge, MA. Harvard University Press. London. William Heinemann Ltd. 1931.

The Hymns of the Rigveda. Translated with a popular commentary by Ralph T. H. Griffith. Kotagiri (Nilgiri), 1896.

THUCYDIDE. *La Guerre du Péloponnèse*—Tome I. Texte établi et traduit par Jacqueline de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 2009-2014 (“Classiques em Poche”).

TITE-LIVE. “Ab Urbe condita”. In. HARTOG, François. *L'Histoire d'Homère à Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso* – Livro I. Tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

XENOPHON. *Hellenica*, Books I-V. With an English Translation by Carleton L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, MCMLXI.

XENOPHON. *Hellenica*, Books VI-VII; *Anabasis*, Books I-III. With an English Translation by Carleton L. Brownson. Cambridge: Harvard University Press, MCMXXI.

Autores modernos:

ACHCAR, Francisco. *Lírica e lugar comum: alguns temas de Horácio e sua presença em português*. São Paulo: Edusp, 1994. (Ensaio de Cultura, v. 4).

ASSAËL, Jacqueline. “La Muse, l'aède et le héros”. In. *Noesis*, n. 1, 1997, pp. 109-169. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/noesis.1421>>.

ASSAËL, Jacqueline. “Phémios autodidaktos”. In. *Revue de philologie, de littérature et d'histoire anciennes* 2001/1, Tome LXXV, pp. 7-21. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-de-philologie-litterature-et-histoire-anciennes-2001-1-page-7.htm?contenu=citepar>>.

BAROIN, Catherine. *Se souvenir à Rome. Formes, représentations et pratiques de la mémoire*. Paris: Éditions Belin, 2010.

BARTHES, Roland. “La mort de l'auteur”. In. *Le bruissement de la langue*. Essais critiques IV. Paris, Seuil 1984, pp.63-69.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.

BOTTÉRO, Jean. *Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux*. Paris: Gallimard, 1987.

BRUNN, Alain. *L'auteur*. Textes choisis et présentés par Alain Brunn. Paris: GF-Flammarion, 2001 (collection “GF-Corpus/Lettres”).

CALAME, Claude. “Identités d’auteur à l’exemple de la Grèce classique. Signatures, énonciations et citations”. In. CALAME, Claude; CHARTIER, ROGER (éd.). *Identités d’auteur dans l’Antiquité et la tradition européenne*, Grenoble, Jérôme Millon, 2004, pp. 11-39.

CALAME, Claude. “Vraisemblance référentielle, nécessité narrative, poétique de la vue: L’historiographie grecque classique entre factuel et fictif”. *Annales HSS*, n. 1, janvier-mars 2012, pp. 81-101. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23211237>>.

CALAME, Claude. *Le récit en Grèce Ancienne: Énonciations et représentations de poètes*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986.

CALAME, Claude. *Myth and History in Ancient Greece. The Symbolic Creation of a Colony*. Translated by Daniel W. Berman. Princeton: Princeton University Press, 2003.

CALAME, Claude. *Qu’est-ce que la mythologie grecque?*, Paris, Éditions Gallimard, 2015 (“Folio essais”, 598).

CANFORA, Luciano. *Il copista come autore*. Palermo: Sellerio editore, 2002.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 65-119.

CHARPIN, Dominique. *Le clerge d’Ur au siècle d’Hamntu-Rabi (XIXe-XVIIe siècles av. J-C.)*. Geneve-Paris: Droz, 1986.

CHENG, Anne. *Storia del pensiero cinese. Volume primo: Dalle origini allo “studio Del Mistero”*. Traduzione di Amina Crisma. Torino: Einaudi: 2000.

CORREA, Denis. *Controvérsias na Historiografia Grega: Hecateu, Heródoto, Helánico e Tucídides*. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Clássicos, 2021.

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. *O discurso do particular: Ensaio sobre a investigação de Heródoto*. Brasília: Editora UNB, 1998.

DE JONG, Irene J. F. “The Homeric Narrator and His Own *kleos*”. In. *Mnemosyne*, Fourth Series, v. 59, Fasc. 2, 2006, pp. 188-207. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4433723>>.

DERRIDA, Jacques. “Comme s’il y avait un art de la signature...”. In. M. SERVIÈRE. *Le sujet de l’art*. Paris: L’Harmattan, 1997, pp. 9-11.

- DETIENNE, Marcel. *L'Invention de la Mythologie*. Paris: Gallimard, 1981.
- DEWALD, Carolyn. "Narrative surface and authorial voice in Herodotus' Histories". In. *Arethusa*, v. 20, , 1987, pp. 147-170. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44578852>>.
- DUBEL, Sandrine; RABAU, Sophie (Org.). *Fictions d'auteur? Le discours biographique sur l'auteur de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Champion, 2001.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. 4ª edição augmentée d'additions et corrections par Jacques André. Paris: Klincksieck, 2001.
- FINLEY, Moses I. *O uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FINNEGAN, Ruth. *Oral Poetry: Its Nature, Significance, and Social Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- FORD, Andrew. *Homer: the poetry of the past*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1992.
- FOUCAULT, Michel. "Qu'est-ce qu'un auteur?". In. *Dits et Écrits (1954-1988)*. Tome I: 1954-1969. Paris: Gallimard, 1994, pp. 789-821.
- FOWLER, Robert. "Early *historiē* and literacy". In. LURAGHI, Nino (ed.). *The historian's craft in the age of Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, 2007, [2001], pp. 95-115.
- FOWLER, Robert. "Herodotus and his prose predecessors". In. DEWALD, Carolyn & MARINCOLA, John. *The Cambridge Companion to Herodotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp. 29-45.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.
- GLASSNER, Jean-Jacques. "Être auteur avant Homère en Mésopotamie?". In. *Diogène*, Paris, v. 196, n. 4, pp. 111-118, 2001.
- GUTERRES, Tiago da Costa. "Autor de um crime, autor de uma obra: sobre uma variável da responsabilidade entre os gregos (Poesia e História)". In. SILVA, Semíramis Corsi; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa (Orgs.). *Corrupção, crimes e crises na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2018, pp. 73-88.
- GUTERRES, Tiago da Costa. *Heródoto de Halicarnasso. Autoria e Escrita da História*. Curitiba: Editora Prismas, 2017b.
- GUTERRES, Tiago da Costa. *Heródoto versus Khrónos: kléos, escrita da história e o autor em busca da posteridade*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciên-

cias Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017a.

HARTOG, François. *Evidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

HARTOG, François. *L'Histoire d'Homère à Augustin*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote: Essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 2001.

HARTOG, François. *Partir pour la Grèce*. Paris: Flammarion, 2015.

HORNBLOWER, Simon. *A Commentary of Thucydides: Volume I (Books I-III)*. Oxford: Clarendon Press, 2003, v. 1.

HUMBERT, Jean. *Syntaxe du grec*. Paris: Klincksieck, 1960.

IRIGOIN, Jean. *La tradition des textes grecs. Pour une critique historique*. Paris: Les Belles Lettres, 2003 (collection "L'Âne d'Or").

JACOBY, Felix. *Die Fragmente der Griechischen Historiker*. CD-Rom Edition. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2005.

LLOYD, G. E. R. "Tradition and Innovation, Text and Context". In: LLOYD, G. E. R. *The Revolutions of Wisdom: Studies in the Claims and Practice of Ancient Greek Science*. Berkeley: University of California Press, 1995. pp. 51-109.

LORAU, Nicole. "Thucydide a écrit la guerre du Péloponnèse". In: *Metis*, v. 1, 1986, pp. 139-161. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/metis_1105-2201_1986_num_1_1_868>.

LORAU, Nicole. "Thucydide n'est pas un collègue". In: *Quaderni di storia* 12- iuglio/dicembre 1980, pp. 55-80. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1982_num_22_1_1931>.

LORAU, Nicole. *A tragédia de Atenas – a política entre as trevas e a utopia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARINCOLA, John. "Herodotean narrative and the narrator's presence". In: *Arethusa*, v. 20, 1987, pp. 121-137. Disponível: <<https://www.jstor.org/stable/44578849>>.

MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "Erodoto e la storiografia moderna. Alcuni problemi presentati ad um convegno de umanisti". In: MOMIGLIANO, Arnaldo.

do. *Secondo Contributo alla Storia degli Studi Classici*. Roma: Editioni di Storia e Letteratura, 1984b, pp. 45-56.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "The place of Herodotus in the history of historiography". In. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Secondo Contributo alla Storia degli Studi Classici*. Roma: Editioni di Storia e Letteratura, 1984a, pp. 29-44.

MURARI PIRES, F. "Prologue historiographique et proème épique: les principes de la narration en Grèce ancienne". *Quaderni di Storia*, Anno XXIX, n. 58, luglio-dic. 2003b, pp. 73-94. Disponível em: <<https://edizionidedalo.it/riviste/riviste-attive/quaderni-di-storia/2308-quaderni-di-storia-58-2003.html>>.

MURARI PIRES, F. "Ktēma es aiei, e a "prolixidade do silêncio" tucidi-deano no século XX". *Anos 90*, Porto Alegre, n. 17, 2003a, p. 87-109. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6296/3766>>.

MURRAY, Penelope. "Poetic Inspiration in Early Greece". *The Journal of Hellenic Studies*, v. 101, 1981, pp. 87-100. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/629846>>.

NAGY, Gregory. *Pindar's Homer: The Lyric Possession of an Epic Past*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1990.

NORA, Pierre. "Écrivez, on ne vous lira pas". *Le Débat*, 19, 1982, pp. 14-28. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-le-debat-1982-2-page-14.htm>>.

PAYEN, Pascal. "L'autorité des historiens grecs dans l'Histoire Ancienne de Rollin (1731-1738)". In. FOUCAULT, Didier; PAYEN, Pascal (Dir.). *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007, pp. 171-194.

PAYEN, Pascal. "Les citations des historiens dans les traités rhétoriques de Denys d'Halicarnasse". In. DARBO-PESCHANSKI, Catherine (Dir.). *La citation dans l'antiquité. Actes du Colloque international du PARSA*, Lyon, 6-8 novembre 2002. Grenoble, Jérôme Millon, 2004, pp. 111-133).

PIÉGAY-GROS, Nathalie. *Le Lecteur*. Paris: GF-Corpus Lettres, 2002.

POZZER, Katia Maria Paim. "Escritas e escribas: o cuneiforme no anti-go Oriente Próximo". *Classica*, São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, 1999, pp. 61-80. Disponível em: <<https://revista.classica.org.br/classica/article/view/449>>.

RICCEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RICCEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome I. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

SAUGE, André. *De l'épopée à l'histoire: Fondement de la notion d'historié*. Paris: Peter Lang International Academic Publishers. 1992 (European University Studies. Series XV, Classics).

SVENBRO, Jesper. *La parola e il marmo: Alle origini della poetica greca*. Torino: Editori Boringhieri. 1984.

SVENBRO, Jesper. *PHRASIKLEIA. An Anthropology of Reading in Ancient Greece*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993.

WATKINS, Calvert. *How to kill a dragon: aspects of indo-european poetics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995.

WEST, M. L. *Indo-European Poetry and Myth*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.

WEST, M. L. "The Invention of Homer". In *The Classical Quarterly*, New Series, v. 49, n. 2, 1999, pp. 364-382. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/639863>>.

ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire. Theories anciennes du recit historique*. Paris: Vrin/ Editions de l'EHESS, 2007.

A imaginação histórica no romance do século XXI

Felipe Charbel

A “saída da ficção” na literatura do século XXI

Nas últimas décadas, especialmente a partir da virada do século XX para o século XXI, vimos a publicação de uma série de narrativas literárias longas, de temática histórica, que se caracterizam pela mescla de elementos formais do ensaio, do romance, da autobiografia e até mesmo da historiografia. São ficções que resistem à ficção, relatos que buscam escapar “das molduras em que as diferentes artes garantiram certa autonomia produtiva”.¹ O caso mais emblemático talvez seja o do escritor alemão W. G. Sebald, que publicou em 2001 — ano de sua morte — o notável *Austerlitz*. O que temos ali é uma narrativa longa em que o narrador se confunde em alguma medida com o próprio autor, combinando fotos do seu acervo pessoal com cartões postais e gravuras antigas.² Também estamos diante da

1 AZEVEDO, Luciene. “Anotação e crítica”. In: MAGRI, Ieda; CHARBEL, Felipe; GUTIÉRREZ, Rafael (org.). *Leituras do contemporâneo. Literatura e crítica no Brasil e na Argentina*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021, p. 53.

2 Trata-se de um procedimento característico da autoficção, embora em Sebald o narrador nunca seja identificado com o nome próprio do autor. Para a noção de “pacto ambíguo” que caracteriza a autoficção, cf.: ALBERCA, Manuel: *El pacto ambiguo. De la novela autobiográfica a la autoficción*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007. Para uma discussão dos traços que caracterizam a poética de Sebald, com ênfase nas estratégias de visualida-

trajetória de vida de um personagem ficcional (Jacques Austerlitz) que é composto a partir da seleção e combinação de traços pertencentes à biografia de pessoas reais — tudo isso num relato de dicção marcadamente ensaística, que demonstra grande atenção à veracidade do discurso e à representação de situações históricas concretas.³

De acordo com Hayden White, que escreveu sobre o livro, *Austerlitz* talvez possa ser considerado um romance histórico do tipo pós-moderno, mas ele próprio não parece seguro quanto à classificação que propõe.⁴ É que a literatura de Sebald tem pouco em comum com as chamadas “metaficções historiográficas” da segunda metade do século XX — romances como os de Thomas Pynchon ou Don DeLillo, que vão na contramão do “ilusionismo realista” ao apostar no embaralhamento lúdico, muitas vezes paródico, entre fato e ficção.⁵ O afastamento de *Austerlitz* e de outros livros de Sebald em relação aos procedimentos da ironia pós-moderna é compartilhado por um conjunto de outras obras contemporâneas — publicadas sobretudo nas primeiras décadas do século XXI — que se caracterizam por um movimento que Luciene Azevedo, em ensaio recente, chamou de “saída da ficção”.⁶

de e no uso de imagens, cf.: KLEIN, Kelvin Falcão. *Estratégias de visualidade na literatura. O olho Sebald*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2021. LONG, J. J. W. G. *Sebald: Image, Archive, Modernity*. New York: Columbia University Press, 2007.

3 Cf. CHARBEL, Felipe. “Uma filosofia inquietante da História: sobre *Austerlitz*, de W. G. Sebald”. *História da Historiografia*, 19, dez, 2015, pp. 124-141

4 “Desta maneira, talvez pudéssemos classificar *Austerlitz* como um romance histórico, uma espécie de versão pós-moderna do gênero inventado (como diz a lenda) por Sir Walter Scott e consumado em *Guerra e paz*, de Tolstói, que, parece-me, por isso, realiza e ‘desconstrói’, ao mesmo tempo, o gênero do romance histórico como havia sido cultivado pelas mãos de Walter Scott, Alessandro Manzoni, Alexandre Dumas, Victor Hugo, Charles Dickens, George Eliot, Gustave Flaubert e muitos outros no século XIX na Europa”. Cf. WHITE, Hayden. “O passado prático”, *Uberlândia*, 20, 37, jul.-dez. 2018, pp. 12-13.

5 Cf. HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. Para uma discussão do conceito de “ilusionismo realista”, cf.: GLYNN, Ruth. *Contesting the Monument. The Anti-Illusionist Italian Historical Novel*. Leeds: Northern University Press, 2005.

6 Cf. AZEVEDO, Luciene. “Saindo da ficção: narrativas não literárias”. *Caracol*, 17, 2019, pp. 329-345

A ideia de “saída da ficção” proposta por Azevedo não deve ser confundida com o que Luiz Costa Lima, em *O controle do imaginário* — um ensaio da primeira metade dos anos 1980 — chamou de “veto ao ficcional”: a suspeita, arraigada nas sociedades ocidentais e reforçada nos séculos iniciais da modernidade, de que a ficção é algo muito próximo da mentira, do engano.⁷ O que está em jogo na tendência à referencialidade que tem marcado fortemente o romance das últimas décadas é uma faceta inesperada da própria elasticidade do conceito e da prática da ficção, que, ao negar a si mesma, termina por enriquecer seu próprio jogo. Assim, a “saída da ficção” pode ser vista como uma das marcas da expansão da literatura “na direção de outras formas de narração, em especial daquelas que flertam com o documento (histórico e/ou etnográfico)”.⁸

Um dos traços mais significativos dessas “literaturas do real” — o termo é de Ivan Jablonka — é a aposta na busca por modos alternativos, tanto em relação à historiografia como no que diz respeito ao romance realista, de compor histórias verdadeiras (e não apenas verossímeis) que possam ser lidas simultaneamente como relato literário e como investigação histórica.⁹ Não se trata, portanto, de uma simples recusa da ficção (ou de uma equivalência entre ficção e mentira) em nome da afirmação da completa veracidade do relato, mas de uma torção do ficcional ao redor do

7 Cf. COSTA LIMA, Luiz. “O controle do imaginário”. In. COSTA LIMA, Luiz. *A trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 24-225.

8 AZEVEDO, Luciene. “Saindo da ficção”..., p. 330. Para uma discussão sobre a virada etnográfica na ficção contemporânea, cf.: KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro. O retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. No que diz respeito ao debate sobre a inespecificidade das formas artísticas contemporâneas e a literatura expandida, cf.: GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos estranhos. Sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Trad. Carlos Nogué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014; GARRAMUÑO, Florencia. “O rumor de uma batalha: sobre as derivas de uma arte e uma crítica mutantes”. In. MAGRI, Ieda; CHARBEL, Felipe; GUTIÉRREZ, Rafael (org.). *Leituras do contemporâneo. Literatura e crítica do Brasil e na Argentina*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021, pp. ?; ESCOBAR, Ticio. *El arte fuera de sí*. Assunción: FONDEC / CAV / Museo de Barro, 2004. GUTIERREZ, Rafael. *Formas híbridas*. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2014. BRIZUELA, Natalia. *Depois da fotografia: uma literatura fora de si*. Trad. Carlos Nogué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

9 Cf. JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea. Manifiesto por las ciencias sociales*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2014.

próprio eixo, de uma expansão do romance (um gênero que tem na liberdade imaginativa uma de suas marcas de nascença) na direção da referencialidade. O que a princípio poderia se mostrar como uma amarra para escritores e escritoras, um modo de controle do imaginário, um aprisionamento da imaginação histórica, foi precisamente o que assegurou ao romance histórico – gênero que Lukács, na primeira metade do século XX, já tinha visto como estagnado – a possibilidade de renovar suas formas e seus procedimentos.¹⁰

Como sugere Hayden White no ensaio “O passado prático”, a ficção literária – por exemplo, o romance histórico – sempre buscou sondar certos aspectos da experiência humana que, muitas vezes, a ciência histórica entende não ser da sua competência inquirir. Reencenar o vivido, habitar de alguma maneira as mentes dos mortos, interrogar motivações ocultas: todos esses experimentos com as “zonas cinzentas” do conhecimento humano, que para os escritores e as escritoras de ficção se apresentam quase como deveres do ofício, são de certo modo tabus em gêneros marcadamente referenciais, casos da biografia, da reportagem jornalística e da história (no que diz respeito a essa última, essas limitações são ainda mais fortes por conta dos protocolos intersubjetivos de validação científica). O anseio por uma concepção de verdade que não se apresente apenas como verdade literária, mas também como produção de saberes históricos – que se afirmam tanto por meio de uma investigação que se expõe como tal no próprio relato, como de um trabalho de “cooperação” entre imaginação histórica e “atos de fingir” – é uma das marcas distintivas das “literaturas do real” do século XXI.¹¹

10 Tratei dessas transformações formais do romance histórico em um ensaio publicado na revista *História da Historiografia*. Conferir: CHARBEL, Felipe. “The New Faces of the Historical Novel”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, 13, 32, 2020, pp. 19–46

11 Para a discussão sobre os saberes históricos que a literatura pode produzir, cf.: ANHEIM, Étienne e LILTI, Antoine. “Savoirs de la littérature”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 65, 2, 2010, p. 253-260. Para debates gerais sobre as formas de conhecimento moral produzidas e postas em circulação pela literatura, cf.: BOUVERESSE, Jacques. *La connaissance de l'écrivain. Sur la littérature, la vérité & la vie*. Marseille: Agone, 2008; NUSSBAUM, Martha. *Love's knowledge. Essays on Philosophy and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

É possível distinguir pelo menos duas tendências gerais no que Patrick Boucheron chamou de “apelo irresistível do real” na literatura – um “real coletivo, que se pode chamar de social ou histórico”.¹² A primeira dessas tendências diz respeito a relatos de ficção que apostam na veracidade da matéria narrada, ao mesmo tempo em que não deixam de mobilizar técnicas narrativas usuais nos romances: diálogos, fluxos de consciência, trabalho com o ponto de vista. São obras marcadas por um forte apelo à veracidade, e ainda assim não deixam de ser ficções que, de modo autorreflexivo, discutem abertamente (em passagens que tendem ao ensaístico) ou encenam os desafios éticos e literários da ficcionalização da história.¹³ Já a segunda tendência diz respeito a obras que apostam todas as fichas na recusa da ficcionalidade: são os chamados “romances sem ficção”.

Os romances de ficção marcados por uma forte tendência referencial põem em cena situações históricas e personagens reais. Colocando a questão dessa maneira, pode parecer que estou me referindo ao velho romance histórico. Em parte é isso mesmo, mas trata-se, aqui, do romance histórico de nova fisionomia, autoconsciente das limitações inerentes à ficcionalização da história: os procedimentos típicos do ilusionismo realista, ao mesmo tempo em que são mobilizados, são também postos em xeque, num processo de constante negociação de contradições.¹⁴ É o que acontece em obras como *O amante do vulcão* de Susan Sontag (publicado em 1992), *Dora Bruder* de Patrick Modiano (1997), *Austerlitz* de W. G. Sebald (2001), *Soldados de Salamina* de Javier Cercas (2001), *Daniel Stein, intérprete* de Lyudmila Ulitskaya (2006), *HHhH* de Laurent Binet (de 2010), *El material humano* de Rodrigo Rey Rosa (2009), *K. - Relato de uma busca* de Bernardo Kucinski (2011) e *Garotas mortas* de Selva Almada (2014).

12 BOUCHERON, Patrick. “‘Toute littérature est assaut contre la frontière’. Note sur les embarras historiens d’une reentrée littéraire”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 6, 2, mar-abril, 2010, p. 446.

13 Tratei dessa questão em: CHARBEL, Felipe. “Repactuar o romance histórico e a ficção biográfica: sobre *HHhH*, de Laurent Binet”. *ArtCultura*, 19, 35, 2017, pp. 31-41.

14 Sobre a questão da autorreflexividade no romance do século XX, cf.: STONEHILL, Brian. *The Self-Conscious Novel*. University of Pennsylvania Press, 1988.

Essas narrativas mobilizam o legado do romance histórico clássico e da ficção realista, ao mesmo tempo em que recorrem a procedimentos usuais, seja na narrativa pós-moderna (a metaficcionalidade) ou no *nonfiction novel* de Capote e Walsh (a preocupação com a veracidade). É comum, nesses romances com forte tendência referencial, que haja a encenação, no próprio relato, da resistência dos narradores à ficção, como acontece, por exemplo, em *HHhH*, de Laurent Binet.¹⁵ Em *O material humano*, de Rodrigo Rey Rosa, o próprio “alerta de ficcionalidade” localizado na abertura dá o tom dessa preocupação com a veracidade, ao mesmo tempo em que reforça tratar-se de obra imaginativa: “embora não pareça, embora não queira parecer, esta é uma obra de ficção”.¹⁶ Esse tipo de “alerta de ficcionalidade” é bem comum em romances contemporâneos de temática histórica. Em *K. - Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, lemos na abertura que “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.¹⁷ Em *O amante do vulcão*, de Susan Sontag, o paratexto informa que “meu Cavaliere é um duplo de Sir William Hamilton, personagem de ficção para quem tomei todas as liberdades adequadas à sua natureza, assim como fiz com as outras personagens históricas que aparecem com seus nomes reais”.¹⁸

A segunda vertente desse movimento de “saída da ficção” na literatura contemporânea diz respeito à aposta radical na veracidade do relato, e na recusa da associação direta entre escrita romanesca e a imaginação isenta de amarras. São narrativas literárias de caráter histórico ou biográfico que recusam abertamente o rótulo de romances, ou então que são definidas por seus autores como “romances sem ficção”. É o que acontece em obras recentes que reivindicam o espólio do *nonfiction novel* de Truman Capote, Norman Mailer e Rodolfo Walsh, buscando, no entanto, ultrapas-

15 Cf. CHARBEL, Felipe. “Repactuar o romance histórico e a ficção biográfica”...

16 REY ROSA, Rodrigo. *O material humano*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Benvirá, 2011. p.7.

17 KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

18 SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. Trad. Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

sar certos impasses do realismo que, nos anos 1960 e 1970, se mostrava dominante nessa variedade de narrativa literária.¹⁹ É possível citar algumas obras experimentais, que recorrem à colagem com documentos históricos, apostam na polifonia e recusam os pressupostos realistas do romance de não-ficção de meados do século XX: *O curto verão da anarquia* de Hans Magnus Enzensberger (1972), *Majorana desapareceu* de Leonardo Sciascia (1975), *O mez da gripe* de Valêncio Xavier (1981), *A guerra não tem rosto de mulher* (1985) e *Vozes de Tchernóbil* (1997), de Svetlana Aleksievitch.

Tanto em *O curto verão da anarquia* como em *O mez da gripe*, os autores recorrem à colagem feita a partir de reportagens jornalísticas (e no caso de Enzensberger, também com depoimentos de participantes da Guerra Civil Espanhola). Além disso, ambos glosam o material que selecionam num tom marcadamente ensaístico, ao mesmo tempo em que associam o que fazem a formas ficcionais: a “novella” para Xavier e o “romance” para Enzensberger.²⁰ Há também o caso de obras que não são tão experimentais na forma, mas que se caracterizam por um importante movimento na direção da biografia ou da autobiografia. É o caso de *Caderno de memórias coloniais* de Isabela Figueiredo (2009), de vários romances recentes de Patrick Deville (como *Viva!*, *Peste e cólera*), de Javier Cercas (*O impostor*, *O rei das sombras*), de Emmanuel Carrère (*Outras vidas que não a minha*, *Limonov*, *O reino*) e de Annie Ernaux (*O lugar*, *Acontecimento*, *Os anos*).

São obras que praticamente já não se parecem com romances, na medida em que põem em xeque aquilo que Catherine Gallagher, em seu estudo sobre a afirmação da ideia moderna de ficcionalidade, chamou de “conexão histórica íntima” deste gênero

19 Para uma definição e uma análise detida do *nonfiction novel*, conferir em Jablonka: “O *nonfiction novel* amplia uma história verdadeira por meio de um saber fazer novelesco (intriga, descrições, personagens, diálogos, pontos de vista, suspense). Seu inventor é Truman Capote com *A sangue frio* (1965), que relata um homicídio quádruplo ocorrido no Kansas; a trama de fundo é real, mas vários diálogos são inventados”. JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea...*, p. 239.

20 Cf. KLEIN, Kelvin Falcão. “Narração polifônica em Hans Magnus Enzensberger e Roberto Bolaño”. In. CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque; SILVA MELLO, Luiza Larangeira (org.). *As formas do romance*. Estudos sobre a historicidade da literatura. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016, pp. 35-53.

com a ficção. Acontece que, historicamente, o romance sempre demonstrou ser uma forma aberta, inacabada, capaz de incorporar outros gêneros apenas para reforçar seu plurilinguismo e dialogismo, como demonstrou Mikhail Bakhtin em vários de seus ensaios: “o romance não é simplesmente mais um gênero ao lado dos outros. Trata-se do único gênero que ainda está evoluindo no meio de gêneros já há muito formados e parcialmente mortos”.²¹ Daí que a “saída da ficção” possa ser “deglutida” pelo romance, tornando-se apenas mais um modo de renovação das suas formas, dos seus modos de fazer.

O romance entre o ensaio e a autobiografia

Tanto nos “romances sem ficção” como nos romances marcados pela forte tendência à referencialidade, a mescla de traços de gêneros como o ensaio, a autobiografia, a biografia e a historiografia vem associada a uma forte preocupação com a veracidade da matéria narrada.²² São obras que “se propõem a fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ externa ao texto e a se submeter, portanto, a uma prova de *verificação*”, que é como Phillippe Lejeune define as narrativas referenciais, sejam elas literárias, biográficas ou historiográficas.²³ Na definição de Dorrit Cohn, textos referenciais são “verificáveis e incompletos, enquanto narrativas não-referenciais são inverificáveis e completas”.²⁴ Ao mesmo tem-

21 BAKHTIN, Mikhail. “Epos e Romance: sobre a metodologia do estudo do romance”. BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 398.

22 Para uma discussão da tendência ao autobiográfico na literatura contemporânea, cf.: GIORDANO, Alberto. *El giro autobiográfico*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2020; PEREIRA, Antonio Marcos. “A dupla vida do romance autobiográfico”. PEREIRA, Antonio Marcos. “A dupla vida do romance autobiográfico”. In: CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque; SILVA MELLO, Luiza Larangeira (org.). *As formas do romance. Estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016, pp. 69-84.

23 LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico. De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gernheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 43.

24 Nesse sentido, o leitor pode contestar a veracidade do que é apresentado na narrativa, e sugerir que os sentidos interpretativos apresentados são passíveis de refutação. Já em textos não-referenciais isso não acontece, em função da própria natureza do “pacto romanesco”, fundado no que Coleridge chamou, no século XIX, de “suspensão voluntária da descrença”. COHN, Dorrit. *The Distinction of Fiction*. Baltimore and London:

po, essas obras não deixam de ser ficções — mesmo que sejam ficções que recusam a plena liberdade imaginativa, e que por vezes operam em termos bastante próximos daquilo que, num ensaio clássico, R. G. Collingwood chamou de “imaginação histórica”. Voltarei a este ponto na última seção do ensaio.

Essa tendência à referencialidade traz consequências importantes para o próprio romance entendido como gênero literário, já que, como aponta Catherine Gallagher, “o *novel* não é apenas um gênero de narrativa ficcional dentre outros, é o gênero por meio do qual a ficção torna-se explícita e manifesta e é compreendida e aceita por todos”.²⁵ Ao mesmo tempo, como sugeri anteriormente, a “saída da ficção” não pode ser confundida com a simples recusa do pressuposto de que mesmo textos referenciais — o que é o caso do discurso histórico — comportam um forte elemento de ficcionalidade. “Hoje, os romancistas parecem dispostos a assumir uma postura investigativa, escrutinadora a respeito do papel da ficção em seus textos, fazendo de suas narrativas verdadeiros laboratórios de experimentação por se mostrarem insatisfeitos com o estatuto da ficcionalidade firmado ao longo dos séculos XIX e XX”, sugere Luciene Azevedo.²⁶

Isso que Azevedo chama de postura investigativa possui uma relação direta com o tom ensaístico que prevalece em grande parte dos romances que listei anteriormente.²⁷ Dizer que um ensaio tem uma atitude ensaística seria redundante. Mas quando se trata de uma narrativa, a coisa muda de figura: é uma afirmação que pode ajudar na compreensão da maneira como somos afetados por um texto particular. O que está em jogo nesse lance retórico é dizer de algo (um texto) que ele não se parece de todo consigo mesmo (o gênero com o qual se identifica mais claramente), e que

The John Hopkins University Press, 1999, p. 16.

25 GALLAGHER, Catherine. “Ficção”. In. MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naif, 2010, p. 630.

26 AZEVEDO, Luciene. *Saindo da ficção...*, p. 333.

27 Sobre a tendência ensaística associada a uma dimensão de experimentação formal, cf.: LADDAGA, Reinaldo. *Estética de laboratório*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

essa desigualdade “põe à prova” nossos modos usuais de leitura, desestabiliza expectativas. É a própria atitude ensaística que está em pleno funcionamento aqui, produzindo a desigualdade da forma com ela mesma: o ensaio se ocupando de gerar “o novo como novidade, que não pode ser traduzido de volta ao antigo das formas estabelecidas”, como sugere Adorno em *O ensaio como forma*.²⁸ Quando uma forma se põe à prova, é o “espírito do ensaio” que trabalha por meio dela.²⁹

Um dos traços formais preponderantes no romance do século XXI, e que não pode ser dissociado da tendência à referencialidade — a “saída da ficção” — é precisamente o tom ensaístico de muitas narrativas. São relatos que transitam entre a biografia e o comentário, entre o livro de memórias e a historiografia, caracterizando-se por uma voz sóbria e especulativa. É o que acontece, por exemplo, em *O amante do vulcão*. Neste livro de 1992, Susan Sontag se aventura pela escrita de um romance histórico. É possível notar, aqui, uma reivindicação de procedimentos narrativos do que Lukács chamou de “romance histórico clássico”, a ponto de John Banville, numa resenha, afirmar que “Sir Walter Scott certamente o teria aprovado”.³⁰ Ainda assim, as técnicas ilusionistas próprias do romance histórico realista são quebradas o tempo todo, de modo intencional, por intervenções em que a narradora — uma figura que não nomeia a si mesma, mas compartilha as preocupações e o estilo que nos acostumamos a identificar nos ensaios da autora que põe o nome na capa do livro — explicita detalhes da sua pesquisa histórica, transcreve anotações que faz em seus cadernos e nos conduz pelas mãos em saltos temporais de um mercado de pulgas nova-iorquino à Nápoles do século XVIII, tudo isso enquanto medita sobre as imensas dificuldades para reence-

28 ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2003, p. 42.

29 Como argumenta Jean Starobinski, “provar”, “testar” e “pôr à prova” são acepções de *essayer* que circulavam na época de Montaigne, e ajudam a compreender a escolha de nomear como “ensaios” os seus textos. STAROBINSKI, Jean. “É possível definir o ensaio?” In. PIRES, Paulo Roberto (org.). *Doze ensaios sobre o ensaio*. Trad. André Telles. São Paulo: IMS, 2018, p. 14.

30 BANVILLE, John. “The Volcano Lover: a Romance”. *The New York Times*, 9 de ago. 1992.

nar literariamente o passado.³¹ O tom reflexivo que ela adota nos faz pensar nos ensaios de Sontag, especialmente no aspecto aforístico de alguns dos melhores capítulos de *Contra a interpretação e Sob o signo de Saturno*.

Outra escritora que se notabilizou por uma prosa marcadamente ensaística foi a francesa Annie Ernaux.³² Autora de uma vasta obra, quase integralmente de natureza autobiográfica, Ernaux tem como uma das marcas da sua poética o esforço de compreensão de si mesma – por meio da escrita – como alguém condicionada tanto pelas forças históricas como pelos vínculos de classe. Em *Os anos*, romance publicado em 2008, Ernaux, já na faixa dos 60 anos, revisita alguns dos momentos que considera decisivos na sua vida: crescer no meio operário nos anos 1940 e 1950, com todas as dificuldades materiais existentes; ser uma mulher que busca autonomia ao mesmo tempo em que se vê constrangida por papéis sociais a que se sente atrelada; as alegrias e infelicidades do casamento, da maternidade, do trabalho como professora; a lenta descoberta de uma voz autoral própria, num momento em que escrever sobre si mesma era em grande medida visto como algo menor, sem importância.

Todos esses aspectos da sua trajetória pessoal são apresentados por Ernaux de maneira profundamente historicizada: é possível notar o seu imenso cuidado para vincular autobiografia e processo histórico. Essa é uma das marcas da literatura de Ernaux. Este traço, inclusive, permite que autores como Didier Eribon, em *Retorno a Reims* – uma obra também autobiográfica –, se identifique com o modo como Ernaux pinta a si mesma como alguém que nunca conseguiu se desvincular do seu meio social de origem:

31 Ruth Glynn propõe uma distinção muito útil entre o romance histórico “ilusionista”, de caráter realista, e o romance histórico “anti-ilusionista”, mais identificado com os procedimentos literários usualmente classificados como pós-modernos. “Sprang employs the term ‘illusionist’ to denote traditional historical novels which seek to create an illusion of world totality and order by narrative means, while the term ‘anti-illusionist’ describes those novels which seek to undo or lay bare the illusions of traditional positivist history”. GLYNN, Ruth. *Contesting the Monument...*, p.19.

32 Cf. DAY, Loraine. “Fiction, Autobiography and Annie Ernaux’s Evolving Project as a Writer”. *Romance Studies*, 17, 1, 1999, pp. 89-103.

*Reconheci precisamente o que vivi nesse momento ao ler os livros que Annie Ernaux dedicou a seus pais e à ‘distância de classe’ que a separou deles. Neles ela evoca maravilhosamente esse mal-estar que sentimos ao retornar aos pais depois de ter saído não somente da casa da família, mas também da própria família e do mundo aos quais, apesar de tudo, continuamos a pertencer, e esse sentimento desconcertante de estar ao mesmo tempo em casa e num mundo estranho.*³³

Na literatura de Ernaux, o trabalho da imaginação histórica diz respeito à reconstrução narrativa da própria vida com ênfase nos vínculos de classe, nas transformações históricas, no surgimento de novas correntes intelectuais às quais adere ou as quais rejeita. Em *Os anos*, a interdependência entre autobiografia e história é reforçada por um procedimento narrativo que contribui para realçar a historicidade de toda a matéria narrada: a flutuação no relato entre a primeira pessoa do plural, o sujeito oculto e a terceira pessoa do singular em referência a si mesma. Tal estratégia contribui para reforçar o sentido de atrelamento da narradora a algo maior, que a envolve e a arrasta – todo um conjunto de relações de força que são inerentes à vida social e à dinâmica histórica:

*O futuro era uma série de experiências que deveríamos ter, serviço militar de vinte e quatro meses, trabalho, casamento, filhos. Esperavam de nós que aceitássemos com naturalidade a tradição. Diante deste futuro formatado, a vontade que tínhamos era de permanecer jovens por mais tempo.*³⁴

*Ninguém ousava relacionar o que era vivido com os discursos políticos ou com os acontecimentos do mundo. No máximo, se permitia sentir algum prazer votando contra o general De Gaulle e a favor daquele candidato arrojado cujo nome remetia vagamente aos anos da Argélia francesa, François Mitterrand. No decurso da existência pessoal, a História não significava nada. Dependendo do dia, éramos felizes ou tristes. Simples assim.*³⁵

33 ERIBON, Didier. *Retorno a Reims*. Trad. Cecília Schuback. Belo Horizonte: Âyiné, 2020, p. 31.

34 ERNAUX, Annie. *Os anos*. Trad. Marília Garcia. São Paulo: Três Estrelas, 2019, p. 73.

35 *Ibid.*, p. 88.

*Gostaria de reunir estas múltiplas imagens de si própria, isoladas e em desacordo, por um fio de narrativa, a narrativa de sua existência desde o nascimento, durante a Segunda Guerra Mundial, até hoje. Gostaria que fosse uma existência singular, mas entrelaçada ao movimento de uma geração. No momento de começar a escrita, sempre esbarra nos mesmos problemas: como representar, ao mesmo tempo, a passagem do tempo histórico (com coisas, ideias e costumes se transformando) e o espaço íntimo desta mulher?*³⁶

Mais do que atestar o imbricamento entre espaço interior e vida exterior, o que Ernaux alcança em *Os anos* é mostrar a ligação entre vida e história num aqui e agora que a imaginação histórica, recorrendo à memória e ao arquivo pessoal, é capaz de reconstruir.

Imaginação histórica e “saída da ficção”

Um dos ensaios mais notáveis de R. G. Collingwood é o que trata do conceito de imaginação histórica. Nos anos 1990, William Dray, numa releitura minuciosa das principais categorias do pensamento collingwoodiano, faz uma série de comentários sobre a maneira como o historiador e filósofo inglês diferencia o trabalho da imaginação na historiografia e na literatura ficcional. De acordo com Dray, o que Collingwood entendia por imaginação histórica era simplesmente a historicização de situações e ações representadas (na historiografia) ou figuradas (na ficção) em narrativas sobre o passado, de modo que estas possam estar situadas na convergência entre fatores sócio-históricos e motivações pessoais.³⁷ Assim, para Collingwood, a “tarefa especial” tanto do historiador como do romancista que se volta para a história é a mesma: “imaginar o passado”. O que muda é a maneira como a imaginação historiadora ou romanesca poderá reencenar ações pretéritas.

Quando fala em passado, Collingwood não sugere que este é “objeto de possível percepção, uma vez que já não existe”, mas

36 Ibid., p. 168.

37 DRAY, William H. “The Historical Imagination”. In. *History as Re-Enactment. R. G. Collingwood's Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. 191-228.

algo “suscetível de se tornar, através da imaginação histórica, um objeto do nosso pensamento”.³⁸ Essa espécie de imaginação que é tão característica da prática dos historiadores guarda profundas semelhanças com a que tem lugar no trabalho criativo de ficcionistas. Mas há uma diferença crucial entre a maneira como historiadores e romancistas reconstituem o passado: “como obras da imaginação, o trabalho do historiador e o do romancista não diferem. Só divergem neste ponto: o quadro do historiador deve ter veracidade. O romancista só tem uma tarefa: construir um quadro coerente, dotado de sentido”.³⁹

Acontece que, como argumentei anteriormente, um conjunto cada vez mais significativo de narrativas literárias têm borrado, de forma ostensiva, a rigidez comumente presumida na distinção entre os modos como a imaginação opera na ciência histórica e no romance.⁴⁰ Dray propõe que a tarefa historiográfica de “imaginar o passado”, na abordagem collingwoodiana, estaria atrelada a três regras de método, ausentes na escrita ficcional:

Talvez isso também seja algo que possa ser dito do trabalho dos romancistas, em alguns casos. Mas existem três “regras de método”, Collingwood sustenta, que se aplicam às reconstruções imaginativas dos historiadores, mas não às criações dos romancistas. Em primeiro lugar, a imagem do passado que um historiador elabora deve ser “localizada no espaço e no tempo”, cada detalhe tendo um único lugar e uma única data, enquanto os detalhes dos romances podem estar localizados em qualquer tempo ou lugar. [...] Em segundo lugar, para ser considerada aceitável, a pintura imaginária que um historiador constrói deve ser consistente como todas as outras imagens do passado elaboradas por historiadores que também são considerados aceitáveis. [...] E, em terceiro lugar, a imagem construída pelo historiador deve ter uma relação de apoio recíproco com a evidência.⁴¹

No entanto, uma vez que essas três “regras de método” venham a ser, eventualmente, respeitadas por romancistas ou escri-

38 COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 253.

39 *Ibid.*, p. 256.

40 Cf. STALEY, David. *Historical Imagination*. New York: Routledge, 2021, pp. 6-10.

41 DRAY, William. *History as Re-Enactment...*, p. 201, tradução nossa.

tores de narrativas literárias que mesclam gêneros diversos — e que haja a reivindicação de veracidade da matéria narrada —, o esforço para diferenciar historiografia e ficção literária teria que levar em conta outros aspectos além da referencialidade do discurso à realidade exterior ao texto. Os historiadores precisariam se voltar, por exemplo, como sugere Dominick LaCapra, para a forma, a estrutura narrativa, o ponto de vista e o trato da documentação.⁴² Esta seria a condição fundamental para que se possa realizar “comparações não reducionistas e contrastes entre a literatura – incluindo a ficção – e a historiografia”.⁴³

Em ensaio recente, Julio Pimentel Pinto também alerta para o perigo de uma abordagem do texto literário que desconsidere especificidades formais, genéricas e a finalidade estética das obras:

a literatura pode ser, sim, um sismógrafo acurado, inclusive para a história: graças à sua liberdade criativa e ao amplo aparato de recursos estéticos e de linguagem, ela pode perceber com agilidade o que outras narrativas demoram mais a notar. Resta, entretanto, que jamais nós, historiadores-leitores, ignoremos a dimensão estética da ficção; que jamais desconsideremos o trabalho em si da escrita: se algo a ficção tem a nos dizer sobre o passado, isso deve ser buscado menos numa suposta revelação imediata do “contexto”, menos nas informações “históricas” que o texto literário nos oferece – e que, evidentemente, não são dignas de confiança plena – e mais em elementos discretos ou associados ao trabalho em si de construção de texto, ao contexto cognitivo – e aqui o adjetivo reinventa o substantivo – que o permitiu.⁴⁴

Considerar o trabalho da imaginação histórica na literatura contemporânea não é o mesmo que defender a indistinção entre escrita literária e historiografia científica.⁴⁵ Pelo contrário. O que busquei, aqui, foi trazer uma reflexão sobre algo que Collingwood desconsiderou quando propôs que a imaginação histórica na his-

42 Cf. LACAPRA, Dominick. *History, Literature, Critical Theory*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, p. 9.

43 *Ibid.*, p. 9.

44 PINTO, Júlio Pimentel. “Do fingimento à imaginação moral: diálogos entre história e literatura”. *Tempo*.v. 26, n. 1, 2020, p. 35.

45 Cf. KOSELLECK, Reinhart. “Ficção e realidade histórica”. Trad. Luiz Costa Lima. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich e RODRIGUES, Tamara de Oliveira (org.). *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, pp. 109-129.

toriografia e no romance só divergiam no que dizia respeito à veracidade do discurso.⁴⁶ Nas últimas décadas, nem mesmo a “veracidade” pode ser tratada como um traço cristalino de distinção entre o modo como a imaginação opera no discurso histórico e no ficcional. A tendência à referencialidade, assim como os desdobramentos do *nonfiction novel* na segunda metade do século XX e principalmente no começo do século XXI, dão mostras de que outros aspectos distintivos devem ser procurados. A “ficção não é o critério último para diferenciar literatura e história”, sugere Ivan Jablonka:

*Não é o indício de nenhuma literariedade, assim como a história não é por natureza hostil a ela. Como distinguir, então, a ficção romanesca e as ficções de método? A diferença está no uso a que se destinam. Não existe uma ficção “para a literatura” e ficções para as ciências sociais: existem ficções mais ou menos captadas pelo raciocínio histórico, mais ou menos utilizadas na busca da verdade.*⁴⁷

A atenção à forma (considerada em sua historicidade) e às especificidades éticas e estéticas do discurso ficcional permitem identificar e compreender os usos diversos e finalidades específicas a que Jablonka se refere. Pensar historicamente é um ponto que articula — ou que pode articular — a imaginação histórica na historiografia e no romance.⁴⁸ Já o que se costuma buscar por meio dessas modalidades de historicização é bem diferente.⁴⁹ As especificidades das variações contemporâneas de “literaturas do real” residem no entendimento de que a literatura pode produzir conhecimentos históricos de uma variedade específica, especialmente quando direciona sua atenção às “regiões cinzentas” da experiência, aos “pontos cegos”⁵⁰ que o *re-enactment* de Collingwood,

46 COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história...*, p. 256.

47 JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea...*, p. 219, tradução nossa.

48 Cf. STALEY, David. *Historical Imagination...*, pp. 19-32.

49 “For this is what we expect of novels: they give us an epiphany of reality itself”. ANKERSMIT, Frank. “Truth in History and Literature”. *Narrative*, 18, 1, 2010, p. 45.

50 Cf. CERCAS, Javier. *El punto ciego*. Buenos Aires: Random House, 2016, p. 17. Para Cercas, o “ponto cego” é uma característica muito antiga do romance como gênero, um traço que marcaria uma linhagem que começaria com *Dom Quixote*. “Enel centro de estas novelas hay siempre un punto ciego, un punto a través del cual no es posible ver nada”.

sempre delimitado pelos protocolos intersubjetivos de validação, não espera alcançar.

Referências:

ADORNO, Theodor. “O ensaio como forma”. In. ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2003, pp. 15-45.

ALBERCA, Manuel. *El pacto ambiguo. De la novela autobiográfica a la autoficción*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

ANHEIM, Étienne e LILTI, Antoine. “Savoirs de la littérature”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 65, 2, 2010, p. 253-260. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40929985>>.

ANKERSMIT, Frank. “Truth in History and Literature”. *Narrative*, 18,1, 2010, pp. 29-50. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25609383>>.

AZEVEDO, Luciene. “Saindo da ficção. Narrativas não literárias”. *Caracol*, n.17, 2019, pp. 329-345. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/159132>>.

AZEVEDO, Luciene. “Anotação e crítica”. In. MAGRI, Ieda; CHARBEL, Felipe; GUTIÉRREZ, Rafael (org.). *Leituras do contemporâneo. Literatura e crítica no Brasil e na Argentina*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021, pp. 53-70.

BAKHTIN, Mikhail. “Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance”. In. BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec Editora, 2014, pp. 397-428.

BANVILLE, John. “The Volcano Lover: a Romance”. *The New York Times*, Aug. 9, 1992. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1992/08/09/books/booksspecial/the-volcano-lover-a-romance.html>>. Acesso em 6 de julho de 2021.

BOUCHERON, Patrick. “‘Toute littérature est assaut contre la frontière’. Note sur les embarras historiens d’une reentrée littéraire”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 6, 2, mar-abril, 2010, pp. 441-467. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0395264900038580>>.

BOUVERESSE, Jacques. *La connaissance de l’écrivain. Sur la littérature, la vérité & la vie*. Marseille: Agone, 2008.

BRIZUELA, Natalia. *Depois da fotografia: uma literatura fora de si*. Trad. Carlos Nogué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CERCAS, Javier. *El punto ciego*. Buenos Aires: Random House, 2016.

CHARBEL, Felipe. “Uma filosofia inquietante da História: sobre *Austerlitz*, de W. G. Sebald”. *História da Historiografia*, 19, dez, 2015, pp. 124-141. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/964>>.

CHARBEL, Felipe. “Repactuar o romance histórico e a ficção biográfica. Sobre *HHhH*, de Laurent Binet”. *ArtCultura*, 19, 37, 2017, pp. 31-41. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41250>>.

CHARBEL, Felipe “The New Faces of the Historical Novel”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, 13, 32, 2020, pp. 19-46. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1530>>.

COHN, Dorrit. *The Distinction of Fiction*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1999.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

COSTA LIMA, Luiz. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, pp. 24-225.

DAY, Loraine. “Fiction, Autobiography and Annie Ernaux’s Evolving Project as a Writer: A Study of *Ce Qu’ils Disent Ou Rien*”. *Romance Studies*, 17, 1, 1999, pp. 89-103. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/ros.1999.17.1.89>>.

DRAY, William H. “The Historical Imagination”. In. *History as Re-Enactment*. R. G. Collingwood’s *Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. 191-228.

ERIBON, Didier. *Retorno a Reims*. Trad. Cecília Schuback. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

ERNAUX, Annie. *Os anos*. Trad. Marília Garcia. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

ESCOBAR, Ticio. *El arte fuera de sí*. Assunción: FONDEC / CAV / Museo de Barro, 2004.

GALLAGHER, Catherine. “Ficção”. In. MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naif, 2010, pp. 629-258.

GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos estranhos. Sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

GARRAMUÑO, Florencia. “O rumor de uma batalha: sobre as derivas de uma arte e uma crítica mutantes”. In. MAGRI, Ieda; CHARBEL, Felipe; GUTIÉRREZ, Rafael (org.). *Leituras do contemporâneo. Literatura e crítica do Brasil e na Argentina*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021, pp. 41-52.

GIORDANO, Alberto. *El giro autobiográfico*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2020.

GLYNN, Ruth. *Contesting the Monument. The Anti-Illusionist Italian Historical Novel*. Leeds: Northern University Press, 2005.

GUTIÉRREZ, Rafael. *Formas híbridas*. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2014.

HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea. Manifiesto por las ciencias sociales*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2014.

KLEIN, Kelvin Falcão. “Narração polifônica em Hans Magnus Enzensberger e Roberto Bolaño”. In. CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque; SILVA MELLO, Luiza Larangeira (org.). *As formas do romance. Estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016, pp. 35-53.

KLEIN, Kelvin Falcão. *Estratégias de visualidade na literatura. O olho Sebald*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2021.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro. O retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. “Ficção e realidade histórica”. Trad. Luiz Costa Lima. In. GUMBRECHT, Hans Ulrich; RODRIGUES, Tamara de Oliveira (org.). *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, pp. 109-129.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

LACAPRA, Dominick. *History, Literature, Critical Theory*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013.

LADDAGA, Reinaldo. *Estética de laboratório*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico. De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gernheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LONG, J. J. W. G. *Sebald. Image, Archive, Modernity*. New York: Columbia University Press, 2007.

NUSSBAUM, M. *Love's knowledge. Essays on Philosophy and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

OZICK, Cynthia. "Retrato do ensaio como corpo de mulher". Trad. Alexandre Barbosa de Souza. In. PIRES, Paulo Roberto (org.). *Doze ensaios sobre o ensaio*. São Paulo: IMS, 2018.

PEREIRA, Antonio Marcos. "A dupla vida do romance autobiográfico". In. CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque; SILVA MELLO, Luiza Larangeira (org.). *As formas do romance. Estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016, pp. 69-84.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PINTO, Júlio Pimentel. "Do fingimento à imaginação moral: diálogos entre história e literatura". *Tempo*, 26, 1, 2020, p. 26-42. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/Wjx9bsNBkk6gz3fCXKdKpqc/?lang=pt>>.

REY ROSA, Rodrigo. *O material humano*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Benvirá, 2011.

SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. Trad. Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STALEY, David. *Historical Imagination*. New York: Routledge, 2021.

STAROBINSKI, Jean. "É possível definir o ensaio?". In. PIRES, Paulo Roberto (org.). *Doze ensaios sobre o ensaio*. Trad. André Telles. São Paulo: IMS, 2018, pp. 13-26.

STONEHILL, Brian. *The Self-Conscious Novel*. University of Pennsylvania Press, 1988.

WHITE, Hayden. "O passado prático". *ArtCultura*. Uberlândia, 20, 37, jul.-dez. 2018, pp. 9-19. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/art-cultura/article/view/47235>>.

O ensino de filosofia no Brasil colonial: entre heranças medievais e novidades modernas

Alfredo Storck¹

Introdução

No século XVI, as universidades criadas durante a Idade Média atravessam um período de importantes transformações que as afeta tanto institucional quanto pedagogicamente. Impactadas pelo longo processo de formação dos estados nacionais, a universidade conhece reformas institucionais profundas que paulatinamente restringem sua autonomia administrativa e a subordina a poderes políticos.²Ao

1 Agradeço aos colegas Temístocles Cezar, Tiago da Costa Guterres e Eduardo Neumann pelos comentários à versão inicial do presente texto. Retomo aqui alguns pontos apresentados em: STORCK, A. “Jesuit Pedagogy and the Place of Logic: The reception of logic during the 16th and 17th centuries in South American colleges.” Brepolis: no prelo..

2 CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *Histoire des universités XIII^e – XIX^e siècle*. Paris: Presses universitaires de France, 2012; DE RIDDER-SYMOENS, Hilde. *A History of the University in Europe. Volume II Universities in Early Modern Europe (1500-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, em especial o capítulo III:HAMMERSTEIN, Notker. “Relations with Authority”, pp. 114-153; GOEING, Anja-Silvia; PARRY, Glyn; FEINGOLD, Mordechai. *Early Modern Universities: Networks of Learning*. Leiden: Brill, 2021; LE GALL, Jean-Marie. “Ramus et la réforme de l’université de Paris en 1562”. In. GINGRAS, Yves; ROY, Lyse. *Les transformations des universités du XIII^e – XIX^e siècle*. Québec: Presses de l’Université du Québec, 2006. pp. 41-68.

mesmo tempo, o ensino universitário passa a ser criticado por autores humanistas que consideram as universidades como lugares de preservação de saberes ultrapassados e fortemente baseados em autoridades tradicionais: Aristóteles na Filosofia, Pedro Lombardo na Teologia, o *Corpus Iuris Ciuilis* no Direito e Galeno na Medicina. Impulsionadas pelo surgimento da imprensa, pela descoberta de obras clássicas desconhecidas do período anterior e pelo extraordinário aumento de informações disponível, novas correntes de pensamento passam a oferecer métodos de investigação e formas de discurso científico alternativos que se desenvolvem fora do ambiente universitário, levando à produção novos lugares de socialização, inovação cultural e científica na forma de salões, academias, sociedades científicas, bibliotecas etc.³ Consolida-se então uma interpretação de longa duração segundo a qual as universidades do início da modernidade seriam mais propriamente lugares de defesa da ortodoxia que centros de produção científica inovadora. Nessa perspectiva, o surgimento da ciência moderna só teria sido possível por ter ocorrido fora da universidade e em ambientes de maior liberdade intelectual que escapariam ao controle dos poderes políticos e religiosos. Esse estigma prevalecerá e será mesmo reforçado no século XVIII, talvez porque nesse período as universidades mostraram-se relutantes em aceitar os novos ideais iluministas, como fica particularmente claro no caso das universidades francesas, ibéricas e italianas.⁴

Embora ainda parcialmente vigente, essa visão acerca do papel das universidades para a produção científica tem sido profundamente revista nas últimas décadas. De um lado, não é mais possível defender que as novas teorias físicas não foram recepcionadas pelas universidades nem que elas não tivessem desempenhado um papel preponderante para o desenvolvimento dessas teo-

3 PARK, Katharine; DASTON, Lorraine. *The Cambridge History of Science: Early Modern Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. 3. Em especial os capítulos da parte II: *Personae and Sites of Natural Knowledge*, pp. 179-362; e mais recentemente: BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; GRAFTON, Anthony. *Information: A Historical Companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

4 HAMMERSTEIN, Notker. "Epilogue: The Enlightenment". In: DE RIDDER-SYMOENS, *A History of the University in Europe...*, pp. 621-640.

rias.⁵ De outro, a caracterização do que conta como ciência passou a ser questionada, impulsionando estudos sobre novas formas de saberes em geral e do saber científico em particular. Ao deixarem de conceber “a ciência como uma coisa evidente e dada, como uma realidade trans-histórica, como uma categoria não problemática”,⁶ historiadores da ciência têm buscado investigar quadros cognitivos que emergem de determinados espaços físicos e sociais e explorar “zonas de contato” nas quais o conhecimento passa a ser negociado.⁷ A constatação que o processo moderno de expansão ultramarina das coroas europeias envolveu, além de fatores econômicos e políticos, formas de circulação e construção do conhecimento científico, tem motivado um crescente número de produções sob a rubrica “ciência e império”.⁸ Particularmente relevantes

5 GRENDLER, Paul F. “The Universities of the Renaissance and Reformation”. *Renaissance Quarterly*, 57, 1, Spring, 2004, pp. 1-42; RUMMEL, Erika. *The Humanist-Scholastic Debate in the Renaissance & Reformation*. Massachusetts: Harvard University Press, 1995; HELLYER, Marcus. *Catholic Physics. Jesuit Natural Philosophy in Early Modern Germany*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2005; BROCKLISS, Laurence. “The Moment of No Return: The University of Paris and the Death of Aristotelianism.” *Science and Education*, 15, 2006, pp. 259–278; PORTER, Roy. “The Scientific Revolution and the Universities”. In: DE RIDDER-SYMOENS, A *History of the University in Europe...*, pp. 531-564; CHABÁS, José. “The University of Salamanca and the Renaissance of Astronomy During the Second Half of the 15th Century”. In: FEINGOLD, Mordechai; NAVARRO-BROTONS, Victor. *Universities and Science in the Early Modern Period*. Dordrecht: Springer, 2006, pp. 83-98; RIBEIRO, Marília de Azambuja; BULHÕES, Arthur Feitosa de. “Os colégios jesuítas de Portugal e a Revolução Científica: Inácio Monteiro e a recepção das novas teorias da luz em Portugal”. *História Unisinos*, 18, 1, janeiro-abril, 2014, pp. 27-34; BLUM, Paul Richard. *Studies on Early Modern Aristotelianism*. Leiden: Brill, 2012.

6 PESTRE, Dominique. “Écrire une Histoire des Sciences et des savoirs de longue durée”. In: VAN DAMME, Stéphane. *Histoire des sciences et des savoirs. De la renaissance aux lumières*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 9-10, v. 1.

7 KONTLER, László; ROMANO, Antonella; SEBASTIANI, Silvia; TÖRÖK, BorbálaZsuzsanna. “Negotiating Knowledge in Early Modern Empires. A Decentered View.” New York: Palgrave MacMillian, 2014. Não somente o conhecimento, mas também a fé era objeto de negociação, como nos mostra admiravelmente AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas, 2004.

8 PETITJEAN, Patrick; JAMI, Catherine; MOUKLIN, Anne-Marie. *Science and Empires: Historical Studies about Scientific Development and European Expansion*. Dordrecht: Kluwer, 1992; RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe, Seventeenth to Nineteenth Centuries*. Delhi: Permanent Black, 2006; DELBOURGO, James; DEW, Nicholas. *Science and Empire in the Atlantic World*. New York: Routledge, 2008; PAIVA, Eduardo França. “Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português. Naturalia&mirabilia”. In: STOLS, Eddy; THOMAS, Werner; VERBÉCKMOES, Johan. *Naturalia, Mirabilia, & Monstrosa*

são os contextos coloniais nos quais assimetrias ou desigualdades políticas se traduzem em assimetrias de informação e de registros, com evidente influência nos modos de escrever a história de uma disciplina científica.⁹ Também a expansão do catolicismo moderno tem sido cada vez mais considerada da perspectiva dos processos de circulação dos saberes. A pressuposição, já criticada por Morse,¹⁰ segundo a qual haveria uma incompatibilidade radical entre ciência moderna e catolicismo que levaria a uma divisão entre a “modernidade britânica” e o “arcaísmo ibérico”, cede cada vez mais terreno a interpretações fundadas em modelos epistemológicos mais amplos e menos comprometidos com uma visão restritiva do que seja o conhecimento científico. Nesse quadro, a atuação dos missionários nas colônias espanhola e portuguesa das Américas passa a ser descrita não apenas como um processo colonizador e violento de implantação da fé cristã. Sem negar a centralidade desses aspectos, a historiografia da ciência tem procurado analisar as missões de evangelização como envolvendo a circulação de saberes seja entre missionários confrontados à pluralidade dos saberes detidos por povos originários das Américas, seja frente a diferentes tradições sobre a prática científica, como no caso da China.¹¹

No que diz respeito à historiografia da filosofia no Brasil colonial, estudos mais recentes têm renovado fortemente a área ao adotar uma concepção *hermenêutica pluritópica* mais apta a descrever alteridades sem a necessidade de reduzi-las a categorias eu-

en los imperios ibéricos. Leiden: Leuven University Press, Leiden, 2006, pp. 107-122.

9 Exemplo recente é a obra de: BOUMEDIENE, Samir. *La colonisation du savoir. Une histoire des plantes médicinales du Nouveau Monde (1492-1750)*. Paris: Gallimard, 2022. Veja-se também: WENDT, Helge. *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, 2016.

10 MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

11 Consulte-se a introdução de: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de; COPE-TE, Marie-Lucie; MALDAVSKY, Aliocha; ŽUPANOV, Ines G. *Missions d'évangélisation et circulations des savoirs - XVI^e-XVIII^esiècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011, pp. 1-22. Na mesma obra, veja-se: ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “Interprétations des rapports entre *cura animarum et potestas indirecta* dans le monde Luso-américain”. In: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de (dir.); et al. *Missions d'évangélisation et circulation des savoirs: xvie-xviiiè siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011, pp. 375-399.

ropeias.¹² Nesse novo enquadramento, as diversidades epistemológicas são concebidas em termos de diferentes visões de mundo: a dos povos originários, a dos povos africanos e a europeia. Além de respeitar “a especificidade das visões de mundo estudadas” e de denunciar “os preconceitos escravistas que se escondem por detrás do projeto da modernidade europeia”,¹³ esses estudos têm igualmente a vantagem de afastar definitivamente interpretações que liam a história da filosofia no período colonial como história do tomismo ou, quando muito, de um tomismo eclético.¹⁴ A desvantagem talvez resida em uma concepção insular da filosofia com foco em problemas surgidos “da nova situação enfrentada pelos lusitanos nos trópicos”, como a escravização, a conversão e a postura moral adequada no interior da sociedade. Esses problemas teriam sido enfrentados na colônia “a partir da perspectiva de mundo que caracterizou o período” e independentemente da influência da escolástica aristotélica portuguesa. Ainda que fortemente presente entre autores portugueses, o escolasticismo não teria sido transmitido para as colônias devido à recusa da coroa em aceitar a existência de universidades na região.¹⁵

De fato, não houve universidades no Brasil colonial, mas isso não significa, por exemplo, que os colégios administrados pela Companhia de Jesus estivessem totalmente apartados do sistema de ensino jesuítico e desconhecessem as principais tendências e práticas pedagógicas presentes nos colégios portugueses. Ao

12 MARGUTTI, Paulo. *História da Filosofia do Brasil. O período colonial (1500-1822)*. São Paulo: Edições Loyola, 2013. A perspectiva é, ao menos em parte, endossada por: MARQUES, Lúcio Álvaro. *A lógica da necessidade. O ensino de Rodrigo Homem no colégio do Maranhão (1720-1725)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Uma abordagem distinta, mas igualmente importante para a recente renovação dos estudos, encontra-se na obra de: DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil. Legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

13 MARGUTTI. *História da Filosofia do Brasil ...*, p. 357.

14 CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998. Uma apresentação panorâmica dos debates tradicionais acerca da filosofia no Brasil pode ser encontrada em: LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. “O pensamento filosófico no Brasil de hoje”. In: FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia*. Com nota bibliográfica adicional e um suplemento: O pensamento filosófico no Brasil de hoje, pelo Pe. Henrique Vaz. Rio de Janeiro: Agir, 18ª edição revista, 1965, pp. 345-373.

15 MARGUTTI. *História da Filosofia do Brasil ...*, p. 237.

contrário, o incremento do número de alunos e o grau similar de ensino estão entre as razões que levaram o Colégio Jesuítico da Bahia a reivindicar, desde 1662, o status de universidade. As petições enviadas à coroa e as circunstâncias de sua recusa são bem conhecidas desde os trabalhos de Serafim Leite.¹⁶ Conforme mostrou esse historiador da Companhia de Jesus, as demandas provinham sobretudo de estudantes externos, ou seja, não ligados à ordem. Embora não totalmente atendidas, foram contempladas parcialmente por uma carta régia que garantia aos estudantes graduados em Filosofia nos colégios jesuíticos do Brasil o ingresso nos cursos superiores de Direito, Cânones, Medicina e Teologia na Universidade de Coimbra.¹⁷ Portanto, ainda que, de direito, os colégios não fornecessem títulos universitários, de fato, havia o reconhecimento de que a formação filosófica ofertada na colônia não era substancialmente distinta daquela obtida nos colégios de Portugal.

No que segue, procuraremos apresentar alguns subsídios em favor de uma interpretação que integre o ensino dispensado nas colônias portuguesas no movimento de reformas pelas quais passa a universidade no início da modernidade. O modelo jesuítico de ensino servirá de caso paradigmático por ter surgido precisamente nesse contexto de mudanças e por ter sido o principal projeto implantado no período colonial brasileiro. Obviamente, não teremos condições de oferecer aqui uma análise ampla do fenômeno e focaremos em alguns poucos aspectos. Inicialmente, teceremos algumas considerações acerca do processo de criação de uma rede global de ensino administrada de forma centralizada pela Companhia de Jesus. Em seguida, passaremos rapidamente em revista as

16 LEITE, Serafim. “O curso de Filosofia e a tentativa de criar a universidade no século XVII”. *Verbum*, 5, 2, 1948, pp. 107-143; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VII (século XVII-XVIII – Assuntos gerais)*. Edição Fac-símile. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, pp. 191-208. O trabalho de Leite é retomado e analisado por: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã. O ensino superior, da colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007, pp. 26-38. Veja-se ainda: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. “A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968”. *Educar*, 28, 2006, pp. 17-36

17 LEITE, “O curso de filosofia...”, pp. 120-121; LEITE, *História da Companhia de Jesus ...*, pp. 204-205; CUNHA, *A universidade temporã...*, pp. 34-35.

principais técnicas de ensino da universidade medieval indicando os modos de adaptação a novos contextos pedagógicos. Em um terceiro momento, aludiremos a novos gêneros literários próprios ao ensino e concebidos como respostas a problemas decorrentes de um sistema global e centralizado de ensino. Isso nos permitirá analisar algumas teses de conclusão do percurso filosófico produzidas no Colégio jesuítico do Maranhão. Veremos como esse gênero literário veicula os principais ideais que norteiam o ensino ministrado de forma global pela Companhia de Jesus.

Os colégios jesuíticos: uma rede global de ensino

A Companhia de Jesus surge no período de transformações pelas quais passava a Igreja Católica em sua reação ao protestantismo. Pressionada por interpretações diversas da tradição cristã inspiradas pelos protestantismos de Lutero, Melâncton e Calvino, a Igreja Romana adota posições mais restritivas acerca da autoridade para interpretar os textos bíblicos, bem como sobre os sacramentos e sua forma de administração. As decisões repercutem para além do campo religioso, tomando contornos científicos e políticos.¹⁸ As descobertas científicas realizadas fora dos centros universitários e o papel desempenhado pelas universidades católicas em defesa dos novos cânones reforçam a impressão de que as universidades estariam, como já dissemos, mais comprometidas com a defesa não crítica da fé fundada em autoridades tradicionais do que em produzir modelos científicos e racionais de explicação.¹⁹

18 Para uma apresentação geral do Concílio de Trento, consulte-se: O'MALLEY, John W. *Trent. What Happened at the Council*. Cambridge: Harvard University Press, 2013. PROSPERI, Adriano. *El Concilio de Trento: una introducción histórica*. Madrid: Junta de Castilla y León, 2008. Os aspectos políticos do Concílio, sobretudo em relação à atuação francesa, foram analisados por: TALLON, Alain. *La France et le concile de Trente (1518-1563)*. Roma: École française de Rome, 1997.

19 Para a oposição entre conhecimento e fé entre autores do período, consulte-se: CLARKE, Desmond M. "The Epistemology of Religious Belief". In: CLARKE, Desmond M.; WILSON, Catherine. *The Oxford Handbook of Philosophy in Early Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 548-570. Sobre a concepção medieval da fé, veja-se: GRELLARD, Christophe. *De la certitude volontaire. Débats nominalistes sur la foi à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2014; e mais recentemente: GRELLARD, Christophe. *La possibilità dell'errore. Pensare la tolleranza nel medioevo*. Roma:

Fundada por Inácio de Loyola e mais cinco egressos da Universidade de Paris em 1534, reconhecida pela bula *Regimini militantis Ecclesiae* em 1540,²⁰ a Companhia de Jesus surge nesse contexto de críticas à universidade, sendo inspirada no modo como ideais humanistas eram incorporados pela universidade francesa.²¹ Inicialmente concebida para atuar na propagação da fé, a Companhia de Jesus rapidamente passou a ocupar-se da formação de seus próprios quadros, criando colégios para seus estudantes. Pouco depois, começou também a receber alunos externos à ordem, o que era percebido como uma forma missionária.²² O primeiro colégio totalmente direcionado a alunos externos foi fundado em Messina em 1548. Como mostrou Luce Giard, a Companhia soube tirar vantagem do contexto social e apostólico beneficiando-se da proximidade política com monarcas católicos, da necessidade de criação de colégios em regiões protestantes da Europa, o que era visto como uma forma de reconquista de espaços católicos, bem como de projetos missionários fora do continente.²³ Uma das preocupações de Trento foi combater a disparidade no nível de educação oferecido pelas dioceses impondo-as a obrigação de possuírem seminários voltados ao ensino, sobretudo para jovens de origem pobre, uma vez que os jovens das classes superiores tinham mais fácil acesso aos colégios humanistas e universidades.²⁴ O aumento de demanda para a criação de colégios e a reputação do ensino que ministrava fez com que a Companhia passasse a receber ofertas para fundar colégios nos principais centros ur-

Aracne Editrice, 2020.

20 ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. *Monumenta Historica. O ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII. Vol. 1. (1540-1580)*. Lisboa: Instituto de Educação da Faculdade de Lisboa, 2015, pp. 43-54. Veja também: O'MALLEY, John W. *The Jesuits: A History from Ignatius to the present*. Bruxelas: Editions Lessius, 2014.

21 O'MALLEY, John W. *The First Jesuits*. Harvard: Harvard University Press, 1995. Sobretudo o capítulo 7 no qual o autor descreve a formação dos primeiros jesuítas e destaca a importância do escolasticismo e do humanismo renascentista, pp. 244-263.

22 O'MALLEY, John W. "How the First Jesuits Became Involved in Education". In. DUMINUCO, Vincent J. *The Jesuit Ratio Studiorum: 400th Anniversary Perspectives*. New York: Fordham University Press, 2000, pp. 56-74.

23 GIARD, Luce. "The Jesuit College: A Center for Knowledge, Art, and Faith – 1548-1773". *Studies in the Spirituality of Jesuits*, 40, 1, 2008, pp. 1-31.

24 O'MALLEY, *Trent ...*, pp. 345-350.

banos. Atuando de maneira um tanto oportunista, a Companhia não seguiu um planejamento ordenado para atender as demandas, tendo respondido mais em função das circunstâncias e da origem dos pedidos. O crescimento rápido e desordenado produziu uma carência de professores para atender ao número crescente de colégios e obrigou a ordem a adotar uma decisão sem precedentes: a obrigatoriedade para todos os jesuítas, com algumas exceções, de ensinar em algum momento de sua formação. O decreto de Laínez não somente resolveu o problema da falta de docentes, como também solidificou o papel do ensino no interior da ordem e fixou parâmetros para o seu planejamento futuro.²⁵

A Companhia de Jesus começou a atuar em Portugal desde 1542 tendo fundado colégios em Lisboa, Coimbra e Évora.²⁶ Em 1547, D. João III cria o Colégio Real das Artes de Coimbra que passa a ser controlado pelos jesuítas em 1555.²⁷ Em 1559, o colégio de Évora, criado por desejo do Cardeal e futuro rei de Portugal, D. Henrique, torna-se universidade.²⁸ As universidades portuguesas

25 GRENDLER, Paul F. "Jesuit Schools in Europe. A Historiographical Essay." *Journal of Jesuit Studies*, 1, 2014, pp. 7-25, em particular: pp. 12-13. Segundo Grendler, o primeiro a chamar a atenção para esse ponto foi: O'MALLEY, *The First Jesuits...*, pp. 200-201.

26 Para uma apresentação das diversas fases da presença jesuítica em Portugal, consulte-se: MALTA ROMEIRAS, Francisco. "Jesuit Historiography in Modern Portugal". *Jesuit Historiography Online*, jan. 2017. Bem como os estudos clássicos de: RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931-1950, 4 v.; ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996; BATAILLON, Marcel. *Les jésuites dans l'Espagne du XVI^e siècle*, édition établie, annotée et présentée par P.-A. Fabre. Paris: LesBellesLettres, 2009.

27 A primeira universidade portuguesa foi criada em 1290 e estava inicialmente instalada em Lisboa, tendo sido transferida para Coimbra em 1537. Para a história da Companhia de Jesus em Portugal, veja-se, além de: ROSA, *Monumenta Historica ...*, também: MIRANDA, Margarida. "As artes do Real Colégio das Artes: entre a sua matriz e outra", *Biblos*, IX, pp. 11-13, 2011.; CABRAL, Roque. "Professores jesuítas na Universidade de Coimbra?" *Theologica*, 2.ª Série, 45, 2, pp. 645-648, 2010. TAVEIRA DA FONSECA, Fernando. "História da Universidade de Coimbra. Estado da questão". In: SAN PEDRO BEZARES, Luiz Enrique; RODRIGUEZ, Juan Luiz. *Universidades clásicas de la Europa Mediterránea: Bolonia, Coimbra y Alcalá, Salamanca*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, pp. 109-137; SIMÕES, Carlota; MIRANDA, Margarida; CASALEIRO, Pedro. *Visto de Coimbra: O Colégio de Jesus entre Portugal e o Mundo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1653)*, ed. fac-similada. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987.

28 NUNES, Maria de Fátima; SILVA, Augusto da. *Da Europa para Évora e de Évora*

destacaram-se no período e contribuíram para o desenvolvimento de uma tradição científica jesuítica²⁹ e, ao lado das universidades espanholas de Salamanca e Alcalá, participaram ativamente na renovação do aristotelismo e da teologia católica.³⁰

Os jesuítas enviados ao Brasil colonial receberam formação nos colégios e universidades portuguesas e portavam a consciência de que as atividades missionárias não eram desvinculadas das de ensino.³¹ Manuel da Nóbrega (1517-1570) havia recebido o título de Bacharel em Cânones em Coimbra (1541) e Inácio de Tolosa (1533-1611) foi o primeiro estudante a receber o título de doutor pela recente universidade de Évora. Tolosa atuou como professor na Universidade de Coimbra e no Colégio de Braga antes de ser enviado ao Brasil onde foi reitor nos colégios do Rio de Janeiro e da Bahia.³² Os jesuítas fundaram 17 colégios na região, nor-

para o Mundo. *A Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759)*. Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora, 2009; ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. *História da Universidade Teológica de Évora (Séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013.; PEREIRA GOMES, João. “Os Professores de Filosofia do Colégio das Artes”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11, 3, 1995, pp. 520-545

29 Para uma apresentação geral da tradição científica jesuítica, vide: UDÍAS, Augustín. *Jesuit Contribution to Science: A History*. Dordrecht: Springer, 2014; UDÍAS, Augustín. *Searching the Heavens and the Earth: The History of Jesuit Observatories*. Dordrecht: Springer, 2012. Para a tradição científica em Portugal, consulte-se: BRÁS, José Gregório; GONÇALVES, Maria N.; ROBERT, André. “The Jesuits in Portugal: The Communion of Science and Religion”. *Social and Education History*, 7, 2018, pp. 1-25. O significado da expressão “tradição jesuítica” bem como o papel do pensamento jesuítico na modernidade é analisado por: SCHMUTZ, Jacob. “The Historiography of pre-1773 Jesuit Philosophy: 1814–2018”. *Jesuit Historiography Online*, 2018.

30 Sobre a influência do humanismo no pensamento jesuíta: MARYKS, R. A. *Saint Cicero and the Jesuits. The Influence of the Liberal Arts on the Adoption of Moral Probabilism*. Aldershot: Ashgate Publishing Company, 2008. Sobre a crítica ao alegado obscurantismo jesuítico: VILLALTA, Luiz Carlos. “A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos.” In: PRADO, Maria Lúcia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves. *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 171-184.

31 Sobre o papel dos jesuítas nos projetos de expansão ultramarina português, veja-se o clássico estudo de: BOXER, Charles Ralph. *The Church Militant and Iberian Expansion: 1440-1770*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé. A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011; AMANTINO, Márcia. “Representantes do rei e difusores da fé e da colonização (séculos XVI e XVII)”. In: TOISI MELEAN, Jorge Christian; AMANTINO, Márcia. *Jesuítas en las Américas. Presencia en el tiempo*. La Plata: Teseo Press, 2019, pp. 61-89.

32 LEITE. *História da Companhia de Jesus ...*, T. IX, sobre Nóbrega, vide pp. 3-14 e sobre Tolosa, pp. 162-165; STEGMÜLLER, Friedrich. *Filosofia e teologia nas Universida-*

malmente espalhados pelo litoral, mas apenas 8 ofereciam Artes e Teologia.³³ O primeiro colégio foi fundado na Bahia, em 1550, tendo o curso de Artes funcionado desde 1572. No Rio de Janeiro, o curso de Filosofia inicia em 1638, o de Olinda data de 1638 e o do Recife, de 1721. O Colégio do Maranhão passou a oferecer o curso de Teologia desde 1688, mas devemos lembrar que nessa época o Estado do Grão-Pará e Maranhão constituía uma unidade administrativa portuguesa distinta, estando separada do Estado do Brasil.

No ano de sua supressão, 1773, a Sociedade de Jesus administrava uma extensa rede de ensino, com 546 colégios na Europa, 123 colégios e 48 seminários nas províncias missionárias.³⁴ A consciência jesuítica³⁵ de estar desenvolvendo um empreendimento em escala global com centro na Europa foi uma das características marcantes da Companhia de Jesus, com reflexos diretos na sua estrutura administrativa. Com efeito, os riscos de perda de identidade de um projeto que se desenvolvia em regiões geograficamente afastadas e radicalmente distintas em termos culturais exigiu o desenvolvimento de formas de comunicação e controle das atividades missionárias e pedagógicas.³⁶ A criação de diversas técnicas de controle facultava adaptar as regras gerais (jurídicas e

des de Coimbra e Évora no século XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959, p. 63; CARVALHO, Mário Santiago de. “Tra Fonseca e Suárez: una metafísica incompiuta a Coimbra”. *Quaestio. Annuario di Storia della Metafisica*, 9, 2009, pp. 41-59.

33 FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. “Os Colégios jesuíticos no Brasil: educação e civilização na colônia (1549-1759)”. *Brotéria. Revista de Cultura*, 155, 2002, pp. 69-91; MACHADO SANTOS, Mariana Amélia. “A Escolástica Portuguesa nos Colégios do Brasil”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 38, 1982, pp. 487-489

34 McCOOG, Thomas M. *The Mercurian Project: Forming Jesuit Culture 1573-1580*. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 2004. Observe-se ainda que, como salientou Grendler, a participação docente dos jesuítas não se restringia aos colégios administrados pela ordem. GRENDLER, “Jesuit Schools in Europe...”, pp. 95-98.

35 Tomo de empréstimo a feliz expressão que serve de título à obra de MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império: Portugal e seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Para o modo como esse historiador compreende a expressão, vide pp. 24-27.

36 CLOSSEY, Luke. *Salvation and Globalization in the Early Jesuit Missions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; BLANCHOFF, Thomas; CASANOVA, José. *The Jesuits and Globalization. Historical Legacies and Contemporary Challenges*. Washington: Georgetown University Press, 2016.

teológicas) às circunstâncias particulares de cada região e cultura reduzindo as ameaças à identidade do projeto católico missionário e pedagógico. Nesse sentido, são bem conhecidas as figuras dos visitantes,³⁷ o papel dos diferentes tipos de cartas³⁸ bem como o complexo sistema de resolução de dúvidas para administrar os sacramentos, particularmente o matrimônio.³⁹ Como veremos, preocupação com a qualidade do ensino dispensado nos colégios missionários não fugiu a esse padrão.

As técnicas de ensino e o método pedagógico jesuítico

Em 1552, as *Constituições* estabelecem as primeiras linhas da organização didática dos colégios da Companhia, sendo seguidas por diversos projetos pedagógicos até a promulgação, em 1599, do *Ratio Studiorum: Organização e Plano de Estudos da Companhia de Jesus*.⁴⁰ Trata-se do documento mais emblemático do ensino jesu-

37 CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006. Uma análise da segunda visita à província do Brasil, por Cristóvão de Gouveia (1542-1622), que evidencia as formas de controle exercido e os poderes que dispunham os visitantes, pode ser encontrada em: FARIA: Marcos Roberto de. "A organização de um corpo disperso. Uma análise da atividade jesuítica em terras brasileiras (1583)". *Revista Brasileira de Educação*, 19, 57, abril-junho 2014, pp. 417-440.

38 FREITAS, César A. M. Miranda de. "Cartas de edificação e cartas de negócios e impertinências: Fontes para a reconstituição do provincialato do padre Alexandre de Gusmão, SJ (1629-1724) no Brasil". *Cultura, Espaço & Memória*, 8, 2017, pp.109-122.; FRIEDRICH, Markus. "Circulating and Compiling the *Litterae Annuae*. Towards a History of the Jesuit System of Communication." *Archivum Historicum Societatis Iesu*, 77, 2008, pp. 3-39.; LABORIE, Jean-Claude. *Mangeurs d'homme et mangeurs d'âme. Une correspondance missionnaire au XVI^e siècle : la lettre jésuite du Brésil (1549-1568)*. Paris: Champion, 2003.

39 BROGGIO, Paolo; CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de.; PIZZORUSSO, Giovanni. *Administrar los sacramentos en Europa et au Nouveau Monde: la Curie romaine et les Dubia circa sacramenta*. Rome: Mélanges de l'École française de Rome, Italie et Méditerranée, 121, 1, 2009, pp. 5-217.

40 A coleção de documentos está publicada na coleção: *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, edititex integro refecit novisque textibus auxit Ladislaus Lukács, SJ, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1965-1992, 7v. Para o "Ratio atque institutio studiorum S.I. - 1599", vide: vol. V, 1986, pp. 357-453. Citaremos a partir da tradução de: FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas. O Ratio Studiorum*. Campinas: CEDET, 2019. Essa tradução possui, contudo, a desvantagem de ser anterior ao texto crítico editado por Lukács, devendo ser controlada comparando-a com o original. Para uma tradução mais recente, consulte-se: MIRANDA, Margarida. *Código pedagógico dos Jesuítas. Ratio studiorum da Companhia de Jesus (1599): Regime escolar e curriculum de estudos, ed. bilingue latim-português, introdução, versão e notas de M. Miranda*. Braga: UCP/Eds. Alcalá, 2008.

tico e que já foi objeto de inúmeros estudos especializados,⁴¹ com especial ênfase na evolução das propostas, na origem do método empregado⁴² e na influência do humanismo.⁴³ Os colégios no Brasil colonial seguiram os preceitos do *Ratio Studiorum* e desenvolveram estudos nos quatro graus indicados: Elementar, Humanidades, Artes e Teologia.⁴⁴

Na presente seção, buscaremos indicar como as técnicas de ensino oriundas da universidade medieval foram assimiladas e modificadas pelo método pedagógico jesuítico. A apropriação estava fundada em dois princípios. Primeiramente, em consonância com a tradição escolástica, a formação era concebida como orientada para o desenvolvimento do intelecto e do espírito religioso dos estudantes e supunha uma razão disciplinada como um dos traços mais marcantes a serem promovidos em um católico cultivado. Conforme apontou O'Malley, haveria uma certa tensão, sobretudo aos olhos dos primeiros jesuítas, entre a tendência especulativa do pensamento escolástico e concepção mais mística e pastoral que buscavam desenvolver.⁴⁵ A tensão não impediu, no

41 Para uma apresentação geral, vide: PAVUR, Claude N. "The Historiography of Jesuit Pedagogy". *Jesuit Historiography Online*, 2016. Para uma apresentação mais abrangente: LORENZ, Karl M. *Introduction to the Content and Context of the Ratio Studiorum: Notes, Quotes and Commentaries on the Jesuit Educational Ideal*, 2019. O texto serve de base para: LORENZ, Karl M. "Introduction to Jesuit Pedagogy in Colonial Brazil. Humanist Education and the *Ratio Studiorum*". *Cadernos de História da Educação*, 17, 2018, pp. 25-50; CASALINI, Cristiano; PAVUR, Claude N. *Jesuit Pedagogy, 1540–1616: A Reader*. Chestnut Hill: Institute of Jesuit Sources, 2016; SCHMITZ, Egídio. *Os jesuítas e a educação. A filosofia educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

42 CODINA MIR, Gabriel. *Aux sources de la pédagogie des jésuites: le modus parisiensis*. Roma: Tipografia Editrice M. Pisani, 1968; FERREIRA GOMES, Joaquim. "O 'Modus Parisiensis' como matriz da pedagogia dos jesuítas". *Revista Portuguesa de Filosofia*, 50, 1, 1994, pp. 179-196; MIRANDA, Margarida. "A *Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa moderna". *Humanitas*, 63, 2011, pp. 473-490; STORCK, João Batista. "Do *modus parisiensis* ao *Ratio Studiorum*: os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna". *História da Educação*, 20, 48, 2016, pp. 139-158

43 Vide os estudos organizados por: GIARD, Luce. *Les jésuites à la Renaissance. Système éducatif et production du savoir*. Paris: Presses universitaires de France, 1995. A expressão "humanismo" deve ser usada com as cautelas indicadas por: KESSLER, Eckhard. "Renaissance Humanism: The Rethorical Turn". In: MAZZOCCO, Angelo. *Interpretations of Renaissance Humanism*. Leiden: Brill, 2006, pp. 181-197.

44 LEITE, *História da Companhia de Jesus...*, p. 209; CUNHA, *A universidade temporã...*, pp. 26-27.

45 O'MALLEY, *The First Jesuits...*, pp. 243-244.

entanto, que o aspecto especulativo e racionalista dos escolásticos fosse assimilado, como se percebe na função atribuída à lógica. Seguindo o modelo medieval, a lógica merecia grande destaque na formação, não apenas por ocupar o primeiro ano do percurso filosófico, mas também pelo papel que a disciplina desempenhava nos diversos exercícios e técnicas argumentativas, como a *quaestio* e *disputatio*, de que traremos a seguir. O segundo princípio provinha da tradição humanista e estava presente na busca da *eloquentia perfecta*.⁴⁶ A suposição era que o conhecimento (*eruditio*) não teria valor em si, mas adquiriria relevância quando os estudantes pudessem dele se servir e comunicá-lo por escrito e oralmente de modo excelente, ou seja, de forma elegante, acurada e precisa, contribuindo assim para a formação de outras habilidades intelectuais.⁴⁷ Dada a sua importância para a formação de alunos internos e externos, a busca da eloquência não estava restrita ao estudo nas aulas de retórica, sendo considerada um objetivo para o qual todas as disciplinas deveriam convergir.⁴⁸ Para aqueles destinados a integrar a Companhia de Jesus, a eloquência deveria fornecer os instrumentos para melhor levar a palavra de Deus e agir para o bem da Igreja. Para os demais alunos, a eloquência os colocaria em posição de destaque social, fazendo com que ocupassem posições de liderança em suas comunidades políticas.⁴⁹ Associar o conhe-

46 O tema tem recebido nova atenção na literatura. Veja-se: GANNETT, Cinthia; BRERETON, John C. *Traditions of Eloquence. The Jesuits & Modern Rhetorical Studies*. New York: Fordham University Press, 2016. Veja-se também os estudos já clássicos de: FUMAROLLI, Marc. *L'âge de l'éloquence. Rhétorique et "reslitteraria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Paris: Champion, 1980 e mais recentemente: FUMAROLLI, Marc. "The Fertility and the Shortcomings of Renaissance Rhetoric: The Jesuit Case". In: O'MALLEY John W.; BAILEY, Gauvin A.; HARRIS, Steven J.; KENNEDY, T. Frank. *The Jesuits. Cultures, Sciences, and the Arts: 1540-1773*. Toronto: University of Toronto Press, reprinted 2000, pp. 90-106.

47 KAINULAINEN, Jaska. "Virtue and Civic Values in Early Modern Jesuit Education". *Journal of Jesuit Studies*. 5, 2018, pp. 530-548.

48 MIRANDA, Margarida. "Quando os Jesuítas eram mestres da palavra: a retórica segundo a *ratio studiorum*". *Humanitas*, 65, 2013, pp. 187-203.

49 LOACH, Judi. "Revolutionary Pedagogues? How Jesuits Used Education to Change Society". In: O'MALLEY John W.; BAILEY, Gauvin A.; HARRIS, Steven J.; KENNEDY, T. Frank. *The Jesuits II. Cultures, Sciences, and the Arts: 1540-1773*. Toronto: University of Toronto Press, reprinted 2006, pp. 66-85; DONOHUE, John. *Jesuit Education. An Essay on the Foundations of its Ideas*, New York. Fordham University Press: 1963; SCHMIT. *Os jesuítas e a educação...*, pp. 152-153 retoma as teses de Donohue.

cimento científico e religioso racional à eloquência era a maneira como os jesuítas entendiam a formação de líderes virtuosos supostamente encarregados de guiar a sociedade e a Igreja para o bem comum.⁵⁰ Todavia, ao reivindicar o papel de formador de líderes, o modelo jesuítico acaba sendo criticado por servir à criação de uma “elite católica culta”.⁵¹

Deixando de lado as várias controvérsias relacionadas ao elitismo, o fato é que o modelo do *Ratio Studiorum* associava o desiderato de formação moral de líderes a um ambiente de competitividade, com recompensas e punições⁵² que perpassavam as atividades pedagógicas estando presentes nas funções atribuídas aos alunos em sala de aula⁵³, na seleção dos conteúdos ensinados, nas técnicas de ensino empregadas, na escolha dos autores a serem lidos e imitados⁵⁴ e nas habilidades que se buscava desenvolver.

As técnicas de ensino da universidade medieval continuavam a ser preconizadas pelo *Ratio Studiorum*, sobretudo para os percursos filosóficos e teológicos.⁵⁵ A primeira é a lição (*lectio*) na

50 GRENDLER, Paul F. *Jesuit Schools and Universities in Europe, 1548-1773*. Leiden: Brill, 2019, pp. 19-23.

51 A expressão já foi inclusive empregada para explicar a função reservada à filosofia no Brasil colonial. Cf. AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1964. Interessa-nos aqui apenas identificar qual “elite” os jesuítas almejavam formar. Saber como efetivamente se deu a formação de uma “elite colonial” no Brasil é um problema historiográfico distinto e para o qual podemos consultar: RICUPERO, Rodrigo. R. *A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009; WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; BARRETO XAVIER, Ângela; MADEIRA SANTOS, Catarina. “Cultura intelectual das elites coloniais”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 2007, pp. 9-33. Sobre a formação das elites portuguesa e espanhola: MONTEIRO, Nuno Gonçalves; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da Cunha. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

52 As solenidades públicas de atribuição de prêmios na presença das famílias e as punições previstas são analisadas por: FRANCA, *O método pedagógico ...*, pp. 59-62.

53 Como a famosa divisão dos alunos em dois partidos (romanos e cartagineses) com seus estandartes e postos de honra. Vide: FRANCA, *O método pedagógico ...*, p. 61.

54 A *imitatio* é um *topos classicus* da retórica. Para uma comparação uso da retórica pedagógica no *Ratio Studiorum* em comparação com outras propostas modernas, vide: MACK, Peter. “Rhetoric and Pedagogy”. In. MACDONALD, Michael J. *The Oxford Handbook of Rhetorical Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 409-421.

55 Sobre as técnicas medievais de ensino, seguimos: KENNY, Antony; PINBORG, Jan. “Medieval Philosophical Literature”. In. KRETZMANN, Norman; KENNY, Antony;

qual o professor explica os autores referências para a disciplina. No período medieval, o difícil acesso às obras fazia com que boa parte da aula fosse usada com o professor ditando o texto antes de comentá-lo. A situação muda completamente após o surgimento da imprensa. Quando os alunos já dispõem dos textos, a explicação passa a ocupar parte principal da aula.⁵⁶ Durante a Idade Média, a exposição dos textos e a necessidade de confrontar interpretações antagônicas parece ter originado a questão (*quaestio*). A técnica de deliberadamente colocar em oposição autoridades para elucidar o texto estudado vai progressivamente sendo generalizada e passa a ser aplicada não apenas a passagens problemáticas, mas a qualquer texto e em todas as disciplinas: teologia, direito, medicina e filosofia.⁵⁷ A *quaestio* possuía uma estrutura fixa e podemos encontrá-la, por exemplo, na *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino.⁵⁸ A *quaestio* iniciava com uma pergunta (*quaeritur utrum ...?*, pergunta-se se ...?; Tomás usa simplesmente *Utrum...?*); após, eram elencados argumentos contrários à posição a ser defendida e, em seguida, argumentos favoráveis, evidenciando as discordâncias sobre o ponto (Tomás os chama *Sed contra*). A pergunta era então respondida (*Respondeo* é a fórmula empregada por Tomás) e, por fim, os argumentos antagônicos eram refutados (*Ad primum...; Ad secundum...*). O surgimento da *quaestio* acaba por introduzir modificações no gênero clássico do comentário, permitindo que o comentador não fique restrito a explicar palavras do texto (*expositio litterae*) e possa intercalar seus comentários com *quaestiones* mais especulativas acerca da temática.⁵⁹ O *Ratio Studiorum* adota a

PINBORG, Jan. *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism: 1100-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 9-42.

56 Sobre os diferentes impactos da imprensa na vida universitária, consulte-se: GAVIN, Moodie. "Gutenberg's Effects on Universities". *History of Education*, 43, 4, 2014, pp. 450-467.

57 BAZÁN, Bernardo C.; FRANSEN, Gérard; WIPPEL, John F.; JACQUART, Danielle. *Les questions disputées et les questions quod libétiqes dans les facultés de théologie, de droit et de médecine*. Turnhout: Brepols, 1985.

58 TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Edição bilingue, vários tradutores. São Paulo: Editora Loyola, 2001,9v.

59 Exemplo disso é: ALBERTUS MAGNUS. *Super Ethica commentum et quaestiones*. Edidit Wilhelm Kübel. Münster: Aschendorff, 1987.

quaestio e fornece diversas prescrições para seu emprego. As questões poderiam ser postas pelo professor, pelos alunos ou tratar-se de questões famosas. Ao respondê-las, iniciava-se uma troca dialética que obedecia aos procedimentos rigorosos aprendidos nas aulas de lógica.⁶⁰

Progressivamente, *aquaestio* acaba por ganhar autonomia e deixa de ser exclusivamente uma técnica de análise textual para ser concebida como um método de investigação da verdade. Nesse caso, não se trata de dirimir dúvidas acerca do afirmado pela autoridade (quem tem razão ao interpretar Aristóteles), mas de inquirir pela verdade daquilo que foi afirmado (se o que Aristóteles diz é verdadeiro). Assim, ao lado das questões levantadas durante a *lectio*, aparecerão as questões disputadas (*quaestiones disputatae*) que serão resolvidas durante uma sessão especialmente destinada para esse fim, a disputa (*disputatio*).⁶¹ Concebida como um método de investigação, a questão disputada baseia-se nos debates dialéticos nos quais dois ou mais debatedores discutem frente a um público, seguindo as regras prescritas pela lógica, com o objetivo comum de alcançar uma solução para um dado problema. Conforme os papéis exercidos, distinguem-se três posições: a do opositor (*opponens*), que apresenta as objeções à tese a ser defendida, a do respondedor (*respondens*), que oferece razões contrárias às objeções, e a daquele que oferece a solução final, ou determinação (*de-*

60 A seguinte regra para os professores de filosofia atesta o vínculo entre explicação textual e questões: “15. *As questões a serem introduzidas entre os textos.* As questões que por si pertencem à matéria da qual disputa Aristóteles não se tratem senão depois de explicados todos os textos que ao assunto se referem, no caso em que se possam expor em uma ou duas lições. Quando, porém, se estendam mais, como são os relativos aos princípios, às causas, ao movimento, então nem se espraie em longas dissertações nem antes das questões se explique todo o texto de Aristóteles, mas de tal modo com elas se combine que depois de uma série de textos se introduzam as questões com elas relacionadas.” FRANCA, *O método pedagógico ...*, p. 126.

61 Para a história da *disputatio*, vide: WEIJERS, Olga. *In Search of the Truth. A History of Disputation Techniques from Antiquity to Early Modern Times*. Turnhout: Brepols, 2013; WEIJERS, Olga. “The various kinds of Disputation in the Faculties of Arts, Theology and Law (c.1200–1400)”. In: GINDHART, Marion; KUNDERT, Ursula. *Disputatio 1200-1800. Form, Funktion und Wirkung eines Leit mediums universitärer Wissenskultur*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010, pp. 21-32; WEIJERS, Olga. “The Medieval Disputatio”. In: WEIJERS, Olga et alii (org). *Ora Est! On Dissertations*. Leiden: Brill, 2005, pp. 23-29; NOVIKOFF, Alex J. “Toward a Cultural History of Scholastic Disputation”. *The American Historical Review*, 117, 2012, pp. 331–364.

terminatio). Havia diversos tipos de disputas, variando conforme a ocasião (solenes ou ordinárias) ou público presente (apenas alunos ou todos os membros da universidade). Empregada enquanto exercício pedagógico, a disputa era realizada tomando como ponto de partida um tema indicado pelo professor. Conforme o estágio de formação, os alunos poderiam apenas assistir ou participar como *opponens* ou *respondens*, mas a *determinatio* somente poderia ser oferecida pelo professor.

Os ideais jesuíticos de formação baseados na eloquência perfeita e na disciplina racional coadunavam-se perfeitamente com a adoção da *disputatio*, mas o *Ratio Studiorum* a adota, como veremos a seguir, na sua versão moderna. Mesmo que as disputas recebessem registro escrito, sua forma básica era a expressão oral do pensamento. A formação na arte de bem argumentar oralmente (segundo as regras da lógica e da retórica) deveria perpassar as disciplinas e os conteúdos estudados de modo que os egressos dos colégios pudessem, em qualquer contexto em que usassem da palavra, se destacar em suas comunidades. Não surpreende, portanto, que o *Ratio Studiorum* forneça um conjunto bastante amplo de regras sobre como essa técnica deveria ser observada tanto pelos Prefeitos de estudos, responsáveis por controlar a qualidade das aulas e cursos, quanto pelos próprios docentes. O *Ratio Studiorum* preconizava disputas em diversas modalidades: semanais, mensais, particulares a um determinado tópico, gerais sobre todo o conteúdo de uma disciplina, indicava quem as poderia presidir, quais alunos deveriam participar e em quais modalidades, prescrevia o tempo de duração e os temas a serem abordados. Além disso, as disputas públicas e solenes podiam contar com a presença de alunos externos aos colégios, o que era visto como uma maneira de colocar os estudantes em evidência frente a alunos de outros colégios e ordens religiosas. Nesse caso, a seleção dos participantes (ou dos “alunos mais distintos”) obedecia a critérios estritos.⁶²

62 Por exemplo: “17. *A disputa reservada aos mais distintos*. Nas disputas públicas só deverão tomar parte os alunos mais distintos; os outros se exercitem em particular até que estejam de tal modo preparados para que possam comparecer em público sem desdouro.” FRANÇA, *O método pedagógico ...*, p. 113. E também: “26. Os que deverão ser enviados para as disputas. Quando os nossos escolásticos forem convidados pelos de fora

Técnicas pedagógicas e gêneros literários

O impacto do surgimento da imprensa na vida universitária é um campo de pesquisa altamente fecundo e tem sido analisado de diversas perspectivas pela historiografia.⁶³Na presente seção, gostaríamos de destacar algumas mudanças nas técnicas de ensino tradicionais a partir do momento em que elas passam a empregar materiais impressos.⁶⁴

Em seu estágio inicial, os livros impressos assemelhavam-se aos manuscritos⁶⁵ e, portanto, colocavam em circulação os mesmos gêneros literários disponíveis anteriormente de modo mais restrito. Essa é uma das razões para explicar a longa permanência da *quaestio*, especialmente quando associada ao comentário. Na medida em que certos textos mantinham a posição de autoridade em uma área, a técnica continuava a ser útil, o que acabava por reforçar os vínculos entre a técnica de ensino e o gênero literário. Não surpreende, portanto, que a *quaestio* seja ainda empregada por autores do renascimento, principalmente no caso dos comentários à obra aristotélica.⁶⁶Foi nesse contexto que surgiram os fa-

para disputas, para academias públicas ou conventos religiosos, enviem de preferência os que obtiveram o biênio de revisão de teologia." FRANÇA, *O método pedagógico ...*, p. 110.

63 Um balanço das tendências historiográficas pode ser encontrado no posfácio: BARBIER, Frédéric. "Escrever O aparecimento do Livro". In: FEVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 2017, pp. 481-486.

64 Deixaremos de lado, portanto, o papel dos livros portugueses para a circulação do conhecimento bem como os modos de controle régio ou inquisitorial. Sobre isso, veja-se: BERBARA, Maria; ENENKEL, Karl A. E. "Transatlantic Crossroads – Portuguese Humanism and the Republic of Letters". In: BERBARA, Maria; ENENKEL, Karl A. E. *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*. Leiden: Brill, 2012, pp. 1-15; RIBEIRO, Eneida B. "A censura inquisitorial e o tráfico de livros e ideias no Brasil colonial." *Revista de História e Estudos Culturais* 9, 2012, pp. 1-16; MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de livros, 2006.

65 Sobre as modificações textuais introduzidas pela formatação impressa das páginas, vide: BLAIR, Ann. *Too Much to Know. Managing Scholarly Information Before the Modern Age*. Yale: Yale University Press, 2010, pp. 46-55; GRAFTON, Anthony. "How Revolutionary Was the Print Revolution?" *The American Historical Review*, 107, 1, February 2002, pp. 84-86.

66 KRAYE, Jill. "Renaissance Commentaries on the Nicomachean Ethics". In: WEIJERS, Olga. *Vocabulary of Teaching and Research Between Middle Ages and Renaissance*. Turnhout: Brepols, 1995, pp. 96-117.

mosos *Comentários a Aristóteles do Colégio Jesuíta Conimbricense* ou mais simplesmente o *Curso Conimbricense*.⁶⁷ Trata-se, como o título indica, de um imenso projeto editorial de comentários às obras de Aristóteles fomentado pela Companhia de Jesus. O objetivo era oferecer material de estudos a alunos espalhados pelo mundo,⁶⁸ ainda que as publicações não tenham seguido a sequência das matérias previstas no currículo. O curso incorpora as preocupações filológicas com as fontes típicas do período humanista bem como propostas interpretativas de diversos autores.⁶⁹ Se comparado, contudo, aos modelos posteriores, o *Curso Conimbricense* pode ser visto como pertencendo às etapas iniciais de transformações pelas quais passam os livros destinados ao ensino.

O aumento cada vez maior do volume de novas informações a serem transmitidas e as querelas teóricas entre ordens religiosas, como, por exemplo, sobre a natureza dos termos transcendentais,⁷⁰ estão entre as razões que levam à criação de um novo gênero literário: o manual de filosofia.⁷¹ Quanto à forma, os manuais são oriundos das transformações pelas quais passa a *disputatio*.⁷² Se, no período medieval, a disputa iniciava com uma pergunta (*quaestio*), na modernidade ela começa com uma tese (*thesis*). Nesse novo modelo, o respondedor abre a disputa e tem a obrigação de preliminarmente enunciar e explicar a tese que irá sustentar. O

67 Todas as obras encontram-se disponíveis na riquíssima página da internet: <http://www.conimbricenses.org>, consultado em 20/09/2022. Uma apresentação da história desse projeto editorial, vide: CARVALHO, Mário Santiago de. *O curso aristotélico jesuíta conimbricense*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

68 Para a recepção do Curso Conimbricense no Brasil colonial, veja-se: LEITE, *História da Companhia de Jesus ...*, VII, pp. 220-221.

69 Os diversos prêmios estão traduzidos em: CARVALHO, Mário Santiago de. *Comentários a Aristóteles do curso jesuíta conimbricense (1592-1606)*. Diversos tradutores. Coimbra: Linguagem, Interpretação e Filosofia, 2010.

70 FEDERICI VESCOVINI, Graziella. *Le problème des transcendants du XIV^e au XVII^e siècle*. Paris: Vrin, 2002.

71 Os manuais de ensino não se limitam ao campo da filosofia. Veja-se os estudos editados por: CAMPI, Emidio; DE ANGELIS, Simone; GOEING, Anja-Silvia; GRAFTON, Anthony. *Scholarly Knowledge: Textbooks in Early Modern Europe*. Geneva: Daloz, 2008; SCHMITT, Charles. "The Rise of Philosophical Textbooks". In: SCHMITT, Charles; SKINNER, Quentin; *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp. 792-804.

72 KENNY; PINBORG, *Medieval Philosophical Literature ...*, pp. 26-27.

objeitor, então, reage e tenta refutá-la apresentando argumentos contrários. O respondedor deve então analisar individualmente cada argumento oferecido e qualificá-lo dizendo se o aceita (*concedo*), recusa (*nego*) ou propõe uma distinção (*distinguo*). Ao propor uma distinção, o respondedor compromete-se em dizer que o argumento formulado era ambíguo, devendo, portanto, ser aceito em um sentido e recusado em outro.⁷³ O debate pode continuar, com réplicas e tréplicas sendo oferecidas até que uma posição final seja alcançada.⁷⁴

Os manuais de ensino modernos incorporam essa nova forma da disputa. No caso da filosofia, recebem frequentemente o nome de *Cursus Philosophicus* e cobrem todos as matérias estudadas nos três anos da formação. Muito embora a filosofia professada permaneça, em um sentido geral, o aristotelismo,⁷⁵ o texto do filósofo grego perde importância em favor de teses que são escrutinadas na forma de disputas. Ao mesmo tempo em que permite uma maior distância para com o texto de Aristóteles, a *disputatio* reforça o vínculo entre os autores e suas ordens religiosas.⁷⁶ Assim, os cursos redigidos por autores dominicanos frequentemente utilizam a expressão “*ad mentem Thomae*” para indicar que a obra foi redigida da perspectiva de Tomás de Aquino, enquanto os franciscanos seguem Duns Scotus (“*ad mentem Scoti*”).⁷⁷ Mesmo

73 As seguintes prescrições aos professores de filosofia evidenciam que o *Ratio Studiorum* está mais próximo da disputa em sua versão moderna: “20. Rigor na forma da disputa. Desde o início da lógica, se exercitem os alunos de modo que de nada se envergonhem tanto na disputa como de se apartar do rigor da forma; e coisa alguma deles exija o professor com mais severidade do que a observância das leis e ordem da argumentação. Por isto, o que responde repita as proposições acrescentando “nego” ou “concedo”, “a maior, a menor, a consequência”. Algumas vezes poderá também distinguir; raras, porém, acrescentar explicações ou razões, sobretudo quando lhe não são pedidas.” FRANCA, *O método pedagógico* ..., p. 127.

74 Uma análise mais detalhada da *disputatio* moderna pode ser encontrada na tese de doutorado de: FELIPE, Donald Leonard. *The Post-Medieval ‘Ars Disputandi’*. The University of Texas at Austin, 1991.

75 FORLIVESI, Marco. *La filosofia universitaria tra XV e XVII secolo*. Padova: CLEUP, 2013, em particular o capítulo: “3.4: Tra XVI e XVII secolo: l’apogeo dell’aristotelismo”, pp. 62-71.

76 SCHMUTZ, Jacob. “*Bellums cholaricorum: thomisme et antithomisme dans les débats doctrinaux modernes*”. *Revue thomiste*, 108, 2008, pp. 5-56.

77 São exemplos típicos: POINSOT, João. *Cursus philosophicus Thomisticus, secundum*

mais próximos à posição de Tomás, os jesuítas não precisam adotar esse procedimento.⁷⁸ Além dos debates entre ordens religiosas, ganham também importância as polémicas entre as escolas realista e nominalista acerca dos universais. Em princípio, tomistas seriam realistas e escotistas, realistas.⁷⁹ Todavia, esse recorte não é exaustivo nem preciso, não sendo raro que, dependendo de quem realiza a classificação, um mesmo autor seja considerado realista ou nominalista, como é o caso do jesuíta Balthazar Telles. O debate entre escolas recebe também os contornos da oposição clássica entre *via antiqua* e *via moderna*, levando a uma certa consciência da evolução histórica dos debates.⁸⁰

Os manuais consolidam-se como a principal referência no ensino superior. Eles sistematizam os conteúdos ensinados na forma de disputas, indicam as teses que precisam ser conhecidas e apresentam os principais argumentos a favor e contra a tese. Importa salientar, contudo, que os manuais não eram vistos como transmissores de informações, mas como contribuindo para a formação da capacidade argumentativa dos alunos. Evidencia-se esse aspecto ao considerarmos outro gênero literário que surge associado aos manuais: as teses de conclusão de curso.

Redigidos normalmente no latim acadêmico da época, os trabalhos de conclusão do percurso filosófico são intitulados: *the-*

exactam, veram et genuinam Aristotelis et Doctoris Angelici mentem. Lyon: Laurenti Arnaud, 1678; PONCE, Jean. *Integer philosophiae cursus ad mentem Scoti.* Roma, 1642, 2v. Saliente-se, no entanto, que a despeito de serem as frequentes, essas designações não são as únicas, podendo envolver, por exemplo, nomes como o de Bonaventura, Ockham ou Baconthorpe.

78 O *Ratio Studiorum* já estipulava que: “6. *Santo Tomás.* De Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião”. FRANÇA, *O método pedagógico ...*, p. 123.

79 HEIDER, Daniel. *Universals in second scholasticism: a comparative study with focus on the theories of Francisco Suárez S.J. (1548-1617), João Poinset O.P. (1589-1644), Bartolomeo Mastri da Meldola O.F.M. Conv. (1602-1673), and Bonaventura Belluto O.F.M. Conv. (1600-1676).* Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2014.

80 Sobre a evolução da terminologia associada à classificação entre escolas, vide: HOENEN, Maarten J.F.M. “*Via antiqua* and *via moderna* in the Fifteenth Century: Doctrinal, Institutional, and Church Political Factors in the *Wegestreit*”. In: FRIEDMAN, Russell L.; NIELSEN, Lauge O. *The Medieval Heritage in Early Modern Metaphysics and Modal Theory, 1400–1700.* Dordrecht: Springer, 2003, pp. 9-36.

ses, conclusiones, observationes, positiones etc.. Durante muito tempo ignorado pela historiografia, esse gênero literário tem recebido atenção crescente nos últimos anos⁸¹ e tem se beneficiado do aumento no número de projetos de pesquisa e plataformas que disponibilizam os manuais de ensino e conclusões de curso publicadas no período.⁸² Uma das características principais das *Conclusiones Philosophiae* está no fato de elas terem sido redigidas pelos professores e não pelos estudantes, como constamos ao examinar os cursos filosóficos que contêm em apenso as teses a serem defendidas.⁸³ Via de regra, as conclusões constam de algumas poucas páginas e podem ser apenas uma lista de teses ou uma espécie de resumo que apenas menciona de modo pouco articulado os principais temas estudados durante o período de formação dos estudantes. Assim, para o olhar acostumado com os trabalhos de conclusão de percurso filosófico contemporâneos que valorizam a expressão escrita, a originalidade das ideias e a contribuição para os debates correntes, as *Conclusiones* do início da modernidade podem parecer, no mínimo, como carentes de rigor filosófico. Todavia, se as considerarmos como inseridas em seu contexto original no qual as habilidades de defesa oral eram privilegiadas, passamos a entender melhor o seu significado. Os registros escritos que nos restam são apenas indícios das teses defendidas. O principal ocorria durante a cerimônia de defesa. O presidente da banca indicava, dentre as teses escritas, aquela que o graduando deveria defender oralmente na forma de uma disputa.

A título de exemplo, tomemos conclusão defendida por José Telles Vidigal no Colégio jesuítico do Maranhão em 1730. O material provém da atividade de ensino de Bento da Fonseca

81 Veja-se o estudo seminal de: CHANG, Ku-Ming. "From Oral Disputation to Written Text: The Transformation of the Dissertation in Early Modern Europe". *History of Universities*. 19, 2004, pp. 129-187, bem como os estudos reunidos por GINDHART; KUNDERT. *Disputatio 1200-1800...*

82 Podemos destacar os seguintes projetos: *Ressources numériques en histoire de l'éducation*: <http://rhe.ish-lyon.cnrs.fr/?q=coursimp>, consultado em 30/10/2022; KOMOROWSKI, Manfred; HANSPETER, Marti. *Königsberger Universitätschriften und Promotionen von Gründungsjahr der Albertina 1544 bis 1800*.

83 PEREIRA GOMES, João. "As teses e o problema de sua autoria". *Brotéria*, 73, 1961, pp. 397-429.

e, portanto, é a ele atribuído. A seção dedicada a lógica inicia do seguinte modo:

Flor 1. Dos universais em comum e em particular.

1. *Admito entre os graus metafísicos criados as precisões objetivas dos filósofos realistas.*
2. *Não há entre os graus metafísicos distinção formal escotista de parte da coisa.*
3. *Também não há a distinção real intencional bacônica.*⁸⁴

Infelizmente, não temos registro de que Bento da Fonseca tenha deixado um *Cursus Philosophicus* e, sem ele, não podemos saber exatamente quais seriam os argumentos discutidos durante a *disputatio*. Analisando exclusivamente o vocabulário empregado, podemos, contudo, tecer algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, o autor filia-se à escola realista e contrapõe-se aos nominalistas, tomando posição no célebre debate entre essas escolas. Em segundo lugar e mais importante, Fonseca ataca a distinção bacônica defendida por autores carmelitas que recorriam à obra de João Baconthorpe (1290-1347) como autoridade para interpretar a filosofia. Ora, sabemos que os primeiros cursos filosóficos publicados por carmelitas portugueses datam de 1734.⁸⁵ Nesse caso, haveria duas hipóteses a considerar. Podemos pensar que Bento da Fonseca conhecia os debates que ocorriam em Portugal previamente à publicação da obra de Coutinho ou, o que é mais provável, ele estivesse fazendo referência a autores carmelitas da região. Nesse caso, poderíamos tentar ver aqui uma expressão intelectual dos conflitos que opunham jesuítas e carmelitas na

84 BENTO DA FONSECA. *Dei parenti Sanctissimae ... Rosarii, Flores Philosophicorum cultore R. P. ac S. Mag. Benedicto da Fonseca Societ. Jesu D. D. Josephus Telles Vidigal. In Veridario Philosophico Maragnonensi Societatis Jesu, solida 27 hujus, Conimbricæ, Ex Typ. In Regali Artium Collegio Societ. Jesu, Anno Domini 1730*, Biblioteca Pública de Évora, Codex COD: CXVIII/1-1, f.º 1r-2v. Sobre esse autor, vide: LEITE, *História da Companhia de Jesus ...*, vol. VIII, pp. 243-252.

85 MEIRINHOS, José Francisco. "Averroes and Averroisms in Portuguese. Medieval and Early Modern Scholastic authors". In: BURNETT, Charles; MANTAS-ESPANA, Pedro. *Mapping Knowledge: Cross-Pollination in Late Antiquity and the Middle Ages*. London: The Warburg Institute, 2014, pp. 223-243. A primeira publicação teria sido a de: COUTINHO, Manuel Inácio. *Compendium philosophico-theologicum ... iuxta scripta doctoris resoluti Joannis Baconii*. Ulyssipone: Typographia Augustiana, 1734.

região, sobretudo durante os anos de atuação de Bartolomeu de Pilar.⁸⁶

Conclusão

O presente artigo procurou sugerir que a historiografia tradicional da filosofia no Brasil colonial talvez tenha dado pouca atenção para a circulação dos saberes entre Portugal e a colônia. Trabalhos mais recentes têm aberto novas perspectivas de pesquisa ao adotarem concepções menos restritivas acerca do conhecimento científico produzido no início da modernidade. No que diz respeito ao ensino formal dispensado nos colégios jesuíticos, a situação não é muito diferente. Para saber qual forma de aristotelismo era praticada no Brasil colonial, não devemos olhar somente para o *Ratio Studiorum* (de 1599) ou para o Curso Conimbricense (1592-1606), mas procurar identificar quais eram os manuais que circulavam na região. A sugestão aqui apresentada é que os poucos trabalhos de conclusão de percurso filosófico preservados são um bom ponto de partida para investigações futuras.

Referências:

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas, 2004.

ALBERTUS MAGNUS. *Super Ethicacommentum et quaestiones*. Edidit Wilhelm Kübel. Münster: Aschendorff, 1987.

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540–1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

AMANTINO, Márcia. “Representantes do rei e difusores da fé e da colonização (séculos XVI e XVII)”. In: TOISI MELEAN, Jorge Christian; AMANTINO, Márcia. *Jesuítas em las Américas. Presencia em el tempo*. La Plata: Teseo Press, 2019, pp. 61-89.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1964.

⁸⁶ SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves; BARBOSA MESQUITA Rozane. “D. Bartolomeu do Pilar e a controvérsia das visitas às missões no Bispado do Pará (1724-1733)”. *Contraponto*, 9, 1, 2020, pp. 399-415.

BARBIER, Frédéric. “Escrever O aparecimento do Livro”. In: FEVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 2017, pp. 481-486.

BARRETO XAVIER, Ângela; MADEIRA SANTOS, Catarina. “Cultura intelectual das elites coloniais”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 2007, pp. 9-33. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cultura/777>>.

BATAILLON, Marcel. *Les jésuites dans l'Espagne du XVI^e siècle*, édition établie, annotée et présentée par P.-A. Fabre. Paris: les Belles Lettres, 2009.

BAZÁN, Bernardo C.; FRANSEN, Gérard; WIPPEL, John F.; JACQUART, Danielle. *Les questions disputées et les questions quodlibétiques dans les facultés de théologie, de droit et de médecine*. Turnhout: Brepols, 1985.

BENTO DA FONSECA. *Dei parenti Sanctissimae ... Rosarii, Flores Philosophicos cultore R. P. ac S. Mag. Benedicto da Fonseca Societ. Jesu D. D. D. Josephus Telles Vidigal. In Veridario Philosophico Maragnonensi Societatis Jesu, solida 27 hujus, Conimbricae, ExTyp. In Regali Artium Collegio Societ. Jesu, Anno Domini 1730*, Biblioteca Pública de Évora, Codex COD: CXVIII/1-1, f^o 1r-2v.

BERBARA, Maria; ENENKEL, Karl A. E. “Transatlantic Crossroads – Portuguese Humanism and the Republic of Letters”. In: BERBARA, Maria; ENENKEL, Karl A. E. *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*. Leiden: Brill, 2012, pp.1-15.

BLAIR, Ann. *Too Much to Know. Managing Scholarly Information Before the Modern Age*. Yale: Yale University Press, 2010.

BLAIR, Ann; DUGUID, Paul; GOEING, Anja-Silvia; GRAFTON, Anthony. *Information: A Historical Companion*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

BLANCHOFF, Thomas; CASANOVA, José. *The Jesuits and Globalization. Historical Legacies and Contemporary Challenges*. Washington: Georgetown University Press, 2016.

BLUM, Paul Richard. *Studies on Early Modern Aristotelianism*. Leiden: Brill, 2012.

BOUMEDIENE, Samir. *La colonisation du savoir. Une histoire des plantes médicinales du Nouveau Monde (1492-1750)*. Paris: Gallimard, 2022.

BOXER, Charles Ralph. *The Church Militant and Iberian Expansion: 1440-1770*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

BRÁS, José Gregório; GONÇALVES, Maria N.; ROBERT, André. “The

Jesuits in Portugal: The Communion of Science and Religion”. *Social and Education History*, 7, 2018, pp. 1-25. Disponível em: <<https://doi.org/10.17583/hse.2018.2910>>.

BROCKLISS, Laurence. “The Moment of No Return: The University of Paris and the Death of Aristotelianism”. *Science and Education*, 15, 2006, pp. 259–278. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11191-004-2455-5>>.

BROGGIO, Paolo; CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de.; PIZZORUSSO, Giovanni. *Administrer les sacrements en Europe et au Nouveau Monde: la Curie romaine et les Dubia circa sacramenta*. Rome: Mélanges de l'École française de Rome, Italie et Méditerranée, 121, 1, 2009, pp. 5-217.

CABRAL, Roque. “Professores jesuítas na Universidade de Coimbra?” *Theologica*, 2.^a Série, 45, 2, 2010, pp. 645-648. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13304>>.

CAMPI, Emidio; DE ANGELIS, Simone; GOEING, Anja-Silvia; GRAFTON, Anthony. *Scholarly Knowledge: Textbooks in Early Modern Europe*. Geneva: Daloz, 2008.

CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998.

CARVALHO, Mário Santiago de. “Tra Fonseca e Suárez: una metafísica incompiuta a Coimbra”. *Quaestio. Annuario di Storia della Metafisica*, 9, 2009, pp. 41-59. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/44511>>.

CARVALHO, Mário Santiago de. *Comentários a Aristóteles do curso jesuíta conimbricense (1592-1606)*. Diversos tradutores. Coimbra: Linguagem, Interpretação e Filosofia, 2010.

CARVALHO, Mário Santiago de. *O curso aristotélico jesuíta conimbricense*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. Disponível em: <<http://www.conimbricenses.org>>. Acesso em: 20 set. 2022.

CASALINI, Cristiano; PAVUR, Claude N. *Jesuit Pedagogy, 1540–1616: A Reader*. Chestnut Hill: Institute of Jesuit Sources, 2016.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580-1620*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de; COPETE, Marie-Lucie; MALDAVSKY, Aliocha; ŽUPANOV, Ines G. *Missions d'évangélisation et circulations des savoirs - XVI^e-XVIII^e siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011, pp.

1-22. Disponível em:<<http://books.openedition.org/cvz/7772>>. Acesso em 15 set. 2022.

CHABÁS, José. “The University of Salamanca and the Renaissance of Astronomy During the Second Half of the 15th Century”. In. FEINGOLD, Mordechai; NAVARRO-BROTONS, Victor. *Universities and Science in the Early Modern Period*. Dordrecht: Springer, 2006, pp. 83-98.

CHANG, Ku-Ming. “From Oral Disputation to Written Text: The Transformation of the Dissertation in Early Modern Europe”. *History of Universities*. 19, 2004, pp. 129-187.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *Histoire des universités XII^e – XIX^e siècle*. Paris: Presses universitaires de France, 2012.

CLARKE, Desmond M. “The Epistemology of Religious Belief”. In. CLARKE, Desmond M.; WILSON, Catherine. *The Oxford Handbook of Philosophy in Early Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 548-570.

CLOSSEY, Luke. *Salvation and Globalization in the Early Jesuit Missions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CODINA MIR, Gabriel. *Aux sources de la pédagogie des jésuites: le modus parisiensis*. Roma: Tipografia Editrice M. Pisani, 1968.

COUTINHO, Manuel Inácio. *Compendium philosophico-theologicum ... iuxta scripta doctoris resoluti Joannis Baconii*. Ulyssipone: Typographia Augustiana, 1734.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã. O ensino superior, da colônia à Era Vargas*, 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007, pp. 26-38.

DE RIDDER-SYMOENS, Hilde. *A History of the University in Europe. Volume II Universities in Early Modern Europe (1500-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DELBOURGO, James; DEW, Nicholas. *Science and Empire in the Atlantic World*. New York: Routledge, 2008.

DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil. Legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

DONOHUE, John. *Jesuit Education. An Essay on the Foundations of its Ideas*, New York. Fordham University Press: 1963.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1653), ed. fac-similada. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987.

FARIA: Marcos Roberto de. “A organização de um corpo disperso. Uma análise da atividade jesuítica em terras brasílicas (1583)”. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 57, abril-junho 2014, pp. 417-440. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sdRC6vs9DQSYYY4GV5D8grd/abstract/?lang=pt>>.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. “A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968”. *Educar*, 2006, 28, pp. 17-36. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCMlSP-fp8r/abstract/?lang=pt>>.

FEDERICI VESCOVINI, Graziella. *Le problème des transcendants du XIV^e au XVII^e siècle*. Paris: Vrin, 2002.

FELIPE, Donald Leonard. *The Post-Medieval ‘Ars Disputandi’*. The University of Texas at Austin, 1991. Disponível em: <<https://disputatioproject.files.wordpress.com/2011/01/post-medieval-ars-disputandi.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2022.

FERREIRA GOMES, Joaquim. “O ‘Modus Parisiensis’ como matriz da pedagogia dos jesuítas”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 50, 1, 1994, pp. 179-196.

FORLIVESI, Marco. *La filosofia universitária tra XV e XVII secolo*. Padova: CLEUP, 2013.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas. O Ratio Studiorum*. Campinas: CEDET, 2019.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. “Os Colégios jesuíticos no Brasil: educação e civilização na colônia (1549-1759)”. *Brotéria. Revista de Cultura*, 155, 2002, pp. 69-91.

FREITAS, César A. M. Miranda de. “Cartas de edificação e cartas de negócios e impertinências: Fontes para a reconstrução do provincialato do padre Alexandre de Gusmão, SJ (1629-1724) no Brasil”. *Cultura, Espaço & Memória*, 8, 2017, pp.109-122. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4664>>.

FRIEDRICH, Markus. “Circulating and Compiling the *Litterae Annuae*. Towards a History of the Jesuit System of Communication.” *Archivum Historicum Societatis Iesu*, 77, 2008, pp. 3-39.

FUMAROLLI, Marc. “The Fertility and the Shortcomings of Renaissance Rhetoric: The Jesuit Case”. In: O’MALLEY John W.; BAILEY, Gauvin A.; HARRIS, Steven J.; KENNEDY, T. Frank. *The Jesuits. Cultures, Sciences, and the Arts: 1540-1773*. Toronto: University of Toronto Press, reprinted 2000, pp. 90-106.

FUMAROLLI, Marc. *L'âge de l'éloquence. Rhétorique et "reslitteraria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Paris: Champion.

GANNETT, Cinthia; BRERETON, John C. *Traditions of Eloquence. The Jesuits & Modern Rhetorical Studies*. New York: Fordham University Press, 2016.

GAVIN, Moodie. "Gutenberg's Effects on Universities". *History of Education*, 43, 4, 2014, pp. 450-467. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0046760X.2014.930186>>.

GIARD, Luce. "The Jesuit College: A Center for Knowledge, Art, and Faith – 1548-1773". *Studies in the Spirituality of Jesuits*, 40, 1, 2008, pp. 1-31. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/index.php/jesuit/article/view/4013>>.

GIARD, Luce. *Les jésuites à la Renaissance. Système éducatif et production du savoir*. Paris: Presses universitaires de France, 1995.

GOEING, Anja-Silvia; PARRY, Glyn; FEINGOLD, Mordechai. *Early Modern Universities: Networks of Learning*. Leiden: Brill, 2021.

GRAFTON, Anthony. "How Revolutionary Was the Print Revolution?". *The American Historical Review*, 107, 1, February 2002, pp. 84–86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/ahr/107.1.84>>.

GRELLARD, Christophe. *De la certitude volontaire. Débats nominalistes sur la foi à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2014.

GRELLARD, Christophe. *La possibilità dell'errore. Pensare la tolleranza nel medioevo*. Roma: Aracne Editrice, 2020.

GRENDLER, Paul F. "Jesuit Schools in Europe. A Historiographical Essay". *Journal of Jesuit Studies*, 1, 2014, pp. 7-25. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/jjs/1/1/article-p7_2.xml>.

GRENDLER, Paul F. "The Universities of the Renaissance and Reformation". *Renaissance Quarterly*, 57, 1, Spring, 2004, pp. 1-42. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1262373>>.

GRENDLER, Paul F. *Jesuit Schools and Universities in Europe, 1548-1773*. Leiden: Brill, 2019, pp. 19-23. Disponível em: <<https://brill.com/view/title/54135>>. Acesso em 21 set. 2022.

HAMMERSTEIN, Notker. "Epilogue: The Enlightenment". In: DE RIDDER-SYMOENS, Hilde. *A History of the University in Europe. Volume II Universities in Early Modern Europe (1500-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 621-640.

HAMMERSTEIN, Notker. "Relations with Authority". In: DE RIDDER-SYMOENS, Hilde. *A History of the University in Europe. Volume II Univer-*

sities in *Early Modern Europe (1500-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 114-153.

HEIDER, Daniel. *Universals in second scholasticism: a comparative study with focus on the theories of Francisco Suárez S.J. (1548-1617), João Poinso O.P. (1589-1644), Bartolomeo Mastri da Meldola O.f.M. Conv. (1602-1673), and Bonaventura Belluto O.f.M. Conv. (1600-1676)*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2014.

HELLYER, Marcus. *Catholic Physics. Jesuit Natural Philosophy in Early Modern Germany*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2005.

HOENEN, Maarten J.F.M. “Via antiqua and via moderna in the Fifteenth Century: Doctrinal, Institutional, and Church Political Factors in the *Weges-treit*”. In. FRIEDMAN, Russell L.; NIELSEN, Lauge O. *The Medieval Heritage in Early Modern Metaphysics and Modal Theory, 1400–1700*. Dordrecht: Springer, 2003, pp. 9-36.

KAINULAINEN, Jaska. “Virtue and Civic Values in Early Modern Jesuit Education”. *Journal of Jesuit Studies*. 5, 2018, pp. 530-548. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/jjs/5/4/article-p530_530.xml>.

KENNY, Antony; PINBORG, Jan. “Medieval Philosophical Literature”. In. KRETZMANN, Norman; KENNY, Antony; PINBORG, Jan. *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism: 1100-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 9-42.

KESSLER, Eckhard. “Renaissance Humanism: The Rhetorical Turn”. In. MAZZOCCO, Angelo. *Interpretation of Renaissance Humanism*. Leiden: Brill, 2006, pp. 181-197.

KOMOROWSKI, Manfred; HANSPETER, Marti. *Königsberger Universitätschriften und Promotionen von Gründungsjahr der Albertina 1544 bis 1800*. Disponível em: <<https://www.forschungen-engi.ch/projekte/koenigsberger-universitaetsschriften-und-promotionen>>. Acesso em: 30 out. 2022.

KONTLER, László; ROMANO, Antonella; SEBASTIANI, Silvia; TÖRÖK, Borbála Zsuzsanna. “Negotiating Knowledge in Early Modern Empires. A Decentered View.” New York: Palgrave MacMillan, 2014.

KRAYE, Jill. “Renaissance Commentaries on the Nicomachean Ethics”. In. WEIJERS, Olga. *Vocabulary of Teaching and Research Between Middle Ages and Renaissance*. Turnhout: Brepols, 1995, pp. 96-117.

LABORIE, Jean-Claude. *Mangeurs d'homme et mangeurs d'âme. Une correspondance missionnaire au XVI^e siècle : la lettre jésuite du Brésil (1549-1568)*. Paris:

Champion, 2003.

LE GALL, Jean-Marie. “Ramus et la réforme de l’université de Paris en 1562”. In. GINGRAS, Yves; ROY, Lyse. *Les transformations des universités du XIII^e – XX^e siècle*. Québec: Presses de l’Université du Québec, 2006, pp. 41-68.

LEITE, Serafim. “O curso de Filosofia e a tentativa de criar a universidade no século XVII”. *Verbum*, 5, 2, 1948, pp. 107-143.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VII (século XVII-XVIII – Assuntos gerais)*. Edição Fac-símile. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006, pp. 191-208.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. “O pensamento filosófico no Brasil de hoje”. In. FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia*, 18.ed.rev. Agir, 1965, pp. 345-373.

LOACH, Judi. “Revolutionary Pedagogues? How Jesuits Used Education to Change Society”. In. O’MALLEY John W.; BAILEY, Gauvin A.; HARRIS, Steven J.; KENNEDY, T. Frank. *The Jesuits II. Cultures, Sciences, and the Arts: 1540-1773*. Toronto: University of Toronto Press, reprinted 2006, pp. 66-85.

LORENZ, Karl M. *Introduction to the Content and Context of the Ratio Studiorum: Notes, Quotes and Commentaries on the Jesuit Educational Ideal*, 2019. Disponível em: <https://digitalcommons.sacredheart.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=mission_seminar> Acesso em: 17 set. 2022.

LORENZ, Karl M. “Introduction to Jesuit Pedagogy in Colonial Brazil. Humanist Education and the Ratio Studiorum”. *Cadernos de História da Educação*, 17, 2018, pp. 25-50. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/che-v17n1-2018-3>>.

MACHADO SANTOS, Mariana Amélia. “A Escolástica Portuguesa nos Colégios do Brasil”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 38, 1982, pp. 487-489. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40338074>>.

MACK, Peter. “Rhetoric and Pedagogy”. In. MACDONALD, Michael J. *The Oxford Handbook of Rhetorical Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 409-421.

MALTA ROMEIRAS, Francisco. “Jesuit Historiography in Modern Portugal”. *Jesuit Historiography Online*, jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_192570>. Acesso em 20 set. 2022.

MARCOCCI, Giuseppe. *A consciência de um Império: Portugal e seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARGUTTI, Paulo. *História da Filosofia do Brasil. O período colonial (1500-1822)*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MARQUES, Lúcio Álvaro. *A lógica da necessidade. O ensino de Rodrigo Homem no colégio do Maranhão (1720-1725)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MARYKS, R. A. *Saint Cicero and the Jesuits. The Influence of the Liberal Arts on the Adoption of Moral Probabilism*. Aldershot: Ashgate Publishing Company, 2008.

McCOOG, Thomas M. *The Mercurian Project: Forming Jesuit Culture 1573-1580*. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 2004.

MEIRINHOS, José Francisco. "Averroes and Averroisms in Portuguese. Medieval and Early Modern Scholastic authors". In: BURNETT, Charles; MANTAS-ESPAÑA, Pedro. *Mapping Knowledge: Cross-Pollination in Late Antiquity and the Middle Ages*. London: The Warburg Institute, 2014, pp. 223-243.

MIRANDA, Margarida. "A *Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa moderna". *Humanitas*, 63, 2011, pp. 473-490.

MIRANDA, Margarida. "As artes do Real Colégio das Artes: entre a sua matriz e outra", *Biblos*, IX, 2011, pp. 11-13.

MIRANDA, Margarida. "Quando os Jesuítas eram mestres da palavra: a retórica segundo a *ratio studiorum*". *Humanitas*, 65, 2013, pp. 187-203. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/44752>>.

MIRANDA, Margarida. *Código pedagógico dos Jesuítas. Ratio studiorum da Companhia de Jesus (1599): Regime escolar e curriculum de estudos, ed. bilingue latim-português, introdução, versão e notas de M. Miranda*. Braga: UCP/Eds. Alcalá, 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da Cunha. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, edititex integro refecit novisque textibus auxit Ladislaus Lukács, SJ, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1965-1992, 7v. Disponível em: <<http://www.sjweb.info/arsi/Monumenta.cfm>>. Acesso em 15 set. 2022.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Brasília: Briquet de livros, 2006.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOVIKOFF, Alex J. "Toward a Cultural History of Scholastic Disputa-

tion”. *The American Historical Review*, 117, 2012, pp. 331–364.

NUNES, Maria de Fátima; SILVA, Augusto da. *Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo. A Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759)*. Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora, 2009.

O'MALLEY, John W. “How the First Jesuits Became Involved in Education”. In. DUMINUCO, Vincent J. *The Jesuit Ratio Studiorum: 400th Anniversary Perspectives*. New York: Fordham University Press, 2000, pp. 56-74.

O'MALLEY, John W. *The Jesuits: A History from Ignatius to the present*. Bruxelas: Editions Lessius, 2014.

O'MALLEY, John W. *Trent. What Happened at the Council*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

O'MALLEY, John. W. *The First Jesuits*. Harvard: Harvard University Press, 1995.

PAIVA, Eduardo França. “Mandioca, pimenta, aljôfares: trânsito cultural no império português. *Naturalia&mirabilia*”. In. STOLS, Eddy; THOMAS, Werner; VERBERCKMOES, Johan. *Naturalia, Mirabilia, & Monstrousa em los imperios ibéricos*. Leiden: Leuven University Press, Leiden, 2006, pp. 107-122.

PARK, Katharine; DASTON, Lorraine. *The Cambridge History of Science.: Early Modern Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, V. 3.

PAVUR, Claude N. “The Historiography of Jesuit Pedagogy”. *Jesuit Historiography Online*, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_194129>. Acesso em: 17 set. 2022.

PEREIRA GOMES, João. “As teses e o problema de sua autoria”. *Brotéria*, 73, 1961, pp. 397-429.

PEREIRA GOMES, João. “Os Professores de Filosofia do Colégio das Artes”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11, 3, 1955, pp. 520-545.

PESTRE, Dominique. “Écrire une *Histoire des Sciences et des savoirs de longue durée*”. In. VAN DAMME, Stéphane. *Histoire des sciences et des savoirs. De la renaissance aux lumières*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 9-10, v. 1.

PETITJEAN, Patrick; JAMI, Catherine; MOUKLIN, Anne-Marie. *Science and Empires: Historical Studies about Scientific Development and European Expansion*. Dordrecht: Kluwer, 1992.

POINSOT, João. *Cursus philosophicus Thomisticus, secundum exactam, veram et genuinam Aristotelis et Doctoris Angelici mentem*. Lyon: Laurenti Arnaud, 1678.

PONCE, Jean. *Integer philosophiae cursus ad mentem Scoti*. Roma, 1642, 2 v.

PORTER, Roy. "The Scientific Revolution and the Universities". In: DE RIDDER-SYMOENS, Hilde. *A History of the University in Europe. Volume II Universities in Early Modern Europe (1500-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 531-564.

PROSPERI, Adriano. *El Concilio de Trento: una introducción histórica*. Madri: Junta de Castilla y León, 2008.

RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe, Seventeenth to Nineteenth Centuries*. Delhi: Permanent Black, 2006.

RIBEIRO, Eneida B. "A censura inquisitorial e o tráfico de livros e ideias no Brasil colonial". *Revista de História e Estudos Culturais* 9, 2012, pp. 1-16. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/367>>.

RIBEIRO, Marília de Azambuja; BULHÕES, Arthur Feitosa de. "Os colégios jesuítas de Portugal e a Revolução Científica: Inácio Monteiro e a recepção das novas teorias da luz em Portugal". *HistóriaUnisinos*, 18, 1, janeiro-abril, 2014, pp. 27-34. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.181.03>>.

RICUPERO, Rodrigo. R. *A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931-1950, 4 v.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. *História da Universidade Teológica de Évora (Séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa 2013. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8258/4/Universidade%20Teol%C3%B3gica%20de%20C3%89vora_232%20pag.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. *Monumenta Historica. O ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII. Vol. 1. (1540-1580)*. Lisboa: Instituto de Educação da Faculdade de Lisboa, 2015, pp. 43-54. Disponível em: <<http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/monumenta-historica-o-ensino-e-a-companhia-de-jesus>> Acesso em 17 set. 2022.

RUMMEL, Erika. *The Humanist-Scholastic Debate in the Renaissance & Reformation*. Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

SCHMITT, Charles. "The Rise of Philosophical Textbooks". In: SCH-

MITT, Charles; SKINNER, Quentin; *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp. 792-804.

SCHMITZ, Egídio. *Os jesuítas e a educação. A filosofia educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

SCHMUTZ, Jacob. “*Bellum scholasticorum: thomisme et antithomisme dans les débats doctrinaux modernes*”. *Revue thomiste*, 108, 2008, pp. 5-56. Disponível em: <<https://revuethomiste.fr/liste-des-publication/product/bellum-scholasticum-thomisme-et-antithomisme-dans-les-debats-doctrinaux-modernes>>.

SCHMUTZ, Jacob. “The Historiography of pre-1773 Jesuit Philosophy: 1814–2018”. *Jesuit Historiography Online*, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_211797>. Acesso em: 20 set. 2022.

SIMÕES, Carlota; MIRANDA, Margarida; CASALEIRO, Pedro. *Visto de Coimbra: O Colégio de Jesus entre Portugal e o Mundo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. Disponível em: <<http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/113/284/454-2>> Acesso em: 18 set. 2022.

SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves; BARBOSA MESQUITA Rozane. “D. Bartolomeu do Pilar e a controvérsia das visitas às missões no Bispado do Pará (1724-1733)”. *Contraponto*, 9, 1, 2020, pp. 399-415. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/11489>>.

STEGMÜLLER, Friedrich. *Filosofia e teologia nas Universidades de Coimbra e Évora no século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.

STORCK, A. “Jesuit Pedagogy and the Place of Logic: The reception of logic during the 16th and 17th centuries in South American colleges.” Brepols: no prelo.

STORCK, João Batista. “Do *modus parisiensis* ao *Ratio Studiorum*: os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna”. *História da Educação*, 20, 48, 2016, pp. 139-158. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/heduc/a/86nDnFbXbp6hbN8RrhcLKCj/?lang=pt>>

TALLON, Alain. *La France et le concile de Trente (1518-1563)*. Roma: École française de Rome, 1997.

TAVEIRA DA FONSECA, Fernando. “História da Universidade de Coimbra. Estado da questão”. In: SAN PEDRO BEZARES, Luiz Enrique; RODRIGUEZ, Juan Luiz. *Universidades clásicas de la Europa Mediterránea: Bolonia, Coimbra y Alcalá, Salamanca*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, pp. 109-137.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Edição bilíngue, vários tradutores. São Paulo: Editora Loyola, 2001, 9 v.

UDÍAS, Agustín. *Jesuit Contribution to Science: A History*. Dordrecht: Springer, 2014.

UDÍAS, Agustín. *Searching the Heavens and the Earth: The History of Jesuit Observatories*. Dordrecht: Springer, 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. “A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos.” In. PRADO, Maria Lúcia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves. *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 171-184.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEIJERS, Olga. “The Medieval Disputatio”. In. WEIJERS, Olga; et alii (org). *Ora Est! OnDissertations*. Leiden: Brill, 2005, pp. 23-29.

WEIJERS, Olga. “The various kinds of Disputation in the Faculties of Arts, Theology and Law (c.1200–1400)”. In. GINDHART, Marion; KUNDEERT, Ursula. *Disputatio 1200-1800. Form, Funktion und Wirkung eines Leitmediums universitärer Wissenskultur*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010, pp. 21-32.

WEIJERS, Olga. *In Search of the Truth. A History of Disputation Techniques from Antiquity to Early Modern Times*. Turnhout: Brepols, 2013.

WENDT, Helge. *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, 2016. Disponível em: <<https://www.mpiwg-berlin.mpg.de/resources/publications/books/globalization-knowledge-iberian-colonial-world>> Acesso em: 15 set. 2022.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “Interprétations des rapports entre *cura animarum* et *potestas indirecta* dans le monde Luso-américain”. In. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de (dir.); et al. *Missions d'évangélisation et circulation des savoirs : xvie-xviiiie siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011, pp. 375-399.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé. A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

A escravidão moderna como problema historiográfico

Rafael de Bivar Marquese

Como enfrentar o problema da escrita da história da escravidão moderna? Procurarei responder à questão por meio de uma perspectiva simultaneamente historiográfica e histórica. Primeiramente, apresentarei uma breve exposição de alguns dos mais importantes modelos disponíveis para a apreensão do fenômeno. Em seguida, baseado em uma perspectiva dos tempos históricos plurais, irei propor um esquema geral para a apreensão da escravidão brasileira – o maior e mais longo de todos os sistemas escravistas modernos – dentro do movimento mais amplo da prática histórica da escravização de seres humanos.

Para tanto, gostaria de iniciar com o argumento de um curto, porém muito instigante ensaio, publicado há quase trinta anos. Karl Jacoby o abre ressaltando a onipresença – em todas as sociedades que empregaram essa forma de exploração de seres humanos – da metáfora dos escravos como animais ou, melhor dizendo, dos escravizados como sujeitos animalizados. Trata-se de um arco de representações, acríicas ou críticas, que vai da filosofia à literatura, da *Política* de Aristóteles às *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis. Segundo Jacoby, essa associação

pode revelar algo de importante sobre as relações de fundo entre a domesticação humana de animais e a gênese histórica da escravidão. Os animais que foram domesticados no curso da Revolução Neolítica (ovelhas, cabras, porcos, vacas, cavalos) eram todos seres sociais, sendo sempre liderados por um macho alfa que regulava o movimento e a reprodução deles. No processo de domesticação, os seres humanos assumiram o papel de macho alfa, produzindo ainda uma transformação fisiológica e comportamental nos animais domesticados, a neotenia, isto é, a capacidade de, por meio de uma pedomorfose, garantir que os animais adultos mantenham características juvenis permanentes, tanto físicas quanto comportamentais. Assim, observa-se nesses animais domesticados, dentre outras características, uma diminuição do tamanho da mandíbula e dos dentes, maior submissão ao humanos e menor receio de estranhos. Esses resultados foram obtidos, dentre outros mecanismos, pela aplicação de um controle estrito dos padrões reprodutivos (segregação de machos e fêmeas em períodos de fertilidade e lactância, castração) e da mobilidade (com o uso cercas, chicotes, correntes, coleiras etc.), bem como de inscrições corporais de várias ordens (marcação a ferro, corte de orelhas etc.).

Esse repertório coercitivo não demorou a ser empregado em seres humanos. Nas palavras de Jacoby, “uma vez que, como quase todas as outras criaturas domesticadas com sucesso pelos humanos, o *homo sapiens* é um animal social, pode-se interpretar a escravidão como sendo algo semelhante à extensão da domesticação aos humanos”. Para além dessas similaridades formais, o autor sugere que talvez tenha havido uma conexão causal mais estreita entre um processo e outro. A invenção da agricultura e o processo de domesticação dos animais teriam modificado o sentido da guerra, agora voltada cada vez mais à busca da pilhagem do trabalho acumulado por comunidades rivais e à captura de trabalhadores extras para essas novas comunidades sedentárias. De posse de seres humanos escravizados, seus senhores impuseram a eles todo o instrumental coercitivo elaborado originalmente para os animais, procurando realizar, em seus cativos, o projeto da neote-

nia – algo que, como bem o sabemos, é irrealizável. Não obstante essa impossibilidade, o ideal da neotenia foi mobilizado por todos os senhores de escravos ao longo da história como um dos fundamentos de suas ideologias escravistas.¹

Correto ou não, o argumento de Jacoby chama atenção para a existência de alguns traços invariáveis na prática da escravização de seres humanos, e também para a própria ubiquidade da instituição nas sociedades humanas estratificadas. Isto, contudo, não significa que ela foi sempre a mesma. Tal foi o ponto de partida de Moses I. Finley para a proposição de uma distinção – logo tornada canônica – entre sociedades escravistas e sociedades com escravos. A simples presença de escravos em uma dada sociedade, afirma Finley, não significa que ela possa ser conceituada como escravista. Para tanto, os escravos deveriam ter peso demográfico substantivo na sociedade em questão (mais do que 20% do total da população, por exemplo), sendo cruciais para a produção de excedentes e estruturantes para a reprodução do poder político de seus grupos dirigentes e para a formação cultural mais ampla daquela sociedade. Esses elementos, segundo a formulação original de Finley, teriam sido relativamente raros ao longo da História: no mundo antigo, apenas Grécia e Roma clássicas atenderam aos critérios para caracterizá-las como sociedades genuinamente escravistas, enquanto, no mundo moderno, somente o Sul dos Estados Unidos, o Caribe e o Brasil realmente o foram.²

O par conceitual proposto por Finley teve longa carreira historiográfica a partir da década de 1970. No entanto, e como seria de esperar, ele também passou por revisões, tanto para o mundo antigo como para o mundo moderno. As críticas vieram em dois sentidos. Seguindo-se a própria definição de Finley, seria possível identificar facilmente outras sociedades genuinamente escravistas ao longo da história humana, sobretudo fora do Ocidente (na África, na Ásia e na América pré-colombiana). Em segundo lu-

1 JACOBY, Karl. “Slaves by Nature? Domestic animals and human slaves”. *Slavery and Abolition*, 15, 1, April 1994, pp.89-99.

2 FINLEY, Moses I. “Slavery”. In. David L. Sills (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan, 1968, pp.307-313.

gar, o par conceitual conteria, em si, problemas relacionados à sua imprecisão teórica, como a rigidez de sua categorização binária, as dificuldades para se estabelecer os limites temporais, geográficos, políticos e culturais das sociedades em questão, o fato de sua definição se valer de um conceito de liberdade (tido como o oposto exato da escravidão) marcadamente ocidental (e, portanto, incapaz de dar conta de sociedades não-ocidentais), a anulação das diferenças das sociedades ditas escravistas em nome de uma unificação tipológica delas.³ Com efeito, há inegáveis distinções de fundo entre a escravidão antiga e a moderna que são deixadas de lado pelo conceito de sociedade escravista proposto por Finley, dentre as quais se sobressaem o peso do colonialismo, do comando do capital mercantil e da racialização (via tráfico negreiro transatlântico) da relação escravista.

Porém, resta o fato de, tal como a escravidão antiga, a escravidão moderna ter sido simplesmente escravidão. Como dar conta desses elementos inegavelmente comuns, presentes em todos os processos de escravização de seres humanos? A crítica ao par conceitual de Finley esteve na base do que talvez seja o mais sofisticado e ambicioso esforço de teorização do tema: a sociologia comparada da instituição oferecida por Orlando Patterson. Tratando-a – nos termos de Marcel Mauss – como um fato social total, Patterson trouxe como uma de suas novidades mais importantes a proposta de uma definição de escravidão não pelo atributo da propriedade em seres humanos, mas antes pela natureza das relações interpessoais de poder nela envolvidas. A escravidão conteria três elementos constitutivos essenciais: o papel da violência direta para sua criação e manutenção; a alienação natal do escravo

3 Para um sumário dessas críticas, veja LENSKI, Noel, “Framing the Question: What is a Slave Society?”. In: LENSKI, Noel; CAMERON, Catherine M. (eds.), *What is a Slave Society. The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge UP, 2018, pp.15-57. Ver, também, JOLY, Fábio Duarte. *A história da escravidão antiga: métodos, problemas e perspectivas*. Palestra apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 24 de novembro de 2021 (Linha Terra, Trabalho e Poder - A história da escravidão antiga: métodos, problemas e perspectivas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TOVwMwQNEE>>. Acesso em 15 de agosto de 2022). Agradeço vivamente ao professor Joly por nossas conversas sobre o tema e, em especial, pelo compartilhamento do texto integral de sua palestra, que informa este capítulo em mais de um sentido.

(conceituada como “morte social”); a desonra permanente dos escravos. Daí sua definição – tal como a de sociedade genuinamente escravista de Finley, imediatamente tornada canônica – de que “a escravidão é a dominação permanente e violenta de pessoas natalmente alienadas e desonradas”. Com base nessa definição, Patterson partiu em seguida para um exame exaustivo de como o jogo da relação interpessoal de poder e de honra conformou a dinâmica da institucional da escravidão. Como “processo institucional” (aqui, a inspiração direta para Patterson veio dos antropólogos Igor Kopytoff e Suzanne Miers⁴), a escravidão sempre envolveu três situações distintas, porém igualmente sempre inter-relacionadas: o processo de escravização, a manutenção dos cativos como escravos, a saída da escravidão pela manumissão.⁵

Trata-se de um modelo muito instigante, particularmente potente em dois pontos. O primeiro está na exploração sistemática da dimensão do poder interpessoal nas relações escravistas, o que permitiu a Patterson iluminar, de modo muito convincente (e na contracorrente de toda a tradição de estudos sobre a escravidão nascida com o movimento abolicionista oitocentista), o papel decisivo das manumissões para o reforço daquelas relações. A alforria, ao invés de ser desestruturante, em realidade operou como um elemento estruturante da escravidão. O segundo ponto reside na identificação das características invariantes, no tempo e no espaço, da relação escravista. Porém, o que constitui força pode também constituir fraqueza: o escamoteamento da dimensão da propriedade em seres humanos como um elemento definidor da escravidão prestou bons serviços a Patterson em seu esforço para identificar e analisar o que não variou na relação escravista, mas, ao mesmo tempo, levou-o a uma desconsideração de seu papel decisivo em sistemas escravistas como os do Mediterrâneo clássico e islâmico e, em especial, do mundo atlântico colonial.⁶ Para o cam-

4 Em especial o ensaio “African Slavery as an Institution of Marginality”, que abre o livro por eles editado: KOPYTOFF, I.; MIERS, S. (org.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

5 PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death. A Comparative Study*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1982, p.13.

6 Este é o sentido da crítica sistemática de David M. Lewis: LEWIS, David M. “Or-

po historiográfico, há outro problema adicional, que é a sociologia funcionalista anistórica praticada por Patterson, com saltos no tempo e no espaço que o levam, por exemplo, a comparar formalmente as sociedades tupinambá pré-conquista da América com as sociedades islâmicas, sem quaisquer preocupações de fundo com os mundos históricos profundamente distintos em que ambas se inscreviam.

A resposta mais acabada dos historiadores ao modelo de Patterson veio com Joseph C. Miller. Com forte caráter ensaístico, Miller publicou em 2012 um livro que pode ser considerado, para todos os efeitos, como um autêntico anti-*Slavery and Social Death*. E, também, como um ponto de inflexão profunda em relação à própria carreira anterior de Miller, que teve como sua realização máxima o trabalho monumental sobre o tráfico de escravos no Atlântico Sul.⁷ Formulado como uma crítica direta ao que denominou como o “estruturalismo na recente prática da história”, o último livro de Miller se voltou, em realidade, contra todas as categorizações ditas sociológicas mobilizadas para o entendimento da escravidão, tais como a “escravidão como instituição”, as “sociedades escravistas / sociedades com escravos” ou o “modo de produção escravista”. A despeito da lembrança de Finley e dos marxistas, seu alvo prioritário é, sem sombra de dúvidas, Orlando Patterson. À sociologia funcionalista do jamaicano, Miller contrapôs o que denominou como uma abordagem que privilegia a análise da “escravização como estratégia histórica”. Fazê-lo, segundo Miller, significa “historicizar”, isto é, conceder ênfase analítica para 1) as percepções e motivações que guiaram os atores do passado em suas ações, bem como para 2) as contingências, as indeterminações, as incertezas desses sujeitos de carne e osso que viveram a história. “Uma abordagem histórica do passado por

lando Patterson, Property, and Ancient Slavery: The Definitional Problem Revisited”. In: John Bodel and Walter Scheidel (orgs.), *On Human Bondage. After Slavery and Social Death*. Chichester: John Wiley & Sons, 2017, pp.31-54.

7 Ver, respectivamente, em: MILLER, Joseph C. *The Problem of Slavery as History: a Global Approach*. New Haven: Yale University Press, 2012; MILLER, Joseph C. *The Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Wisconsin: Madison University Press, 1988.

meio do exame das motivações dos escravistas e das experiências dos escravos, e das mudanças que eles operaram juntos”, escreve Miller, “afirma os aspectos humanísticos daquilo que as pessoas fizeram”.⁸

O que Miller trouxe de volta, no entanto, foi a velhíssima contraposição do ideográfico ao nomotético, dentro do que se trata, sem tirar nem pôr, do velho programa do historicismo idealista.⁹ O problema é que a perspectiva proposta por Miller acabou caindo no próprio desvio que anunciava corrigir, isto é, a perda da historicidade, já que a escravização aparece em seu ensaio como algo quase que imanente à humanidade, que ganha forma por meio de competições variadas em torno da distribuição de recursos. Além disso, ao tomar a visão que os contemporâneos tinham do que estavam fazendo como a única porta de entrada legítima ao estudo do passado, Miller descarta por completo a possibilidade da identificação analítica de coerências e dinâmicas parcial ou inteiramente imperceptíveis aos olhos dos sujeitos históricos. Ao fim e ao cabo, as propostas de análise global da escravidão contidas na sociologia funcionalista de Patterson e no historicismo idealista radical de Miller convergem em um aspecto crucial, qual seja, a anulação do tempo histórico na análise concreta do passado escravista.

Qual perspectiva tem dominado o campo, a de Orlando Patterson ou a de Joseph C. Miller? Indiscutivelmente, a de Miller. A prova está em dois balanços programáticos relativamente recentes, da lavra de dois classicistas que propõem visões abrangentes, e que trazem a pretensão de retomar criticamente a tradição dos grandes modelos de análise da escravidão até aqui sumariados. O primeiro desses balanços, de Kostas Vlassoupoulos, escora-se explicitamente nos pressupostos de Miller, abraçando uma perspectiva de tratamento da escravidão que busca enfatizar como ela se manifestou de formas distintas no tempo e no

8 MILLER, *The Problem of Slavery as History...*, pp.1-35.

9 Veja-se, para tanto, o contraponto entre historicismo idealista e historicismo realista estabelecido por Morera: MORERA, Esteve. *Gramsci's historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990, pp.11-33.

espaço. Contudo, o que se oferece é simplesmente uma classificação tipológica da multiplicidade de emprego de escravos a partir de uma grade estruturada em torno de quatro variáveis (sistemas conceituais de escravidão; estratégias de escravização; contextos de escravização; relações sociais que constituíam a escravidão). A perspectiva global por ele reivindicada implica tão somente estudar tipologicamente a instituição ao longo de toda a história humana com base naquelas quatro variáveis.¹⁰ O segundo balanço, de Paulin Ismard, emprega uma estratégia diferente, mas que converge com a de Vlassopoulos. Para dar conta de todas as variações possíveis das distintas sociedades escravistas no tempo e no espaço, Ismard propõe a retomada da história comparada. Os métodos que apresenta, contudo, são os da comparação formal, que acabam por produzir um inventário de semelhanças e diferenças entre fenômenos que apresentam certa analogia essencial entre si.¹¹ Os métodos formais de comparação histórica simplesmente reafirmam, pelo contraste, o caráter sempre único e específico de cada unidade comparada. Comparar equivale a especificar o particular, o que nos conduz de volta a classificações meramente tipológicas, não raro presas ao ideográfico.¹²

Na oposição entre a perspectiva nomotética de Patterson e a resposta ideográfica de Miller, parece-me que, uma vez mais, caímos na vala comum em que muitos esforços de explicação abrangente não raro se viram enterrados. Como sair desse impasse ao nos lançarmos à escrita da história da escravidão moderna? Creio

10 VLASSOPOULOS, Kostas, "Does Slavery have a History? The Consequences of a Global Approach". *Journal of Global Slavery*, 1, 1, 2016, pp.5-27. Essa perspectiva é a que informa o recente livro de síntese sobre a escravidão antiga publicado por Vlassopoulos. Ver: VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicizing Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

11 ISMARD, Paulin, "Écrire l'Histoire de l'esclavage. Entre approche globale et perspective comparatiste". *Annales HSS*, 72, 1, 2017, pp.9-43. Ver, também, a parte "Comparisons" do massivo volume coletivo editado recentemente por Paulin Ismard, ver: ISMARD, Paulin. "Comparisons". In. ISMARD, Paulin. *Les Mondes de L'Esclavage. Une Histoire Comparée*. Paris: Seu Il, 2021, pp.401-796.

12 Ver as críticas metodológicas à comparação formal em McMICHAEL, Philip. "Incorporating comparison within a World-Historical perspective: an alternative comparative method". *American Sociological Review*, v.55, n.3, jun. 1990, pp. 385- 397, e TOMICH, Dale. "Small Islands and Huge Comparisons. Caribbean Plantations, Historical Unevenness, and Capitalist Modernity". *Social Science History*, 18, 3, 1994, pp. 340-358.

que uma solução pode ser encontrada na perspectiva sobre o tempo histórico apresentada por Fernand Braudel e Reinhart Koselleck.¹³

Vinculados às tradições intelectuais do historicismo realista, Braudel e Koselleck procuraram escapar das falsas contradições entre perspectivas nomotéticas *versus* ideográficas por meio de uma teoria da pluralidade dos tempos históricos. Como se sabe, Braudel respondeu ao desafio da antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss apropriando-se do próprio conceito de estrutura, ao mesmo tempo em que o transformou. Ao contrário do antropólogo, que buscou firmar o caráter nomotético de seu saber ao descortinar os elementos invariantes capazes de explicar as forças universais presentes em todas as práticas sociais, o historiador argumentou que inexistem estruturas anistóricas. Sempre históricas e, portanto, mutáveis, as estruturas de longa duração devem ser concebidas como “sustentáculos e obstáculos”. Como tais, elas estabelecem em cada circunstância histórica o horizonte do possível, isto é, a partir do que foi legado do passado, o que se pode ou não fazer em um determinado espaço de atuação humana. As leituras redutoras de Braudel afirmam que, em sua prática historiográfica, ele teria privilegiado as forças de imobilidade da longa duração, ou, então, que ele teria desconsiderado o peso do acontecimento. No entanto, não é isso o que se lê em seu ensaio matricial sobre a problemática da longa duração e em sua obra sobre o Mediterrâneo e Felipe II. Ao incorporar explicitamente a posição de Jean-Paul Sartre (outro antagonista da antropologia estrutural de Lévi-Strauss), Braudel escreveu que “um evento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das ‘causas’ e dos ‘efeitos’ caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria

13 Para fundamentar esse ponto, resumo o argumento que desenvolvi em meu trabalho conjunto com Waldomiro Lourenço da Silva Jr. Trata-se do artigo “Braudel, Koselleck e o Problema da Escravidão Moderna”, publicado originalmente em *História da Historiografia* (11, 28, 2018, pp.44-81), republicado como o segundo capítulo de meu livro *Os Tempos Plurais da Escravidão no Brasil. Ensaio de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios – PPGHS/USP, 2020, pp.43-70.

duração”.¹⁴ A longa duração braudeliana, com efeito, pressupõe necessariamente o tempo curto do evento para que ela faça sentido. Sempre produzidas por múltiplos eventos reiterativos, uma estrutura entraria em processo de transformação no momento em que ocorresse um adensamento cumulativo de eventos dissonantes da reiteração temporal, ultrapassando-se assim os obstáculos previamente dados.

O evento, enfim, está no cerne das preocupações de Braudel com as estruturas temporais de longa duração. Neste sentido, o maior continuador de sua teorização do tempo histórico foi Reinhart Koselleck. A característica essencial das estruturas, afirma ele, é a reiteração temporal, “o retorno do mesmo, ainda que o mesmo se altere a médio ou longo prazo”.¹⁵ As estruturas históricas têm real historicidade, envolvendo os diversos domínios do mental e do material. Nos exemplos de estrutura que Koselleck fornece, incluem-se, dentre outros,

modelos constitucionais, [...] as forças produtivas e as relações de produção, [...] as circunstâncias geográficas e espaciais, [...] formas de comportamento inconscientes, [...] sucessão natural de gerações, [...] os costumes e os sistemas jurídicos.¹⁶

Em um passo adiante em relação às concepções braudelianas, Koselleck diferencia as estruturas diacrônicas de eventos (feixe de acontecimentos que constituem uma trama processual envolvendo amplos movimentos e transformações de ordem econômica e política) das estruturas de prazo mais longo (ideias, costumes, normas de conduta, práticas econômicas e sociais que transcendem em muito as experiências individuais). As particulares do evento são, assim, simultaneamente únicas e remissíveis a uma certa ancestralidade e repetibilidade. É nesse sentido que as

14 BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a Longa Duração” [1958]. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História* (trad. port.). São Paulo: Perspectiva, 1978, pp.45-50.

15 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo. Estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-RJ, 2014, p.305.

16 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-RJ, 2006, p.136.

experiências do tempo podem ser percebidas em estratos, sendo que “eventos e estruturas estão entrelaçados, mas um nunca pode ser reduzido ao outro”.¹⁷

Como, então, articular na prática da escrita da história os eventos às estruturas? Concluo com as próprias palavras de Koselleck:

Estruturas mais ou menos duradouras, mas de todo modo de longo prazo, são condições de possibilidade para os eventos (:)[...] “ambos os níveis[...] remetem um ao outro, sem que um se dissolva no outro. [...] Certas estruturas só podem ser apreendidas nos eventos nos quais se articulam e por meio dos quais se deixam transparecer. [...] A forma mais adequada para se apreender o caráter processual da história moderna é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa”.¹⁸

Eis como entendo a implicação imediata desta teorização do tempo histórico para o objeto deste capítulo: a escravidão deve ser entendida como uma instituição milenar, marcada por uma série de continuidades na longuíssima duração (como nos aponta Karl Jacoby, como teoriza Orlando Patterson e, de certa maneira, também Moses Finley), porém atravessada por múltiplas transformações gestadas por eventos de vária ordem (como chamam atenção Miller, Vlassoupoulos e Ismard). Passo, agora, a um rápido exercício – necessariamente esquemático e, portanto, simplificador – para demonstrar como a perspectiva dos tempos plurais de Braudel e Koselleck pode ser útil ao tratamento da escravidão brasileira, o maior dos sistemas escravistas do mundo moderno.

Na trajetória do escravismo brasileiro, é possível observar três estruturas de longa duração que se sobrepuseram temporalmente a outras estruturas de longuíssima duração. A primeira é a da escravidão mediterrânica. A dissolução do Império Romano do Ocidente não implicou o desaparecimento de suas práticas e instituições escravistas. Após o século V d.C., os padrões da escravidão romana clássica se reiteraram tanto no Império Bizantino

17 KOSELLECK, *Estratos do Tempo...*, p.307.

18 KOSELLECK, *Futuro Passado...*, pp.137-140.

como nas diferentes unidades políticas que se formaram a oeste dele (nos chamados reinos bárbaros ou no Império carolíngio). A escravidão islâmica, em que pesem novidades importantes como a constituição de grupos dirigentes nos sultanatos mamelucos que se valiam pesadamente do aporte de escravos manumitidos, tampouco diferiu da escravidão romana em suas linhas gerais. Tanto em uma como em outra, os escravizados eram empregados nos mais diversos serviços (trabalho doméstico, agricultura, pecuária, mineração, navegação, artesanato e manufatura, construção e serviços urbanos), com peso decisivo nas atividades econômicas mais capitalizadas; os escravos não pertenciam a uma categoria racial específica, haja vista que eram procedentes de diferentes sociedades e grupos humanos; os caminhos de incorporação ao mundo dos livres lhes eram permanentemente franqueados por uma política dilatada de alforrias.¹⁹

Dentro desse chão comum da “escravidão do Grande Mediterrâneo”, uma importante deriva ocorreu na passagem do primeiro para o segundo milênio da Era Cristã. Jeff Fynn-Paul, o historiador que cunhou essa expressão, chama atenção para como a consolidação das duas grandes religiões monoteístas de caráter imperial – o cristianismo e o islamismo – acabou por produzir efeitos de longo prazo para o que ele conceituou como “zonas de escravização” (“a área geográfica impactada pela demanda de escravos de uma determinada sociedade”) e “zonas de não-escravização” (“a área considerada fora dos limites dos *raids* de escravização promovidos por aquela sociedade”). Os blocos imperiais cristãos e islâmicos, em suas disputas pelo controle do Grande Mediterrâneo, lograram criar no começo do segundo milênio as primeiras “zonas perfeitas de não-escravização”, interditando, por meio de tabus éticos-religiosos, a escravização da maioria dos habitantes que constituíam suas respectivas *oikouménés*. Tal interdição colo-

19 Para uma demonstração muito convincente do peso estruturante da escravidão para a economia carolíngia, ver McCORMICK, Michael. “New Light on the ‘Dark Ages’: How the Slave Trade Fuelled the Carolingian Economy”. *Past and Present*, 177, 2002, pp.17-54. Sobre a escravidão islâmica, ver o artigo de síntese de TRABELSI, Salah, “Travail et esclavage: Y a-t-il eu un modèle oriental?”. *Rives méditerranéennes*, 53 (Dossier *L'économie de l'esclavage en Méditerranée médiévale et moderne*), 2016, pp.21-39.

cou pressão adicional sobre a única grande zona de escravização que permaneceu aberta tanto a cristãos como a muçulmanos, qual seja, a do Mar Negro, de onde provinham os cativos eslavos que dariam origem, nas línguas vernáculas do Ocidente, aos novos vocábulos *escravo*, *esclavo*, *schiavo*, *esclave* e *slave*, em substituição ao *servus* latino. Entre os séculos XI e XIV, a Europa do norte, mais pobre que a do sul, viu crescer as dificuldades de acesso aos escravos do leste do Mediterrâneo, ao mesmo tempo em que os islâmicos se valiam de uma zona de escravização adicional, a África subsaariana. A partir de 1475, quando os otomanos conquistaram a última posição genovesa no Mar Negro (Caffa, atual Teodésia, na Criméia russa), o acesso direto da Europa mediterrânica aos cativos eslavos foi interrompido de uma vez por todas.²⁰

Os reinos cristãos da Península Ibérica se formaram, a partir do século XI, dentro desse palco mais amplo de embates dos cristãos contra os poderes islâmicos. As fricções militares nos dois séculos seguintes mantiveram-na como uma zona de escravização permanente dos respectivos inimigos. A sedimentação da fronteira cristã-islâmica na virada para o século XIV com o surgimento e contenção do emirado de Granada trouxe, para a Península Ibérica, a cristalização das “zonas de não-escravização” que vinha marcando os blocos imperiais cristãos e islâmicos em todo o Grande Mediterrâneo. Por sua vez, a inscrição das economias de Portugal, Castela e Aragão nos circuitos mais amplos da nascente economia-mundo capitalista europeia se deu pela mediação do capital mercantil das repúblicas da Itália setentrional, ou seja, pelos mesmos agentes cristãos que operavam as rotas do tráfico de escravos do Mar Negro.²¹ O que nos interessa é o fato de que, ao se lançarem no Atlântico e na Costa d’África a partir de meados do século XV,

20 FYNN-PAUL, Jeff. “Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean from Antiquity to the Early Modern Era”. *Past and Present*, 205, 2009, pp.3-40. Sobre o chão comum da escravidão mediterrânica entre os séculos XII e XV, bem como as implicações da conquista otomana completa do Mar Negro, ver BARKER, Hannah. *That Most Precious Merchandise. The Mediterranean Trade in Black Sea Slaves, 1260-1500*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

21 Para uma síntese, ver PHILLIPS, William D. *Slavery in Medieval and Early Modern Iberia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014, pp.14-27.

as ações dos portugueses foram moduladas por essas estruturas escravistas seculares. Da mesma forma como a expansão colonial dos ibéricos pode ser conceituada como uma projeção, para o Atlântico, das forças econômicas do Mediterrâneo tardo-medieval (um velho, porém consistente argumento esposado sob diferentes lentes teóricas²²), os sistemas escravistas que eles montariam também devem ser enquadrados a partir de seus vínculos de longa duração com a escravidão do Grande Mediterrâneo.

A partir de meados do século XV, e como um subproduto do trato do ouro africano, os portugueses – em consórcio ou não com mercadores genoveses e florentinos – envolveram-se nas redes subsaarianas do tráfico de escravos. Dada a demanda por escravos nos centros urbanos ibéricos e italianos, essa nova zona de escravização aberta aos cristãos logo provou ser bastante lucrativa. A ela se somou, na virada do século XV para o século XVI, a montagem de complexos açucareiros nas ilhas atlânticas (Canárias, Madeira e, sobretudo, São Tomé). Os escravos pouco haviam sido empregados na indústria açucareira mediterrânica prévia; a ligação entre escravidão e açúcar ocorreu justamente na quadra em que espanhóis e portugueses iniciavam a incorporação do Atlântico, a conquista e a colonização do Novo Mundo.²³ A catástrofe da conquista de Hispaniola – com o extermínio quase completo da população indígena local em menos de três décadas – levou o novo modelo de açúcar com trabalho escravo africano para o Caribe. Porém, sua duração ali foi curta. A conquista dos impérios indígenas do continente, com seus enormes estoques de metais preciosos, logo trouxe um duplo impacto para a escravidão africana nascente no espaço atlântico. Por um lado, os engenhos açucareiros escravistas de Hispaniola foram abandonados; por outro, a replicação da mortalidade indígena em larguíssima esca-

22 Ver, dentre muitos outros, BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo* [1979]. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 3., e VERLINDEN, Charles. *The Beginnings of Modern Colonization* (Trad. ingl.). Ithaca: Cornell University Press, 1970.

23 OUERFELLI, Mohamed. *Le Sucre. Production, commercialisation et usages dans la Méditerranée médiévale*. Leiden: Brill, 2008; MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia*, 19/20, 1997, pp.9-26.

la criou uma demanda permanente por trabalhadores nos ofícios urbanos e agrícolas que serviam à mineração da prata na Nova Espanha e no Peru, e que só pôde ser atendida pela oferta das novas zonas de escravização acionadas pelos traficantes portugueses na África.²⁴

Chegamos à gênese da escravidão brasileira. Diante do desafio de ocupar a costa brasileira contra as intrusões de franceses, as autoridades metropolitanas portuguesas promoveram o transplante do modelo açucareiro há pouco criado nas ilhas atlânticas. Para tanto, abriu-se uma nova zona de escravização, que teve por alvo as populações ameríndias nativas. Como se sabe, a mão-de-obra inicial para a montagem e operação agrícola dos engenhos na América portuguesa foi a dos escravos indígenas, sendo os escravos africanos empregados exclusivamente nos ofícios fabris da agro-indústria açucareira. Em poucas décadas (1550-1580), a América portuguesa se tornaria a principal fornecedora de açúcar para a economia-mundo europeia.²⁵ Mais importante para nossos fins é registrar que essa associação açúcar & escravidão acabou por se converter, ela própria, em uma força histórica de longa duração. A *plantation* açucareira-escravista, que marcaria toda trajetória do colonialismo e do capitalismo europeu posterior, nascia assim a partir de uma articulação específica de eventos particulares em tempos distintos.

Um passo importante para a cristalização dessa associação residiu na transição da escravidão indígena para a africana, ocorrida de forma definitiva na costa açucareira da América portuguesa no começo do século XVII. Houve uma dupla face – mental e material – nessa passagem. No plano mental, a discussão sobre

24 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano em el Perú colonial, 1524–1650*. Mexico: Siglo XXI, 1977; PALMER, Colin A. *Slaves of the White Gold: Blacks in Mexico, 1570-1650*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1976; BORUCKI, Alex; ELTIS, David; WHEAT, David (orgs.). *From Galleons to the Highlands. Slave Trade Routes in the Spanish Americas*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2020; GREEN, Toby. *The Rise of the Transatlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

25 Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

a legitimidade da escravidão indígena foi informada não apenas pela experiência prévia das Índias de Castela, mas igualmente por estratos de tempo mais longos. Afinal, os debates sobre a escravidão travados pelos letrados e religiosos formados nos cânones da chamada Segunda Escolástica sempre tiveram com um de seus parâmetros históricos os paradigmas intelectuais e legais herdados do mundo mediterrânico clássico.²⁶ No plano material, a conversão definitiva da África na grande zona de escravização para as possessões europeias do Novo Mundo implicou a conversão do tráfico marítimo de escravos em um negócio especializado (algo que ele não fora no mundo mediterrânico medieval) e, sobretudo, o início de um processo de racialização indelével da escravidão colonial, o que acabaria por produzir, no longo prazo, deslocamentos importantes em relação às ideologias progressistas da escravidão.²⁷

Essa primeira estrutura da longa duração da escravidão brasileira viu-se transformada com a crise do “longo século XVI ibérico” (1450-1650), parte do processo mais amplo de deslocamento definitivo do eixo da economia-mundo capitalista europeia do Mediterrâneo para o Norte.²⁸ Os ataques holandeses ao complexo açucareiro-escravista do Atlântico Sul entre 1624 e 1654 levaram à montagem do que se pode conceituar como o sistema atlântico do noroeste europeu, cuja base residiu no Caribe inglês e francês.²⁹ Mas, ao mesmo tempo, eles forçaram um amplo re-centramento do império ultramarino português, com implicações decisivas para a escravidão brasileira. Com o colapso do Estado da Índia, o Atlântico Sul se converteu a partir de meados do sécu-

26 Cf. ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: A companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

27 Cf. MILLER, Joseph C. “Stratégies de marginalité: Une approche historique de l'utilisation des êtres humains et des ideologies de l'esclavage”. In: HENRIQUES, Isabel Castro; SALA-MOLINS, Louis (org.). *Dérason, esclavage et droit: Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l'esclavage*. Paris: UNESCO, 2002, pp. 105-160.

28 Cf. BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. Lisboa: Martins, 1983, 2v.

29 Ver, a respeito, o primeiro capítulo de Rafael Marquese, Tâmis Parron e Márcia Berbel, *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

lo XVII no coração do Império Português. Sua recomposição em reação aos ataques holandeses muito deveu às ações diretas dos colonos luso-brasileiros em Pernambuco e Angola, o que abriu espaço para que o tráfico transatlântico negreiro para o América portuguesa se organizasse dali em diante em torno de um eixo bilateral a unir diretamente os portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro aos terminais do tráfico na Costa da Mina e na África Centro-Occidental.³⁰

A partir da década de 1660, o problema imediato para o reino independente de Portugal era repor suas rendas, sobretudo as que fluíam do ultramar. Para tanto, buscou-se diversificar a pauta das exportações da América, fosse por meio da aclimação das especiarias asiáticas, do estímulo a produtos agrícolas como o tabaco e, em especial, pela busca sistemática de minas de prata, as mesmas que faziam a riqueza do Império espanhol.³¹ Nas décadas de 1670 e 1680, elas foram procuradas nos dois lados do Atlântico. A solução veio após 1693, com o ouro, não com a prata. Às fabulosas descobertas de Minas Gerais se seguiram, nas primeiras décadas do século XVIII, os achados auríferos em Goiás e Mato Grosso. A espacialidade da escravidão brasileira foi profundamente transformada ao se romper com a organização espacial da economia açucareira, dependente, pelo custo elevado do frete em um mundo pré-industrial, da proximidade dos portos atlânticos. Em razão de seu altíssimo valor agregado, a exploração do ouro era viável independentemente de onde ele se encontrasse – do sul

30 Esse ponto foi pioneiramente avançado por Pierre Verger, em VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 1987, e largamente desenvolvido por Luiz Felipe de Alencastro, em ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Para uma revisão crítica que ajuda a calibrar o argumento sobre a bilateralidade do tráfico, ver ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. “Resgate e Mercadorias: Uma Análise Comparada do Tráfico Luso-Brasileiro De Escravos Em Angola E Na Costa Da Mina (século XVIII)”. *Afro-Ásia*, 37, 2008, pp.43-73.

31 Ver HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. (Trad. port.) Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.; SCHWARTZ, Stuart B. “Introdução”. In. SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORRA, Alcir (org). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre de d.Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 15-45.

de Minas Gerais, relativamente próximo ao Rio de Janeiro, a Vila Bela da Santíssima Trindade, já na bacia Amazônica, praticamente no sopé dos Andes. Essa característica da mineração aurífera se casou bem com um elemento de longuíssima duração da escravidão mercantil, e que portanto antecedeu a colonização europeia das Américas: o caráter de bem móvel da propriedade em seres humanos facultava ao dono de um escravo o poder de aloca-lo espacialmente onde bem entendesse, desde é claro que os condicionantes públicos e privados da relação o permitissem.³²

Foram essas duas características combinadas que produziram o enorme espraiamento geográfico da escravidão africana pelo interior da América portuguesa. Dada a súbita explosão na demanda por trabalhadores escravizados nas zonas mineradoras (não podemos nos esquecer que também houve outro *boom* migratório nesses anos, o de portugueses em busca da promessa do ouro), seus preços tiveram uma forte alta entre as décadas de 1690 e 1720. Neste momento, as geometrias do tráfico pós-guerras holandesas vieram em socorro. Da década de 1720 em diante, os mecanismos de crédito e de operacionalização do tráfico negreiro pelo Atlântico Sul garantiram aos senhores da América portuguesa um fornecimento constante e relativamente barato de escravizados.³³ A mercadoria escrava pôde, assim, se espraiar igualmente pelo tecido econômico e social do mundo colonial. Os mecanismos inflacionários do ouro estimularam um sem-número de atividades econômicas de norte a sul da América portuguesa – pecuária, produção de mantimentos, transportes internos, serviços portuários, serviços domésticos³⁴ –, todas elas fundadas na

32 Sobre a flexibilidade na alocação espacial dos escravos, ver WRIGHT, Gavin. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006; sobre os condicionantes públicos e privados, ver PATTERSON, *Slavery and Social Death...*, p.35; pp. 172-173.

33 Cf. MILLER, Joseph C. “Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830”. In. LOVEJOY, Paul E. (org.), *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986, 42-77.

34 Este foi o argumento original de Celso Furtado, ver em FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. A despeito de todas as virulentas críticas de Roberto Borges Martins, ver MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em Silêncio. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018, sobretudo na Parte II, “Quarenta Anos Depois”, o

escravidão. Os estudos sobre estrutura de posse de escravos no século do ouro indicam claramente que sua propriedade se disseminou socialmente, com a multiplicação de uma miríade de senhores de alguns poucos escravos – incluindo, dentre eles, muitos ex-escravos.³⁵ Outro campo em que os historiadores chegaram a uma posição mais ou menos consensual diz respeito às alforrias. No século XVIII, elas se disseminaram por toda a América portuguesa, sempre obedecendo a certos parâmetros reiterativos. Como bem resumiu há quatro décadas um dos pioneiros no assunto, em uma avaliação que pouco mudou mesmo com os enormes avanços da historiografia relativa ao tema, os estudos sobre manumissões “concordam que as mulheres eram preferidas aos homens, os mulatos aos negros, os nascidos no Brasil aos nascidos na África, os escravos urbanos aos das regiões rurais e que muitos senhores preferiam alforriar bebês em vez de adultos”.³⁶

No “longo século XVIII ibérico” (c.1660-1808), observou-se a consolidação de um sistema escravista próprio na América portuguesa, no qual se conjugaram um enorme tráfico transatlântico com operações básicas comandadas a partir dos portos coloniais (montagem, fretamento e abastecimento dos navios negreiros), uma ampla difusão da propriedade de escravos pelo tecido social e econômico, um largo emprego deles em todas as regiões onde se faziam presentes os agentes do colonialismo branco e, por fim, amplas possibilidades de obtenção de alforrias. Por conta do último ponto, e malgrado a constante introdução de vastos contingentes de africanos escravizados, em nenhuma capitania da América portuguesa do começo do século XIX a população escravizada compunha a maioria absoluta da população (ainda que os escravos pudessem vir a constituir a maioria simples em algumas delas). Esse perfil do escravismo colonial legado pelo século do ouro nos traz de volta ao argumento sobre os múltiplos estratos de tem-

argumento de Furtado mantém-se de pé.

35 Para uma boa síntese, ver LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. In: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil* (Trad. port.). São Paulo: Imprensa Oficial-Edusp, 2011, pp.49-88.

36 RUSSELL-WOOD, John. *Escravidão e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 315.

po da escravidão no Brasil. A escravidão brasileira setecentista parecia reproduzir, passo a passo, o que fora a escravidão no Mediterrâneo clássico.³⁷ Não obstante esses liames com padrões de longuíssima duração, houve contudo novidades de fundo, ligadas ao tempo do capital e do colonialismo, o que implica que se tratou de algo novo, ou seja, de uma nova estrutura de longa duração.

Não me refiro, aqui, às hierarquias raciais produzidas pelo tráfico transatlântico negro, pois esta já havia sido uma ruptura trazida no momento em que se formou, no longo século XVI, a primeira estrutura histórica do escravismo brasileiro. Para compreendermos devidamente essa novidade, temos que olhar para as articulações globais da escravidão brasileira. Como aponta outro velho argumento historiográfico, a montagem da economia do ouro na América portuguesa não tem como ser dissociada das transformações mais profundas que estavam se passando no sistema interestatal europeu e em sua economia-mundo capitalista. As guerras de Portugal contra a Holanda, nos espaços coloniais, e pela independência contra a Espanha, na Europa, só tiveram sucesso com a aliança estratégica estabelecida com a Inglaterra. A subordinação geopolítica portuguesa à Inglaterra foi uma força condicionante basilar do longo século XVIII ibérico. Nas circunstâncias imediatas do evento da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), que coincidiram com o evento do arranque da economia do ouro, os portugueses assinaram com os ingleses o Tratado de Methuen, que teria, ao longo do século XVIII, um papel fundamental para a trajetória posterior da economia-mundo capitalista europeia. O espaço que me resta não permite expor com cuidado meu ponto e, por isso, remeto o leitor a um trabalho que produzi em co-autoria com Leonardo Marques. Resumidamente: o afluxo do ouro brasileiro para a economia britânica fez parte, a um só tempo, dos processos de consolidação da dívida pública e da adoção do padrão-ouro na Inglaterra, garantindo que sua prata

37 Ver MARQUESE, Rafael de Bivar; JOLY, Fábio Duarte. "Slave Trade, Manumission, and Citizenship in Ancient Rome and Brazil: A Comparative Perspective". In: HODKINSON, Stephen; KLEIJWEGT, Marc; VLASSOPOULOS, Kostas (org.). *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slavery*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp.1-20.

fluísse para as Índias Orientais (em troca da importação crescente de tecidos de algodão) sem que isso afetasse negativamente a economia metropolitana. Pelo contrário, pois a Revolução Industrial britânica, sendo um processo de industrialização por substituição de importações, dependeu tanto da disseminação na metrópole e no ultramar (África e Américas) da demanda por tecidos de algodão (criada previamente com as importações massivas da Índia) como de um ambiente financeiro de crédito barato (sancionado pela sólida dívida pública) para os potenciais investidores industriais.³⁸

Como demonstrou exaustivamente Hartmut Rosa, o processo geral de aceleração dos meios técnicos trazidos pela Revolução Industrial na virada para o século XIX se relacionou em via de mão dupla com os processos contemporâneos de modificação nas formas de percepção e de conceituação do espaço e do tempo e, assim, com as próprias formas de subjetivação social.³⁹ O processo de temporalização da História – nos termos de Reinhart Koselleck – fez parte dessas transformações mais amplas; segundo ele, o novo conceito de História implicou uma alteração no horizonte utópico, que, de espacial, tornou-se temporal. Por meio da “temporalização da utopia”, projetava-se para o futuro, e não para um espaço alternativo contemporâneo, um mundo ideal concebido no presente. O surgimento do movimento abolicionista no final do século XVIII não tem como ser dissociado dessa inflexão. Por milênios, ainda que muito criticada, a instituição escravista havia sido aceita social e politicamente em todas as sociedades humanas estratificadas. A concepção de um mundo sem ela fazia parte da esfera do impensável. Imaginar um mundo livre da escravidão dependeu de uma profunda modificação nas próprias formas de conceituação do tempo histórico e das práticas sociais nele ins-

38 MARQUESE, Rafael de Bivar; MARQUES, Leonardo. “Ouro, café e escravos: o Brasil e a ‘a assim chamada acumulação primitiva’”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Os Tempos Plurais da Escravidão no Brasil: Ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios – PPGHS/USP, 2020, pp.105-132.

39 ROSA, Hartmut. *Aceleração. A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019, especialmente Parte II, “Efetuação e formas de manifestação: uma fenomenologia da aceleração social”.

critas. É neste sentido que a temporalização da utopia forneceu o quadro de referência temporal que informou, a partir do final do século XVIII, todo o movimento abolicionista: somente o aperfeiçoamento moral e institucional vindouro, fundado no avanço da liberdade, seria capaz de romper com as misérias de um presente marcado pela escravidão.⁴⁰

Porém, ao mesmo tempo em que abria as portas para o abolicionismo, a passagem para o século XIX viu a Revolução Industrial dar um gigantesco empuxo à escravidão negra nas Américas. A necessidade de quantidades crescentes de matéria-prima para as indústrias, o crescimento populacional, a urbanização e as transformações nos hábitos de consumo das classes trabalhadoras tiveram um enorme impacto sobre a demanda por produtos vindos da periferia da economia-mundo capitalista. O algodão esteve no coração mesmo do processo geral da industrialização, ao passo que o açúcar e o café se converteram em bens essenciais para a própria reprodução da força de trabalho assalariada industrial.⁴¹

Foi dentro dessa moldura geral, marcadamente contraditória, que se rearticulou a escravidão brasileira no longo século XIX. O ano de 1808 representou, para tanto, um momento crucial. A fuga da família real portuguesa para o Brasil fez parte da estrutura diacrônica dos eventos ligados à crise geral do sistema atlântico do noroeste europeu (Guerra dos Sete Anos; Revolução Americana; Revolução Francesa; Revolução do Haiti; ascensão de Napoleão

40 Sobre o novo conceito de História e a temporalização da utopia, ver Koselleck, *Estratos do Tempo...*, pp. 121-138. Sobre a virada na aceitação da escravidão, a melhor demonstração empírica da gênese do ideário anti-escravista ainda está no livro clássico de David Brion Davis, ver: DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1988. Por fim, para o conceito de impensável, ver: BOURDIEU, Pierre. “A Segunda Escravidão”. In: BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma Teoria da Prática*. Oeiras: Celta Editora, 2002, pp.163-184.

41 Resumo, aqui, o argumento originalmente avançado por Dale Tomich a respeito da “Estruturas, *habitus* e práticas”, e que está sendo denominada aqui como a terceira estrutura de longa duração do escravismo brasileiro. Ver: TOMICH, Dale. “A Segunda Escravidão”. In: TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e a Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011, pp.81-97. Para as múltiplas filiações do conceito de Segunda Escravidão, a montante e a jusante, ver MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo H. (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Bonaparte; Guerras Napoleônicas).⁴² Dados os alinhamentos geopolíticos prévios de Portugal e as necessidades fiscais prementes das imposições militares e econômicas, a partir de 1808 os produtores escravistas da América portuguesa finalmente puderam se conectar de modo direto, e de uma vez por todas, com o mercado mundial. Dentre os resultados imediatos dessas novas circunstâncias, houve um notável salto no volume do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil e, em especial, o arranque definitivo da cafeicultura no Vale do Paraíba. De múltiplas maneiras, essa nova atividade econômica às portas do Rio de Janeiro ajudaria a configurar, no Brasil independente pós-1822, grande parte do edifício escravista nacional.⁴³

O período pós-1808 marcou igualmente o início da campanha sem-quartel que a Grã-Bretanha promoveria contra o tráfico transatlântico de escravos na arena internacional, e que afetaria de forma particularmente aguda o novo Império do Brasil. Com o fim das Guerras Napoleônicas, o controle dos espaços de fluxos, mas do que o dos espaços de lugares, tornou-se crucial para a afirmação do poder global britânico. Ao constituir uma zona não-regulada de fluxos mercantis e financeiros que escapavam à égide do poder político formal do Parlamento (ainda que muitos desses fluxos passassem pela própria City londrina), e que corria contra a autoimagem de superioridade moral que o abolicionismo britânico (como movimento político de expressão nacional) construía para si durante a Era das Revoluções, o tráfico transatlântico de escravos – mas não necessariamente a escravidão – entrou na ordem de prioridades da política externa britânica. Isso representava, também, uma resposta direta dos dirigentes políticos britânicos às próprias tensões sociais e políticas internas ao seu

42 Ver o capítulo 2 de Marquese, Parron e Berbel, *Escravidão e Política*. MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis; BERBEL, Márcia. “A crise do sistema ibérico e a escravidão nas experiências constitucionais de Cádiz, Madri, Lisboa e Rio de Janeiro”. In. MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis; BERBEL, Márcia. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 95-181.

43 Na abundante bibliografia sobre o assunto, ver em especial os capítulos reunidos em MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H (org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras-Faperj, 2015.

espaço metropolitano e colonial.⁴⁴ Combate ao tráfico, não combate à escravidão é o que explica o fato de a pressão diplomática e naval da Grã-Bretanha sobre o Brasil ter sido a força decisiva para a abolição do primeiro em 1850, no mesmo passo em que sua posição como centro financeiro e industrial da economia-mundo capitalista dava impulso redobrado à expansão das atividades exportadoras brasileiras fundadas na escravidão.

A terceira estrutura histórica de longa duração do escravismo brasileiro – a do século XIX – foi diretamente condicionada pelas forças do antiescravismo britânico e da economia-mundo industrial, ao mesmo tempo em que, reversivamente e guardadas as devidas proporções, ela – a escravidão brasileira – os condicionava. Sobretudo, essa nova estrutura foi construída nos marcos de um Estado nacional liberal, o que nos permite classificá-la – com todas as implicações que isso acarreta – como uma escravidão nacional. É importante registrar que esse novo tempo continha, em si, todo o conjunto pretérito de experiências dos demais estratos de tempo do escravismo brasileiro. Homens e mulheres escravizados continuaram a ser empregados em todas as atividades econômicas imagináveis; as práticas de alforria no Brasil independente eram as mesmas que haviam se disseminado pela América portuguesa no longo século XVIII ibérico; enquanto o tráfico transatlântico de escravos permaneceu aberto, a propriedade de seres humanos escravizados persistia como o horizonte de projeção social para todos os atores sociais que viviam naquele mundo. Malgrado essas evidentes continuidades nas práticas escravistas, o sentido delas se viu modificado pelas novas condições sistêmicas em que passou a se reproduzir a escravidão no Brasil, moduladas institucionalmente pela nova forma política de um novo Estado

44 Ver, dentre outros, TEMPERLEY, Howard, “Anti-Slavery as a Form of Cultural Imperialism”. In. BOLT, C.; DRESCHER, S. (org.). *Anti-Slavery, Religion and Reform*. Hamden, Conn.: Archon Books, 1980, pp. 335-50; ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987; HUZZEY, Richard. *Freedom Burning. Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain*. Ithaca: Cornell University Press, 2012; TOMICH, Dale. “Civilizing America’s Shore: British World-Economic Hegemony and the Abolition of the International Slave Trade (1814-1867)”. In. D. Tomich (org.), *The Politics of the Second Slavery*. Albany: Suny Press, 2016, pp. 1-24.

nacional inscrito em um sistema interestatal e uma economia mundial profundamente transformados pela cadeia de eventos da Era das Revoluções.⁴⁵

A partir de meados da década de 1860, essa terceira estrutura histórica de longa duração do escravismo brasileiro entraria em sua crise terminal, como parte da crise global da instituição aberta com os eventos da Guerra Civil norte-americana.⁴⁶ Tratou-se, como se vê, de uma estrutura histórica de mais curta duração. O conceito de estrutura de Braudel se reporta à longa duração, não à curta duração: haveria assim um problema na formulação proposta? A aparente contradição se desfaz se lembrarmos – seguindo uma vez mais Koselleck – que uma das principais manifestações da aceleração do tempo histórico da modernidade reside justamente no fato de as estruturas históricas serem de duração cada vez mais curta.

Para trabalharmos empiricamente com os inúmeros temas e problemas contidos no que foi até aqui apresentado, há evidentemente a necessidade de recortes claros e precisos. Caso contrário, corre-se o risco de recair ou nas generalizações sem substância histórica, ou na particularização ideográfica. E, para enfrentar o desafio da articulação dos tempos históricos plurais, não vejo melhor saída do que adotar um procedimento stratigráfico que se valha do método sartreano progressivo-regressivo – o método explicitamente invocado por Braudel em seu ensaio canônico sobre a longa duração, e que abriu caminho, posteriormente, para a perspectiva do sistema-mundo propor a distinção metodológica crucial entre unidade de análise e unidade de observação.⁴⁷

45 Carecem de fundamento, portanto, as objeções recentes ao conceito de segunda escravidão apresentadas por Marcelo Santo Matheus, ver: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo, Oikos, 2021, pp.375-387.

46 Ver, a respeito, YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. 2019. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

47 SARTRE, Jean-Paul, “Questão de Método”. In. *O existencialismo é um humanismo / A imaginação / Questão de Método* (trad. port.). São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.170; BRAUDEL, *História e Ciências Sociais...*, p. 45; HOPKINS, Terence K. “The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations”. In. HOPKINS, T.K.;

Referências:

ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. “Resgate e Mercadorias: Uma Análise Comparada do Tráfico Luso-Brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)”. *Afro-Ásia*, 37, 2008, pp.43-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/aa.v0i37.21152>>.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARKER, Hannah. *That Most Precious Merchandise. The Mediterranean Trade in Black Sea Slaves, 1260-1500*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

BORUCKI, Alex; ELTIS, David; WHEAT, David (orgs.). *From Galleons to the Highlands. Slave Trade Routes in the Spanish Americas*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma Teoria da Prática*. Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial, 1524–1650*. México: Siglo XXI, 1977.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a Longa Duração” [1958]. In. BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 41-78.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*. [1966] (Trad. port.) Lisboa: Martins, 1983, 2v.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo* [1979]. (Tradução: Telma Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3 v.

DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture* [1966]. Oxford: Oxford University Press, 1988.

ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987.

FINLEY, Moses I. “Slavery.” In. SILLS, David L. (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan, 1968, pp.307-313.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* [1959]. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WALLERSTEIN, I. (org.). *World-Systems Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982, pp. 21-52.

FYNN-PAUL, Jeff. "Empire, Monotheism and Slavery in the Greater Mediterranean from Antiquity to the Early Modern Era". *Past and Present*, 205, 2009, pp.3-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/pastj/gtp036>>.

GREEN, Toby. *The Rise of the Transatlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. (Trad. port.) Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

HOPKINS, Terence K. "The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations". In: HOPKINS, T.K.; WALLERSTEIN, I. (org.) *World-Systems Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982, pp. 21-52.

HUZZEY, Richard. *Freedom Burning. Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

ISMARD, Paulin. "Écrire l'Histoire de l'esclavage. Entre approche globale et perspective comparatiste". *Annales HSS*, 72, 1, 2017, pp.9-43. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0395264917000026>>.

ISMARD, Paulin (org.). *Les Mondes de L'Esclavage. Une Histoire Comparée*. Paris: Seuil, 2021.

JACOBY, Karl. "Slaves by Nature? Domestic animals and human slaves". *Slavery and Abolition*, 15, 1, April 1994, pp.89-99. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01440399408575117>>.

JOLY, Fábio Duarte. *A história da escravidão antiga: métodos, problemas e perspectivas*. Palestra apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 24 de novembro de 2021.

KOPYTOFF, I.; MIERS, S. (org.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed.PUC-RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo. Estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2014.

LENSKI, Noel. "Framing the Question: What is a Slave Society?". In: LENSKI, Noel; CAMERON, Catherine M. (eds.), *What is a Slave Society. The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge UP, 2018, pp.15-57.

LEWIS, David M. "Orlando Patterson, Property, and Ancient Slavery: The Definitional Problem Revisited". In: John Bodel and Walter Schei-

del (orgs.), *On Human Bondage. After Slavery and Social Death*. Chichester: John Wiley & Sons, 2017, pp.31-54.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial-Edusp, 2011.

MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis; BERBEL, Márcia. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo H. (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Os Tempos Plurais da Escravidão no Brasil. Ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios – PPGHS/USP, 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar; JOLY, Fábio Duarte. “Slave Trade, Manumission, and Citizenship in Ancient Rome and Brazil: A Comparative Perspective”. In: HODKINSON, Stephen; KLEIJWEGT, Marc; VLASSOPOULOS, Kostas (org.). *The Oxford Handbook of Greek and Roman Slaveryes*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp.1-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199575251.001.0001>>.

MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em Silêncio. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c.1820-1870)*. São Leopoldo, Oikos, 2021.

McCORMICK, Michael. “New Light on the ‘Dark Ages’: How the Slave Trade Fuelled the Carolingian Economy”. *Past and Present*, 177, 2002, pp.17-54. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3600877>>.

McMICHAEL, Philip. “Incorporating comparison within a World-Historical perspective: an alternative comparative method”. *American Sociological Review*, 55, 3, jun. 1990, pp. 385- 397. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2095763>>.

MILLER, Joseph C. “Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830”. In: Paul E. Lovejoy (org.). *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1986, pp. 42-77.

MILLER, Joseph C. *The Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Wisconsin: Madison University Press, 1988.

MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia*, 19/20, 1997, pp. 9-26. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/aa.v0i19-20.20946>>.

MILLER, Joseph C. “Stratégies de marginalité: Une approche historique de l’utilisation des êtres humains et des idéologies de l’esclavage”. In. HENRI-QUES, Isabel Castro; SALA-MOLINS, Louis (org.), *Déraison, esclavage et droit: Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l’esclavage*. Paris: UNESCO, 2002, pp. 105-160.

MILLER, Joseph C. *The Problem of Slavery as History: a Global Approach*. New Haven: Yale University Press, 2012.

MORERA, Esteve. *Gramsci’s historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H (org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras-Faperj, 2015.

OUERFELLI, Mohamed. *Le Sucre. Production, commercialisation et usages dans la Méditerranée médiévale*. Leiden: Brill, 2008.

PALMER, Colin A. *Slaves of the White Gold: Blacks in Mexico, 1570-1650*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1976.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death. A Comparative Study*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1982.

PHILLIPS, William D. *Slavery in Medieval and Early Modern Iberia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

ROSA, Hartmut. *Aceleração. A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

RUSSELL-WOOD, John. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. “Questão de Método”. In. *O existencialismo é um humanismo / A imaginação / Questão de Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 107-191.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*. (Trad. port.) São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. “Introdução”. In. SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORRA, Alcir (org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre de d.Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 15-45.

TEMPERLEY, Howard. “Anti-Slavery as a Form of Cultural Imperialism”. In. BOLT, C.; DRESCHER, S. (org.). *Anti-Slavery, Religion and Reform*. Hamden, Conn.: Archon Books, 1980, pp. 335-50.

TOMICH, Dale. "Small Islands and Huge Comparisons. Caribbean Plantations, Historical Unevenness, and Capitalist Modernity". *Social Science History*, 18, 3, 1994, pp. 340-358. Disponível em:

TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e a Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TOMICH, Dale. "Civilizing America's Shore: British World-Economic Hegemony and the Abolition of the International Slave Trade (1814-1867)". In: D. Tomich (org.), *The Politics of the Second Slavery*. Albany: Suny Press, 2016, pp. 1-24.

TRABELSI, Salah. "Travail et esclavage: Y a-t-il eu un modèle oriental?". *Rives méditerranéennes*, 53 (Dossier *L'économie de l'esclavage en Méditerranée médiévale et moderne*), 2016, pp. 21-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rives.5146>>.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 1987.

VERLINDEN, Charles. *The Beginnings of Modern Colonization* (Trad. ingl.). Ithaca: Cornell University Press, 1970.

VLASSOPOULOS, Kostas. "Does Slavery have a History? The Consequences of a Global Approach". *Journal of Global Slavery*, 1, 1, 2016, pp.5-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/2405836X-00101002>>.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Historicizing Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

WRIGHT, Gavin. *Slavery and American Economic Development*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: A companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na Segunda Era da Abolição, 1861-1880*. 2019. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

A história e o gênero como problema historiográfico

Natalia Pietra Méndez

Uma pequena apresentação

Nas décadas de 1990 e 2000 foram publicados importantes textos que debatiam os impactos dos estudos de gênero na história. O gênero foi tratado como uma questão subversiva, como categoria de análise capaz de refletir as experiências de homens e mulheres no tempo, como categoria de análise que diz respeito à diferença entre os sexos e como relação primordial de poder, e como conceito chave para compreender a história das mulheres. As historiadoras que se dedicaram a esses debates expuseram diferenças na compreensão do que estavam entendendo por gênero, principalmente no que se refere à sua centralidade como categoria analítica capaz de captar uma experiência real do passado ou, de outro modo, elucidar os significados atribuídos ao sexo em uma determinada sociedade. Neste texto, preparado a partir do convite para participar de uma aula na disciplina de Teoria e Metodologia do Professor Temístocles Cezar, em 2021, retomaremos algumas dessas discussões, enfatizando as contribuições de autoras¹ que se dedicaram a historicizar o gênero e a feminilidade.

¹ Utilizo o termo no feminino devido ao fato de que, majoritariamente, o texto apresenta autoras que se identificam como mulheres. Alguns homens também se somam

Igualmente, pretendemos apresentar algumas críticas às perspectivas universalizantes sobre a categoria gênero, bem como sobre o uso da categoria mulher na história.

Mas antes de passar ao tema deste artigo, trago uma pequena apresentação sobre quem é a mulher que escreve. Minha caminhada como professora e historiadora é marcada pelo feminismo. Costumo dizer que sou uma feminista historiadora, já que o feminismo chegou à minha vida antes mesmo de concluir minha formação universitária. Assim, é a partir dessa posição teórica e prática que me posiciono no mundo.² Procuro trazer para minhas aulas e escritos o pensamento de mulheres em sua pluralidade, por entender que, por muitos anos, fomos silenciadas nos espaços formais de produção de conhecimento. Portanto, é um compromisso ético-político priorizar, sempre que possível, um diálogo com pensadoras, escritoras e historiadoras. Nós, mulheres, temos uma longa prática de pensar, escrever e produzir. Contudo, nem sempre essas perspectivas produzidas por mulheres são valorizadas. Neste texto, as eventuais leitoras e leitores vão encontrar algumas dessas mulheres que, desde o século XVIII, se debruçaram sobre o problema da diferença de gênero, tentaram responder o que é uma mulher e enfrentar – de forma crítica – os argumentos que defendiam a naturalização das desigualdades de gênero. Argumentos que, diga-se de passagem, ainda hoje são evocados. Esse debate não terminou; ele persiste como problema historiográfico e como uma questão fundamental para pensar o mundo que queremos legar às novas gerações.

Historicizar o gênero e a feminilidade na modernidade

O tema do gênero emergiu com maior vigor na escrita da história no final do século XX. Porém, não se trata de uma questão

à bibliografia selecionada, porém, subvertendo a lógica generificada da linguagem, faço a opção política de enfatizar que se trata de um texto cujas reflexões resultam do diálogo construído, majoritariamente, com autoras.

2 Importante salientar outros aspectos da minha caminhada: além de feminista historiadora, sou uma mulher branca, cis e heterossexual, com militância feminista desde os anos 1990. Sou mãe de um menino que, agora, está com oito anos. E a maternidade vem sendo uma experiência transformadora de sentidos, se fazendo presente, também, em todas as minhas atividades profissionais.

propriamente nova. Como aponta a historiadora Bonnie Smith, a construção da história como disciplina teve como alicerce a separação entre a história dita profissional (praticada por homens) e a história amadora (destinada às mulheres). A primeira, dedicada principalmente ao estudo da história política e cercada de um rigor metodológico no tratamento dos documentos – escritos – concentrados em arquivos oficiais. A segunda, voltada às biografias, escrita de livros destinados a crianças e jovens em formação.³

Esse movimento de elaboração da história profissional ocorreu em um contexto de transformações nas relações de gênero, um processo que culminou com a separação entre esfera pública e esfera privada. Como assinalou a historiadora Lynn Hunt, “foi no século XIX que as mulheres ficaram relegadas à esfera privada em um grau até então jamais conhecido”.⁴ Trata-se de um movimento já observado no final do século XVIII que, segundo Hunt, foi intensificado com a gradual exclusão da vida pública ocorrida durante a Revolução Francesa. O processo revolucionário, por um curto período, dilatou as fronteiras de gênero, conferindo um espaço para que as mulheres trouxessem suas reivindicações para a esfera pública. Contudo, Hunt sinaliza que a experiência revolucionária “tinha demonstrado os resultados possíveis (e o perigo para os homens) de uma inversão da ordem ‘natural’”.⁵

Para Silvia Federici, a exclusão das mulheres das atividades públicas teve início com a formação do capitalismo e, consequentemente, a organização de uma nova divisão sexual do trabalho baseada na separação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Através de legislações que limitavam as atividades a serem realizadas por mulheres e a perseguição àquelas que desafiavam esses limites, ocorreu uma perda de poder social por parte da população feminina da Europa:

3 SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

4 HUNT, Lynn. “Revolução Francesa e a vida privada”. In. PERROT, Michelle. *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 4, 1991, p.50.

5 Ibid., p.51.

As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação social; e, de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social.⁶

Assim, a exclusão das mulheres da história profissional seguiu o caminho de tantas outras atividades da esfera pública que foram reservadas aos homens. Assentava-se no princípio de que elas possuíam diferenças essenciais em relação aos homens. Essa lógica da diferença, associada principalmente às características reprodutivas do corpo, determinava que o sexo feminino deveria viver sob a tutela masculina. A gravidez e a suposta fragilidade física eram consideradas responsáveis por uma alteração em seus humores, provocando um estado de permanente desequilíbrio e instabilidade.⁷ A premissa de que a mulher deveria ser a reprodutora e o homem o criador balizou a concepção de cidadania triunfante no século XIX. De acordo com Joan Scott, essa concepção via a mulher como um ser complementar ao homem e as diferenças entre os sexos foram tomadas como irredutíveis, não podendo ser corrigidas pela força da lei:

la asociación de la masculinidad con la virtud, la razón y la política dependía, para su realización, del contraste con la femineidad, definida como tortuosa, sensual, vana, dada al artificio y a los caprichos de la moda, y por esas razones necesariamente restringida a funciones domésticas y modestas.⁸

Essa argumentação foi largamente utilizada contra mulheres que denunciavam a ordem de gênero que pretendia relegá-las à esfera privada. A escritora Olympe de Gouges, perseguida pelos líderes da Revolução Francesa, foi executada sob acusação de trai-

6 FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p. 199.

7 BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. “O discurso da medicina e da ciência”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 444-445.

8 SCOTT, Joan. *Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2012, pp. 75-76.

ção. Scott cita um informe sobre a sua morte publicado no periódico *La feuille du salut publique*:

Olympe de Gouges, nacida con una imaginación exaltada, confundió su delirio con una inspiración de la naturaleza. Quería ser un estadista. Hizo suyos los proyectos de los pérfidos que quieren dividir a Francia. Parece que la ley ha castigado a esas conspiradora por haber olvidado las virtudes que corresponden a su sexo.⁹

Acusada de delírio por pretender ser estadista – posto restrito aos líderes masculinos – de Gouges foi uma das tantas mulheres do século XVIII que reivindicou a igualdade entre os sexos e pagou um alto preço por desafiar a ordem de gênero que tomava corpo naquele período. Ao longo dos últimos três séculos, mulheres que ousaram ultrapassar essas fronteiras foram castigadas através da lei, da aplicação de discursos médicos (diagnósticos de loucura, histeria) ou dos feminicídios.

Ao lado de Olympe de Gouges, recordamos também a filósofa Mary Wollstonecraft, que publicou o livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. A obra foi publicada em 1792 como uma crítica à Constituição Francesa de 1791. Após longos debates com expressiva participação feminina, as mulheres foram derrotadas e excluídas do exercício pleno da cidadania. Wollstonecraft debateu as ideias de Jean Jacques Rousseau. Para o filósofo, as meninas não deveriam receber a mesma educação que era dada aos meninos, já que elas deveriam ser preparadas para servir seus maridos e formar moralmente os futuros cidadãos. Porém, Wollstonecraft argumentava a favor da educação igualitária para os sexos, defendendo que as mulheres eram tão racionais quanto os homens. Assim, eventuais diferenças não eram causadas por uma suposta inferioridade, mas porque a sociedade não oportunizava às mulheres condições para seu pleno desenvolvimento intelectual. O texto de Wollstonecraft representou um contraponto ao pensamento hegemônico dos filósofos iluministas, defensores da complementariedade entre os dois sexos. Além de precursora do feminismo,

9 Ibid.,p. 78.

Maria Lygia Quartim de Moares salienta que, em sua perspectiva emancipacionista, Wollstonecraft se opunha à escravidão dos africanos, dos povos indígenas e à escravidão doméstica.¹⁰

O pensamento feminista e abolicionista foram construindo pontos de convergência ao longo dos séculos XVIII e XIX. No ano de 1851, em um congresso realizado em Ohio, Estados Unidos, uma mulher negra, ex-escravizada, proferiu um discurso no qual questionava, se, afinal, ela era ou não uma mulher. Seu nome era Sojourner Truth e, ao que tudo indica, não era alfabetizada. Temos acesso aos seus discursos através de jornais da época, que os publicaram. Os homens presentes no Congresso defenderam que mulheres não poderiam ter direito ao voto devido à sua natureza diferenciada. Diante deles, Sojourner Truth afirmou que seus braços trabalharam a terra tanto quanto os dos homens, seu apetite era idêntico aos dos homens e que jamais havia recebido qualquer ajuda ou gentileza. Ao contrário, suportava o açoite tanto quanto os homens. E concluiu: “Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! Eu não sou uma mulher?”¹¹

O discurso de Sojourner colocava em xeque as concepções de feminilidade do século XIX em um país marcado pela escravidão. Como assinala a filósofa Angela Davis, as mulheres negras não tinham suas maternidades reconhecidas como legítimas, eram vistas pelos seus senhores apenas como reprodutoras de força de trabalho. Para ela, a exaltação da maternidade, ideologia popular no século XIX, não se estendia às escravizadas, já que “as mulheres negras dificilmente eram ‘mulheres’ no sentido corrente do termo”.¹² Sojourner Truth, em seus discursos, evidenciava justamente o quanto a teoria das duas esferas era frágil quando confrontada com a vida de mulheres que eram atravessadas por desigualdades de raça, gênero e classe. A própria condição de “mulheres” lhes era

10 MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Prefácio”. In. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 10.

11 TRUTH, Sojourner. “Eu não sou uma mulher?”. *Portal Geledés* Acesso em outubro de 2021.

12 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 20.

negada. Tal aspecto denota uma falha no pensamento binário de gênero, que associava a condição feminina à reprodução. Acaso mulheres escravizadas não eram, também, mães? No entanto, não eram vistas como mulheres. Por essa razão, a pergunta de Sojourner Truth, como bem sinalizou Davis, tinha como resposta o fato de que aos olhos da sociedade escravista do século XIX, Sojourner não era vista como uma mulher. Portanto, não era a biologia – associada à capacidade de reproduzir a vida dentro do útero, ou alimentar uma criança com o leite que brota do peito – que definia o que era uma mulher.

Um século depois, as reflexões apresentadas pela filósofa e escritora Simone de Beauvoir retomaram o debate sobre a questão da mulher. Em 1949, Beauvoir publicou o livro *O Segundo Sexo*. O livro foi escrito nos últimos anos da segunda guerra mundial. Vale lembrar que as duas guerras provocaram mudanças nas relações de gênero. Como afirma a historiadora Victoria de Grazia, no período entre as guerras, os governos enfrentaram essa questão de duas formas: sancionando o sufrágio feminino e desenvolvendo novos discursos públicos sobre a mulher, legislando sobre seu lugar no mercado de trabalho e reorganizando as políticas familiares. Essa reorganização assumiu diversos tons, mais democráticos ou mais conservadores e, em alguns casos, antifeministas.¹³

Uma questão central do livro de Beauvoir foi tentar responder à pergunta sobre o que é uma mulher. Para ela, o determinismo biológico, concepção dominante a partir do século XIX, não correspondia a uma explicação convincente. A feminilidade deveria ser compreendida através do estudo da história e dos mitos que formavam o que se poderia chamar a “civilização”. Em suas palavras:

Não se nasce mulher: torna-se mulher: nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. É o conjunto da civilização que elabora esse produto.¹⁴

13 GRAZIA, Victoria de. “O patriarcado fascista”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 149-150.

14 BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980,

Ao examinar, brevemente, esse conjunto de pensadoras, consideramos que o feminismo foi um movimento e uma perspectiva teórica que se insurge como uma crítica à modernidade. Não se pode compreender o feminismo sem relacioná-lo ao Iluminismo e a uma utopia pela emancipação dos seres humanos. Porém, em sua visão dominante, o Iluminismo sustentou a teoria das duas esferas, alegando que entre homens e mulheres não poderia existir igualdade, apenas complementariedade. A diferenciação entre os dois sexos estaria ancorada na natureza, na biologia; portanto, teria caráter incontornável.¹⁵ Curiosamente, essa diferença na biologia só afetava o sexo feminino. O corpo da “fêmea” da espécie humana estava fadado a sucumbir aos humores decorrentes do seu ciclo reprodutivo, afetando a capacidade de juízo das mulheres para assuntos públicos. Somente o homem, capaz de se valer do pensamento racional, seria capaz de livrar-se das amarras e desejos do corpo físico, deixando apenas a mente, de forma elevada e transcendente, livre para pensar no bem comum. Assim, a modernidade definiu o sujeito universal – cujo corpo é trans-histórico e, alegadamente, livre de marcadores sociais. A filósofa Seyla Benhabib definiu bem essa questão ao afirmar que:

As teorias morais e universalistas na tradição ocidental desde Hobbes a Rawls são substitucionalistas, no sentido em que o universalismo que defendem é definido sub-repticiamente pela identificação de experiências de um grupo específico de pessoas como argumento paradigmático do humano em geral. Essas pessoas são invariavelmente brancas, adultos masculinos, que são proprietários, ou pelo menos profissionais liberais.¹⁶

Ao mesmo tempo em que as teorias universalistas elaboram esse sujeito universal, há um investimento na definição desse “ou-

p. 9, v. 2.

¹⁵ A respeito dessa separação entre o público e o privado, Michelle Perrot comenta que “a distinção do público e do privado apareceu como o que ela realmente é: uma categoria política, expressão e meio de uma vontade de divisão sexual dos papéis, das tarefas, dos espaços, produtora de um real remodelado sem cessar”. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 261.

¹⁶ BENHABIB, Seyla. “O Outro Generalizado e o Outro Concreto: A controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista”. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, pp. 91-92.

tro”. O corpo sexuado passa a ser matéria privilegiada de tratados médicos, filosóficos e jurídicos. Já no século XVIII, de acordo com Michel Foucault, começam a ser definidos os quatro grandes conjuntos estratégicos de dispositivos específicos dos saber e poder a respeito do sexo: a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso.¹⁷ Esses aspectos relacionados por Foucault desempenharam uma função normativa na modernidade. Acrescentaria aqui um quinto dispositivo que parece fundamental para compreender os outros quatro: a transformação do homem branco (cis-heterossexual) em um corpo neutro.

História, feminismos e críticas às perspectivas universalizantes

Ao mesmo tempo em que a modernidade definiu o sujeito universal, criou as “outras” e os “outros”: corpos desumanizados, a ser colonizados, tratados como cidadãos e cidadãs de segunda classe. A modernidade elaborou um sistema classificatório hierárquico baseado no gênero. Porém, gênero não pode ser tomado como categoria absoluta para compreender esse fenômeno. Estudos feministas, há algumas décadas, têm chamado a atenção para o cruzamento de hierarquias sociais, tais como classe, sexualidade e raça. Ao estudar o fenômeno do colonialismo e do imperialismo do século XIX, a historiadora Anne McClintock observa que “desde o final dos anos 1970, surgiu uma forte e apaixonada crítica feminista – em boa parte feita por mulheres de cor – que desafia certas feministas eurocêntricas que pretendem dar voz a uma feminilidade essencial (em conflito universal com uma masculinidade essencial) e que privilegiam o gênero acima dos outros conflitos.”¹⁸ Para a filósofa Maria Lugones,

17 FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. A vontade de saber. 1*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988, pp. 115-116.

18 McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 23.

entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais.¹⁹

O feminismo nasceu como uma crítica à modernidade e aos teóricos que insistiram em separar a sociedade em duas esferas (produção e reprodução). Nesta perspectiva, analisar o gênero permite observar “a percepção e a organização concreta de toda a vida social na medida em que essas referências estabelecem distribuições do poder. A história, ao adotar o gênero como uma lente teórica, pode contribuir para o entendimento de como a modernidade se ancora em um pensamento binário, gerando as oposições entre masculino e feminino, homossexual e heterossexual, branco e negro, adulto e criança. Todas essas separações binárias operam a partir do mesmo ponto de partida: a classificação dos seres em uma hierarquia com fundamento supostamente biológico. Assim, atua para a eficácia dos processos de racialização, construindo a separação entre uma raça associada à razão, ao labor intelectual e “os outros”, aos quais se atribuem características irracionais e não humanas. Neste mesmo processo, o gênero se fez presente como categoria estrutural da maioria das sociedades de matriz ocidental, em diferentes contextos:

Os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta de toda a vida social na medida em que essas referências estabelecem distribuições do poder. A função de legitimação do gênero age de várias maneiras.²⁰

As discussões em torno da historicidade do gênero nos conduzem a indagar se o próprio sexo (considerado, por vezes, como um dado biológico imutável) não teria, também, uma história. Através de quais mecanismos se passa para uma dada ordem de gênero que considera a existência de apenas dois corpos sexuais

¹⁹ LUGONES, Maria. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 56.

²⁰ *Ibid.*, p. 88-89.

opostos e complementares? Judith Butler trata da questão nos seguintes termos:

Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? [...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.²¹

Para a filósofa, a própria distinção entre sexo (como realidade corpórea material) e gênero (como constructo social que atribui significados à diferença sexual) poderia ser questionada, já que o entendimento sobre o binarismo sexual é, também, produzido discursivamente. Não há corpo biológico fora da cultura e da história que lhes atribuem significado. Essa perspectiva coloca para, nós, historiadoras/es, a tarefa de nos dedicarmos a pensar sobre a história do corpo e do sexo. Porém, talvez valha a pena, ainda, diferenciar sexo e gênero, se entendemos que é possível considerar o gênero como um modo de organização do mundo que não se limita a dar significado a um corpo sexuado, mas a uma relação de poder que se estende para outras esferas da vida. Para além do modelo binário, o gênero ajuda a compreender que não estamos diante de categorias fixas. O gênero contribuiu para entender que, quando falamos em masculinidades e feminilidades, estamos observando fenômenos transitórios, flexíveis, sempre em disputa. A respeito do caráter histórico e fluído dessas categorias, tomamos como exemplo uma reflexão do historiador Durval Albuquerque Jr. sobre masculinidades:

A masculinidade, portanto, não é estática, nem atemporal, é histórica; não é uma manifestação da natureza ou de uma essência psicológica interior, é um construto social e simbólico; não é uma mera ascensão à consciência de uma diferença de natureza biológica, mas é uma criação cultural a partir da observação dessa diferença, que foi, ao longo do tempo e em várias sociedades, transformada em princípio de desigualdades entre homens e mulheres.²²

21 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p.27.

22 ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. "Masculinidade". In. COLLING, Ana

O debate também pode ser estendido à categoria mulher, com um uso bastante disseminado em nosso campo a partir da emergência da história das mulheres. Teriam, de fato, as mulheres, enquanto categoria social, uma história? Ao mesmo tempo em que é possível encontrar grupos que se autoidentificavam ou que eram identificados como mulheres em diversas sociedades e temporalidades, ser mulher não significou sempre a mesma coisa. E nem é possível considerar que exista uma definição única capaz de abrigar todas as experiências históricas vinculadas a ser mulher. A sugestão de Linda Nicholson parece interessante, uma vez que não invalida totalmente a possibilidade do uso do termo como uma categoria social, mas, ao mesmo tempo, adverte sobre seus limites: “Sugiro pensarmos o sentido de ‘mulher’ como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis.”²³ Com esses cuidados teórico-metodológicos, a história das mulheres continua em expansão, sem pretender uma universalidade, mas com uma ênfase na pluralidade e na historicidade dos múltiplos significados de “ser mulher”.

A discussão sobre o caráter transitório e situado das categorias históricas tem ganhado terreno na crítica feminista, especialmente a partir de movimentos de intelectuais dos chamados países periféricos. No caso brasileiro, destaca-se a atuação de intelectuais negras que, já há algumas décadas, tecem críticas ao que pode ser entendido como uma tentativa de universalização da categoria mulher. Lélia Gonzalez, por exemplo, salienta o lugar subalterno que foi destinado às mulheres negras através da hierarquização elaborada por um patriarcado racista:

Da mesma forma, nós mulheres e não brancas fomos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infan-

Maria.; TEDESCHI, Losandro. *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: MS, Ed: UFGD, 2015, p. 438.

23 NICHOLSON, LINDA. “Interpretando o Gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 8, 2, 2000, p. 36.

*tiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça) suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história. É desnecessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista.*²⁴

As reflexões das feministas negras contribuem para uma crítica ao feminismo hegemônico que, por vezes, através do uso acrítico de categorias como “gênero” ou “mulher”, elaboradas a partir das realidades de mulheres brancas do norte global, corroborou uma visão homogeneizadora das diferentes experiências e significados associadas ao feminino. Tal enfoque, criticado por Gonzalez, apresenta diversos problemas para a historiografia, principalmente por reforçar a ideia de um feminino essencial, a-histórico e sem considerar que, se ser mulher constitui uma identidade coletiva perceptível em diferentes contextos, seguramente ela não se constitui de forma isolada, mas no entrelaçamento com a raça, classe, sexualidade, religiosidade, entre outras.²⁵ Como salienta Butler:

*Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo [...] porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções política e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.*²⁶

24 GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 41-42.

25 Gayatri Spivak faz uma crítica dirigida às mulheres intelectuais que contribuem para a continuidade de uma ‘objetificação’ das ‘outras’, ou seja, das mulheres do chamado terceiro mundo: “Quando as mulheres que publicam pertencem à ‘cultura’ dominante, às vezes compartilham, com os autores masculinos, a tendência a criar um ‘outro’ incompleto (frequentemente fêmea), que não chega a ser um informante nativo, mas uma peça de evidência material uma vez mais estabelecendo o sujeito do noroeste da Europa como ‘o mesmo’”. SPIVAK, Gayatri. “Literatura”. *Cadernos Pagu* (19). Campinas: Unicamp, 2002., p. 12. O artigo trata-se de tradução de capítulo do livro: *A Critique of Post-Colonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1999.

26 BUTLER, *Problemas de gênero...*, p. 21.

O gênero pode ser compreendido como uma relação de poder que está presente na maioria das sociedades. Todavia, se for analisado isoladamente, tende a produzir distorções e a obliterar as intersecções que, em última instância, são relevantes para se compreender a pluralidade das relações sociais. Ainda, há que se ter em conta a possibilidade de que – em certos contextos históricos e sociedades – o gênero pode não ser um aspecto tão determinante na definição das hierarquias de poder. Essa é a questão apresentada, por exemplo, na pesquisa de Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí sobre a sociedade iorubá do sudoeste da Nigéria. Para a autora, estudiosas/os influenciadas/os por categorias mentais ocidentais acabaram não observando que nessas comunidades o corpo sexuado não é a base para uma classificação social: “A partir de uma posição iorubá, o corpo parece ter uma presença exagerada no pensamento e na prática social ocidentais, incluindo as teorias feministas”.²⁷ Para a socióloga, o gênero não representa um princípio organizado da sociedade iorubá antes do processo colonial. Categorias como homem e mulher, eram, segundo Oyěwùmí, inexistentes e, portanto, não havia um sistema social organizado a partir do gênero. A senioridade, definida pela idade, era o princípio da organização social, e essa realidade começou a ser modificada a partir da introdução de conceitos ocidentais, decorrentes do imperialismo e do colonialismo.

As teses de Oyěwùmí receberam alguns questionamentos, inclusive de autoras africanas, que divergem quanto à não existência de algum tipo de organização baseada no gênero. Seu trabalho lançou uma dúvida que não é nova; ao contrário, está presente em boa parte da produção historiográfica influenciada pelos estudos de gênero. E diz respeito a pensar, por exemplo, se o patriarcado – como um sistema social no qual o poder é concentrado nas figuras masculinas – pode ser considerado uma estrutura universal. Para a antropóloga Rita Segato, há dados documentais, históricos e etnográficos de diversas populações nos continentes africano e americano que mostram a existência de estruturas de diferença,

²⁷ OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 43.

semelhantes aos que denominamos relações de gênero na modernidade. Segato identifica que essas relações demonstraram hierarquias de prestígio entre a masculinidade e a feminilidade:

apesar do caráter reconhecível das posições de gênero, nesse mundo são mais frequentes aberturas ao trânsito e à circulação entre essas posições que se encontram interditas em seu equivalente moderno ocidental.²⁸

Em resumo, podemos sintetizar as posições referentes a esse debate sobre a universalidade do patriarcado em três pontos: 1). A maioria das autoras europeias considera o patriarcado moderno como uma ordem universal, porém, identificam diferenças em relação às mudanças históricas em relação ao modo como o patriarcado se organiza, por exemplo, na antiguidade e na modernidade; 2). Um conjunto de autoras latino-americanas e africanas advogam a inexistência de um sistema de hierarquias patriarcal universal no período pré-invasão europeia. Para elas, o gênero e sua expressão patriarcal é uma invenção da colonialidade/modernidade. É o caso das posições defendidas por Maria Lugones e Oyèrónké Oyèwùmí; 3). Outras autoras latino-americanas defendem que existia uma diferenciação de gênero e um patriarcado de baixa intensidade pré-intrusão. Porém, quando a colonialidade se aproximou do gênero da aldeia, as relações foram modificadas perigosamente. Nesta posição, que distingue um patriarcado de baixa intensidade do patriarcado moderno (altamente hierarquizado e violento) localizamos autoras como Rita Segato, Rosalva Hernández; Nellys Palombo e Margarita Gutierrez.

Como podemos perceber, é um debate que põe em evidência o caráter do projeto colonial moderno e seus efeitos na história das sociedades pré-invasão europeia. Na busca de aspectos em comum entre essas diferentes autoras, podemos pensar que todas se preocupam em examinar quais foram os efeitos do patriarcado nas sociedades originárias a partir da modernidade. Efeitos que perduram no presente, através da permanência da raça, do gênero

²⁸ SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016, p. 112.

ro, da classe e da heteronormatividade como principais elementos de organização das hierarquias sociais. Na atualidade, vemos a tentativa de reforçar essa lógica patriarcal como sustentáculo do avanço de um pensamento reacionário no continente americano. Pensamento que, através do reforço de um discurso familista, busca reavivar a teoria das duas esferas e exercer um controle restrito sobre as mulheres, a população negra, indígena e LGBTQ ameaçando os poucos direitos conquistados nas últimas décadas. Nessa disputa política, a história ganha importante relevo. Como disciplina, pode contribuir para um projeto que almeja disciplinar esses múltiplos sujeitos a partir da naturalização de determinadas hierarquias. Esse é um projeto que não reconhece qualquer política estatal no sentido da reparação às desigualdades históricas derivadas da modernidade/colonialidade. Porém, a história pode também produzir conhecimentos que contribuam para a construção de caminhos que questionem essas relações de dominação. Pode, como defendeu a filósofa Yuderkys Espinosa-Miñoso, apontar como se organizou esse sistema desigual de hierarquias sociais e, com isso, evocar rumo a uma desobediência epistêmica:

Si estamos de acuerdo que la opresión se fundamenta en un sistema de conocimiento y producción del mundo de la vida, un sistema de clasificación social, dentro del cual han surgido las categorías dominantes de opresión (género, raza, clase), sistema instituido a través de la empresa colonizadora y la razón imperial a su servicio, ha llegado el momento de una desobediencia epistémica amplia que derrumbe el almacén de comprensión del mundo tal cual lo ha producido y ha sido impuesto por la modernidad occidental.²⁹

A perspectiva de Espinosa-Miñoso é compartilhada por Maria Lugones, Rita Segato e outras autoras que se situam dentro dos debates decoloniais. Em comum, articulam uma crítica à colonialidade/modernidade, compreendendo que este não é um processo que se esgotou, mas que segue em curso, avançando as fronteiras sobre as populações que ainda resistem à empresa colonizadora. Examinam, especialmente, os efeitos da colonialidade de gênero

29 ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. “Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica”. *Revista El Cotidiano*, marzo-abril, 2014, p. 8.

e do patriarcado racista para as populações originárias da América bem como para as populações negras e pobres. Dentro dessa análise, situam o papel importante desempenhado pelas mulheres dessas comunidades como portadoras de conhecimentos ancestrais. Nesse sentido, examinar outras formas de conhecimento seria vital para a elaboração de visões de mundo que sejam capazes de criar alternativas à razão moderna. A socióloga e historiadora Silvia Rivera Cusicanqui, que se identifica como integrante da etnia Aymara, defende que é preciso criar uma outra ciência,

crear las herramientas conceptuales, técnicas y materiales que permitan resistir el saqueo, tanto de recursos materiales como de personas (manos, cerebros) o, por lo menos, ayudarnos a sobrevivir a él.³⁰

A compreensão do passado e do presente foram profundamente afetadas pelos estudos de gênero ao reconhecer que não existe uma história total quando a maioria da população está fora dela. Esse movimento não foi exclusivo dos estudos de gênero e tem vinculações com a crítica à ciência que tomou fôlego principalmente a partir das décadas de 1960-70. No caso da história, há que se dar destaque para alguns movimentos importantes já a partir da segunda metade do século XX: os debates sobre o estatuto científico da história – levantados principalmente pelo “giro linguístico”; os estudos conduzidos pelos marxistas britânicos, interessados em realizar a “história dos de baixo” bem como a crítica ao economicismo do marxismo vulgar que pouco espaço atribuía à experiência dos sujeitos na constituição da consciência de classe; a Escola dos *Annales*, com a renovação teórico-metodológica que ampliou os temas e os problemas relacionados à escrita da história. Essas mudanças de perspectiva contribuíram para acolher, no interior de nossa disciplina, as contribuições de pesquisadoras feministas.

30 Debate sobre el colonialismo intelectual y los dilemas de la teoría social latinoamericana. Entrevista con Silvia Rivera Cusicanqui, José Mauricio Domingues, Arturo Escobar y Enrique Leff. Ver em: RIVERA CUSICANQUI, S.; DOMINGUES, J.; ESCOBAR, A.; LEFF, E. “Debate sobre el colonialismo intelectual y los dilemas de la teoría social latinoamericana”. *Cuestiones de Sociología*, 14, 009, 2016, p. 3.

Porém, ainda hoje, os estudos de gênero são, por vezes, tratados como um complemento à “História”. Trata-se, sobretudo de uma incompreensão, já que a história inspirada pelo feminismo buscou ir além de um preenchimento de lacunas a respeito dos silêncios sobre a participação feminina na sociedade. Compreender as origens da opressão, demonstrar os movimentos de resistência, a atuação de mulheres que se opuseram à dominação masculina foram iniciativas importantes, assim como abrir caminhos para historicizar a masculinidade. Todavia, as pesquisadoras feministas apontam que a construção do saber histórico não é neutro e está ancorado, também, em uma concepção binária do mundo social. Por isso, a incorporação do gênero como categoria de análise representou uma ruptura nas concepções hegemônicas de nossa área, contrariando as próprias definições da disciplina.

Reflexões finais

O gênero como problema historiográfico está no cerne da constituição da história como disciplina. A história profissional, filha da modernidade, contribuiu para a exclusão feminina da prática historiográfica e, também, das narrativas que eram produzidas. Porém, ao longo da segunda metade do século XX esse cenário começou a se reverter e, atualmente, os estudos de gênero ocupam um importante espaço nas ciências humanas. Congressos, núcleos de pesquisa, revistas especializadas, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação além da criação de disciplinas específicas são alguns dos aspectos que sinalizam essa expansão do campo nos últimos 40 anos.

O aumento da produção científica, trouxe, consigo, alguns problemas de caráter teórico sobre os quais tentamos nos debruçar neste texto. Uma dessas questões diz respeito a compreender essa relação conflituosa do feminismo com a modernidade. Como visto, o feminismo pode ser considerado um movimento e uma teoria que surge no âmago dos debates iluministas sobre igualdade de direitos para os homens, excluindo as mulheres enquanto

sujeitos de direitos. É na contradição das reflexões sobre a universalidade dos direitos, sobre a crítica à sociedade estamental que atribuía privilégios conforme a condição de nascimento, que as mulheres vão encontrar a matéria-prima para produzir a crítica à teoria da complementaridade. Relegadas à condição de cidadãs de segunda classe, não se contentaram com esse lugar. Pensar sobre o que é uma mulher, e o que podem fazer as mulheres, fez parte das primeiras utopias feministas e inspirou, também, o feminismo abolicionista de mulheres como Sojourner Truth. Ela jamais soube o que era ser vista como o Anjo do Lar, não precisava fugir do estigma que feministas como Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir tanto combateram. O caso de Sojourner evidencia a necessidade de não pensarmos em gênero como uma categoria isolada; ela só faz sentido se articulada às demais categorias que estruturam as hierarquias sociais.

A categoria mulher, incorporada na pesquisa histórica a partir da segunda metade do século XX, também vem sendo colocada em xeque. Responder o que é uma mulher não é algo que possa ser feito recorrendo a ideias simples ou binárias. Michelle Perrot, por exemplo, já disse que mulher é uma espécie de entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem caracteres de convenção.³¹ Em um certo sentido, o esforço da historiadora francesa é válido por não associar “mulher” a um significado fixo. Em uma sociedade marcada por uma pluralidade de identidades associadas a gênero e com um forte movimento de mulheres negras, mulheres trans, mulheres indígenas, se faz cada vez mais necessário colocar sob suspeita qualquer tentativa de essencializar o significado de ser mulher. Mas, ao mesmo tempo, é uma categoria histórica relevante para, por exemplo, se compreender o processo histórico de violências relacionadas a gênero. Por exemplo, os feminicídios e o uso da violência sexual como arma de guerra são temas que dificilmente podem ser estudados sem a categoria mulher e certamente para a população feminina que tem a vida cotidiana afetada pela violência, ser “mulher” é um marcador muito concreto e não uma abstração.

31 PERROT, *As mulheres...*, p. 35.

Desse modo, os estudos de gênero vêm tentando se debruçar sobre alguns problemas teóricos fundamentais: o recorrente essencialismo das definições sobre homem/mulher; as limitações do conceito de patriarcado e o questionamento sobre seu caráter universal; a necessidade de articular gênero com outras categorias de análise estruturantes. Essa perspectiva crítica assumida pelo campo nos últimos anos pode contribuir para lançar outros olhares sobre as dinâmicas sociais.

O tempo presente é marcado por disputas em torno do gênero. Disputas sobre o seu caráter também essencialista, quando foi pautado por certo feminismo hegemônico que desconhecia as experiências de mulheres não brancas e dos chamados países do terceiro mundo. Daí a importância de que os estudos de gênero se coloquem enquanto um conhecimento situado, como defende Donna Haraway. Temos que atentar à geopolítica do conhecimento, evidenciar com quem dialogamos em termos políticos e intelectuais e também marcadores sociais desse/a sujeito/a pesquisador/a.

Há que salientar, igualmente, que o gênero é objeto de acalorados debates públicos entre grupos que outrora foram silenciados e invisibilizados e segmentos conservadores que enxergam esses grupos e os debates sobre gênero como uma ameaça. Como nos lembra Joan Scott, gênero diz respeito a uma pluralidade de concepções complexas e instáveis que estão em luta, seja para manter significados e normas ou para resistir a essas normas e derrubá-las.³²

Referências:

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. "Masculinidade". In: COLLING, Ana Maria.; TEDESCHI, Losandro. *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015, pp. 434-441.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2.

³² SCOTT, Joan. "Os usos e abusos do gênero". *Projeto História*, 45, jul.-dez., 2012, p. 337.

BENHABIB, Seyla. “O Outro Generalizado e o Outro Concreto: A controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista”. In. BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, pp. 87-106.

BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. “O discurso da medicina e da ciência”. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, pp. 409-456.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. “Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica”. *Revista El Cotidiano*, marzo-abril, 2014, pp. 7-12. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32530724004>>.

GRAZIA, Victoria de. “O patriarcado fascista”. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp-146-183.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 38-51.

HUNT, Lynn. “Revolução Francesa e a vida privada”. In. PERROT, Michelle. *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp. 20-51, v. 4.

LUGONES, Maria. “Colonialidade e gênero”. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 52-83.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no emba-te colonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Prefácio”. In. WOLLSTONE-CRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp.7-16.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 8, 2, 2000, pp. 2-33.

OYĒWŪMÍ, Oyèronké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, S.; DOMINGUES, J.; ESCOBAR, A; LEFF, E. "Debate sobre el colonialismo intelectual y los dilemas de la teoría social latino-americana". *Cuestiones de Sociología*, 14, 009, 2016, pp. 1-22. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/54661>>.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, 20, 2, jul./dez., 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>.

SCOTT, Joan. *Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2012.

SCOTT, Joan. "Os usos e abusos do gênero". *Projeto História*, 45, jul.-dez.2012, pp. 327-351. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018>>.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

SPIVAK, Gayatri. "Literatura". *Cadernos Pagu*, n. 19, 2002, pp. 9-53. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/MQmQgXbX7CRR-nyHBXy8YmSz/?format=pdf&lang=pt>>.

TRUTH, Sojourner. "Eu não sou uma mulher?". *Portal Geledés*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em outubro de 2021.

 (27) 99648-6399

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @espacomilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S

Problemas de historiografia antiga e moderna: estudos e discussões em tempos de pandemia trata de uma relação clássica. Sobre essa relação podemos afirmar, com certa convicção que se, ao longo da história, os antigos sempre existiram, a presença dos modernos nem sempre foi uma evidência. É essencial a existência dos primeiros para que os segundos possam adquirir uma identidade e fisionomia própria e distintiva. O papel do tempo é crucial nesse processo, já que ele intervém para demarcar a diferença entre o passado e o presente; é por meio dele, ou sob sua influência, que se estabelece o que é considerado moderno ou antigo. As querelas entre os defensores dos antigos e dos modernos refletem diferentes visões, em que os primeiros viam apenas decadência nos últimos, enquanto esses últimos clamavam pela igualdade entre as duas eras ou apontavam para os modernos como beneficiários da acumulação de conhecimento, ou então invocavam a ideia de um progresso qualitativo. Enfim, uma das metas centrais deste livro é a de atualizar essas discussões que, em resumo, representam questionamentos sobre a escrita da história e as experiências temporais.



www.editoramilfontes.com.br

ISBN: 978-65-5389-093-0

